



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

FERNANDO RABELLO PAES DE ANDRADE

**A AUTONOMIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO
BAIRRO DO GUAPIRUVU, VALE DO RIBEIRA PAULISTA**

CAMPINAS

2017

FERNANDO RABELLO PAES DE ANDRADE

**A AUTONOMIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO
BAIRRO DO GUAPIRUVU, VALE DO RIBEIRA PAULISTA**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia Agrícola, na área de concentração de Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira

Co-orientadora: Prof. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO FERNANDO RABELLO PAES DE ANDRADE E ORIENTADA PELA PROF. DRA. JULIETA TERESA AIER DE OLIVEIRA E CO-ORIENTADA PELA PROF. DRA. VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7044-6006>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Elizangela Aparecida dos Santos Souza - CRB 8/8098

An24a Andrade, Fernando Rabello Paes de, 1983-
A autonomia dos agricultores familiares do bairro do Guapiruvu, Vale do Ribeira paulista / Fernando Rabello Paes de Andrade. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Julieta Teresa Aier de Oliveira.
Coorientador: Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Campesinato. 2. Bairros. 3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento rural. 5. História de vida. I. Oliveira, Julieta Teresa Aier de. II. Esquerdo, Vanilde Ferreira de Souza. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The autonomy of family farmers of neighborhood Guapiruvu, Ribeira Valley

Palavras-chave em inglês:

Peasantry

Neighborhood

Public policy

Rural development

Life story

Área de concentração: Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural

Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Banca examinadora:

Julieta Teresa Aier de Oliveira [Orientador]

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Maristela Simões do Carmo

Marcia Regina de Oliveira Andrade

Henrique Carmona Duval

Data de defesa: 28-08-2017

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Fernando Rabello Paes de Andrade**, aprovada pela Comissão Julgadora em 28 de agosto de 2017, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



**Profa. Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira – Presidente e Orientadora
FEAGRI/UNICAMP**

**Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Membro Titular
FEAGRI/UNICAMP**

**Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo – Membro Titular
UNESP-Botucatu**

**Profa. Dra. Marcia Regina de Oliveira Andrade – Membro Titular
Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo/Sorocaba**

**Prof. Dr. Henrique Carmona Duval – Membro Titular
Universidade Federal de São Carlos**

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do discente.

À minha mãe e ao meu pai, fortes.

À Dona Rosa.

AGRADECIMENTOS

É como aprendiz que eu gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte da caminhada que foi realizada para a construção desta tese. Primeiramente, agradeço à minha família – mãe Vera, pai Romualdo, irmãs Luciana e Carolina e irmão Pedro, cunhado Zé e sobrinhos Guilherme e Gustavo – que me ensinam sempre o cuidado, a perseverança e o engajamento.

Agradeço à Feagri/Unicamp, na figura da orientadora Julieta, da co-orientadora Vanilde, das professoras Sonia, Stella e Kellen, das colegas Suzana, Erika, Carol, Marina, Danitielle, Ana Cristina e Taísa e dos colegas Wilon e Wagner, que me ensinam o valor da companhia e da construção coletiva do conhecimento.

Agradeço à Sheyla e à Luciana Jacob enormemente pela referência que são para mim em muitos sentidos e por me ensinarem o que significa ter caráter, ser inteligente, cultivar a leveza e manter, sempre, a elegância. Um agradecimento muito especial ao Pedro Ivo, que me ensina a ter forças para sempre seguir em frente, a aprender com todas as situações e a ter paciência com as diferenças e saber enxergar, nelas, beleza.

Agradeço, com o coração cheio de admiração, a todos os moradores e moradoras do bairro rural do Guapiruvu, que me ensinam a ver o mundo de uma forma mais bonita, a ter brilho nos olhos, a sorrir com a alma e a entender o que é o respeito.

Finalmente, agradeço à Capes, pela bolsa de estudos concedida durante os quatro anos do doutorado, sem a qual eu não teria podido me dedicar o tanto quanto foi necessário.

*As leis parecem sempre colocar os camponeses entre dois fogos ou,
em situações mais críticas de opressão, no fogo.*
(Margarida Maria Moura)

*Aprenderei a amar as casas
quando entender que as casas são feitas de gente
que foi feita por gente
e que contém em si a possibilidade
de fazer gente.*
(Matilde Campilho)

*I feel at home whenever
The unknown surrounds me
I receive its embrace
Aboard my floating house
Wanderlust!
Relentlessly craving
Wanderlust!
Peel off the layers
Until you get to the core
(Björk)*

RESUMO

A questão da autonomia dos camponeses é tema recorrente nos trabalhos de sociologia rural dos mais diversos lugares do planeta. Um conhecimento vasto foi e tem sido produzido sobre os camponeses e seu modo de vida, de forma que temos, hoje, uma noção diversificada e complexa das relações não apenas sociais, mas econômicas, culturais, políticas e ambientais que se estabelecem no meio rural. Os estudos sobre os bairros rurais no Brasil tiveram início por volta da metade do século XX e seguem como importantes referências para a compreensão da organização social de agricultores e agricultoras. Em São Paulo, puderam desvendar quem são os sujeitos que não apenas dão origem aos bairros, como ainda resistem, buscando garantir a sua margem de autonomia, ainda que, para isso, precisem adaptar-se às mudanças impostas por uma sociedade em constante transformação. A relevância da proposta apresentada se deve às possibilidades de contribuição para a teoria e à prática da sociologia rural no país e para o desenho e a implementação de políticas públicas. Partimos de uma revisão bibliográfica sobre a autonomia nos estudos do campesinato e sobre os bairros rurais no contexto brasileiro e seguimos com a aplicação de um questionário semiestruturado a 95 agricultores e agricultoras familiares do bairro rural do Guapiruvu, no Vale do Ribeira paulista, e entrevistas em profundidade com 16 dos respondentes. Através da tabulação dos dados quantitativos dos questionários foi possível proceder a uma análise detalhada; os dados qualitativos foram submetidos a uma organização criteriosa através de software específico e posterior análise. Espera-se, assim, ter contribuído para o entendimento da noção de autonomia como um conceito dinâmico e complexo, que é construído cotidianamente pelos sujeitos do campo e que constitui uma referência para a definição de suas estratégias econômicas e sociais. Pôde-se também entender que as políticas públicas interferem na definição das estratégias, e assim no percurso em busca da autonomia, o que requer que o desenho das políticas públicas e sua implementação respeite a diversidade das experiências

dos grupos sociais, ainda que isso represente um grande desafio para o Estado. Por fim, as trajetórias de vida mostraram que os agricultores familiares são sujeitos capazes de contribuir para a definição dos projetos de desenvolvimento a que estão submetidos, havendo, portanto, a necessidade de criar e aprimorar meios e critérios para a recuperação de suas propostas.

Palavras-chave: campesinato; bairro rural; políticas públicas; desenvolvimento rural; história de vida.

ABSTRACT

The issue of autonomy of peasants is a recurring theme in the work of rural sociology. A vast knowledge was and has been produced about the peasants and their way of life, so that today we have a diversified and complex notion of not only social, but economic, cultural, political and environmental relationships established in rural areas. Studies on rural neighborhoods in Brazil began around the middle of the 20th century and are important references for understanding the social organization of farmers. In São Paulo, they were able to discover who are the subjects that not only give rise to the neighborhoods, but also resist, seeking to guarantee their margin of autonomy, although, for that, they need to adapt to the changes imposed by a society in constant transformation. The relevance of the proposal is due to the possibilities of contributing to the theory and practice of rural sociology in the country and to the design and implementation of public policies. We started with a bibliographical review on autonomy in peasant studies and rural neighborhoods in the Brazilian context and followed with the application of a semi-structured questionnaire to 95 family farmers in the Guapiruvu rural neighborhood – in the Ribeira Valley of São Paulo – and interviews with 16 respondents. Through the tabulation of the quantitative data of the questionnaires it was possible to carry out a detailed analysis; the qualitative data were submitted to a careful organization through specific software and later analysis. It was thus possible to contribute to the understanding of the notion of autonomy as a dynamic and complex concept, which is constructed daily by the subjects of the countryside and which constitutes a reference for the definition of their economic and social strategies. It was also possible to understand that public policies interfere in the definition of strategies, and thus in the search for autonomy, which requires that the design of public policies and their implementation respect the diversity of the experiences of social groups, even though this represents a great challenge for the government. Finally, the life trajectories showed that family farmers are subjects capable of

contributing to the definition of the development projects on which they are submitted, and there is therefore a need to create and improve means and criteria for the recovery of their proposals.

Keywords: peasantry; rural neighborhood; public policy; rural development; life history.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o Estado de São Paulo, 2010 (destaque para o município de Sete Barras).	52
Figura 2 - Mapa do Bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP, 2017.	56
Figura 3 - Croqui n. 1 da disposição das casas e das estradas no Bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP (caderno de campo).	62
Figura 4 - Croqui n. 2 da disposição das casas e das estradas no Bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP (caderno de campo).	62
Figura 5 – Idade das pessoas do sexo feminino que residem no bairro rural do Guapiruvu por faixa etária, 2016.	75
Figura 6 – Idade das pessoas do sexo masculino que residem no bairro rural do Guapiruvu por faixa etária, 2016.	76
Figura 7 – Cor da pele, segundo os próprios entrevistados, bairro rural do Guapiruvu, 2016.	77
Figura 8 – Zona de origem das famílias residentes no bairro rural do Guapiruvu, 2016.	78
Figura 9 – Motivo para a fixação de residência no bairro rural do Guapiruvu, 2016.	79
Figura 10 – O planejamento sobre o local de moradia dos moradores do bairro do Guapiruvu, 2016.	80
Figura 11 – Número de famílias vivendo em uma propriedade rural no bairro do Guapiruvu, 2016.	81
Figura 12 – Produção de banana e pupunha nas propriedades do bairro rural Guapiruvu, 2016.	82
Figura 13 - Participação dos moradores do bairro rural do Guapiruvu no PAA e no Pnae, 2016.	83
Figura 14 – Número de pessoas que acessam os benefícios sociais no bairro rural do Guapiruvu, 2016.	84
Figura 15 - A paisagem e as estradas do bairro rural do Guapiruvu, 2016.	85
Figura 16 - A produção de farinha de mandioca no bairro do Guapiruvu, 2016.	126
Figura 17 – Artesanato do bairro do Guapiruvu, 2016.	140
Figura 18 - Esquema n.1 das relações de parentesco do bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP (caderno de campo).	153
Figura 19 - Esquema n.2 das relações de parentesco do bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP (caderno de campo).	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação do gênero dos entrevistados e da data e do tempo de duração das entrevistas em profundidade realizadas no bairro rural do Guapiruvu, Sete Barras, SP, 2016.	66
Tabela 2 - Códigos e subcódigos de classificação dos trechos das entrevistas transcritas que foram realizadas no bairro do Guapiruvu, Sete Barras, SP, 2016.	68
Tabela 3 – Grau de escolaridade dos moradores do bairro rural do Guapiruvu por faixa etária e por sexo, 2016.....	76
Tabela 4 – Tipos de banana comercial e “do mato” encontradas no bairro do Guapiruvu, seus nomes e características marcantes, 2016.	111

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A AUTONOMIA NOS ESTUDOS SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL	19
2.1 Os principais estudos clássicos e contemporâneos sobre o campesinato	20
2.2 A questão da luta pela autonomia.....	29
2.3 A noção de estratégia.....	38
2.4 Políticas Públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	40
3 O BAIRRO RURAL DO GUAPIRUVU	44
3.1 Bairros rurais	44
3.2 A agricultura no Vale do Ribeira.....	47
3.3 O município de Sete Barras e o bairro do Guapiruvu.....	51
3.3.1 O assentamento agroambiental Alves, Pereira e Teixeira	54
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
5.1 O bairro rural do Guapiruvu por seus moradores	69
5.1.1 História do bairro.....	86
5.1.2 “Quem bebe a água do Etá, quer ficar”	88
5.1.3 “Antigamente, era muito pouca gente”.....	91
5.1.4 “De lá pra cá é Guapiruvu”.....	92
5.2 O trabalho no bairro.....	93
5.2.1 Rotina	97
5.2.2 A especificidade da empreita.....	100
5.2.3 Falta de trabalho	102
5.2.4 O valor do trabalho	104
5.3 Produção e comercialização	106
5.3.1 História das culturas no bairro.....	106
5.3.2 Conhecimento sobre os tipos de banana existentes	108
5.3.3 Comércio de pupunha e banana.....	112
5.3.4 Produção e o manejo da banana e da pupunha	119
5.3.5 Mandioca	123
5.3.5.1 Farinha	123
Fonte: Arquivo do autor.	126
5.3.5.2 Usos da mandioca.....	127
5.3.5.3 Relato pessoal de um dia na produção da farinha de mandioca	128
5.3.6 Gengibre	131

5.4 Cotidiano: “Pra sobreviver da agricultura, ocê tem que ser artista”.....	132
5.5 Lazer: “(...) precisava ter um negócio para o pessoal se reunir mais, conversar mais”	134
5.6 Artesanato: “Conhecimento é o dia-a-dia”	138
5.7 Família: “(...) é uma fiúza que a gente tem”	141
5.7.1 “Olha, eu tô contando que minha vida foi isso”	143
5.7.2 “Nós somo índio!”	146
5.7.3 “O pessoal que está aqui é daqui”	148
5.7.4 “Os que faziam, já foi embora tudo”	150
5.8 Autonomia: “Era sofrido e não era, porque a gente tinha saúde”.....	154
5.8.1 E se falta alguma coisa? “Compra na cidade”	156
5.8.2 “Era posse; agora é posse e é dele”	157
5.8.3 “As pessoas vêm de fora e querem pagar mixaria”	158
5.8.4 “Pensamos mais, descansamos mais”	159
5.8.5 “Para ser agricultor é preciso ter dom, ter o passado”	161
5.9 Sujeição: “Nunca será o verdadeiro suor de quem trabalha”	163
5.9.1 “Você está sofrendo, você está agradecendo”	163
5.10 Futuro: “O que eu quero não é impossível”	164
5.10.1 “Eu não quero que estranho entre aqui”	166
5.10.2 “O tempo nosso era diferente, agora mudou”	167
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	182

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de doutorado foi desenvolvida no âmbito do projeto “Para além dos efeitos primários das políticas públicas: autonomia de agricultores familiares”¹. Esse projeto é também resultado de uma experiência acumulada de pesquisas na área das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil, notadamente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abordados em diversos contextos e analisados sob diversas óticas pela equipe de pesquisa do Laboratório de Comunicação de Pesquisas Ambientais e Agrícolas da Feagri/Unicamp ao longo dos últimos anos. Diversas publicações divulgaram os resultados encontrados e, nesse projeto, a perspectiva era a de que se pudesse aprofundar as análises sobre os programas de políticas públicas para o meio rural.

Nesse contexto, um primeiro esforço desta tese foi entender quem eram os agricultores familiares sujeitos da pesquisa. Ainda que guardem especificidades, afinal não existe uma única agricultura mas múltiplas, é importante contornar os elementos principais que fazem dessa categoria – os “agricultores familiares” – um sujeito de pesquisa bastante relevante em qualquer contexto histórico. Afinal, como bem observado por Lamarche (1993), independente do sistema sociopolítico, em qualquer país e em qualquer tempo em que um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é e sempre foi assegurada, em alguma medida, por explorações familiares.

Quando da publicação de suas obras mais importantes, Alexander V. Chayanov, agrônomo russo, foi capaz de, baseado em anos de experiências junto aos agricultores de seu país, formular uma teoria original sobre o campesinato e, ao mesmo tempo, definir os motivos pelos quais era e seria, até hoje, importante estudá-los. Afirmava ele que a teoria econômica hegemônica estava baseada na existência de algumas categorias – tais como o preço, o salário e a renda da terra – que não estão presentes em formas de organização não-capitalistas, que não se reproduzem à base da extração e apropriação do trabalho alheio. Isso é fundamental na medida em que Chayanov identifica na indivisibilidade da renda familiar a necessidade de se formularem outras teorias econômicas capazes de explicar como funciona a lógica camponesa.

¹ Aprovado na Chamada Universal MCTI/CNPq nº 14/2013 e coordenado pela Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo.

Aqueles que porventura se opõem às suas ideias tendem a considerar a existência de tipos não-capitalistas como em vias de extinção; como representantes de um passado remoto que, de alguma forma, será substituído por uma nova representação ou migrará para uma outra forma de organização já existente, geralmente no meio urbano. Por esse caminho, não exercem influência sobre a economia e seu interesse histórico não apresenta grandes contribuições para a compreensão do presente e do futuro.

As ideias que desenvolveremos vão no sentido de apresentar a relevância do campesinato não apenas para a economia mas para a sociedade como um todo. Sua excepcional capacidade de adaptação ao longo da história aos diferentes contextos políticos e econômicos e às dificuldades que certamente enfrentaram nessa trajetória são, sem dúvida, um legado precioso para a compreensão da forma como se organiza o campesinato nos dias de hoje e para as projeções de futuro. Sua história não é só importante e atual mas ainda está presente na vida de muitos sujeitos.

No caso do Brasil, poderíamos ilustrar a importância sobre o estudo do campesinato no renascimento da sociologia rural na Academia a partir da década de 1970 e, mais adiante, a partir da década de 1990 principalmente, na formulação de programas de políticas públicas específicas para o setor, que são, de fato, um reconhecimento de sua existência e importância. Tais políticas, inclusive, diversificaram seu leque de atuação junto aos camponeses, a partir da década de 2000, mostrando, mais uma vez, que há interesse, há público e que os impactos desses programas significam um avanço em direção ao desenvolvimento uma vez que alavancaram a produção no campo, criaram e potencializaram mercados e geraram renda e emprego no campo.

1.1 Hipótese

A hipótese central desta tese é que autonomia é um conceito dinâmico e complexo, que é construído cotidianamente pelos sujeitos do campo e que constitui uma referência para a definição de suas estratégias econômicas e sociais. À autonomia dos agricultores familiares correspondem transformações *objetivas* e *subjetivas* no seu modo de vida que possibilitam criar espaços de adaptações aos diferentes contextos a que estão submetidos e, ao mesmo tempo, de manutenção de sua capacidade de elaborar estratégias.

1.2 Objetivos

O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar aspectos fundamentais relacionados à autonomia camponesa como o controle do tempo de trabalho, a produção e reprodução do modo de vida em um bairro rural em relação com a transformação da natureza, a capacidade de elaborar projetos, inovar e inserir-se no mercado. Os objetivos específicos foram:

- Levantar os cultivos praticados pelos agricultores familiares no bairro do Guapiruvu e analisar as estratégias de produção e comercialização dos produtos;
- Analisar a relação entre a autonomia da comunidade e a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae);
- Resgatar a trajetória de vida dos agricultores analisando-as à luz das perspectivas teóricas apresentadas sobre autonomia.

* * *

A tese está estruturada em seis partes, sendo a primeira uma **Introdução**, que inclui o contexto de realização da pesquisa, a relevância, a hipótese e os objetivos geral e específicos; a segunda e a terceira partes compõem a **Revisão Bibliográfica** da tese, abordando, respectivamente os temas a) do Campesinato, da Autonomia e das Políticas Públicas e b) dos Bairros Rurais; a quarta parte detalha os **Procedimentos Metodológicos**; a quinta apresenta os **Resultados** da pesquisa, incluindo análise e discussão, em que se optou por dar destaque para as falas dos sujeitos do campo, daí o referencial teórico relacionado à discussão estar concentrado no final do capítulo; e a sexta contém as **Considerações Finais**.

2 A AUTONOMIA NOS ESTUDOS SOBRE O CAMPESINATO NO BRASIL

A discussão sobre a autonomia dos camponeses é central nas mais diferentes vertentes de análise sobre esse heterogêneo grupo social, especialmente nas situações em que os atores se encontram em condições de maior vulnerabilidade, seja por processos de empobrecimento ou pela perda de elementos constituintes do seu modo de vida, dentre os quais a terra é um dos mais importantes. Algumas políticas públicas têm sido criadas para o segmento familiar do rural brasileiro e, nesse sentido, é fundamental compreender, além dos impactos, de que forma as transformações em curso são sentidas pelos agricultores – se correspondem a demandas “reais” – e quais as perspectivas que, a partir dessas políticas, passam a projetar para o futuro. Lamarche (1993) alerta que a produção agrícola sempre foi assegurada, em alguma medida, por explorações familiares; Shanin (2005) adverte que para compreender quem são e o que é a sociedade em que vivem, é preciso considerar os camponeses dentro dos contextos societários mais amplos.

As ideias que desenvolvemos foram no sentido de apresentar a relevância do campesinato como classe social. Sua excepcional capacidade de adaptação ao longo da história aos diferentes contextos políticos e econômicos, e às dificuldades que certamente enfrentaram nessa trajetória, é sem dúvida um legado precioso para a compreensão da forma como se organiza o campesinato nos dias de hoje e para as projeções de futuro. Sua história não é só importante e atual, mas ainda está presente na vida de muitos sujeitos.

Questão pertinente é justamente procurar compreender de que forma condicionantes externos, entre eles o estatal no comando de programas e políticas públicas, podem interferir no *ser* camponês, modificando-o, e justificando ou não a continuidade do uso de termo “campesinato” como forma de identificar um tipo de organização social presente e atuante nos dias de hoje no campo brasileiro.

Nosso objetivo foi procurar entender quem é o camponês hoje no Brasil, a partir de sua constituição histórica, e se e de que forma sua reprodução social se relaciona com uma luta por autonomia. No limite, a questão que se coloca é se o camponês no Brasil desfruta de autonomia? E, mais ainda, que autonomia é essa? Como se caracteriza? Que elementos a define, ou que elementos não dispõe?

Partimos do estudo de Chayanov sobre os camponeses na Rússia no início do século XX, que serve de referência, por seu pioneirismo, a quase todos os estudos sobre o campesinato que vieram depois. A partir daí, buscamos dar ênfase a autores brasileiros que se

debruçaram sobre o tema, a fim de caracterizar o camponês brasileiro, no entendimento que foi criado a partir de meados do século XX até os dias de hoje.

2.1 Os principais estudos clássicos e contemporâneos sobre o campesinato

Iniciamos destacando a importante crítica que Alexander V. Chayanov fazia à teoria econômica que se propusesse universal, pois compreendia que apenas uma multiplicidade de sistemas teóricos seria capaz de desvendar a diversidade de arranjos econômicos existentes no passado e no presente. Dito isso, a especificidade do camponês residiria em sua não adequação às teorias econômicas modernas e suas categorias explicativas. O modo de vida camponês se basearia então numa forma totalmente diferente de organização, que é a unidade econômica familiar não assalariada: *"a unidade econômica camponesa é uma empresa na qual empresário e trabalhador se combinam em uma só pessoa"* (CHAYANOV, 1974:30). Este ponto define o eixo central da teoria Chayanoviana: ao contrário da empresa capitalista, que se organiza sobre a extração e apropriação do trabalho alheio, na unidade camponesa, a força de trabalho vem dos próprios elementos constitutivos da família, ou seja, embora a unidade de produção camponesa lide com o trabalho, não se pode dizer que ela gere salário ou lucro (WANDERLEY, 1998). Shanin (1979) se refere a essa "ausência" da racionalidade do lucro, na definição tradicional do campesinato, como uma falta de verificação e controle mediante a contabilidade sistemática em termos monetários e adiciona ainda, como característica, a escassa capacidade de venda.

As motivações que levariam os camponeses a tomar suas decisões seriam específicas e a busca pelo lucro não seria o objetivo principal da família (CHAYANOV, 1966). Buscariam sempre um equilíbrio entre trabalho e consumo, ou seja, um mínimo de fadiga no trabalho e o máximo de satisfação das necessidades de consumo próprio e da família; este balanço determinaria as decisões da família camponesa. Seriam, portanto, a composição demográfica da família, a indivisibilidade da renda gerada e a subjetividade da tomada de decisões que constituiriam a "identidade camponesa".

As teorias que não compartilham dessa visão e, por conseguinte, desconsideram essa especificidade do modo de vida camponês, acabam por entender que o campesinato é uma forma de exercer o trabalho a domicílio e que não existe, para esses trabalhadores, nenhum grau de autonomia frente os ditames do capital. Por vezes, entende-se ainda o campesinato apenas como uma adaptação técnica a determinantes externos. Mas as unidades de trabalho familiar não são apenas unidades de produção. Elas são também unidades de consumo. Dessa

forma, com a definição do que se compreende como consumo ideal é que as unidades de trabalho familiar vão definir suas estratégias de produção. Tal definição, além de contar com aspectos subjetivos, que envolve, por exemplo, os desejos de cada membro da família, é também um produto da cultura, na medida em que as estratégias de produção não são apenas uma forma de reprodução da existência, mas, já então, uma maneira de viver (CANDIDO, 2001).

Além disso, entende-se que o produto do trabalho da família é, de algum modo, indivisível, no sentido de não ser possível identificar, como explicita Wanderley (1998), o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. Ao contrário: descontada a soma correspondente aos gastos materiais ao longo de um ciclo, resta esse acréscimo em valor dos bens que a família adquiriu e que é a única categoria de renda possível (CHAYANOV, 1966).

A exploração familiar, segundo Lamarche (1993:15), “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Dessa forma, se toda exploração camponesa pode ser considerada familiar, nem toda a exploração familiar pode ser considerada camponesa. O autor apoia-se nas características do campesinato elaboradas por Chayanov, já mencionadas, e por Mendras, a saber: “a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de inter-relacionamentos; e a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral” (MENDRAS, 1976 *apud* LAMARCHE, 1993). Poderíamos dizer que um dos avanços de Mendras em relação à Chayanov foi entender o caráter *relativo* da autonomia, modernizando, por assim dizer, as relações estabelecidas entre camponeses e outras esferas da sociedade, notadamente as cidades, relações essas que se caracterizam pela dependência econômica.

Aprofundando o entendimento sobre a lógica interna² de funcionamento das unidades familiares de produção, Chayanov sistematiza um modelo que relaciona a satisfação da demanda familiar à penosidade do trabalho necessário para prover tal estilo de vida, o que determina o grau de auto exploração. A penosidade é definida principalmente pelo tamanho e

² “El pensamiento campesino le parece a menudo al observador externo caprichoso y subjetivo, con grandes elementos de lo que podríamos llamar pensamiento presocrático, donde pueden sostenerse al mismo tiempo dos opiniones contradictorias. Lo que a veces se pasa por alto es el hecho de que la ‘estupidez’ manifestada por los campesinos nos es necesariamente una prueba de la ausencia de pensamiento, sino más bien de un marco de referencia y patrones de pensamiento peculiares al grupo, y que en realidad sirven bien a sus necesidades” (SHANIN, 1979:222).

pela composição da família, ou seja, pela quantidade e capacidade dos braços disponíveis para satisfazer a necessidade de todos, inclusive, claro, dos que não trabalham. Dessa forma, verifica-se a existência de outros condicionantes que não aqueles presentes nos esquemas capitalistas modernos de produção – como a situação e a proximidade dos mercados, a disponibilidade dos meios de produção e a qualidade da terra –, que são fatores que também competem aos camponeses, mas numa intensidade e numa ordem de prioridade diferenciada.

Wanderley (1998) aponta que essa identificação entre família e empresa, ou seja, entre a propriedade do patrimônio e o trabalho executado, expressa a especificidade do campesinato em dois níveis: primeiro, o produtor familiar se distingue por ser exigido física e mentalmente pelo trabalho, pois deve ser realizado por ele mesmo; e segundo, o produtor familiar é o responsável pela sua reprodução social, através da preservação e da ampliação do seu patrimônio produtivo, com o qual mantém relação intrínseca. E isso determina um modo de vida.

É fundamental, desde já, fazer menção ao aspecto *familiar* das considerações feitas por todos os autores que se debruçam sobre o campesinato: as famílias são o núcleo básico da sociedade camponesa, a característica mais importante deste como fenômeno social (SHANIN, 1979), ainda que seja na esfera dos agrupamentos maiores (vizinhança, bairro) que seja possível verificar as características de cada sociedade específica, de cada tempo.

À especificidade e ao produto indivisível do trabalho se atribui o ritmo mais lento com que os camponeses aumentam o seu rendimento, se comparados com uma unidade econômica típica capitalista. Isso porque ao perceber a maior produtividade do trabalho – que pode se dar, por exemplo, pela adoção de uma nova tecnologia –, o camponês tende a diminuir a auto exploração de sua força de trabalho, que é a sua família (CHAYANOV, 1966).

Por outro lado, não se deve associar esse ritmo diferenciado ao atraso ou à estagnação. A produção agrícola representa, para os camponeses, o seu “campo de batalha” (VAN DER PLOEG, 2008), pois é nela e é através dela – que, lembremos, não é apenas uma atividade econômica, mas a expressão de um modo de vida – que o progresso pode ser alcançado, daí a tenacidade com que a defendem. Por se organizarem socialmente em torno de aspectos culturais que apresentam relação intrínseca com a natureza e os sistemas de produção, a tradição funciona como um filtro ou uma moldura para as inovações tecnológicas, uma forma de resistência, de defesa do modo de vida. Assim, o cerne do desafio, por exemplo, do aumento da produção e do envio dos produtos para mercados mais distantes, não

está no gerenciamento das diferentes quantias e nem nos custos maiores, mas na extensão do mercado, como diz Wilkinson (2008), para além da rede social.

Em unidades econômicas capitalistas, a incorporação de tecnologia contribui para o aumento da produção ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho e, por esse motivo, é sempre desejada. Na agricultura, isso se deu especialmente após a difusão do chamado modelo euro-americano de modernização e a campanha da revolução verde, com a introdução de novas variedades das plantas cultivadas, fertilizantes químicos e máquinas. Entre os camponeses, a inovação é incorporada apenas na medida em que seja suficiente para satisfazer as necessidades da família e não como forma de expressar todo o seu potencial de aumento da produtividade do trabalho.

Ainda assim, é importante frisar que a economia camponesa não constitui, propriamente, segundo Wanderley (1998), um modo de produção³, “ela é percebida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção, que se reproduz no interior de modos de produção diversos. Sua reprodução social está, assim, intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas têm, sabidamente, um caráter heterogêneo. Nestes termos, ela não representa algo residual, necessariamente atrasado, tendente a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo dominante”, ainda que processos de expropriação ocorram, sendo o principal o acesso à terra.

A agricultura, afinal, não constitui um setor isolado na economia e, mesmo entre os camponeses, os vínculos com a sociedade englobante não estão apenas presentes, como são definidores do modo de vida camponês que tem, nessa relação, uma das garantias de sua reprodução (WANDERLEY, 2004)⁴. O que confere a *unicidade* do campesinato é o conjunto amplo de funções inter-relacionadas executadas em um nível pouco especializado. Ainda que muitos dos trabalhos realizados pelos camponeses sejam realizados também por outros grupos sociais, a especificidade reside na combinação única feita pelos camponeses, que caracterizam sua vida diária (SHANIN, 1979).

³ “O modo de produção representa a forma geral (no sentido de abstrata) e específica (no sentido de uma estrutura histórica particular) em que são providas as necessidades materiais da sociedade, em dado estágio do seu desenvolvimento. (...) os camponeses não são um modo de produção porque lhes falta a estrutura política-econômica relativamente autossuficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente tem sido, de modo geral, externos a eles” (SHANIN, 2005: 10-11).

⁴ É notória a importância das reflexões da autora no que concerne às vantagens, para os camponeses, do estreitamento, de certa forma inevitável, de sua relação com a economia “geral”, o que denota a dinâmica e a capacidade de adaptação presente no *ser* camponês.

De forma complementar, Van der Ploeg (2008) defende que o caráter distintivo dos camponeses deve ser procurado não apenas nas relações desiguais de poder e em suas características socioculturais, ainda que tais elementos estejam presentes e sejam definidores da produção camponesa; o *modo* camponês de fazer agricultura deve ser explorado, ou seja, o envolvimento que o camponês estabelece com a agricultura e o modo como ele pratica essa agricultura; e, a partir disso, se existem diferenças entre esse modo de fazer agricultura e outros. Tal abordagem é importante quando se observa que os camponeses se relacionam com a natureza de forma totalmente diversa das formas implícitas em outros modos de fazer agricultura. Candido (2001), já havia chamado a atenção para esse aspecto, quando descreve a formação dos lençóis de cultura caipira no território do estado de São Paulo a partir do final do século XVIII. Há um paralelo, portanto, nas observações dos dois autores, quando registram o estabelecimento de uma espécie de *coevolução* homem-natureza, definidora de um modo de vida: para o primeiro (Van der Ploeg), importante política e tecnologicamente, no sentido de entender as contribuições econômicas e ecológicas dos camponeses para a sociedade; para o segundo (Candido), importante para compreender o modo de vida em si, que gravita em torno de mínimos vitais, relacionados à produção para subsistência, e mínimos sociais, relacionados ao trabalho familiar e à cooperação vicinal. O ritmo de vida da família e do grupo de vizinhança costuma refletir os principais ciclos naturais relacionados ao ano agrícola (SHANIN, 2005).

Woortmann (1987) enriquece a discussão ao defender que não são apenas os aspectos econômicos que ditam a especificidade do campesinato. Procurando desvendar a “ética camponesa”, o autor vai empreender uma análise *subjetiva* das sociedades camponesas e vai enxergar a terra não como um objeto de trabalho, mas como a expressão de uma moralidade, como um patrimônio da família. Aliás, terra, família e trabalho são justamente as categorias nucleantes e relacionada entre si – pois uma não existe sem a outra, neste caso – que definiriam a *cultura* camponesa. Apesar de não ser esse exatamente o objeto de estudo de

Candido (2001)⁵, os mesmos elementos estão presentes em sua pesquisa sobre os parceiros e a cultura *caipira*, ainda que não haja a posse da terra⁶.

Num dos eixos propostos por Lamarche (1993), ao tratar das explorações familiares, há a representação do grau de integração destas explorações com o mercado ou, de outra forma, com a sociedade englobante. Num extremo do eixo, o de menor integração ao mercado, estariam os agricultores identificados com o “Modelo Original” de produção, ou seja, aqueles que possuem uma relação bastante próxima com um modelo de exploração do passado, o qual serve de referência e fonte de um legado sociocultural. No outro extremo do eixo, o de maior integração ao mercado, estariam os agricultores identificados com o “Modelo Ideal” de produção, ou seja, à projeção que o agricultor faz de sua exploração no futuro. Nesse extremo, estaria também presente um tipo de influência sobre o funcionamento da exploração proveniente da sociedade englobante e que se refere às escolhas políticas. Entre esses dois extremos, haveria espaço para toda a diversidade de explorações familiares, ilustrando, portanto, a heterogeneidade característica desse grupo social. Por fim, ainda caberiam nesse eixo, num ponto anterior ao “Modelo Original”, o modelo tribal, que se caracterizaria por um elevado grau de independência da sociedade englobante e, próximo a ele, o modelo de subsistência.

(...) o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro, é o resultado do próprio capitalismo que não o extingue. Este não só extrai sobretrabalho dos operários, como também o capta onde é possível. Entre essas possibilidades encontra-se o trabalho camponês (MOURA, 1988).

⁵ “A nossa proposição lança a ideia de que o caipira de Antonio Candido, descrito na primeira metade da década de 1950, significa uma versão brasileira do observado na Rússia por Chayanov: a rusticidade é o ambiente construído em que se insere o caipira; a economia fechada é a organização produtiva do trabalho, das trocas internas, de uma economia não necessariamente monetarizada por ser fortemente baseada em formas internas de trocas; e, por último, o equilíbrio mínimo representa o consumo do ponto de vista semelhante ao que havia dito Chayanov” (MARTINELLO E SCHNEIDER, 2014:287).

⁶ “A parceria, no Brasil, representa as mais das vezes situação de compromisso entre o grande e o médio proprietário que não tem meios de explorar diretamente as suas terras e o trabalhador rural que não deseja tornar-se assalariado. Para ambos, é nitidamente uma situação de transição; daí ocorrer de preferência nas zonas chamadas velhas, e estabelecer-se nas fases de menor prosperidade ou decadência agrícola. Ela não permite ao fazendeiro a agricultura moderna e em larga escala; nem permite ao trabalhador a prosperidade mínima, que se traduz em estabilidade por meio da aquisição de terras. Por isso, tantas vezes, denota a coexistência do proprietário financeiramente insuficiente e do ex-proprietário, obrigado a lavrar chão alheio. Em nenhum lugar, mais do que em zonas velhas como a que percorri e estudei, verifica-se a seu respeito, a justeza do conceito de Drouyn de Lhuys: é a ‘associação, sobre um solo *pobre*, do trabalho *lento* e do capital *tímido*’” (CANDIDO, 2001:235-236).

É indubitável a capacidades dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo (SHANIN, 2005).

Ressalta-se que mesmo em relações de assalariamento nas grandes e médias propriedades, os camponeses não deixam de ser camponeses, justamente pela preservação do aspecto cultural, ou um grau de *campesinidade* (WOORTMANN, 1987) latente, que pode se expressar de diversas formas: temporalmente, através das escolhas futuras desse camponês, ou no presente momento, na forma como ele organiza sua vida. No caso das relações de parceria, é notória a reconstrução das relações de vizinhança na terra alheia.

Sobre as ruínas do latifúndio produtivo, na ausência de liderança econômica, a cultura tradicional se refez como cicatriz, restabelecendo-se o ritmo interrompido da vida caipira. A fazenda se tornou um quase-bairro no sentido social da palavra. (CANDIDO, 2001:146)

A questão, assim, não está em avaliar de que forma a integração à sociedade englobante destitui de especificidade o modo de vida camponês ao longo do tempo, mas, antes, de que forma se dá essa integração, de qual sociedade estamos falando e, por isso mesmo, de qual campesinato (WANDERLEY, 2004).

“Assim, a vigência das leis gerais de reprodução do capital – que evidentemente (...) afeta a reprodução das unidades camponesas de produção – não anula as especificidades dessas. Isto é, mesmo estando integrada ao movimento geral de valorização do capital, a economia camponesa se reproduz sobre a base dos princípios gerais de seu funcionamento interno, nos termos apresentados por Chayanov (...), cujo eixo é dado pelo seu caráter familiar e que tem como objetivo preservar uma margem de autonomia da família proprietária que trabalha” (WANDERLEY, 1998).

Mesmo em situações em que haja estreita integração com o mercado, nota-se a existência de uma diversidade de outras atividades no âmbito da propriedade familiar, relacionadas à subsistência ou a outros mercados, cuja invisibilidade denota mais uma defasagem na capacidade de observação e análise do pesquisador do que uma determinação de importância secundária.

Conforme muda a sociedade e, por conseguinte, a relação que se estabelece entre o campesinato e a sociedade englobante, muda o próprio campesinato, mas não a especificidade da organização da sua produção. As decisões mais importantes são tomadas em função de duas forças concorrentes: a do passado, representada pela tradição e pela memória de sua

história, e a do futuro, representada pelos projetos (LAMARCHE, 1993). Os fatores que regem a lógica interna nas unidades familiares adquirem novos conteúdos e assim surgem novas questões (WANDERLEY, 1998): de que forma se estabelecerá a relação entre o trabalho e o consumo; qual o padrão desse novo consumo; como se dá a apropriação do produto “indivisível” do trabalho; entre outras.

No tocante à redefinição do consumo, que afetará a avaliação subjetiva que a família realiza com relação ao grau de auto exploração, é importante considerar que, como membros da sociedade moderna, os camponeses almejam, efetivamente, participar dessa sociedade e adquirir um modo de vida “moderno”. Isso inclui uma gama variada de bens, materiais e imateriais, que demandam uma organização produtiva que permita acessá-los.

As características fundamentais da “condição camponesa” – que pode ser definida como um esforço de teorizar o campesinato no contexto dos dias atuais, assumindo sua condição de agente como característica central – seriam, segundo Van der Ploeg (2008:40), “(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações”. É importante ressaltar, nessa definição, a incorporação de aspectos relacionados à produção, à comercialização e à organização social dos agricultores como constituintes da condição camponesa.

Tal apontamento avança na definição de outras características que vão além do delineamento feito por Shanin (2005), que estabelecia quatro aspectos: a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 2005:4).

Woortmann (1987), dessa vez, propõe que ao invés de um contínuo que expresse uma situação *objetiva* de maior ou menor integração com o mercado, se considere um que

expresse a *campesinidade*, sendo esta uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Assim, a *campesinidade* pode estar presente tanto entre aqueles identificados como camponeses quanto entre aqueles que não mais são identificados como tal. E ainda: pode ser que justamente nos camponeses a *campesinidade* mais permanece adormecida, pois existe, neste caso, uma identificação entre a subjetividade e a objetividade. O autor quer, com isso, chamar a atenção para a possibilidade de que práticas aparentemente semelhantes podem ter conteúdos bastante distintos, senão opostos. Ou seja, na medida em que a análise se limitar aos aspectos econômicos e deixar de considerar a subjetividade, podemos não enxergar a diferença existente entre grupos camponeses muito distintos. Como exemplo, o autor cita a Amazônia, lugar em que convivem concepções sobre a terra identificadas como *morais* com outras que poderiam ser identificadas como *utilitaristas mercantis*, ou seja, “uma *campesinidade* em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (...), dessa forma, a “integração no mercado, (...) não significa, necessariamente, uma baixa *campesinidade*”, pois “transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a *campesinidade*” (WOORTMANN, 1987, p. 13, 14 e 19, respectivamente).

A questão que se estabelece a seguir é: com tantas mudanças em curso, pode-se afirmar que o camponês de hoje não é o mesmo camponês do passado. Concomitantemente, surgem novas denominações, como a de “agricultor familiar”, que procuram redefinir esse novo papel do campesinato na sociedade moderna. Mas, afinal, trata-se de uma ruptura e, portanto, do surgimento de um novo ator social, ou de uma continuidade da especificidade camponesa, porém em outros moldes? Com esta questão, Wanderley (2004) propõe que devem ser considerados elementos de ruptura e de continuidade na passagem do camponês tradicional para o agricultor “moderno”.

A ruptura existiria, por exemplo, por conta de mudanças na capacidade de investimento dos agricultores, tanto maior quanto maior for a integração com os mercados. O novo padrão de consumo engendrado pela sociedade moderna estimula os investimentos e, agora, a satisfação não se dá apenas com o atendimento às demandas mais básicas e imediatas. Ainda assim, “os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível” (WANDERLEY, 2004), daí a continuidade. Outro elemento de continuidade está relacionado à busca, sempre que possível, da manutenção da cultura tradicional, em diversos aspectos, alguns mais relevantes que outros, como é o caso do estabelecimento das relações de apoio vicinal, e de ter a liberdade de trabalhar por conta própria.

Dessa forma, podemos dizer que na medida em que possuem uma história em que se identifique elementos de continuidade da tradição camponesa, os agricultores “modernos” podem ser caracterizados como camponeses. Por um lado, impõe-se a necessidade de conhecer sua história. Por outro, a de lidar com nomenclaturas que atingem esses sujeitos e são, inclusive, por eles incorporadas.

O campesinato de hoje consiste em uma população que luta para sobreviver, unindo-se para controlar os meios de produção que cada vez menos correspondem às suas necessidades de subsistência, e que é excluído do sistema que anteriormente transmitia esperança de desenvolvimento. Ao invés de procurarem acumular lucro, os camponeses de hoje buscam meios de subsistência sustentáveis que assegurem sua sobrevivência (...) (JOHNSON, 2004 apud VAN DER PLOEG, 2008).

Wanderley (2004) chama a atenção para a dificuldade de se atribuir valor conceitual à categoria “agricultor familiar”, que se difundiu no Brasil principalmente após a criação de algumas políticas públicas específicas, sobretudo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tais políticas devem, de fato, definir seu público alvo e, portanto, necessitam explicitar os critérios pelos quais serão incluídos ou excluídos beneficiários⁷.

Apesar de *atribuída*, no sentido de que não foi formulada pelos próprios atores e sim por uma política de Estado, a definição de “agricultor familiar” foi incorporada pelos agricultores e, como analisa Wanderley (2004:58), ela “aponta para qualidades positivamente valorizadas e para o lugar desse tipo de agricultura no próprio processo de desenvolvimento”. Mas os agricultores não são, como já sabemos, apenas um produto da política. Eles são atores que possuem história e, também por isso, é importante o uso da categoria “camponês”.

2.2 A questão da luta pela autonomia

Como discorrido, antes de tudo, o campesinato pode ser identificado como uma cultura. Nesse sentido, mais amplo, estão imbricadas dimensões econômicas, políticas e

⁷ A Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006), determina os seguintes critérios – que devem ser atendidos simultaneamente – para o enquadramento do agricultor no segmento familiar: “I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo ; e IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

sociais que dão liga a essa forma de vida particular. Numa visão um pouco mais restrita, mas não antagônica, o campesinato pode ser uma forma social de organização da produção que dá origem a uma agricultura baseada no trabalho familiar, cujas especificidades já foram apontadas por Chayanov e outros. Por fim, campesinato pode ainda ser identificado como uma posição político-ideológica de contraposição ao modelo dominante de agricultura moderna. Utilizando qualquer uma dessas visões, é importante considerar que esses “agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses – é profundamente afetada por tal processo de integração econômico-social” (WANDERLEY, 2004:55).

A discussão sobre a autonomia no contexto até então desenhado surge a partir da percepção do denominador comum a todos os elementos definidores do campesinato e mesmo à diversidade inerente às expressões do campesinato pelo mundo; tal denominador é justamente a luta constante por autonomia (VAN DER PLOEG, 2008). Essa autonomia já havia sido expressa de outras formas, a partir de outras constatações, como por exemplo na elaboração do plano cartesiano de Lamarche (1993) representado pelos eixos da integração ao mercado e da influência da sociedade englobante como forças definidoras do fazer agricultura, e mesmo na noção de campesinidade de Woortmann (1987), ao olhar para os valores “camponeses” preservados por diferentes grupos sociais.

A liberdade do sitiante, do agricultor, do colono (...) tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. (...) A autonomia tem ainda outra dimensão: o controle do tempo. (...) A condição de liberto é realizada plenamente pelo sitiante ou pelo agricultor na medida em que este, enquanto pai, tem o controle sobre a terra, o trabalho e o tempo” (WOORTMANN, 1987:43-44).

A autonomia dos camponeses pode ser discutida também a partir da constatação da situação de tensão em que eles vivem, devido ao papel contraditório que desempenham: de um lado resistem para não desaparecer e, de outro, são um resultado do próprio capitalismo que os oprime (MOURA, 1988). Não há, portanto, incompatibilidade entre a manutenção da lógica interna de funcionamento de uma unidade familiar camponesa e o sistema capitalista, ainda que se estabeleça, quase sempre, uma relação de subordinação deste último sobre a primeira.

O importante, então, é que a integração aconteça de maneira que seja possível estabelecer um determinado grau de autonomia por parte dos agricultores, que passa pela valorização das especificidades do campesinato, e não pela sua supressão. É preciso criar alternativas às tradicionais formas de intermediação com o mercado, como a agroindústria e ação dos atravessadores.

Velho (1982) percebeu que boa parte dos variados tipos de camponeses parecia definir-se, justamente, por uma tensão que não se resolve de imediato, fazendo-os situarem-se ora mais próximos do mercado, ora mais próximos a uma economia de subsistência. Na verdade, essa tensão, derivada da coexistência de diferentes configurações de valores, é uma das marcas da sociedade moderna (VELHO, 1994). De qualquer forma, em suas pesquisas na região amazônica, o autor constata que “havia, efetivamente, um corpo de ideias em torno das vantagens, sempre que possível, de trabalhar por conta própria” (VELHO, 2013:110). Essa é uma das marcas principais de autonomia que perdura ao longo dos tempos e nos distintos contextos sociais.

Disso tudo, entendemos que autonomia não é uma qualidade que pode ser analisada de forma estanque. Ela é naturalmente fluida e, por isso, faz-se mais interessante compreender seus movimentos do que propriamente a situação em que se encontra num determinado momento histórico. Reforça essa noção a constatação de que as explorações que se encontram mais próximas de modelos extremos, ou seja, de uma integração quase inexistente com o mercado, por um lado, e de uma integração total com o mercado, por outro, são as que encontram as maiores dificuldades para assegurar a sua reprodução (LAMARCHE, 1993).

Autonomia, assim como o camponês, é também uma noção dinâmica, ou seja, não se caracteriza hoje nos mesmos moldes que antigamente, ainda que a luta por ela seja uma constante.

Apesar da relação de subordinação, já mencionada, não se pode dizer que o ente subordinado – os camponeses – tornam-se, por isso, meros elos, passivos, do ente subordinador – que pode assumir a figura do Estado, do mercado, de uma agroindústria etc., porque sua condição de camponês não se resume a uma forma de fazer agricultura simplesmente. Além disso, os camponeses procuram criar “espaços de adaptações” (FERREIRA, 1995), nos quais procuram fazer valer seus projetos frente às imposições externas. A “razão de ser” de uma cooperativa, que é a valorização da produção de seus associados, pode representar essa resistência camponesa quando comparada à atuação de uma agroindústria, que enxerga na produção agrícola apenas um de seus insumos (WILKINSON, 2008).

Esses espaços de adaptações ou, de outra forma, essa “liberdade” evocada pelos camponeses pode ser traduzida na possibilidade de criação de “espaços de manobra” (VAN DER PLOEG, 2008), o qual permitirá o trânsito entre a *independência* dos mercados e dos ditames da sociedade englobante (quando se atenuam os efeitos desorganizadores dessas “intervenções” externas⁸) e a *integração* a esses mercados e essa sociedade, de forma a aproveitar os benefícios daí advindos, que são diversos. Buscam, assim, estar livres de relações de exploração e submissão ao mesmo tempo em que querem a liberdade para praticar a agricultura de tal forma que esta corresponda aos seus interesses.

Tais interesses podem ser analisados pela perspectiva dos *projetos*, no entendimento construído por Velho (1994), a partir da leitura que faz dos trabalhos de Alfred Schutz. Por *projeto* se entende a capacidade de o sujeito antecipar seu futuro, através do estabelecimento de objetivos e fins para sua vida; tendo isso claro, o sujeito organizará os meios pelos quais esses objetivos e fins poderão ser atingidos. Para que esses *projetos* tenham consistência, porém, é fundamental o trabalho da *memória*, que age retrospectivamente sobre a vida do sujeito dando-lhe os indicativos de um passado que possibilitou as circunstâncias do presente. Sem essa consciência, não seria possível elaborar *projetos*. O autor confere enorme importância a esse sistema que envolve a *memória* e os *projetos* pois ambos se articulam e dão sentido às ações do sujeito, à sua vida e, poderíamos dizer, à sua identidade. Dessa forma, os “espaços de adaptações” ou “espaços de manobra” e a resistência camponesa à qual se referem diversos autores servem inclusive para garantir a manutenção da identidade camponesa. Esses espaços e essa identidade estão, hoje, mais do que nunca, intimamente relacionados à luta pela terra, quando constatamos que, diferentemente de tempos passados, o acesso à ela não está mais garantido pela mobilidade (a busca por terras “novas”), os processos de expropriação abundam em quantidade e diversidade (grilagem, despejos, esgotamento dos recursos naturais etc.) e ainda permanece uma correlação de forças desfavorável, politicamente, no que concerne à criação de políticas que apoiem a agricultura camponesa frente ao avanço das propriedades agrícolas de molde colonial (monoculturas espalhadas em grandes extensões, voltadas para exportação).

⁸ “Además, preservando todavía elementos de unicidad, el campo desarrolla una relación especial con la ciudad, la que se vuelve cada vez más decisiva para su propio desarrollo. El liderazgo de la ciudad se siente a través de la influencia creciente de las relaciones de mercado, la absorción de mano de obra y capital excedentes, la profesionalización de la agricultura, la difusión de productos masivos y la cultura masiva, y la anomia y la ‘desorganización social’”. (SHANIN, 1979, p.223-224)

Sendo a trajetória camponesa uma trajetória não linear, podemos entender um movimento em direção a uma dimensão da modernidade como necessário para um outro movimento: o de reconstituição da tradição.

Tem-se, então, de um lado, uma descontinuidade construída intencionalmente, isto é, a interrupção estratégica do tempo da tradição para restaurar a tradição e, com ela, a continuidade em outro momento futuro (...). Aqui, o futuro é a mudança pela manutenção do passado. Os homens concretos, por serem históricos, e por serem sujeitos de suas ações, são mais complexos que os modelos produzidos pelos recortes. Mas, sem eles, não haveria modelos (WOORTMANN, 1987:19)

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele. Os camponeses são uma mistificação; o problema é quando o são, como e quando não o são (SHANIN, 2005:18).

Wanderley (2011) situa a diferença entre camponeses e proletários justamente no fato de que para o proletariado falta a capacidade de organizar e produzir seu processo produtivo, ainda que pressionados, ainda que em margens estreitas e ainda que sob certa rigidez, como ocorre com o campesinato, seja ele integrado ou não, como é o caso dos que se “modernizam” e adquirem novas tecnologias e, por isso, também experimentam pressões externas⁹. Aliás, com relação à modernização, basta dizer que a transformação do *agricultor* em uma profissão, que em maior ou menor medida, depende de auxílios externos (insumos, assistência técnica, crédito) constitui também uma relação de subordinação; os conhecimentos tradicionais não são mais suficientes.

Os valores da modernidade representam, se comparados aos valores de sociedades tradicionais, uma guinada em direção à individualização, ou seja, à elaboração de ideologias individualistas (VELHO, 1994), e, por isso, na fragmentação de identidades tradicionais. As consequências disso são sentidas em todos os campos. Para o caso dos camponeses, que valorizam as relações de reciprocidade, vizinhança e parentesco, por exemplo, é importante

⁹ Candido (2001), de forma um pouco diferente, vai dizer que os agricultores se proletarizam na medida em que negociam sua autonomia, ou seja, vendem sua força de trabalho e perdem a capacidade de cultivar terra própria, ainda que tal situação não seja permanente.

buscar compreender como a modernidade afeta a sustentação desses valores e, conseqüentemente, a própria forma de vida desses sujeitos.

Em primeiro lugar, a atitude positiva dos mais Velhos [em relação ao mutirão¹⁰], contrastando com a negativa, ou reticente, dos moços; em segundo, a atitude positiva dos vizinhos imediatos e parentes; em terceiro, a atitude positiva de sitiantes e parceiros autônomos, contrastando com a atitude negativa de parceiros-empreiteiros e empreiteiros (...) denota crise dos padrões, devida ao enfraquecimento do tipo de solidariedade própria ao mutirão (CANDIDO, 2001: 163).

Um dos impactos da modernidade nas sociedades camponesas, no que se refere à autonomia, pode ser observada no aspecto geracional, tanto na relação entre pais e filhos quanto na forma como a *campesinidade* se desenvolve nas gerações mais novas. Se antes o não *trabalhar para o outro* era garantido, dentro e pelos membros da família, pelo *trabalhar para nós*, já é possível observar o surgimento de uma tensão entre esta lógica e o *trabalhar para mim*, quando os filhos passam a enxergar os pais como os outros. Com os novos valores da modernidade, o filho passa a estranhar seu universo familiar, que se desnaturaliza: “ao fazê-lo, descobre o cativo¹¹ no interior da família, enquanto seu pai percebia o cativo como a negação da família. O coletivismo que possibilitava ser liberto é reinterpretado como sujeição. O trânsito da *família liberta* para o *indivíduo livre* pode representar a dissolução da ordem moral. Pode representar também, em muitos casos, a proletarização” (WOORTMANN, 1987:56). Observando o desenrolar da história, essa hipótese acabou por sugerir muito mais uma *mudança* da ordem moral do que a sua *dissolução*, e uma redefinição da autonomia a ser buscada, do que a alternativa inequívoca à proletarização.

Outra possibilidade, nesse mesmo campo das conseqüências da modernização, é quando a expropriação da família camponesa de sua terra não se dá de forma direta, mas se apresenta no impedimento de acesso à terra aos filhos dos camponeses para poderem continuar camponeses. Tal situação, na maioria das vezes, leva, essa sim, à proletarização (OLIVEIRA, 2011).

¹⁰ “Pode-se falar de autarquia, portanto, com referência ao bairro; não às relações de família no sentido estrito. E um dos elementos de sua caracterização era o trabalho coletivo. Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. É membro do bairro quem convoca e é convocado para tais atividades. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o *mutirão* (...)” (CANDIDO, 2001: 87).

¹¹ Sobre o “cativo”, ver os trabalhos de Woortmann (1987) e Velho (2013).

As relações de dependência, e mesmo as de submissão e exploração, fazem parte da sociedade em que vivemos e o campesinato, muitas vezes, parece o agente a ser explorado sempre que se estabelece uma relação desse tipo. Por outro lado, a busca pela autonomia tem origem no seio do modo de vida camponês, na relação do homem com a natureza e nas relações que a unidade de produção desenvolve com o seu contexto. A construção dessa autonomia tem, portanto, íntima relação com o processo de trabalho desenvolvido nas unidades de produção, de modo que é justificada a defesa que os camponeses fazem dele. A manutenção da gestão do processo de trabalho é estratégica para a construção da autonomia e, portanto, para o desenvolvimento do campesinato, entendido não de forma estanque, mas num movimento que, ora ascendente e ora descendente, é capaz de reproduzir sua forma de vida.

Tal movimento pode ser compreendido na evolução da relação entre os camponeses e a sociedade englobante, na qual o mercado tem um importante papel, mas não único. Os camponeses buscam se inserir nessas relações de forma que haja flexibilidade de negociação, mas é claro que nem sempre isso é possível. De qualquer forma, suas avaliações não se esgotam no curto prazo e ceder de um lado – ou em um determinado momento – pode significar o restabelecimento de relações mais benéficas numa situação vindoura. O envolvimento em relações de dependência sempre é encarado com desconfiança (VAN DER PLOEG, 2008).

Apesar da fragmentação, as identidades tradicionais são fortes o bastante para se preservarem, em muitos casos, ainda que sejam ressignificadas; por isso que o tradicional e o moderno podem ser considerados dois lados de uma mesma moeda; o tradicional permanece apesar do moderno. Um dos símbolos mais importantes da preservação dos valores tradicionais e também da resistência camponesa é a terra. Assim é que, para Oliveira (2011), o aumento no número de posseiros é indicativo da resistência à proletarização e, mais ainda, da luta para garantir um espaço de reprodução do trabalho familiar camponês.

No que se refere aos migrantes, Becker (1997) relata o fenômeno da *contramobilidade* como expressão do direito de não migrar, de permanecer no lugar de origem. Por trás dessa resistência estaria uma defesa do espaço a ocupar e de uma cultura a ser preservada. Velho (2013) nos faz conhecer o caso em que a migração é urgente e, nesses casos, se se pode identificar uma falta de apego a uma terra em particular, se pode, com mais ênfase, perceber o desejo de *alguma* terra. Essa mobilidade, Candido (2001) diz, é uma forma de resistência, de preservação da tradição na instabilidade, na não aceitação de permanecer submisso.

Velho (1982) problematiza a questão enfatizando a necessidade de se partir de casos concretos para análises socialmente relevantes:

Não há nada que determine a priori ser a mera darwiniana sobrevivência, adaptação ou reprodução simples a motivação essencial de qualquer ator. Essa é – muito mais – uma manifestação (sublimação) – limite em resposta a condições determinadas. Não há – como se disse – nenhuma descontinuidade ontológica que separe essa de outras possibilidades (qual seja, por exemplo, o eventual ‘emburguesamento’ e ‘integração’ de um campesinato); na medida que essas sejam vistas como capazes em situação concreta de propiciar maiores oportunidades de poder sobre o ambiente e si mesmo, segundo valores determinados, do que a autonomia por marginalização (VELHO, 1982:23).

Pessoas de carne e osso são como disse, ambíguas e se movem em dois mundos. Disso resulta que a campesinidade não é uma prisão cultural. Enquanto pessoa concreta, o sitiante não é radicalmente distinto de pessoas “modernas” (WOORTMANN, 1987:69).

(...) o caipira reage de duas maneiras principais; rejeita em bloco as suas condições de vida e emigra, proletarizando-se; ou procura permanecer na lavoura, ajustando-se como possível (CANDIDO, 2001:271).

Entende-se que, ainda que a autonomia seja um valor perseguido pelo campesinato, é preciso compreender o contexto histórico de cada situação estudada, a fim de perceber os motivos do movimento que leva a condição da autonomia à perda de autonomia ou vice-versa.

A questão da mudança na forma de se relacionar com a natureza é fundamental para a compreensão do ganho qualitativo. Pelo fato de que uma parte significativa da base de recursos produtivos no modo camponês de se fazer agricultura depende da natureza, conquista-se um certo grau de liberdade que os modos “industriais” de se fazer agricultura não permitem e, muito pelo contrário, esforçam-se para suprimir. Van der Ploeg (2008) vai chamar a criação e desenvolvimento da base de recursos naturais de *coprodução* que, ao mesmo tempo em que é resultado, é fonte auto impulsionada de uma base de recursos sempre em transformação. A *coprodução*, portanto, é responsável pela geração de produtos, mas também de novos recursos. Dado isso, entendemos como o modo camponês de fazer agricultura engendra o modo de vida camponês: a produção e a reprodução estão intimamente relacionadas. “Dessa forma, o desenvolvimento da agricultura e a base de recursos na qual ele se apoia coincidem e concretizam-se na emancipação do campesinato” (VAN DER PLOEG, 2008:41).

A busca por autonomia realizada pelo campesinato poderia ser então descrita como o movimento em que atuam as leis próprias de funcionamento das unidades familiares de produção em contraposição às pressões externas exercidas pela sociedade englobante, força esta notadamente superior e subordinadora, mas que não é capaz e, segundo alguns, não tem mesmo o interesse, de prescindir do campesinato. O que está em jogo, portanto, é o grau em que se dará a subordinação e, dessa forma, o estreitamento da margem de manobra dos camponeses, definição esta que não é unidirecional e enfrenta grande resistência, ainda que, em determinados contextos históricos, se opte por uma maior subordinação.

Retomando algo anteriormente dito: o camponês de hoje não é o mesmo do passado. Ainda assim, não se sustenta, por um lado, defender que o campesinato se refere a uma formação social que só existe no passado ou que é apenas um resquício dele e, por isso mesmo, por outro lado, o conceito ganha envergadura ao assumirmos como uma de suas marcas essa dinâmica que garante sua resistência no tempo e no espaço, que está ancorada em qualidades como a vida familiar e o apoio vicinal, a relação estreita com a natureza e os ciclos agrícolas, o apego à terra, como território e como expressão de sua cultura, a liberdade no gerenciamento do tempo, ao qual se vinculam o trabalho – e a divisão do trabalho – e o lazer etc.

Da mesma forma a autonomia, tão abordada no que se refere à luta que os camponeses empreendem em seu nome, está dotada de tal flexibilidade que não se extingue na medida em que avançam as mudanças no campesinato, ainda que tais mudanças levem à diferenciação, à pauperização e mesmo à marginalização. É preciso ter em conta, sempre, a questão do tempo: abrir mão da autonomia no momento presente pode significar a retomada da autonomia, em um tempo vindouro, de forma mais consistente.

Assim é que observamos, hoje, autonomia dos camponeses relacionada aos seguintes aspectos (alguns verdadeiros tesouros guardados com afincos ao longo dos tempos): o trabalho por conta própria, significando a ausência de um patrão e de uma relação de assalariamento e, principalmente, a gestão do tempo; o vínculo com a cidade, buscando aproveitar o que há aí de melhor, tanto em termos de mercado (consumo e venda de produtos) como de lazer; a defesa da vida e da cultura na comunidade rural, lutando por constantes melhorias estruturais e pela qualidade na relação familiar e entre vizinhos; a questão ecológica, no que se refere ao manejo de práticas agrícolas conservadoras do meio ambiente, a segurança alimentar, a produção saudável e a independência de insumos químicos externos; e, por fim, talvez o aspecto mais importante, se considerarmos as conjunturas política e econômica

contemporâneas, a posse da terra, como garantia da moradia e do trabalho sim, mas sobretudo do modo de vida.

2.3 A noção de estratégia

“Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador” (BOURDIEU, 2004). Dentro dessa assertiva, está contido o entendimento que o intelectual francês possui acerca da noção de estratégia, ou seja, nem produto do inconsciente nem puramente da consciência e da razão. Segundo Duval (2015), “A noção de estratégia em Bourdieu visa (...) negar a ação indeterminada do agente social, como uma forma inconsciente e/ou apenas passível, sem com isso colocá-la como produto de um cálculo racional” (p. 77).

Ela é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais (...). O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige (BOURDIEU, 2004: 81-82).

Ao mesmo tempo em que há espaço para a invenção, necessária, inclusive, para adaptar-se às diversas situações que possam aparecer, fazendo com que não haja a obediência a “regras” pré-estabelecidas, há certas regularidades, ou coações, que se impõem aos sujeitos que as *percebem*. Essa percepção tem a ver com *interesse*, no sentido formulado por Duval (2015) sobre os escritos de Bourdieu: “Algo que as pessoas estão preparadas para perceber e realizar como algo imanente a elas: os interesses estão inclusive inscritos no corpo delas, nas suas maneiras de pensar, agir e se expressar” (p. 80).

Segundo Sant’ana (2011), as determinações não são irreversíveis e unívocas, então há liberdade mas dentro dos limites do jogo. Tal formulação vai ao encontro da noção de autonomia no campesinato que adotamos no presente texto e que vai contra a ideia de que o campesinato tende a desaparecer, conforme avança e se desenvolve a forma capitalista de produção. De qualquer forma, ainda que haja uma margem de manobra para que os sujeitos defendam sua autonomia, esta não está fora do quadro mais amplo de determinações do sistema social e econômica em que estão inseridos. Entende-se aqui por determinações, por exemplo, a tradição, o sistema capitalista etc. Com relação à tradição, vale a pena frisar que não se refere, no entendimento aqui apresentado de estratégia, apenas a um apego ao passado, mas, também, algo que remete ao futuro.

As estratégias estão, assim, fundadas no *habitus*¹², mas também envolvem *projetos* que estão em constante processo de construção, o que faz com que as ações objetivamente estruturadas podem não estar perfeitamente alinhadas aos fins subjetivamente almejados. As estratégias configuram e, ao mesmo tempo, são mediadas pelos modos de vida (SANT'ANA, 2011). Ou seja, a tradição não é uma prisão e o sujeito do campo não é um resquício do passado. Há espaço para a conservação de um modo de vida, diante das pressões advindas de determinações externas, e há espaço para mudança, para reconfiguração das regularidades existentes.

Talvez se entenda melhor a noção de estratégia aqui adotada se pensarmos que nem todas as ações práticas executadas pelos sujeitos têm uma finalidade consciente (SANT'ANA e COSTA, 2004); as estratégias são determinadas, em parte, pelas condições econômicas, sociais e políticas de um determinado contexto e pelo *habitus*. Segundo os autores, organizar uma análise em torno dessa noção de estratégia significa privilegiar a ação dos sujeitos mas sem desprezar o papel do contexto e do processo histórico. Na formulação de suas estratégias, o sujeito procura garantir sua reprodução, tanto imediata quanto para as gerações futuras. E aqui não se refere apenas ao patrimônio, mas antes ao modo de vida também (SARON e HESPANHOL, 2010).

A adesão a algumas políticas públicas tem se constituído como estratégia importante para a agricultura familiar no Brasil, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a partir do final de década de 1990, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), principalmente após a inclusão da obrigatoriedade da aquisição de alimentos da merenda da agricultura familiar, já nos anos 2000. Por isso, abordar tais políticas, quando presentes, se torna importante para a compreensão das estratégias adotadas e para o entendimento das relações estabelecidas com outros atores sociais.

¹² "Sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas (...) tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas" (BOURDIEU, 1974:201-2).

2.4 Políticas Públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

Políticas públicas são, segundo Rodrigues (2011), a “intervenção do Estado¹³ no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas, sendo que as ações da administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício do governo” (pp.18-19). Governar por políticas públicas significa incorporar a opinião, a participação, a corresponsabilidade, o dinheiro dos cidadãos, quer dizer, de contribuintes fiscais e atores políticos autônomos e, por causa disso, nem passivos nem unânimes. Política pública não é senão política governamental. Por isso, governar por políticas públicas supõe democracia.

Pode-se considerar praticamente impossível a formulação de um consenso que seria necessário para se governar de acordo com um plano nacional global. Isso se deve justamente ao pluralismo político, às liberdades econômicas e às perspectivas culturais diferentes. Portanto, quando se governa por políticas públicas, torna-se necessária a formulação de políticas específicas para os diferentes grupos sociais¹⁴ (ANDRADE, 2013). Claro que o governo possui o seu plano de ação, o seu plano para governar a nação, que é diferente do plano de ação da nação. Isso porque a ação da sociedade (e sua extensão, diversidade e liberdade de iniciativas) ultrapassa “os objetivos e os instrumentos que um governo específico julga que são os melhores” (VILLANUEVA, 2003).

Acrescente-se a isso que os governos devem ocupar-se, através de suas políticas públicas, do que é *público*, o que parece óbvio mas deve ser destacado. Público se refere “ao que é ou deveria ser acessível e disponível, sem exceção, a todos os indivíduos e que pode ser dizer que é de interesse e utilidade para todos os indivíduos. O público é diverso dos indivíduos mas não adverso a eles; ao invés de mortificar suas liberdades, cálculos e benefícios, se constitui para sua garantia, respaldo e extensão geral. Dessa forma, o público tem interesse nas necessidades, nos interesses e nos projetos de alcance geral e utilizam uma visão “realista” da políticas na qual as leis, acordos e programas se regem pelo critério da conciliação dos conflitos de interesse e implicam necessariamente um desenlace desigual com ganhadores e perdedores” (VILLANUEVA, 2003). Rodrigues (2011) acrescenta ainda que o

¹³ Formado por diversas instituições de governo, como o Poder Executivo, o poder Legislativo, o poder Judiciário e o Ministério Público.

¹⁴ Pode haver o caso de políticas específicas como solução para superar desigualdades e pode haver o caso de políticas específicas para alavancar determinado setor econômico, como é o caso, por exemplo, da agricultura patronal.

caráter *público* das políticas públicas se refere ao fato de elas serem mandatórias e impositivas e não apenas ao resultado social agregado que elas produzem.

O PAA foi criado através do artigo 19 da Lei 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), no primeiro ano de governo de Luis Inácio Lula da Silva na presidência do Brasil e, segundo SCHMITT (2005), visava: “(i) ampliar a demanda de alimentos por parte da população em situação de vulnerabilidade social; (ii) incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, por meio do apoio à agricultura familiar, do incentivo à produção para o autoconsumo e de um conjunto de medidas de política agrícola que tenham a segurança alimentar e nutricional da população enquanto um objetivo estratégico; e (iii) implantar programas emergenciais para atendimento daquela parcela da população excluída do mercado de trabalho” (p.79).

Alguns autores (DELGADO *et al*; SCHMITT, 2005) identificaram uma “dupla função” no PAA, qual seja, a de integrar a política agrícola relacionada à agricultura familiar e a política de segurança alimentar”. A política agrícola tratando de criar uma demanda institucional para os produtos da agricultura familiar, ou seja, uma garantia à comercialização, algo até então inexistente para esse segmento. A política de segurança alimentar, por sua vez, na formação de estoques estratégicos e no atendimento aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social, especialmente no tocante à alimentação. Podemos dizer, assim, que são aspectos inovadores, no PAA, o apoio à comercialização no âmbito da agricultura familiar e sua relação com a política de segurança alimentar.

Para Mattei (2007:2), a finalidade do Programa é o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente a camada de “produtores que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, através de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem desses produtores”. Para Sousa e Vaitsman (2007), além da função de abastecimento, o Programa busca incrementar a *renda* do agricultor familiar.

Dois aspectos são fundamentais no Programa: (i) a instituição de instrumentos de aquisição de produtos da agricultura familiar baseados em preços de referência diferenciados para esse segmento; e (ii) a possibilidade de essa aquisição ser feita sem a necessidade de licitação, por meio do mercado institucional, significando a estruturação de novos circuitos de comercialização (ANDRADE, 2013).

É importante também destacar o fortalecimento da relação produtor-consumidor estabelecida pelo PAA, através da criação dos estoques estratégicos e, principalmente, da distribuição dos alimentos aos grupos sociais em situação de risco alimentar. Tal esforço não

se restringe a esse Programa, mas é notável que o contemple enquanto política pública. Nos últimos anos, tem-se evidenciado que a aproximação entre produtores e consumidores favorece a consolidação de canais de comercialização, especialmente em circuitos curtos, beneficiando a agricultura familiar.

Ao longo dos últimos anos, produziram-se diversos estudos acadêmicos¹⁵ que apreenderam a multiplicidade de condicionantes que influenciam na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios bem como os impactos do Programa na realidade dos atores envolvidos, especialmente os agricultores familiares, enquanto beneficiários fornecedores, e os grupos sociais em situação de risco alimentar, enquanto beneficiários consumidores. Dentre os principais impactos podemos elencar: o estímulo à organização social dos agricultores, principalmente através da formação de cooperativas, incluindo a participação das mulheres e dos jovens, o incentivo à comercialização, através da criação de uma demanda para os produtos da agricultura familiar e pela possibilidade de, com isso, acessar o mercado convencional, o atendimento a grupos sociais em situação de vulnerabilidade, a oportunidade de criação de um espaço de aprendizado, tanto em termos de técnicas de produção quanto de gestão da produção, mudanças nos sistemas agropecuários, com destaque para expansão da área de produção, a introdução de novos produtos, a diversificação da produção e o aumento do nível tecnológico, e alterações na dieta das famílias participantes dos programas, significando, pois, um impacto na segurança alimentar das comunidades produtoras, e, por fim, o aumento da renda.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) existe desde 1955¹⁶, mas foi só a partir da Lei 11.947, de 16 de Junho de 2009, que passou a haver a obrigatoriedade da destinação de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais para a compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar e suas organizações, com prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2009). Com isso, diversas organizações da agricultura familiar, especialmente as que já estavam articuladas em torno do PAA, incluindo aquelas que já faziam entregas para a rede escolar, puderem contar com mais um canal de escoamento de seus produtos.

¹⁵ Ver CARNIELLO *et al*, 2007; DORETTO e MICHELLON, 2007; MARTINS e CAVALCANTI, 2007; MATTEI, 2007b; ROCHA *et al*, 2007; ALMEIDA e FERRANTE, 2009; GRISA *et al*, 2010; ANTUNES e HESPANHOL, 2011; SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011; AGAPTO *et al*, 2012; MARINHO e FIALHO, 2012; SALGADO *et al*, 2012; MORUZZI MARQUES *et al*, 2014.

¹⁶ Decreto 37.106, de 31 de Março de 1955, que institui a companhia da Merenda Escolar (BRASIL, 1955).

Segundo Belik e Chaim (2009), o Pnae “é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, o que se revela em termos de número de beneficiários e municípios atendidos” (p. 598). Sambuichi *et al* (2014) destaca que, entre as diretrizes do programa, estão o apoio ao desenvolvimento sustentável, através do incentivo à aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos localmente, além do incentivo, através dos preços oferecidos, à produção agroecológica e orgânica, à semelhança do PAA.

Além dos impactos já apontados com relação ao PAA, atribui-se ao Pnae a oportunidade de valorização da cultura alimentar regional, devido ao potencial educativo de se trabalhar a alimentação de crianças e jovens e à aproximação entre produtores e consumidores (TRICHES e SCHNEIDER, 2010; VILLA REAL e SCHNEIDER, 2011). Além disso, contribui para o desenvolvimento local, tanto no sentido da organização das comunidades rurais quanto do município, na medida em que demanda a articulação entre representantes dos agricultores, do poder público e das escolas.

3 O BAIRRO RURAL DO GUAPIRUVU

Compreensível, como já disseram alguns autores, que núcleos de povoamento menos dispersos, como são os núcleos urbanos, tenham sido objeto de uma quantidade maior de estudos ao longo de nossa história no que se refere às relações sociais. A concentração de pessoas favorece aproximação mais evidente ao funcionamento de uma sociedade e, a partir disso, as tarefas de compreensão de sua formação, suas estruturas e seu funcionamento se tornam mais práticos.

Em contraponto a essa realidade, os bairros rurais pareciam carecer de atrativos aos estudiosos. Algumas aproximações importantes a essas áreas foram realizadas em tempos relativamente recentes e permanecem ainda como as principais referências para quem busca compreender como se organizam as famílias que alicerçam parte fundamental de suas atividades e de sua reprodução social sobre a agricultura. Mais do que saber quem é o morador do campo brasileiro, esses estudos ajudaram a entender o motivo da resistência – dinâmica – do tipo de estrutura que é o bairro rural e alavancaram o interesse de pesquisadores, que não perdurou com a mesma força até os dias atuais.

3.1 Bairros rurais

As primeiras aproximações aos bairros rurais se deram através do reconhecimento de um tipo social presente no campo paulista que foi chamado de sitiante – pequeno lavrador independente, no que concerne ao regime de trabalho e à responsabilidade pela produção – proprietário ou não de terras. Müller (1951) reconhece que até então a predominância das fazendas havia obscurecido a presença desse sitiante, sua distribuição, a forma como se organiza e o papel que tinha e poderia vir a ter. Observou-se, a princípio, a presença de três tipos principais de sítios: o sítio-pouso ou de beira-de-estrada, que estava ligado aos movimentos de viajantes; o sítio ligado à produção de cana-de-açúcar; e o sítio que visava, basicamente, à própria manutenção. Tacitamente, entre os sitiantes, já se reconhecia como bairro ao conjunto disperso de casas no meio rural, mas que estavam suficientemente próximas para que se estabelecesse algum tipo de relação social entre seus moradores. Candido (2001) vai pormenorizar a origem desse sujeito, que se dá através de processos de aculturação provenientes do encontro de índios e portugueses, especialmente, e também de negros africanos, que resultou na criação de uma forma adaptada de sobrevivência distante dos principais núcleos urbanos e à qual se chamou de cultura caipira. A esses caboclos

vieram-se juntar os imigrantes, aumentando-lhes a complexidade de sua formação étnica. Eram sitiantes os proprietários de terra; os posseiros ou moradores, estes cultivando a terra, que não é sua e sobre a qual não tem autorização para se instalarem, de forma mais precária e transitória; os arrendatários e parceiros, que trabalham a terra alheia sob um regime acordado com o proprietário; e os colonos estrangeiros.

Candido (2001) afirmou que os grupos rurais de vizinhança, na área paulista, sempre se chamaram bairro e constituíam a unidade de agrupamento da maior parte das famílias do território, ainda que as moradias fossem dispersas. Aliás, a dispersão é uma das características do bairro rural, o que pode dar ao observador pouco atento a ilusão de não haver ali uma unidade. Os principais elementos que unem essas famílias seriam o sentimento de localidade, de pertencer a *determinado* local; a convivência, decorrente da proximidade e das necessidades de cooperação; as práticas de auxílio mútuo, dentre as quais tem destaque o mutirão; e as atividades lúdico-religiosas. O autor define o bairro rural como um “mínimo social”, no qual, apesar disso, é possível encontrar mais de um sistema de relações vicinais.

Ainda que as relações entre bairro rural e vila ou cidade sejam parte indissolúvel da vida de ambos, pois raro mesmo é o caso de alguém totalmente isolado, não se pode, com isso, transpor os tipos de relações sociais e suas éticas de um para o outro. Woortmann (1987), quando de sua discussão sobre a “ética camponesa”, enxerga a terra, elemento central no bairro rural, não como um objeto de trabalho, mas como a expressão de uma moralidade, como um patrimônio da família. Assim, os bairros rurais não se constituem como tal apenas por sua localização geográfica; antes, eles possuem especificidades, as quais os levaram a se constituir e se firmar distantes do núcleo urbano.

Queiroz (1973:1) partiu do trabalho de Antonio Candido e da centralidade da noção de “sentimento de localidade” para estudar alguns bairros rurais paulistas localizados em diferentes regiões¹⁷. A autora observou que o bairro rural tal qual sistematizado por Candido é apenas uma das formas possíveis de caracterizar esse espaço, já que há situações em que a agricultura comercial fora adotada de tal modo, que mesmo não havendo grande isolamento (que caracteriza o bairro rural “tradicional” ou caipira), não há abandono das relações sociais e do modo específico de vida. Dessa forma, há uma ampliação da noção de bairro rural que passa a incorporar camponeses e agricultores¹⁸.

¹⁷ A bacia do Ribeirão das Antas, no município de Taubaté; o bairro do Taquarí, no município de Leme; os bairros do sertão do município de Paraibuna; e os bairros do sertão do município de Itapecerica.

¹⁸ No entendimento da autora, camponeses e agricultores possuem autonomia de trabalho e dispõem de ao menos parte da produção. A diferença entre eles seria que os primeiros visam essencialmente o sustento da família, ainda que disponham o excedente do que produzem ao mercado, e os segundos visam o lucro e são mais

Outros aspectos passam a ser observados e relacionados ao bairro rural. Um primeiro seria a incipiente desigualdade social entre os moradores e os mecanismos existentes para evitar que essa desigualdade se desenvolva, tal como o casamento, as relações de compadrio, a religião, as ajudas mútuas etc. Isso não significa que não existam categorias diferentes de trabalhadores – proprietários ou não de terras – ou que não existam patrões e empregados, mas que a distância social entre eles não é muito grande.

Um segundo aspecto seria o funcionamento dinâmico do grupo social caracterizado por uma dispersão cotidiana, relacionado à distância das casas entre si e dessas, em seu conjunto, com a cidade, intercalados por momentos periódicos em que há a reunião das pessoas, seja para o trabalho, seja para o lazer e a religião. A frequência de participação nessa dinâmica vai reforçar o sentimento de localidade e, assim, contribuir para a configuração do próprio bairro, na medida em que as famílias que estão geograficamente mais isoladas ou que por qualquer outro motivo não podem atender a esses encontros não são consideradas “do bairro”.

E um terceiro aspecto seria que se, internamente, os contornos do bairro rural são definidos primordialmente pelas relações sociais que ali se estabelecem, externamente, as relações econômicas desempenham papel fundamental na criação e na manutenção de um equilíbrio regional que vai determinar a decadência ou o progresso do bairro. Depreende-se que as estratégias adotadas, se estavam relacionadas com as possibilidades oferecidas pelo meio físico da região, relacionavam-se de forma ainda mais intensa com os projetos elaborados pelos sitiantes, nos quais o cerne é a manutenção de seu modo de vida.

Brandão (1999) observa que é comum, entre os sitiantes, designar “os de fora” aqueles que não pertencem ao bairro, e mais enfaticamente aqueles que vêm da cidade, os representantes do “progresso”. Essa oposição com “os daqui” denota consciência sobre a necessidade de se preservar um modo de vida, que estaria em risco com a chegada de outra cultura e que seria facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e pelas vias de transporte. Uma das maiores ameaças desse processo seria a diferenciação social e consequente desintegração do bairro.

O bairro rural, afinal, representa o espaço compreendido entre a cidade e a selva; a primeira, para onde não se almeja ir, mas que a partir de certo momento passa a vir até ele; a segunda, que deve ser e é pelo homem do campo transformada, na medida em que tal domínio

integrados. Cabe destacar que essa distinção parece insatisfatória diante dos empregos desses termos atualmente; o agricultor, por exemplo, é, entre outras coisas, o sujeito das políticas públicas; o camponês pode ser identificado também como uma posição político-ideológica de contraposição ao modelo dominante de agricultura moderna (WANDERLEY, 2004).

representa a forma como ele concebe sua relação com o mundo natural e do qual as relações sociais são dependentes (BRANDÃO, 1999), mas que está cada vez mais condicionado às restrições impostas pela “preservação” do meio ambiente.

Os fatores que se referem à caracterização clássica de um bairro rural estão relacionados à questão da autonomia dos camponeses. Em sua proposta de teorização do campesinato, Van der Ploeg (2008:40) destaca a questão da luta por autonomia e a “criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, a qual por sua vez permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado”.

3.2 A agricultura no Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira paulista é conhecido por ser uma das áreas mais pobres do Estado de São Paulo. Segundo Hogan *et al.* (1998), apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento do estado e uma economia baseada na agricultura, na mineração e no extrativismo vegetal. Os parâmetros socioeconômicos (tais como mortalidade infantil, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto etc) são bastante piores em relação às outras regiões paulistas. Uma importante peculiaridade é o baixo índice de urbanização, estando uma parte expressiva da população vivendo na zona rural e desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência.

É um reduto de biodiversidade relativamente conservado, em contraste seguramente com grande parte do país e obviamente com o restante do estado de São Paulo, cuja ocupação, no que se refere ao povoamento não indígena, data do século XVI (SANTOS e SUZUKI, 2011). Tem destaque a presença de diversas comunidades tradicionais – remanescentes quilombolas, caiçaras e indígenas principalmente – e, segundo o Território da Cidadania do Vale do Ribeira (2011), 26,23% do total da população vive na área rural, o que é um índice expressivo.

Talvez seja importante, nesse momento, destacar que essa população vivendo da agricultura no Vale do Ribeira possui uma história de convivência com a Mata Atlântica que remonta a séculos anteriores e é fruto do desbravamento e da experiência de diferentes povos que se encontraram neste território. Enriquece essa afirmação a noção aqui adotada de Mata Atlântica que a considera como uma faixa florestal que possui outrora uma continuidade, mas que tanto antes como atualmente foi e é bastante diversificada nos seus aspectos fitofisionômicos e florísticos. Estendia-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul e

hoje, bastante fragmentada, dá nome aos remanescentes dessas florestas atlânticas, abrangendo uma grande diversidade de formações, como as Floresta Ombrófila Densa Atlântica, a Floresta Estacional Semidecidual, os manguezais, as restingas, os brejos interioranos etc (CN-RBMA, 1996). É de se imaginar o arcabouço de conhecimentos que as populações tradicionais aí residentes possuem.

Justamente por abrigar resquícios de Mata Atlântica, a região do Vale do Ribeira passa por uma situação bastante delicada, em que existe uma espécie de concorrência entre a questão agrária – bastante evidente no que concerne à existência de populações tradicionais, à falta de regularização fundiária, aos conflitos por terras e à agênciade grandes empreendimentos do setor mineral, só para citar alguns exemplos – e a questão ambiental, gerando conflitos no que se refere à permanência das populações na circunvizinhança das áreas protegidas e na regulação do uso da terra. Chabaribery *et al.* (2004) diz que essa tendência surge na década de 1980 como uma das faces do ambientalismo apoiado pela classe média urbana que possuía pouca compreensão das questões socioambientais como afirmação da cidadania. Paoliello (1992) e Queiroz (1992) vão situar esse momento da história principalmente entre os anos de 1985 e 1988 com o aumento das ações do Estado no tocante às Unidades de Conservação.

Tão heterogênea quanto à própria Mata Atlântica é a organização socioeconômica do Vale do Ribeira, que pode ser dividida em regiões que facilitam a compreensão de suas dinâmicas. Alves (2004) propõe uma subregionalização que leva em conta os limites dos municípios e os seguintes critérios: a) a macrocompartimentação geomorfológica da região, b) as principais sub-bacias da porção paulista da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e c) as características demográficas, socioeconômicas e geográfico-ambientais dos municípios do Vale do Ribeira, que poderiam ser assim agrupados: o Planalto (ou Alto Ribeira), do qual fazem parte Apiaí, Barra do Chapéu, Itaóca, Itapirapuã Paulista e Ribeira; a Serra (ou Médio Ribeira), do qual fazem parte Barra do Turvo, Iporanga, Eldorado e Sete Barras; o Baixo Ribeira, do qual fazem parte Cajati, Jacupiranga, Registro e Pariquera-Açu; a Sub-bacia do Juquiá, do qual fazem parte Juquiá, Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri, Juquitiba e Tapiraí; e o Litoral / Estuário, do qual fazem parte Cananéia, Iguape e Ilha Comprida.

Com relação à sub-região em que está a cidade de Sete Barras – a Serra (ou Médio Ribeira) – diz o autor:

Abrange 4 municípios (Barra do Turvo, Iporanga, Eldorado e Sete Barras), que não sofreram desmembramentos nas últimas décadas. Com cerca de 4.874 km², corresponde a 28,9% da área do Vale do Ribeira paulista.

Concentra a maioria das unidades de conservação de uso indireto do Vale (Parques Estaduais de Carlos Botelho, Intervales, PETAR¹⁹ e Jacupiranga), além da APA da Serra do Mar. Estas unidades de conservação abrangem 83% da área desta sub-região, que é também a menos urbanizada e com menores volume e densidade populacionais, concentrando apenas 11,7% da população total do Vale do Ribeira em 2000” (ALVES, 2004:95).

Chaberibery *et al.* (2004) propõe a criação de cinco classes de municípios, sendo que o município de Sete Barras estaria na classe quatro, que compreende ainda os municípios de Registro e Pariquera-Açu e que:

(...) é considerada a [região] mais desenvolvida do Vale, lastreada pelos sistemas produtivos da banana e do chá. Apresenta os indicadores de modernização agrícola (...) acima das médias do estado, inclusive os relacionados ao uso de tratores, demonstrando que são as áreas mecanizáveis do Vale, pois apresentam o mais baixo indicador de terras com restrições agrícolas da região. Apresenta-se como um dos melhores conjuntos de índices de condições de vida entre as classes, mas as variáveis ligadas à renda monetária não são as melhores. O valor da produção por pessoa ocupada está abaixo da média da região, assim como a renda média nominal agrícola sobre a renda total do município. Por outro lado, a dependência de geração de emprego do setor agrícola é alta, mostrando que é uma classe com base econômica na agricultura. A classe quatro, em resumo, trata-se do polo de crescimento capitalista do Vale, no qual, apesar da agricultura familiar ser importante, existe a necessidade de contratação de empregados para viabilizar os sistemas produtivos da teicultura e da bananicultura, refletindo na importância da agricultura para a dinâmica econômica. Registro é considerada a capital econômica do Vale, e Pariquera-Açu a que converge boa parcela da demanda da região por equipamentos públicos de saúde (p. 69-70).

Registros apontam que a primeira atividade que deu origem a um ciclo de desenvolvimento econômico na região do Vale do Ribeira foi a exploração mineral, com destaque para a mineração do ouro de aluvião a partir do século XVI (DIEGUES, 2007; BELLINI e MARINHO, 2009). Com a decadência dessa atividade, no final do século XVIII, teve início um período de emigração da região e de aumento da importância da agricultura de subsistência, em que se destaca, segundo Diegues (2007) a exportação de farinha de mandioca, arroz, cana-de-açúcar e peixe seco que eram escoados pelos portos do Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande. Já no início do século XX, teve início o ciclo do arroz na região, trazendo a lógica e a dinâmica da economia de mercado, com destaque para os municípios de Iguape e Cananeia como núcleos administrativos e comerciais (ALVES, 2004). Outras culturas, como o feijão, o milho, a cana, a mandioca e o fumo, também faziam

¹⁹ PETAR é a sigla de designação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.

parte do rol de produtos encontrados nas propriedades, mas serviam principalmente para compor a dieta dos agricultores.

A diminuição do trabalho escravo, a partir da abolição decretada no século anterior, mas que só atingiu seu apogeu mais adiante, afetou a produção de arroz, que entra em declínio; volta então o predomínio da agricultura de subsistência, em que se combinavam a pequena lavoura, o extrativismo e a pesca (DIEGUES, 2007). Segundo o autor, a decadência da produção de arroz trouxe pobreza e a desestruturação da organização da produção baseada no trabalho escravo. Os pequenos sítiantes que produziam arroz passaram a diversificar sua produção e o arroz passou de produto comercial para produto destinado exclusivamente ao abastecimento familiar.

Através de planos estatais, promoveu-se a colonização da região do Vale do Ribeira, ainda em princípios do século XX, com o fim de reerguê-la economicamente. A primeira colônia a ser assentada foi a de japoneses, que passaram a cultivar comercialmente o arroz e o chá e logo depois a banana, a partir da década de 1920, principalmente em Registro e Sete Barras. Com a criação de uma ferrovia entre Santos e Juquiá e com a ligação de São Paulo a Curitiba pela rodovia BR-116, criou-se o vetor de desenvolvimento do Vale, com a cidade de Registro como polo sobrepondo-se a Iguape, o que possibilitou a expansão da produção de banana e seu escoamento para outras partes do Estado, principalmente a partir da década de 1960 (ALVES, 2004).

A partir da década de 1970, nota-se uma maior diversificação da produção agrícola no Vale do Ribeira, mas é importante retomar que tal diversificação não se deu em todo o Vale. A produção de tomate, por exemplo, concentrou-se no Alto Ribeira. De forma geral, as produções de banana e de chá continuaram concentrando a maior parte do esforço produtivo dos agricultores. O cultivo do gengibre, que possui importância até os dias atuais, foi introduzido na região por agricultores japoneses no final da década de 1980 (NOGUEIRA e MELLO, 2001).

Já o *cultivo* de palmeiras para palmito teve início no Vale do Ribeira em 1993, com o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas)²⁰ e a Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)²¹ à frente da implantação de lavouras de pupunha. Através do extrativismo, o

²⁰ Segundo Schattan e Kotona (2004), “Nos Institutos de Pesquisa Agrícola do País, em especial no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), equipes de pesquisadores estudam e experimentam há mais de 20 anos as técnicas para o cultivo da pupunha, sendo que o IAC já desenvolveu um “pacote tecnológico” que garante o sucesso da cultura quando corretamente aplicado” (p. 46).

²¹ Órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo que “... coordena e executa os serviços de assistência técnica e extensão rural ao pequeno e médio produtor rural, com ênfase na produção

aproveitamento do palmito – no caso, a juçara – é antigo na região e bastante relevante em termos econômicos. Atualmente, coexistem com a pupunha lavouras de palmeira-real e de palmeiras híbridas de juçara e de açaí (RODRIGUES e DURIGAN, 2007).

A pupunha é originária da região amazônica e seus principais atrativos, enquanto cultura, são a precocidade, o perfilhamento, o rendimento e a qualidade do seu palmito (SAMPAIO *et al.*, 2007). Segundo os autores, a iniciativa do plantio de cultivos de pupunha no Brasil surge a partir da assinatura de um tratado internacional, no contexto da Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), em que os países signatários se comprometiam a comercializar palmito proveniente apenas de plantios, incentivando assim pesquisadores a estudarem a viabilidade de adaptação da pupunha a outras regiões.

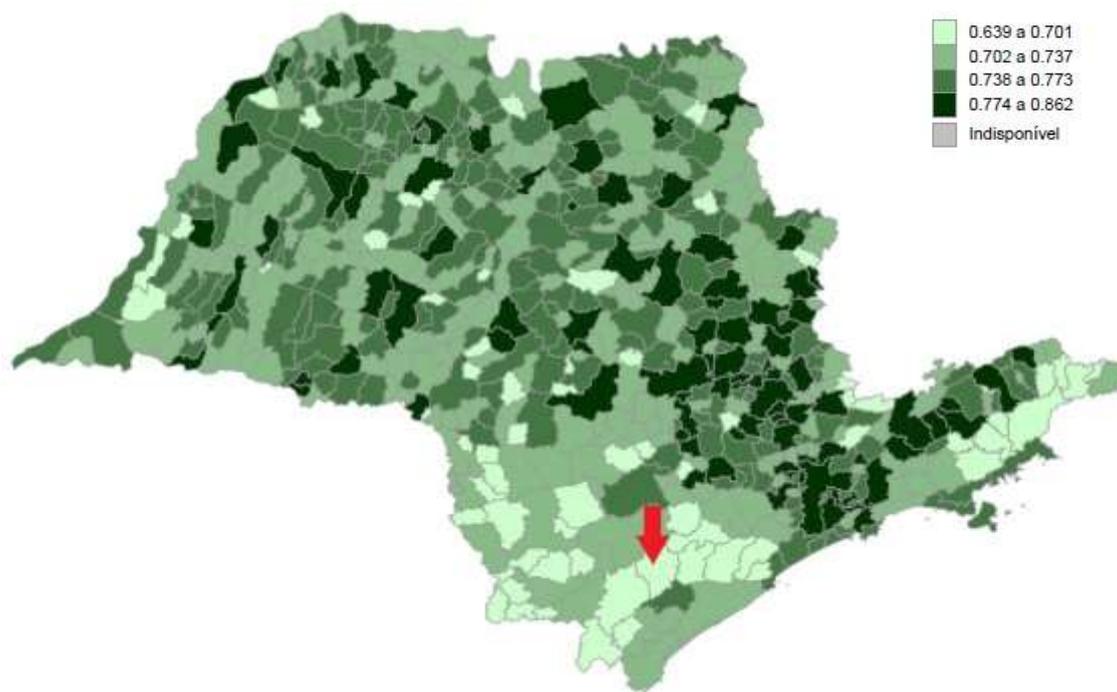
Atualmente, o município de Sete Barras possui sua economia baseada na agricultura, com destaque para a produção de banana – principalmente nanica e prata – e palmito pupunha. O gengibre, que já conheceu tempos de maior abundância e rentabilidade, ainda permanece como alternativa para algumas famílias que buscam diversificar sua produção.

3.3 O município de Sete Barras e o bairro do Guapiruvu

Sete Barras é um município que está localizado no Vale do Ribeira, ao sul do estado de São Paulo, a aproximadamente 200 quilômetros da capital e 30 quilômetros da BR-116 (na cidade de Registro), que liga São Paulo a Curitiba e é a principal via de escoamento de toda a região. Possui população (estimada) de 13.190 pessoas (IBGE, 2014) e a agropecuária como principal atividade econômica, com destaque para a cultura da banana.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 foi de 0,673 (IBGE, 2010) e se configura como um dos mais baixos do estado, como pode ser observado na Figura 1, o que torna a região importante foco de estudos que versam sobre a questão do desenvolvimento.

Figura 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o Estado de São Paulo, 2010 (destaque para o município de Sete Barras).



Fonte: IBGE, 2010.

O bairro do Guapiruvu localiza-se entre os municípios de Sete Barras e de Eldorado, a aproximadamente 30 quilômetros do centro da cidade de Sete Barras, sendo um terço do percurso coberto por uma rodovia asfaltada e os dois terços restantes formado por uma estrada de terra.

Ainda que não se possa atribuir *a priori* o *status* de “pobres” aos moradores do bairro, pode-se dizer que os mesmos encontram-se em um contexto de privação, seja pela qualidade dos serviços oferecidos pelos municípios mais próximos, e mesmo pelos índices de desenvolvimento de todo Vale do Ribeira, seja por sua própria história, como será demonstrado mais adiante. Ser pobre é ter, de alguma forma, “sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades” (LAVINAS, 2003, p.29), situação causada pela falta, principalmente, de renda e recursos. Não é difícil imaginar a imposição de tal situação às comunidades rurais de um modo geral e, especificamente, às do Vale do Ribeira, dado que a reprodução da pobreza é mediada, em grande parte, pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através, por exemplo, da dinâmica do mercado de trabalho.

Indo um pouco mais adiante, poderíamos caracterizar grande parte dos agricultores familiares do país como sujeitos “excluídos”, dado seu não pertencimento histórico à sociedade do progresso. Assim, mais do que o empobrecimento do indivíduo, a exclusão revela o empobrecimento das relações que definem o lugar e a identidade dos agricultores familiares. Além disso, excluídos são, de certa forma, todos aqueles que carregam o estigma de terem que ser assistidos (LAVINAS, 2003).

Bernini (2009) aponta que o primeiro núcleo de moradores da localidade se formou na década de 1860 por famílias provenientes das regiões de Iguape e Cananeia que passaram a ocupar as margens dos afluentes do rio Ribeira de Iguape em busca de terras férteis para praticarem a agricultura de subsistência. Outro fator que impulsionou a formação desses “bolsões de cultura caipira”, dos quais o Guapiruvu é um exemplo, foi a decadência da rizicultura na região do baixo Ribeira a partir da segunda metade do século XIX. Foi nessa época que se instalaram as três famílias que teriam formado o primeiro núcleo populacional do bairro, a saber: os Alves, os Pereira e os Teixeira.

Com a instalação das primeiras famílias, o núcleo populacional passa a crescer e até o início do século XX se estabelece uma comunidade que vive dos recursos da mata e pratica a agricultura de subsistência. Percebe-se uma continuidade das atividades que eram praticadas pelos primeiros ocupantes, inclusive nas regiões que ocupavam anteriormente.

A partir dos anos 1940, a região do Vale do Ribeira passa a sofrer uma transformação do seu papel na economia do estado, de forma que algumas políticas de incentivo à ocupação da região começam a ocorrer, ainda que de forma descontínua. É nessa época que chegam os primeiros produtores de banana, que passam a ocupar as terras em que já havia posseiros, criando uma série de conflitos que terminam com a expulsão de alguns desses posseiros ou com a incorporação de outros como mão-de-obra para a produção. Outros ainda passam a produzir a cultura da banana, numa tentativa de adaptação às imposições da nova ordem de ocupação do espaço estabelecida com as políticas de incentivo.

A partir da década de 1960, no entanto, começa um processo que vai se estender até a década de 1990 e que é caracterizado por uma intensificação da luta por terras na região do Vale do Ribeira, já que além das compras de terras feitas por médios fazendeiros – o que já havia agravado a situação dos primeiros posseiros – passou a haver a incorporação de terras através de grilagem. Com a grilagem surgem os supostos proprietários das terras e, com eles, os jagunços, responsáveis por expulsar os primeiros posseiros da área. Esse processo também ocorre no bairro do Guapiruvu. Como forma de resistência, os primeiros moradores permanecem na área, seja como empregados dos fazendeiros, seja como posseiros.

Na década de 1980 são criados dois Parques Estaduais na vizinhança do bairro do Guapiruvu: Intervales e Carlos Botelho. Esses parques vão significar, num primeiro momento, do ponto de vista dos moradores, um incremento na fiscalização ambiental da área, através da presença da Polícia Militar Ambiental e de postos de fiscalização, e uma proibição de algumas práticas relacionadas ao seu modo de vida, como as roças feitas no sistema de coivara, a caça e o extrativismo de algumas espécies vegetais.

3.3.1 O assentamento agroambiental Alves, Pereira e Teixeira

Na década de 1990 passam a ocorrer os primeiros diálogos com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no sentido de fazer uma averiguação da área e comprovar a legitimidade da ocupação dos primeiros moradores, em detrimento das ocupações mais tardias, principalmente das terras que foram griladas. Mas é apenas em meados de 2005 que tem origem o assentamento agroambiental (PDS) Alves, Pereira e Teixeira, que não corresponde à totalidade da área do bairro do Guapiruvu, mas que tem lugar justamente onde foi fundado o primeiro núcleo da comunidade.

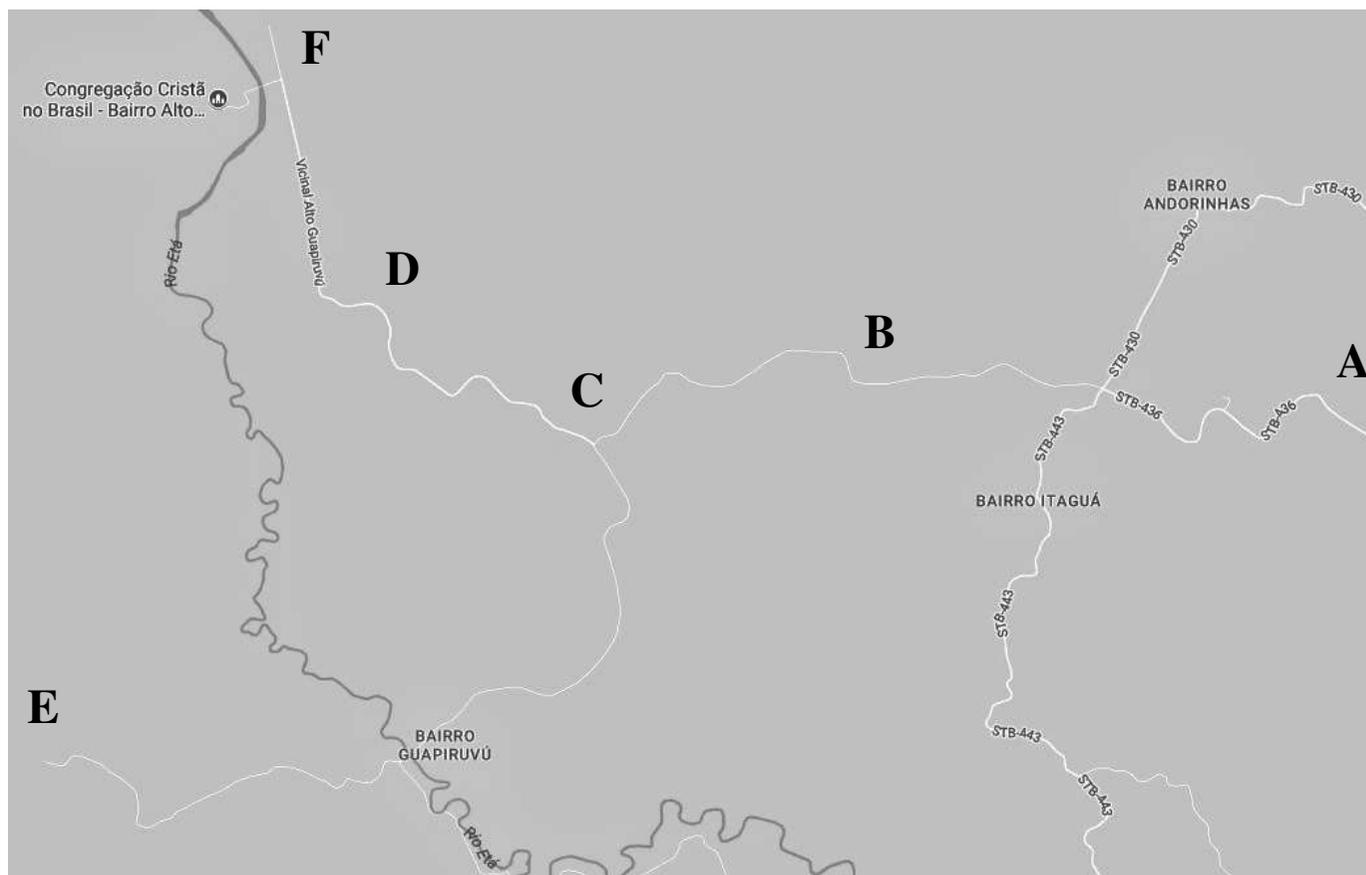
O assentamento foi destinado a 72 famílias do bairro, sendo que 42 delas já praticavam atividades na área. As 30 restantes foram incorporadas justamente por enfrentarem uma situação de falta de terra e de trabalho e por, em algum momento, terem se envolvido na luta por terra na região. Muitas delas também mantinham uma relação de parentesco com os posseiros.

Segundo Bernini (2009), os conflitos relacionados à terra, que culminaram na criação do assentamento, começaram em 1966, quando passa a haver a reivindicação de uso particular da área conhecida como Fazenda Boa Vista – que já era ocupada por sitiantes: os primeiros habitantes do Guapiruvu – que fora declarada terra devoluta em 1943. Através da ação de jagunços, que queimavam casas e o estoque da produção e saqueavam animais, houve a expulsão dos ocupantes. Com a instalação do processo jurídico em que se reivindicava o usucapião da área, a denominação de “posseiro” foi adotada pelos ocupantes e a área em questão passou a ser chamada de “área da posse”. O processo foi arquivado sem que os ocupantes tivessem sucesso em sua petição e pouco tempo depois do conflito a área da posse foi abandonada. Apenas em 1973, ou seja, seis anos depois, uma empresa passou a utilizar a área para produção de palmito e madeira, atividade que ocorreu até 1985, quando novamente a área foi abandonada. Apenas em 1989, os moradores da comunidade do Guapiruvu passaram a ocupar novamente a área com roçados, o que despertou nos donos do

empreendimento anteriormente mencionado o ímpeto de entrar com uma ação de reintegração de posse, que foi concedida em 1991. Em 1992 ocorreu o primeiro despejo judicial, 1993 ocorreram outros. A ação de jagunços voltou a fazer parte da rotina da comunidade, instaurando um clima de medo; ainda assim, as ocupações da área continuam, assim como os conflitos com os jagunços. Em 1998 ocorre o segundo despejo judicial e luta pela terra acaba por aproximar a comunidade dos órgãos responsáveis pela resolução de conflitos fundiários: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Ainda que restrições ambientais competissem contra a instalação de uma área de assentamento no local em disputa, a causa terminou favorável à comunidade com a criação do PDS Alves, Pereira e Teixeira em 2005.

É importante delimitar que o bairro compreende a área do assentamento (Figura 2), mas não se restringe a ele. Em verdade, a maior parte dos moradores do Guapiruvu vive fora do assentamento e possuem, na chama “área da posse” os seus lotes que, em grande medida, estão destinados apenas à produção. Algumas famílias já se mudaram para os lotes, usufruindo, assim, dos benefícios da terra própria – ao contrário, muitas vezes, da condições em que viviam fora do assentamento, vivendo de favor no terreno de outros ou alugando casas – mas questões de infraestrutura ainda são um obstáculo para um movimento expressivo nesse sentido. Ainda não há rede de energia instalada – devido justamente às questões ambientais em que a área está implicada – e o acesso por estradas, até recentemente, era bastante precário.

Figura 2 - Mapa do Bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP, 2017²².



Fonte: Google Maps, 2017.

²² (A) Estrada municipal STB-436 ou “Estrada do Guapiruvu”, que liga a SP-139 (Rodovia Nequinho Fogaça) ao bairro do Guapiruvu; (B) Local aproximado de início do bairro do Guapiruvu; (C) Intersecção que determina, à esquerda, em direção ao Rio Etá, o acesso ao PDS Alves, Pereira e Teixeira e, à direita, a continuidade do bairro em direção à Escola Municipal do “Alto Guapiruvu”; (D) Continuação da “Estrada do Guapiruvu”, ao longo da qual se dispõem as casas e as estradas que dão acesso aos *sub-bairros* que estão fora da área do PDS; (E) e (F) Fim das estradas e limites do bairro do Guapiruvu no assentamento e na parte externa deste, respectivamente.

3.3.2 O bairro do Guapiruvu atualmente

Atualmente, o bairro do Guapiruvu conta com aproximadamente 150 famílias – divididas no Alto Guapiruvu e no Baixo Guapiruvu, cada qual com uma escola pública como referência –, sendo 65 assentadas, e as seguintes organizações sociais: CooperÁgua, composta por 102 cooperados assentados e não assentados, é responsável pela gestão de projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Dasmu, que é o grupo de mulheres e conta com projetos de beneficiamento de palmito pupunha e de doces, principalmente de banana; ASA, que é a associação dos assentados e é responsável pela representação dos mesmos junto ao Incra; além do grupo Amigos da Mata, que trabalha com a questão da educação ambiental e envolve principalmente crianças e jovens. Os agricultores do bairro do Guapiruvu também fazem parte da Coopafasb, que é a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Sete Barras que, apesar de se propor a ser uma entidade do tipo “guarda-chuva”, é mais nova do que a CooperÁgua e, em grande medida, ainda depende dela para se organizar.

O bairro do Guapiruvu é tido como exemplo de organização para o desenvolvimento não apenas no município mas em todo o Vale do Ribeira, de forma que recebem visitas de outros agricultores e de diversas entidades, tanto da agricultura familiar como de outras esferas. As associações do bairro administram uma série de projetos e possuem outros tantos em fase de captação de recursos com os mais diversos parceiros. Os moradores lograram eleger um dos seus como vereador do município de Sete Barras, o que trouxe uma visibilidade ainda maior para sua atuação. Orgulham-se de avançar em temas caros para a agricultura familiar como a questão do machismo, já que hoje possuem uma participação grande de mulheres nas organizações, e da agroecologia, pois além de se encontrarem em um contexto ambiental restritivo, procuram estabelecer um novo modo de se fazer agricultura que seja exemplo para outras comunidades e que garanta a permanência das próximas gerações na região.

Elementos como o sentimento de localidade, a presença determinante de relações de parentesco, compadrio e vizinhança, como estruturadoras das relações sociais, e a incipiente diferenciação social, considerando a diversidade de categorias de trabalhadores que ali convivem, estão presentes Guapiruvu e o conectam com a história e a tradição dos bairros rurais paulistas. Não se pode dizer o mesmo do “habitat” disperso das moradias, que certamente se dá em termos diferentes do que os descritos no passado e, conseqüentemente, do ritmo de cotidiana dispersão com esporádicas reuniões, na medida em que a facilidade da

comunicação e dos transportes, e mesmo a maior proximidade entre as pessoas, faz com que as reuniões sejam, na verdade, cotidianas.

Sobre relações econômicas, percebe-se que a integração com o mercado e a busca de um balanço de atividades que aponte para o *progresso* passa pela definição de estratégias em que o aumento da produção e o envio de produtos para outras regiões não está apenas no gerenciamento das diferentes quantias e nos custos maiores, mas também no desafio da extensão do mercado para além da rede social, de forma a não comprometê-la. Trata-se de um bairro rural *moderno*, uma vez que seus habitantes não produzem apenas para a subsistência, mas também para o mercado. Notamos que os moradores do Guapiruvu o percebem sim como um bairro rural, que se modernizou ao se aproximar do mercado e da cidade, mas que guarda aspectos tradicionais dos bairros rurais analisados por Antonio Candido e por Maria Isaura Pereira de Queiroz. É nessa possível contradição que a discussão sobre bairros rurais pode avançar.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo claro quais foram as preocupações teóricas que nos levaram ao desenho da presente pesquisa, assim como os motivos que nos fizeram eleger o bairro rural do Guapiruvu como local privilegiado para a realização do trabalho de campo, passamos agora a detalhar, além da elaboração da revisão bibliográfica, os instrumentos que tivemos à disposição para a coleta de dados, que foram: um questionário semiestruturado, um roteiro de entrevista, um gravador para registro das entrevistas – e que também funcionou como diário de campo – e um caderno de campo.

A questão da autonomia relacionada ao campesinato dispõe de inúmeras menções na literatura especializada, sendo este elemento – a autonomia –, inclusive, um dos principais definidores desta categoria social. A busca pela palavra “autonomia”, assim como por abordagens que se aproximassem da análise do que já foi dito sobre a autonomia dos camponeses se tornou uma constante na elaboração da revisão bibliográfica. Utilizamos obras de referência no tema, internacionais e nacionais. Quanto às primeiras, o objetivo foi estabelecer um entendimento prévio, necessário à toda pesquisa subsequente, do que é o campesinato e quais os principais elementos que o define. Quanto às segundas, serviram para adaptar a noção de campesinato ao contexto brasileiro, para estabelecer as diferenças com o contexto mais abrangente analisado anteriormente e para nos trazer as bases para o entendimento da situação social concreta analisada na pesquisa de campo.

Uma das principais preocupações foi realizar a revisão bibliográfica com vistas ao levantamento de elementos que poderiam ser trabalhados na discussão sobre a autonomia dos camponeses no bairro do Guapiruvu. Assim, a revisão não serviu, de forma alguma, para o enquadramento da realidade concreta, o que poderia limitá-la. Em última instância, o entendimento sobre a autonomia dos camponeses do Guapiruvu foi possível graças ao à possibilidade de ouvi-los.

Para tanto, realizamos a coleta de dados socioeconômicos através de um questionário semiestruturado composto de 64 questões distribuídas em 20 páginas²³, que possibilitou a coleta de informações detalhadas e uma descrição confiável do concreto, a partir da proximidade estabelecida entre pesquisador e informante, o que expressou o grau de confiabilidade do método (RICHARDSON, 1999). As questões foram agrupadas em blocos

²³ Os questionários foram elaborados no âmbito do projeto “Para além dos efeitos primários das políticas públicas: autonomia de agricultores familiares”, em andamento, aprovado na Chamada Universal MCTI/CNPq nº 14/2013.

temáticos (demografia, produção vegetal e animal e divisão de tarefas, moradia, políticas públicas e aspectos geracionais) para facilitar seu entendimento e, conseqüentemente, sua aplicação. Foram necessárias várias etapas para a elaboração da versão final do questionário, que seria levada a campo, para o quê foi fundamental a experiência adquirida em projetos anteriores bem como a realização de pré-teste. No que concerne à aplicação de questionários em pesquisas junto ao campesinato, existe, de um lado, a preocupação de perguntar apenas aquilo que é de interesse para a pesquisa; de outro, procura-se aproveitar ao máximo a oportunidade de estar junto aos sujeitos sem, no entanto, tomar muito de seu tempo. Acreditamos que o questionário utilizado expressa esse cuidado e avaliamos que foi eficiente quanto aos seus objetivos da pesquisa e respeito aos sujeitos.

Antes do início da etapa de aplicação dos questionários propriamente dita, realizamos um pré-teste, selecionando uma família do bairro aleatoriamente e aplicando a versão do questionário que existia até então. Após esse momento, o questionário passou por mais uma reformulação, visando a adequações que se mostraram necessárias a partir da submissão do instrumento à realidade concreta. Elaborada a versão final, teve início a etapa de aplicação dos questionários. Participaram 95 famílias – de um total estimado de aproximadamente 150, incluindo as que possuem casas no bairro mas não residem –, que representavam as condições socioeconômicas encontradas no bairro, tanto por sua distribuição quanto pela repetição de informações que passaram a surgir a partir de determinado momento. Em verdade, o número de questionários aplicados se deve às famílias encontradas em suas casas no período em que ocorreu esta etapa da pesquisa que foi, mais precisamente, 12 idas a campo durante 6 meses, entre agosto de 2015 e março de 2016²⁴. Tal amplitude de tempo se deve, sobretudo, às condições encontradas em campo para a realização do trabalho, que dificultavam sobremaneira a permanência no bairro por longos períodos e a locomoção, quais sejam: as condições das estradas, a localização das casas e a presença do mosquito conhecido como *porvinha*, que constituiu um desafio à parte para a realização desta tese. Algumas casas foram encontradas sempre vazias e os motivos são diversos, como veremos mais adiante.

Os dados coletados com o uso do questionário foram tabulados e sistematizados em tabelas e gráficos no software Microsoft Excel® e posteriormente procedeu-se à análise quantitativa dos mesmos.

Para a realização desta etapa da pesquisa, visitamos as famílias em suas casas, cujo acesso se dava pela estrada do Guapiruvu e suas vicinais, todas de terra e em estado precário

²⁴ Em 2015: 11 a 13 de agosto, 22 a 26 de setembro e 21 a 23 de outubro; em 2016: 26 a 28 de janeiro, 24 a 26 de fevereiro e 22 a 24 de março.

de conservação. Muitas destas casas se localizavam bem próximas à estrada principal, outras muito distantes; a facilidade de acesso, nesse sentido, foi discrepante mas não suficiente para se tornar um critério de participação, dado que foi possível chegar a todos os extremos do bairro.

É interessante observar, nesse ponto, que andar num bairro rural já constitui uma forma de conhecê-lo (Figuras 2 e 3) que carrega significados maiores do que a simples metragem das estradas e a disposição das casas. Andar num bairro rural e estar atento aos caminhos revelam os desenhos que foram elaborados na paisagem para que coubessem estradas e casas, o que, por sua vez, revelam as intenções das pessoas que ali habitam e sua relação com o meio. Os significados contidos nessa leitura da paisagem vão se revelando à medida em que se anda, sempre passando pelos *mesmos* caminhos – que obviamente não são os mesmos por não ser o mesmo o pesquisador – quando se vai acumulando o eco das vozes dos sujeitos entrevistados e percebe-se que ele está em toda parte e não apenas nos sujeitos; ele está em cada curva, está na maior ou menor proximidade das casas; está num recuo do terreno; na organização do espaço; nos locais de encontro etc.

(...) o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (HALBWACHS, 1990:133).

Assim, *conhecer* um bairro rural exige tempo, exige maturidade do olhar e uma certa cumplicidade com os processos físicos e sociais que ali se estabelecem. O conhecimento adquirido junto aos moradores também contribui para a *aproximação* do bairro. Candido (2001) já havia chamado a atenção para o fato de que um observador pode não discernir, na distribuição relativamente esparsa das casas em um determinado intervalo de espaço, uma unidade que as congregue. Mas é justamente isso: as distâncias aqui têm outros significados. Existe proximidade onde uma mirada não é suficiente; existe vizinhança onde não parece.

Houve momentos, então, em que andar no bairro não continha o objetivo de chegar a algum lugar especificamente, mas simplesmente andar. E voltar a andar depois de algum tempo para ver e sentir as mudanças. Por diversas vezes, insistir na repetição das estradas foi fundamental para mudar a percepção que se tinha, até então, sobre o bairro, principalmente tendo em vista que o Guapiruvu ocupa uma grande área e é coberto por uma vegetação composta por diversos estratos que impedem, em muitas passagens, avistar grandes distâncias. Quantas vezes não houve surpresa por trafegar por estradas não conhecidas e chegar a casas já visitadas? Esse fluxo quase vivo do bairro fez com que casas que não estavam na programação das visitas do dia fossem, por exemplo, novamente visitadas, e assim foi se compondo o rol dos questionários aplicados, a partir da relação da vontade do pesquisador e a do bairro.

A presença de um morador na casa não foi suficiente para incluí-la na pesquisa: era preciso que fosse um adulto e capaz de responder sobre a situação socioeconômica da família ali residente. Um parente ou um trabalhador contratado que estivesse ali provisoriamente não configurava, então, situação ideal para realização da pesquisa. Em casos como esse, que houve em abundância, procuramos voltar em outro momento em que a família residente estivesse presente, para o que foi fundamental, aí sim, a informação prestada pelas pessoas encontradas na primeira visita.

Encontrado um membro adulto da família residente em casa, procedíamos a uma apresentação dos objetivos da pesquisa e verificávamos o interesse na participação. Apenas três famílias não quiseram participar. Quanto às outras, pedíamos que escolhessem o lugar onde gostariam de responder as perguntas; a maioria preferiu as dependências da casa, especialmente varanda, cozinha e sala, e algumas quiseram ficar no quintal. Quando o casal estava presente em casa, o que não era comum devido ao período do dia em que a pesquisa de campo foi realizada – dias úteis e horário comercial – solicitávamos a participação de ambos. O tempo médio de aplicação do questionário foi de 40 minutos, mas há, para compreender o tempo despendido em cada entrevista, que se considerar o momento de apresentação da pesquisa, como já explicado anteriormente, e as conversas informais de antes, durante e depois da aplicação, que se não se relacionavam diretamente com as questões que precisavam ser preenchidas, representavam um conhecimento pormenorizado do cotidiano no bairro rural, que em tudo se relaciona com a discussão sobre a questão da autonomia.

Dessa forma, essa etapa foi fundamental não apenas para o levantamento dos dados socioeconômicos, mas para o estabelecimento da aproximação do pesquisador junto aos sujeitos da pesquisa. Efetivamente, após essa etapa, a realização das entrevistas em

profundidade ficou bastante facilitada, pois foi possível selecionar os participantes com critérios bem definidos e os mesmos já nos conheciam. O domínio sobre a malha de estradas do bairro alcançado nessa etapa também foi de grande valia para o avanço da pesquisa.

Durante toda a pesquisa de campo, ficamos hospedados no próprio bairro, na casa da Dona Mathilde e do Seu Zito, um casal de moradores que ali reside desde a década de 1980 e que são referências para todos os moradores devido à sua atuação como lideranças, especialmente em projetos sociais. Eles construíram uma hospedagem para visitantes nas dependências do seu sítio e oferecem alimentação para pesquisadores e trabalhadores vindos de fora em troca de alguma remuneração. Sempre foi uma vantagem ficar ali hospedado, seja pela economia de tempo e combustível – afinal, o município de Sete Barras se situa a aproximadamente uma hora de distância em estradas de terra – seja, principalmente, pela questão da referência – “estou hospedado na casa da Dona Mathilde” – quando precisávamos nos apresentar para as famílias até então desconhecidas por nós. Não encontramos empecilhos dignos de nota que dificultaram a aproximação às famílias do bairro, mas é seguro afirmar que por estarmos hospedados na Dona Mathilde e no Seu Zito, fomos recebidos com mais tranquilidade. Alguns moradores do bairro nos ofereciam almoço e janta, e o café sempre fazia parte das conversas, muitas vezes acompanhado de pães caseiros e biscoitos. Alguns, mesmo sabendo que já tínhamos hospedagem, se ofereciam para nos hospedar numa oportunidade ulterior; a sensação de acolhimento foi uma tônica durante toda a pesquisa de campo.

A etapa seguinte da pesquisa foi a realização das entrevistas em profundidade, concordando com a definição de história oral elaborada por Queiroz (1988:19), “termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar”. Serve também para captar aquilo que não está explícito e, por vezes, o indizível, daí sua peculiaridade. Procurou-se respeitar aquilo que Thompson (1992:254) chama de “disposição para ficar calado e escutar” e seguir a orientação de Whitaker (2002) quando diz que, no uso da transcrição das falas dos entrevistados, como forma de ilustrar o tipo de informação levantada, assim como a riqueza de detalhes possíveis de serem captados pelo método escolhido, se deve reproduzir apenas os erros de sintaxe das falas e escrever corretamente o léxico, como formas de respeito.

Retomamos aqui Halbwachs (1990:136), que ao afirmar que “se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens”, defende a ideia de que não é suficiente para a abordagem da memória ater-se apenas aos relatos orais, senão para as observações que podem ser feitas com relação ao ambiente em

que as pessoas vivem e que servem, inclusive, como fonte da tradição, cuja expressão na sociedade é apenas uma imagem da matéria. Nesse sentido, não se pode admitir uma memória coletiva – que tem como funções manter a coesão interna do grupo social e também aquilo que o grupo tem em comum – que não esteja relacionada a um quadro espacial e por isso que nas abordagens realizadas no âmbito das entrevistas, procurou-se, a todo instante, estabelecer a relação entre o sujeito e o bairro.

Dessa forma, a história oral realizada no espaço rural, em que a natureza – dinâmica por essência – serve de matriz à vida e, no curso da história, à memória, demanda uma preocupação, ou, em outras palavras, um cuidado que remete à necessidade de se conhecer a natureza. Acreditamos, assim, que seguir as orientações da história oral no recolhimento dos relatos orais dos sujeitos que vivem no campo demanda uma formação por parte do pesquisador bastante heterogênea, qualquer que seja sua origem; muitas vezes, tal formação se dá ao longo do processo da pesquisa.

Além disso, o entendimento sobre as lembranças vão ao encontro daquilo que Chauí (1987:XXI) chama de “diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito” e, sendo assim, “O sentimento também precisa acompanhá-la [a lembrança] para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação”. Segue a contribuição de Bosi (1987) que nos lembra, no entanto, que a memória é trabalho e não sonho, ou seja, não se trata de reviver o que passou, mas refazer com as ideias de hoje as experiências do passado. Essa é a tarefa do pesquisador: ser capaz de reacender, no sujeito, através da emoção, a vontade de reconstruir seu passado no presente, levando em conta o ambiente e as mudanças pelas quais esse ambiente passou.

Pollak (1989), quando esclarece que a história oral, ao privilegiar os excluídos, contribui para a emergência das memórias subterrâneas e que essas se opõem à memória *oficial*, traz à luz a relevância social e política dessa abordagem, à qual nos aproximamos, portanto, por concordar com o aspecto marginal – contra hegemônico, *subterrâneo* – do campesinato no Brasil. Segue o autor:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989:5).

Tal proposição nos lembra Amado (1995) que, na distinção que faz de história e memória, resgata a noção de que a memória, por transitar entre os diferentes tempos, faz

brotar a consciência que nós temos do tempo. Assim, ao resgatar os relatos dos camponeses, nós contribuimos para a elaboração de um pensamento descolonizador, ao admitir que é possível existir diferentes noções sobre o tempo e, em última instância, sobre a vida. No que concerne à relação entre memória e autonomia, segue a autora:

A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm (AMADO, 1995:135).

Foram realizadas 16 entrevistas em profundidade durante o mês de julho de 2016 e os participantes selecionados a partir de três critérios: 1) os que eram moradores mais antigos do bairro – sete entrevistas –; 2) aqueles que estavam totalmente integrados ao mercado – oito entrevistas –, através da cooperativa local; e 3) e uma terceira entrevista realizada com um representante da cooperativa local. A integração foi medida a partir da síntese dos dados sobre a comercialização dos produtos com base em documentos fornecidos pela Cooperagua. Um dos entrevistados foi selecionado por se enquadrar nos dois primeiros critérios. O primeiro critério se justifica pela própria história de vida do entrevistado e sua percepção sobre as mudanças ocorridas no bairro ao longo do tempo. A escolha do segundo critério se deve à hipótese de que o alargamento das relações exteriores ao bairro – no caso, a integração ao mercado – serve para reforçar no homem do campo a valorização do seu modo de vida. Assim como na etapa de aplicação dos questionários, foi realizado um pré-teste com uma moradora que não se enquadrava nos dois critérios, mas cuja participação se justificou devido à sua história de vida, que já havia sido motivo de conversa na etapa anterior da pesquisa.

Tabela 1 – Relação do gênero dos entrevistados e da data e do tempo de duração das entrevistas em profundidade realizadas no bairro rural do Guapiruvu, Sete Barras, SP, 2016.

Entrevista	Gênero	Data da entrevista	Duração
1	Feminino	6 de julho	1h33min
2	Masculino	12 de julho	2h18min
3	Feminino	13 de julho	1h48min
4	Feminino	13 de julho	3h08min
5	Feminino	15 de julho	1h05min
6	Masculino	15 de julho	1h10min
7	Feminino	21 de julho	42min
8	Masculino	15 de julho	2h44min
9	Masculino	7 de julho	1h27min
10	Feminino	8 de julho	38min

11	Masculino	20 de julho	2h12min
12	Masculino	21 de julho	58min
13	Masculino	21 de julho	57min
14	Masculino	22 de julho	1h00min
15	Masculino	22 de julho	1h36min
16	Masculino	23 de Julho	2h18min
TOTAL			25h34min

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As entrevistas foram transcritas com o uso do software Microsoft Word e analisadas qualitativamente no software Atlas.ti®. O software Atlas.ti® permite a classificação dos trechos transcritos considerados os mais relevantes em cada entrevista em temas que podem ser relacionados entre si e hierarquizados, de acordo com a análise que se queira executar. Classificados todos os trechos, é possível, então, a elaboração de relatórios, que são agrupamentos de todos os trechos abrangidos sob um mesmo tema, o que facilita a sua análise. Devido à quantidade elevada de trechos e temas abordados durante as entrevistas, optou-se por criar um sistema de códigos e subcódigos, como explicitado na Tabela 2.

Tabela 2 - Códigos e subcódigos de classificação dos trechos das entrevistas transcritas que foram realizadas no bairro do Guapiruvu, Sete Barras, SP, 2016.

Códigos	Terra	Trabalho	Família	Cooperativa / Políticas Públicas	Autonomia / Sujeição
Subcódigos	Cidade Natureza Transporte e estradas Terra	Artesanato Banana e pupunha Gengibre Lazer Mandioca Rotina Trabalho	Bairro Cultura Família Moradia Trajetória familiar Vizinhança	Cooperativa Assentamento Políticas Públicas Mercado	Autonomia Sujeição Futuro

Durante um dia de trabalho no campo, percorrendo os caminhos do bairro e estando e conversando com diversas pessoas, faz-se necessário proceder ao registro das observações mais recentes, a fim de não perdê-las. Realizamos, assim, gravações em áudio dessas observações, normalmente feitas após as visitas. A síntese dos trabalhos do dia e algumas reflexões eram elaboradas no fim do dia de trabalho e transcritas no caderno de campo, que, dessa forma, representa também um diário das atividades realizadas. O caderno de campo, segundo Whitaker (2002), serve para diversos fins, dentre os quais: dar ênfase à memória do pesquisador; auxiliar numa percepção mais acurada do espaço, que ajudam a melhor compreensão da complexidade do rural; e ser um registro pessoal diferenciado que revela a intersubjetividade que existe entre pesquisador e pesquisado, o que é importante, por sua vez, para outros importantes fins, como a exposição de prováveis preconceitos, que poderão, por estarem registrados, passar por reflexões e reavaliações mais minuciosas. Como observam Lopes *et al.* (2002), não existe uma forma *correta* de se fazer um caderno de campo; cada pesquisador o faz à sua maneira. De qualquer modo, normalmente a confecção de um caderno de campo denota o esforço do pesquisador em realizar uma descrição mais densa da realidade estudada, ou seja, é preciso que nele se enxergue o registro de tudo aquilo que o pesquisador achou mais relevante.

Todas essas informações – registradas em áudio e no caderno de campo – foram de imenso valor para reconstituir a memória do trabalho e para o refinamento das ideias que trabalhamos no presente texto.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*A pesquisa de campo não é um confessionário.
É um diálogo da teoria com o real que ela recorta,
donde tira a seiva sem a qual não vive.*
(Afrânio Garcia Júnior)

*Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa
companhia. Mas o leitor de um romance é solitário.*
(Walter Benjamin, 1987)

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa, com ênfase na sistematização das entrevistas realizadas junto aos agricultores e ao coordenador da Cooperagua, complementadas pelos dados que foram levantados através do questionário semiestruturado aplicado a 95 moradores e moradoras do bairro do Guapiruvu.

5.1 O bairro rural do Guapiruvu por seus moradores

A maior parte dos moradores do bairro do Guapiruvu não possui escritura da terra. Raros são os exemplos daqueles que apresentam documentos definitivos; por outro lado, abundam recibos de compra e venda sem reconhecimento das firmas, contratos “de boca” e recibos do Imposto Territorial Rural (ITR) como comprovantes da propriedade. O PDS, quando de sua criação em 2005, justamente na área em que os antigos posseiros foram expulsos por grileiros em meados do século passado, representou a esperança para muitas famílias de conquistarem a terra. Representou também uma mudança de vida importante para muitos trabalhadores sem terra, que puderam migrar da extração ilegal do palmito juçara para lavouras próprias. Ainda assim, a criação do PDS não provocou, até os dias atuais, a ocupação da área, já que a rede de energia não foi instalada; as estradas, que já existiam em estado precário, foram abertas, pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp), em parceria com o Incra, em 2015. Dessa forma, a maior parte das casas encontra-se ao longo da estrada municipal do Guapiruvu, que liga a SP 139, entre Sete Barras e São Miguel Arcanjo, ao bairro, terminando no rio Etá, e suas vicinias. São casas em sua maioria de alvenaria, em bom estado de conservação, cujo abastecimento de água, que é tida como uma das maiores riquezas do bairro pelos moradores, conta com as minas e os ribeirões próximos, que são vários – “Aqui que nós temos água boa, né, água da torneira boa, que sai da torneira. Você pode ver que o rosto das mulheres *daqui* são diferentes das mulheres *de lá*.”

Ah, fica mais nova, fica mais nova. Você compara com uma de quarenta anos e uma de quarenta anos de daqui, não chega nem no pé das mulher daqui!” (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP). Praticamente todas as casas possuem energia elétrica e o destino principal do esgoto são fossas sépticas, ainda que haja casos de esgoto a céu aberto; há recolhimento frequente do lixo na estrada principal. No PDS, que funciona como área de produção, pois poucos são os que ali residem de fato, montam-se barracos de madeira para guardar os equipamentos e pernoitar em dias mais longos de trabalho na roça.

A banana é comercializada principalmente através da Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (Cooperagua) e tem como destinos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) de alguns municípios paulistas; existem cinco grandes produtores de banana no bairro que comercializam sua produção diretamente a atravessadores e três deles também participam da cooperativa. O palmito pupunha é comercializado individualmente e tem como destino as indústrias processadoras da região, sendo que duas das principais compradoras estão no próprio bairro.

Os moradores, quando não nascidos em Sete Barras ou na vizinha Registro, mais estruturada e para onde vão com frequência, são provenientes de cidades próximas do baixo Ribeira, como Pariquera-Açu, Cananéia e Iguape, lugar em que os antepassados já trabalhavam a terra, como proprietários, posseiros ou prestadores de serviços rurais. Desde que vivem no bairro, poucos tiveram que sair em busca, principalmente, de emprego, e a maioria voltou a viver no Guapiruvu após algum período fora. Os motivos principais alegados para o retorno são a família e o fato de não se acostumar à vida na cidade.

Apesar do número elevado de famílias verifica-se um alto grau de parentesco e há muitos exemplos de compadrio, que serve também como um fator de aproximação entre as famílias – poder-se-ia dizer que a necessidade de aproximação é o motivo do compadrio e não que o compadrio é o motivo da aproximação. Exceção a isso são os frequentadores da Congregação de Deus, uma das três igrejas presentes no bairro – as outras são a Assembleia de Deus e a Igreja Católica – que são considerados pelos outros moradores como mais isolados.

Encontram-se ainda muitos descendentes das famílias fundadoras do primeiro núcleo populacional do Guapiruvu – os Alves, os Pereira e os Teixeira (que dão nome ao PDS) – e há o caso de um morador que representa a união de duas dessas famílias. Sabe-se que o fator tempo de moradia contribui para dotar de prestígio a uma família e não é diferente nesse caso: quando indagadas sobre um bom exemplo de agricultor no bairro, muitos elegeram esse

morador, mesmo não havendo indício de que ele produza mais, ou melhor, do que os outros ou que seja abastado e mais capaz de prestar auxílios.

A questão da produção para subsistência pertence ao passado no bairro do Guapiruvu. É bastante incomum encontrar alguma casa que possua um quintal produtivo, como uma horta, um pomar e uma criação mais organizada de pequenos animais. Ao mesmo tempo, há diversos relatos sobre como, antigamente, se produzia de tudo no bairro, só havendo a necessidade de ir à cidade para comprar sal e querosene. E outra moradora: “Aí empunhava a comidinha naquela marmitinha [para as crianças levarem para a escola], que a gente fazia de madrugada, duas horas da manhã, empunhava a comidinha. Levavam arroz, feijão e carne, carne de galinha, carne de pato, essas coisas que tem na comida. Coisa que tinha aqui. Tinha muito porco, muita galinha, tinha demais! Plantação aqui, só viviam de arroz, feijão e café, torrado em casa. Milho tinha que nós fazia curau de milho, cuscuz de milho, bolo de milho, tudo isso a gente fazia. Não vendia nada, só pro gasto. O sal tinha que trabalhar por tempo algum aí pra ter dinheiro pra comprar o sal! Era tudo que a gente tinha aqui pra viver. Não comprava nada! Só comprava roupinha mesmo e só. Aqui de ano em ano que ia na cidade pra comprar o sal” (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Apesar da precariedade da estrada, existem quatro linhas de ônibus diárias que fazem a ligação com o núcleo urbano de Sete Barras, de modo que é um hábito dos moradores irem e voltarem para fazer compras logo que há necessidade.

Existe uma desenvoltura dos moradores para lidarem com agentes externos ao bairro e isso se deve a vários motivos: a facilidade de transporte para a cidade, como já apontado; a presença de pesquisadores quase constante, devido principalmente à proximidade do bairro aos parques estaduais; o trabalho da ONG Vitae Civilis (VITAE CIVILIS, 1997), de São Lourenço da Serra, no final da década de 1990, que estimulou a criação da Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu (AGUA) – hoje Cooperagua – e construiu, junto com os moradores, a Agenda 21 do bairro (VITAE CIVILIS e AGUA, 1998), tendo como consequências a organização comunitária, que os aproximou da consciência de poderem ser beneficiários da atenção do poder público – “Graças a essa organização nossa, de associação, de cooperativa, o Governo manda, manda dinheiro, né?” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP) e “‘Ué, não é aqui pra nós fazer reclamação? [na Câmara de Vereadores] Então nós temos que vir aqui!’” (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP) – a formação de lideranças²⁵ e uma

²⁵ Inclusive elegeram, em 2012, e reelegeram em 2016, um de seus moradores vereador do município.

melhor estruturação da luta pela terra, que aproximou entidades ambientais e levou ao início das negociações com o Incra; a criação do PDS; e a participação dos programas de compra pública, como o PAA e o Pnae, que os coloca em constante e qualificado contato com instituições públicas de diferentes municípios.

Poucos recebem assistência técnica, a ponto de não lembrarem quando foi a última visita do técnico, não saberem o seu nome e qual instituição representava; muitos recebem benefícios sociais, especialmente Bolsa Família e aposentadoria, e relatam grande dificuldade de acessá-los. O principal motivo de continuarem morando no bairro é porque gostam e estão acostumados e praticamente todos pretendem continuar vivendo no mesmo local ou mudar-se para seu lote no PDS, assim que houver energia e for possível erguer uma nova casa, que também significa continuar no bairro. Quanto aos filhos, mostram-se reticentes sobre o que devem fazer e dizem que vão respeitar a sua vontade. Há um reconhecimento da falta de empregos no bairro e das poucas opções de lazer, somado aos atrativos da cidade e à vontade dos filhos de cursarem a universidade.

No Guapiruvu, o sentimento de pertencimento é bastante evidente. Tal critério, inclusive, pode ser utilizado na definição do tamanho do bairro, já que, oficialmente, a Prefeitura de Sete Barras não possui nenhum marco e nenhum mapa atualizado dos bairros rurais do município com as respectivas delimitações. Mesmo os moradores divergem bastante sobre onde o bairro se inicia – “lá na primeira placa azul”, “na ponte de concreto”, “naquela curva que tem o riozinho”, “depois da Canela Parda [outro bairro]”, “na venda” etc. – quanto ao final, há um consenso maior, devido à presença imponente do rio Etá. A partir de certo momento, na estrada municipal, as pessoas começam a dizer “aqui é o Guapiruvu” e, de fato, elas costumam frequentar o bar/mercearia que está mais adiante, a Cooperagua e as igrejas do Guapiruvu e são reconhecidas pelos outros como parte da comunidade.

Todos se conhecem e os “de fora” são prontamente reconhecidos como estranhos – “A gente já conhece, né, todos daqui, né, já conhece todos. Então quem vem de fora já sabe, já que não é daqui” – e, de algum modo, ameaçadores – “Já estamos correndo perigo aqui. Aqui tá muita misturança já, né? De gente nova, né?”. Se for algum parente, mesmo que distante, do qual se tem notícias, não há problema, caso contrário, “Num sabe quem a gente vai pôr do lado. Porque a gente num sabe o coração de ninguém, então. Você põe uma pessoa, às vezes, pra dar dor de cabeça, chega uma pessoa que bebe, que quer bagunçar, que vai fazer uma confusão, o que nunca aconteceu aqui” (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Eis o relato de uma moradora recente do bairro, que não tinha parentes nem conhecidos morando no Guapiruvu: “Antes eu era estranha, pra eles aqui eu era a pessoa que eles jamais... queriam que me colocasse até embora daqui. Agora mudou, mudou bastante, mudou. Porque eles sabem que o comportamento meu, não era um comportamento de roubar, de quem vem de fora, pra eles, às vezes, tem medo, né? Não conhecem, não sabe quem que é aquela pessoa, mas com tempo agora, de um ano pra cá, todos eles me conhecem”. Tornar-se alguém do lugar exige tempo, ter bom comportamento e mostrar serviço, especialmente para as mulheres e mais ainda se solteiras. A dona do último relato, solteira e com duas filhas, diz que os olhares mudaram quando ela matou duas cobras na frente de vários homens num dia na roça: “Porque geralmente pra eles a pessoa da cidade não é muito de trabalhar. Num é mesmo, né? Pra pegar pesado como que pega aqui... Eu falo lá em Registro que eu mato cobra, e falam ‘Cê é louca?’ Eles tão acostumados a me ver. A gente mata porque tem que matar, o certo não é matar, mas tem que matar”.

Não se pode considerar que exista um “habitat” disperso de casas no Guapiruvu. Ainda assim, por questões que resvalam nas relações sociais, houve a formação de sub-bairros, como o do Ribeirão Felipe, da Vila Santana e da Vila Xisto – no Baixo Guapiruvu – e da Taquara, da Prainha e dos Marafigo – no Alto Guapiruvu. A presença de estradas diminuiu o isolamento ao longo do tempo e é possível percorrer todo o bairro, de carro ou moto, que são abundantes, em pouco tempo. As visitas a parentes, amigos e compadres são comuns. As estradas também facilitam o deslocamento para os momentos de reunião, sejam as da Cooperagua ou de outras Associações atuantes, para o trabalho na roça, para atender às festas e à missa – “lá dentro da igreja o pessoal tá tudo reunido, né, e além de você pedir ajuda pra alguém, você tá no lugar certo, né, pra você chegar, pedir ajuda pra conversar, ‘ah, estou precisando disso, né’, ainda tem uma oração, como já pedi pra vir aqui, sábado eles vêm aqui” (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Existem diferentes categorias de trabalhadores no bairro, mas isso, de forma geral, não causa grande diferenciação social. São proprietários, trabalhando para si mesmos ou para os outros; não proprietários vivendo de favor; assentados; fazendeiros. Dentro de uma família há o que trabalha no lote do PDS e o que trabalha para o fazendeiro. Os fazendeiros participam em pé de igualdade da Cooperativa e ainda escoam por fora a maior parte de sua produção. Os fatores que mais contribuem para a proximidade entre os moradores são as relações de parentesco e compadrio e o tempo de vizinhança. Mesmo a criação do PDS não alterou essa dinâmica, pois “Era pro pessoal daqui. Do bairro mesmo. Pra gente de fora, não tinha [lote]”.

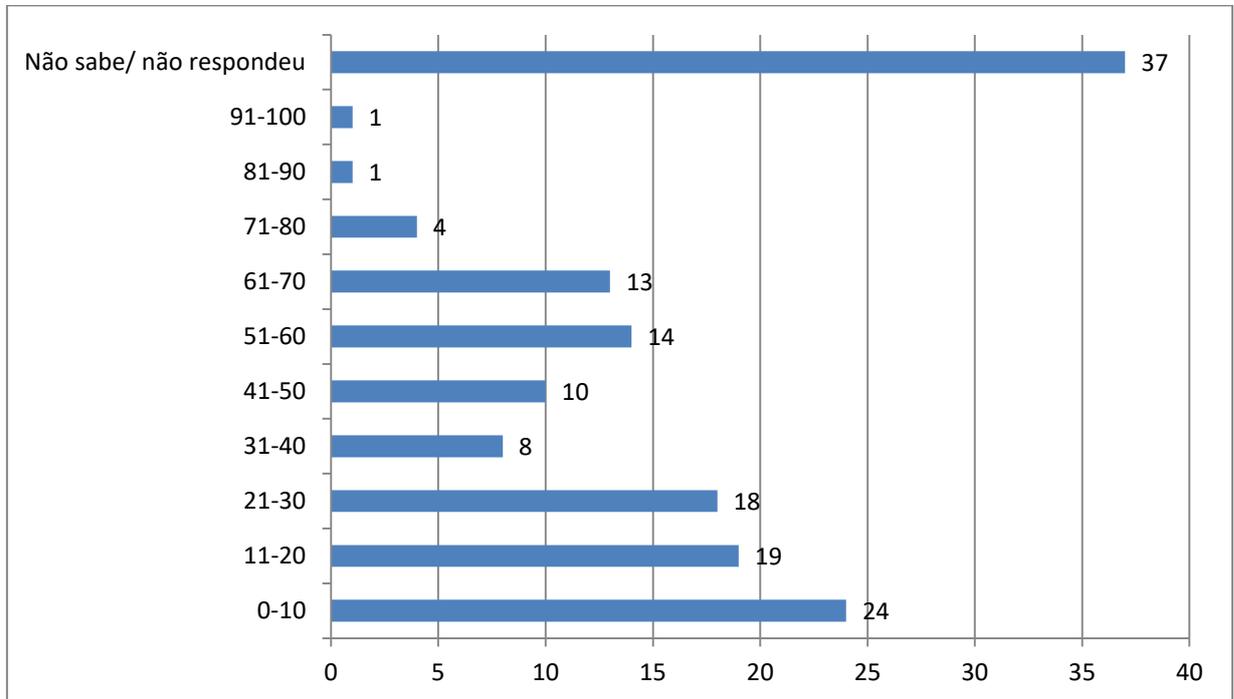
Outros fatores concorrem atualmente para reforçar a noção de bairro entre os moradores do Guapiruvu. Um primeiro diz respeito às organizações sociais atuantes. São exemplos a Cooperagua, responsável pela comercialização dos produtos, a Associação dos Assentados do Guapiruvu (ASA) e o Grupo das Mulheres (Dasmu), que contam com a participação efetiva de alguns moradores e com as críticas de todos, preocupados que estão com a forma como o bairro será reconhecido externamente – “Tudo que a gente participa, falou em Guapiruvu é uma das melhores organizações, associação organizada, e agora tem a cooperativa que tá em Sete Barras, né? E então tá assim, a cooperativa, recebemos muitas visita, de estrangeiros, é bom, você viu, né?” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP); “Agora, Deus abençoe que esse projeto da cooperativa não pare, porque se parar...” e “Eu falo na igreja: ‘ai de vocês sem a cooperativa. Gente, não desdenhe da cooperativa” (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

O fato do produto que é escoado para os programas de compra pública ser comercializado sem fazer distinção de qual agricultor o produziu, ou seja, é um produto da Cooperagua e, em última instância, do Guapiruvu, cria uma preocupação nos moradores de que todos produzam com qualidade para que o benefício seja coletivo. Atrelado a isso, eles buscam, através do contato com as instituições públicas, a melhoria das condições estruturais do bairro, com destaque para as estradas, para: poder escoar seus produtos com o mínimo de perdas; garantir o transporte seguro das crianças que são transportadas com o ônibus escolar e o transporte de pessoas enfermas; e, mais do que ir à cidade, para tratar de assuntos diversos, poderem voltar ao bairro e para suas casas sempre que desejarem.

A questão da autonomia não se coloca mais como em outros tempos. Mas ela persiste fortemente no que se refere ao regime de trabalho nos termos colocados por Velho (2013:110) de que há, “um corpo de ideias em torno das vantagens, sempre que possível, de trabalhar por conta própria”, com o que se busca pleno domínio do tempo dedicado a cada atividade, sem interferências externas à família, e, nesse sentido, o trabalho para outrem é sempre encarado como uma situação provisória – e aqui é interessante observar os projetos de futuro elaborados pelos que hoje ainda não possuem uma lavoura ou um negócio próprio; e na busca da propriedade da terra, representada pela divisão das propriedades já existentes e pelos lotes no PDS, mas sempre no bairro.

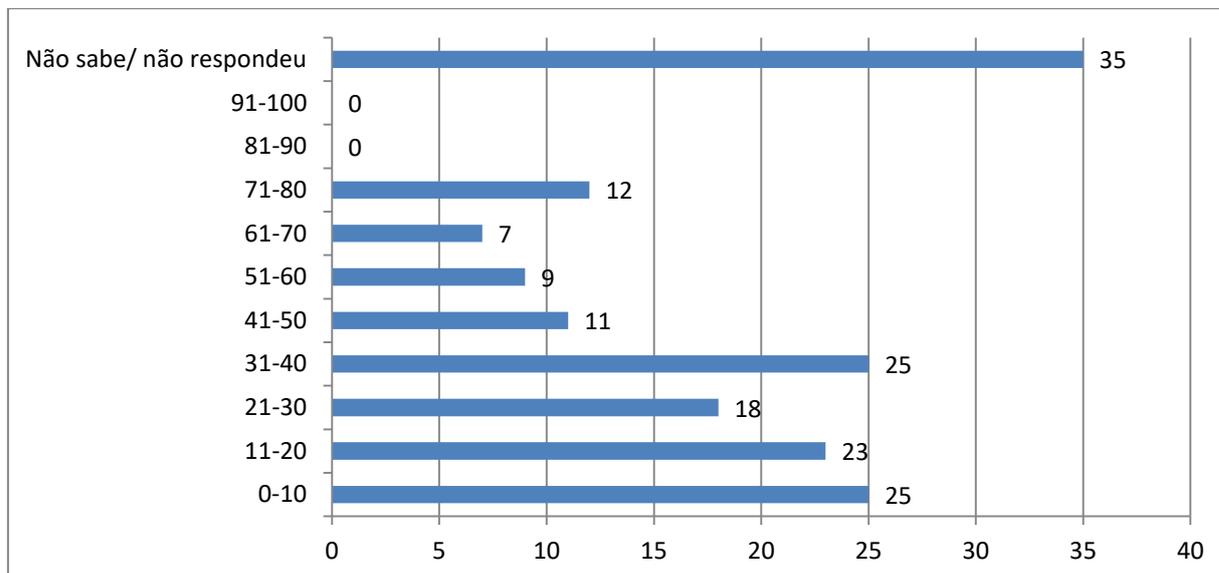
No bairro rural do Guapiruvu, segundo o levantamento realizado junto às 95 famílias que responderam ao questionário semiestruturado, vivem 150 mulheres e 165 homens, somando então 315 pessoas. A distribuição das mulheres e dos homens segundo a faixa etária segue o disposto nas Figuras 5 e 6.

Figura 5 – Idade das pessoas do sexo feminino que residem no bairro rural do Guapiruvu por faixa etária, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Idade das pessoas do sexo masculino que residem no bairro rural do Guapiruvu por faixa etária, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao grau de escolaridade dessas 315 pessoas, a maioria (128) possui apenas o ensino fundamental completo, seguindo, com certa distância, pelo número de pessoas que possui o ensino médio completo (49). A distribuição do grau de escolaridade por sexo e por faixa etária é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Grau de escolaridade dos moradores do bairro rural do Guapiruvu por faixa etária e por sexo, 2016.

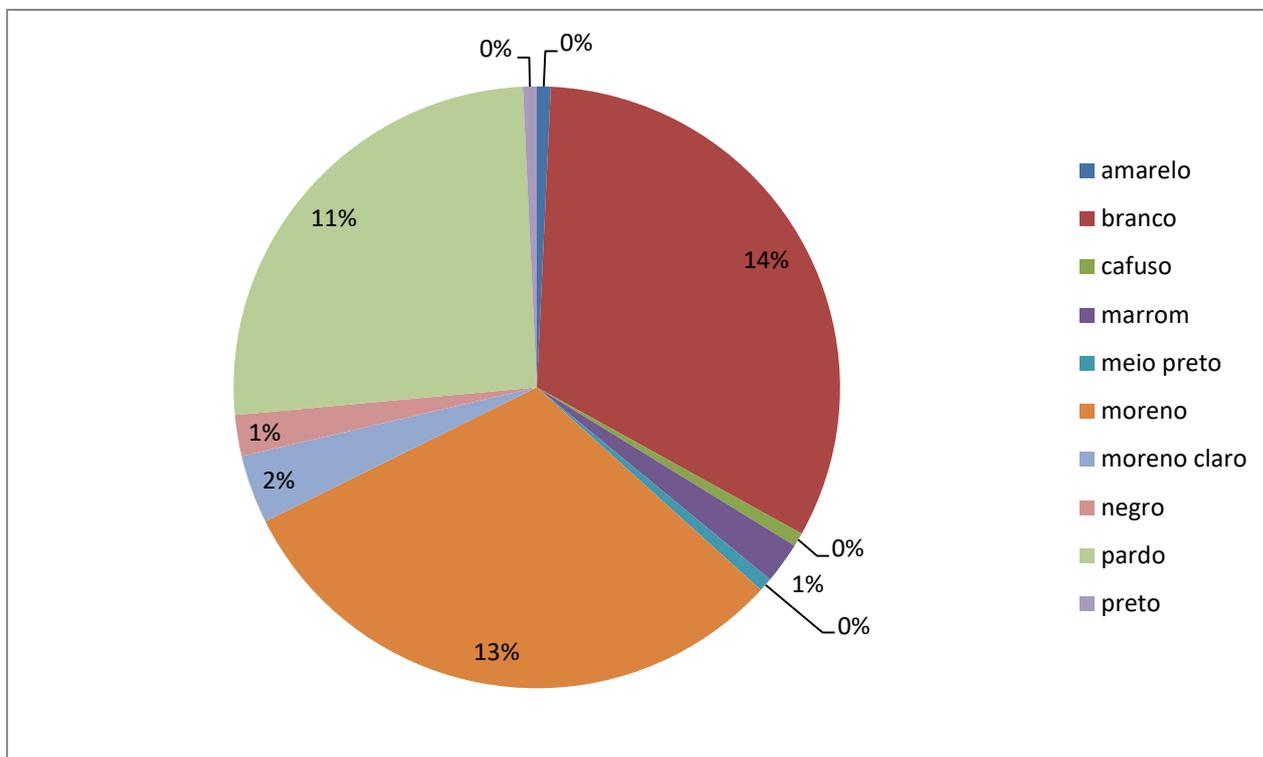
	6-17		18-30		31-50		51-70		>70		SOMA		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	TOTAL
Alfabetização	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	2
Ensino fundamental	19	22	7	11	12	21	18	11	1	6	57	71	128
Ensino médio	7	1	12	16	3	9	0	1	0	0	22	27	49
Magistério	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
Ensino superior	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	2
Não estudou	0	0	0	0	2	2	5	2	5	4	12	8	20
Não sabe/ Não respondeu	3	2	1	2	1	1	3	1	0	2	8	8	16

Fonte: Dados da pesquisa.

A abordagem sobre a cor da pele privilegiou a autodeterminação dos sujeitos, por isso, apareceram nomes populares e suas gradações dentre aqueles que souberam dizer a sua cor de

pele (136), como mostra a Figura 7. Os grupos em que apenas um sujeito determinou sua cor com determinado nome aparecem na figura com menos de 1% das ocorrências.

Figura 7 – Cor da pele, segundo os próprios entrevistados, bairro rural do Guapiruvu, 2016.

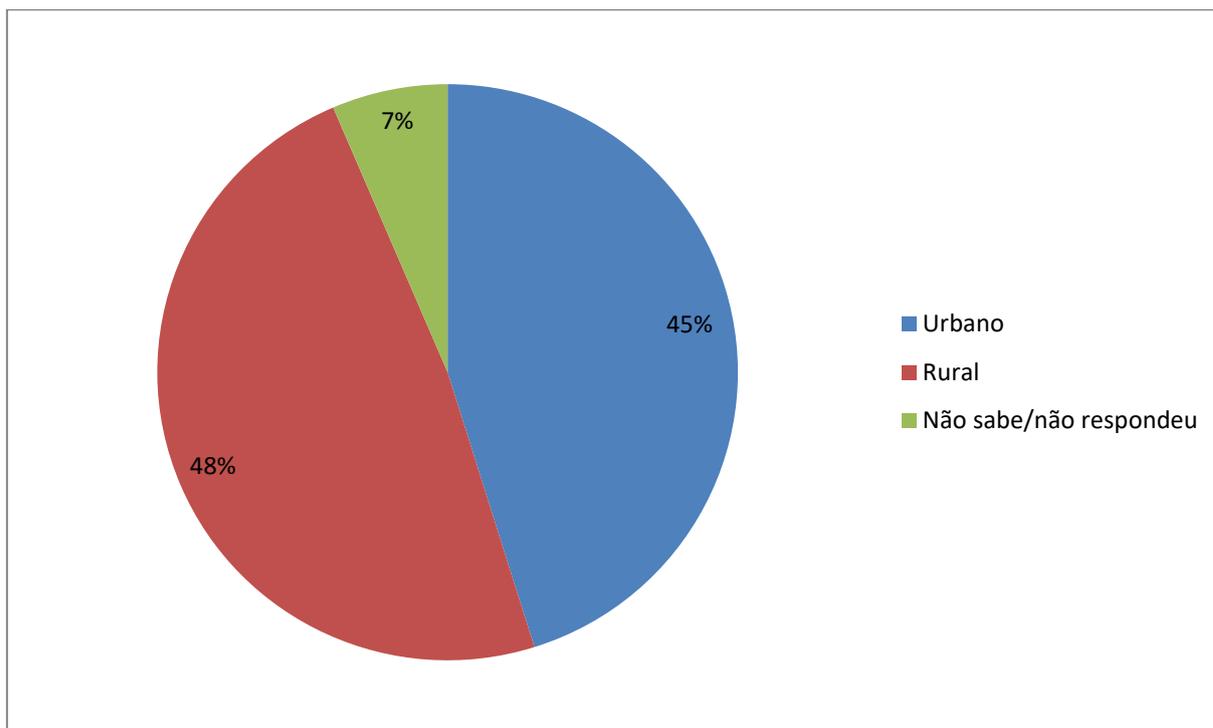


Fonte: Dados da pesquisa.

A maior parte dos moradores e seus ancestrais são do Estado de São Paulo e principalmente das cidades da região em que fica o bairro Guapiruvu. Os que residiam em Sete Barras antes de se mudarem para o bairro são 53% dos respondentes, seguidos pelos que vieram de Registro, que somam 11%. Nenhuma das outras cidades que são a origem dos moradores perfaz mais do que 8% das ocorrências.

A maior parte dos residentes tem origem rural (48%), ainda que os que tenham origem urbana sejam em número bastante próximo (45%), como mostra a Figura 5. Dos que vieram da zona rural, 82% viviam em agrupamentos caracterizados como bairro, enquanto 18% não souberam caracterizar o tipo de agrupamento (se bairro, assentamento, acampamento, colônia, casas dispersas etc).

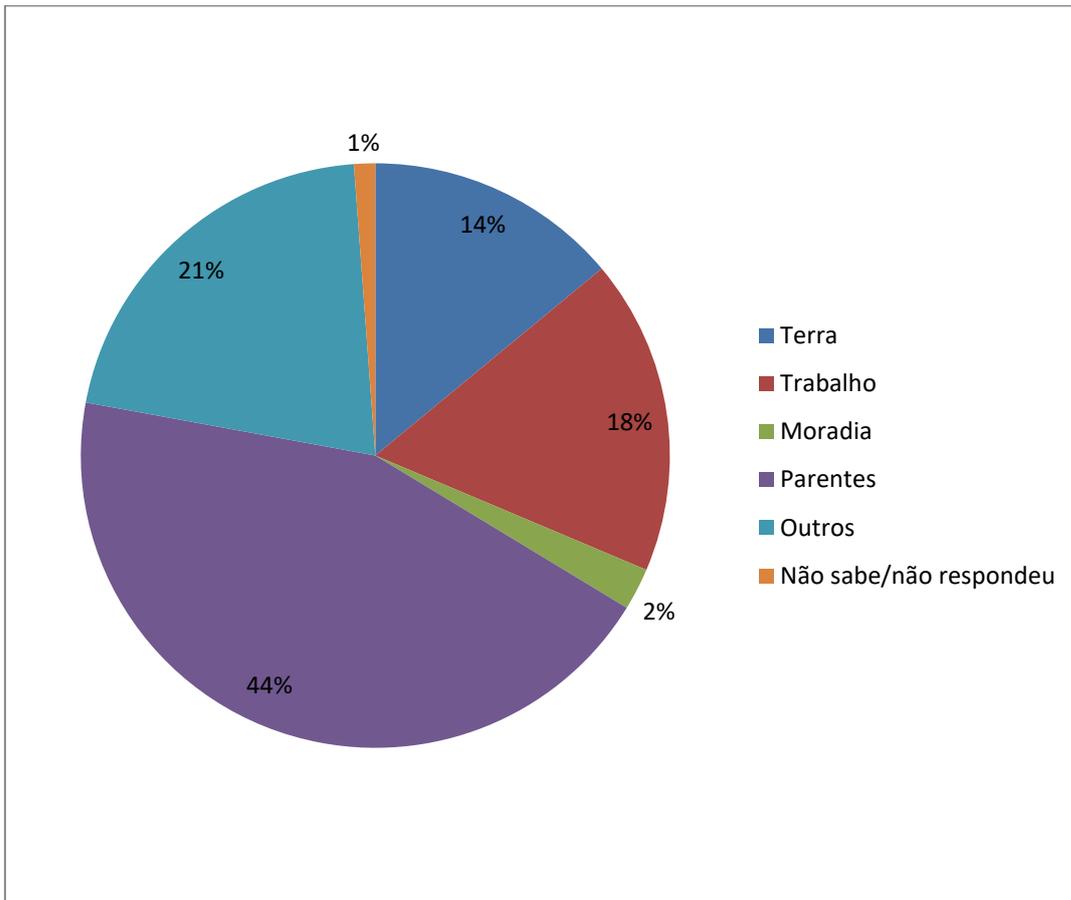
Figura 8 – Zona de origem das famílias residentes no bairro rural do Guapiruvu, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Muitos dos moradores atuais do bairro do Guapiruvu nasceram no bairro, outros, no entanto, vieram de outros bairros, cidades e até Estados. Dentre esses, o principal motivo de terem criado residência no bairro foram os parentes que ali já se encontravam (44%), seguido pelos que vieram por motivos diversos (21%) – especialmente casamento, busca por uma melhor qualidade de vida e amigos –, aqueles que vieram procurar por trabalho e acabaram se fixando (18%) e os que vieram em busca de terra (14%), como mostra a Figura 9.

Figura 9 – Motivo para a fixação de residência no bairro rural do Guapiruvu, 2016.

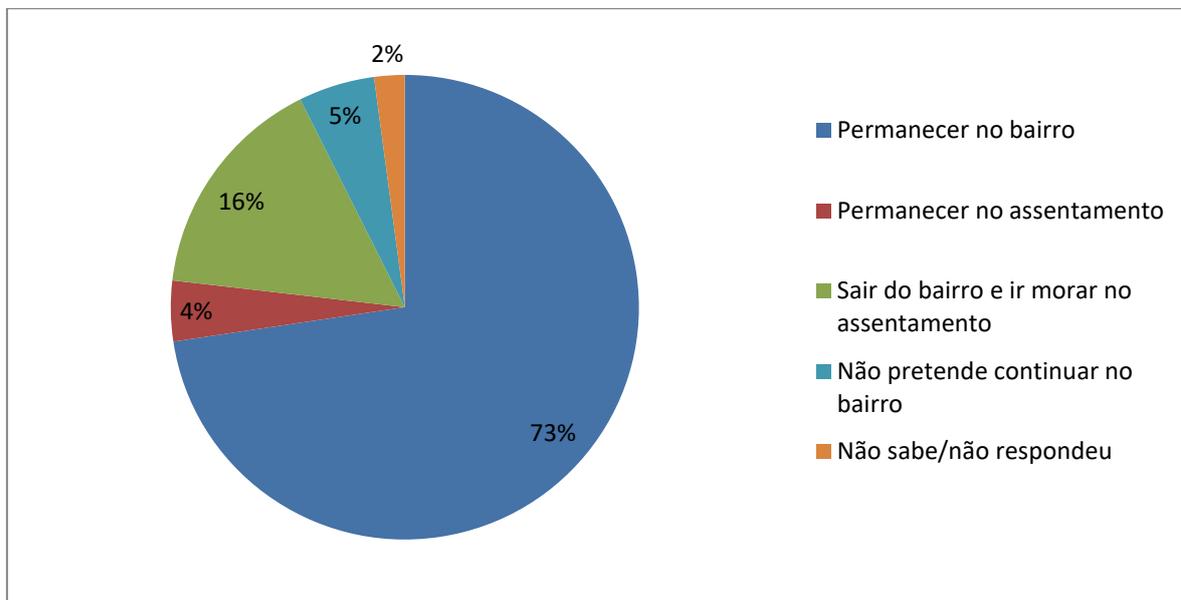


Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as mulheres, a maior parte (50%) se considera proprietária rural, seguidas pelas trabalhadoras domésticas (23%) e pelas prestadoras de serviços rurais (12%). Dentre os homens, 63% se consideram agricultores, seguidos pelos trabalhadores domésticos (19%) e pelos trabalhadores urbanos (13%). Vale ressaltar que o “trabalhador doméstico” aqui se refere à pessoa que considera que realiza, primordialmente, atividades relacionadas à manutenção do próprio lar e não diaristas.

Quanto questionados sobre o motivo principal que os mantém residindo no bairro, a maioria (63%) responde que é porque gosta ou porque já está acostumado. Os outros motivos relevantes são a proximidade dos parentes (6%), a moradia (6%), a possibilidade de arranjar trabalho (6%) e a terra (5%). Ainda nesse sentido, 77% dos respondentes pretendem continuar vivendo no bairro, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – O planejamento sobre o local de moradia dos moradores do bairro do Guapiruvu, 2016.

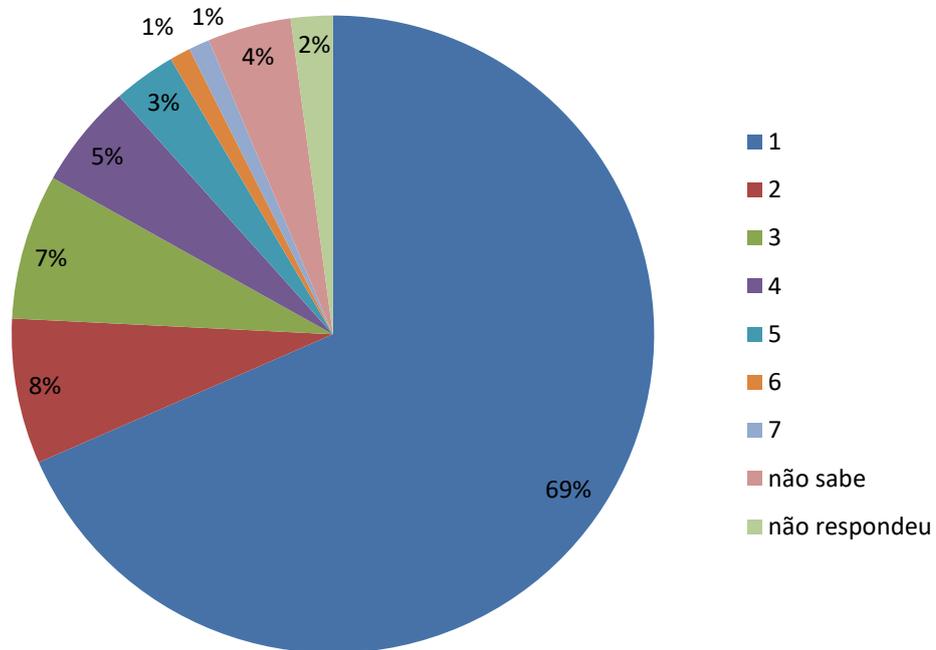


Fonte: Dados da pesquisa.

Os respondentes ainda puderam expressar o que desejam para os seus filhos e a maioria (43%) gostaria que eles continuassem morando no bairro, seja na mesma propriedade ou em outra. Uma porcentagem importante (15%), porém, gostaria que seus filhos e filhas se mudassem para o meio urbano, a fim de usufruir de melhores condições de vida, especialmente no que se refere aos estudos e ao lazer.

É bastante comum na zona rural que haja mais de uma casa e mais de uma família vivendo na mesma propriedade. No bairro rural do Guapiruvu, no entanto, 63% das propriedades conta com apenas uma família, como mostra a Figura 11. Sobre a localização das moradias, se na área pertencente ao assentamento ou fora dele, a quase totalidade (97%) está fora do assentamento, ainda que no assentamento existam várias casas que servem de abrigo durante as jornadas mais extensas de trabalho.

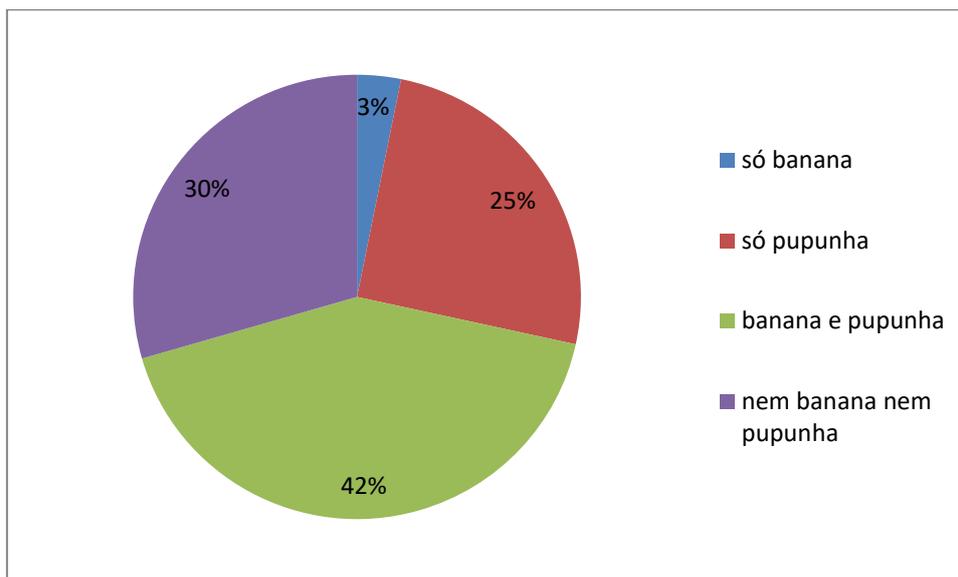
Figura 11 – Número de famílias vivendo em uma propriedade rural no bairro do Guapiruvu, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à produção agrícola, 78% das famílias diz produzir ao menos um tipo de produto. Como mostra a Figura 12, 70% destes produzem banana e pupunha (42%), apenas pupunha (25%) ou apenas banana (3%).

Figura 12 – Produção de banana e pupunha nas propriedades do bairro rural Guapiruvu, 2016.

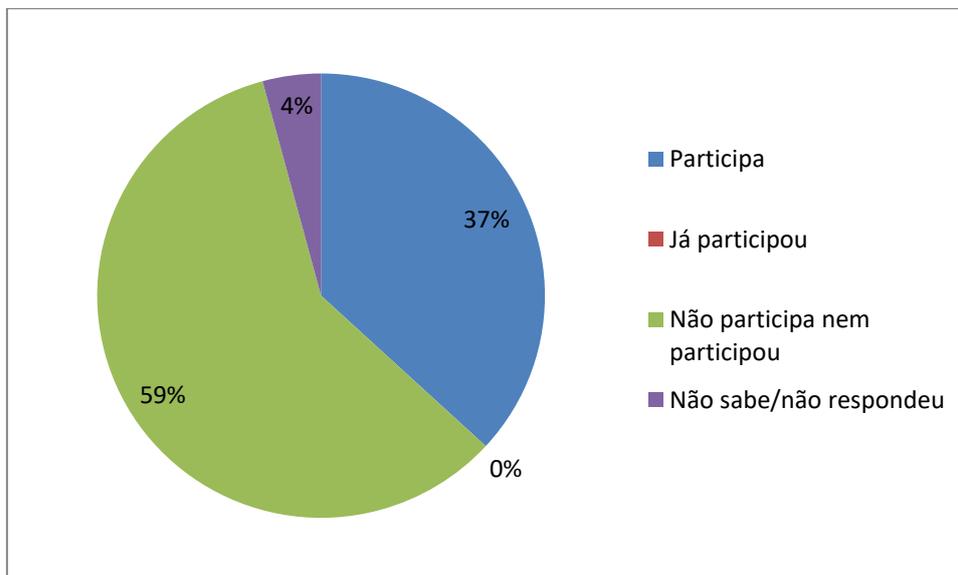


Fonte: Dados da pesquisa.

Além da banana e da pupunha, existe uma série de outros produtos que são encontrados nos sistemas de produção dos agricultores e das agricultoras, com destaque para a mandioca, a abóbora, a alface, a batata doce, o café, o inhame, o milho, o pimentão e a rúcula, além da criação de gado, de galinhas, de porcos e de peixes. Chama atenção que a maior parte dessa produção se destina ao consumo dos domicílios, não havendo grande importância para a venda e nem para a troca entre os vizinhos.

Como mostra a Figura 13, 59% dos moradores não participa e nem nunca participou dos programas de comercialização que estão sob a gestão da Cooperagua: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Dos que participam, a quase totalidade diz entregar a banana para ambos os programas.

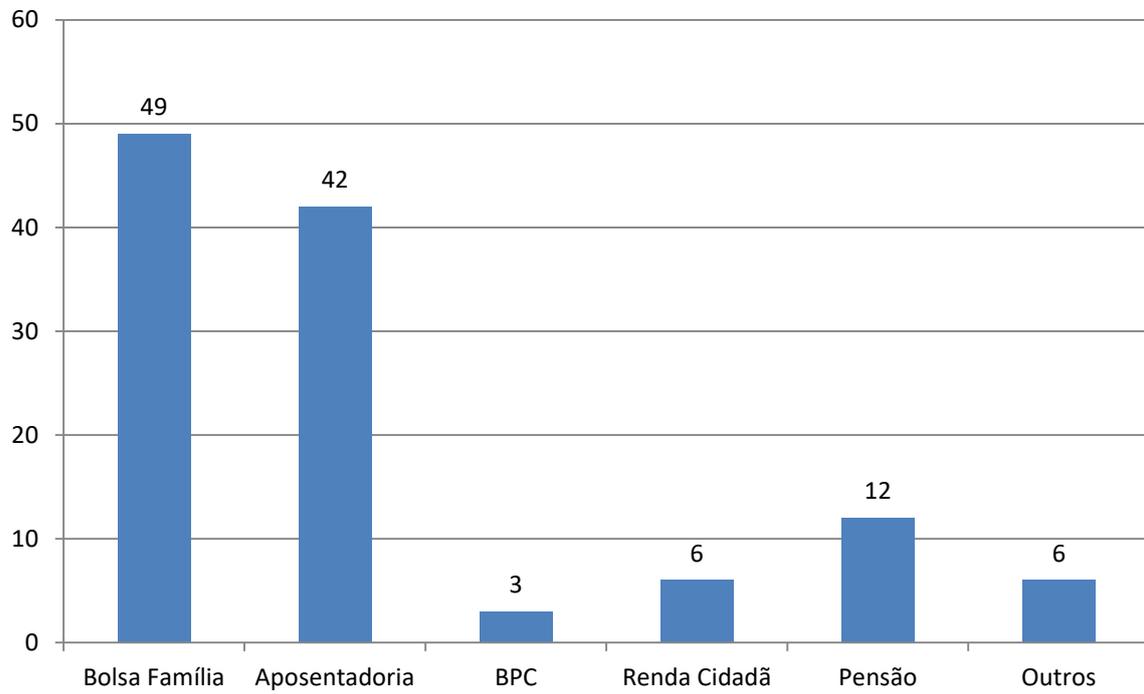
Figura 13 - Participação dos moradores do bairro rural do Guapiruvu no PAA e no Pnae, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda no que diz respeito às políticas públicas, 77% dos domicílios acessa ao menos uma das políticas sociais encontradas no bairro: Bolsa Família, aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Cidadã e pensão (de qualquer tipo). Destes, a maioria (53%) recebe apenas um benefício, enquanto que um número também expressivo (37%) recebe dois tipos de benefícios, mostrando a importância desses programas para a composição da renda das famílias. A Figura 14 mostra a quantidade de acessos aos benefícios sociais no bairro do Guapiruvu.

Figura 14 – Número de pessoas que acessam os benefícios sociais no bairro rural do Guapiruvu, 2016.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 15 - A paisagem e as estradas do bairro rural do Guapiruvu, 2016.



Fonte: Arquivo do autor.

5.1.1 História do bairro

A memória de cada um dos entrevistados e entrevistadas dá ênfase a determinados aspectos da vida no Guapiruvu, o que auxilia na montagem de um quebra-cabeça que, quando olhado à distância, compõe aquilo que pode ser considerada a história do bairro. Além da idade, que pode concorrer para delimitar o alcance da memória, a variedade de lembranças está apoiada numa infinidade de componentes, os quais seria infrutífero, aqui, tentar sistematizar. Mas é interessante observar como a história oral concorda, nos aspectos mais gerais, com a história oficial, como fica evidente no caso da história da agricultura na região – “De agricultura, só banana. Pupunha ninguém conhecia, num tinham falado nele.” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016) – e na luta pela terra. A vantagem da história oral é que ela nos permite adentrar nos regatos da história e seus meandros mais escondidos e particulares, pois multiplica os olhos e ouvidos e advém da memória dos que habitam e habitaram cada canto daquele espaço.

De primeiro era arroz, milho, porco, que criava muito. Hoje não tem essas coisas mais. E você vai falar isso para os caras que estudaram, os cara vão falar que é bobeira. O cara na Casa da Agricultura. Eu acho que vivia melhor. Eu não sei, a turma não tinha nada... aqui no mato, aqui, num tinha fiscal, num tinha nada. Todas as coisa que tinha na cidade, tinha aqui! Tinha cigarro de papel, nós usava mais fumo, com palha. A turma mesmo fabricava aqui em cima, no mato, eles fabricava. Eu cheguei no quartinho do pai de Zé, ele fabricava fumo, fazia fumo. O tal Pereira fazia fumo. Quase todos os caras fazia fumo! (Entrevista 2, 12 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

E o pessoal e as posses, o assentamento, o pessoal cultivando e invadiram. E expulsaram eles daí e eles foram se acampar lá em Eldorado na praça lá. Então eles se reuniram lá e iam lá no Incra para resolver o assunto. Mas chegava lá eles perguntavam: “Vocês se organizaram? Porque sem organização, você não consegue nada”. Aí nós fundamos uma associação, organizamos tudo e aí já tinha as parcerias, né, tudo. Aí, nessa época, foi quando o Lula entrou e aí ele desapropriou três fazendas. Essa e mais duas aí. E daí nós fomos se organizando, essa associação e fomos trabalhando, fazendo de tudo. As liderança nossa, muitos já morreram. Se não tiver liderança e organização, meu filho, organização, não se consegue nada. Aí foi vindo ajuda até criar a cooperativa. Aí veio o trator, nós tivemos caminhão, e fomos tocando. Começou vim gente a se hospedar aqui, porque não tinha onde se hospedar, e foi assim. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Naquela época, ficava doente aqui, que nem os mais velho que se criaram aqui, que contava, que já várias pessoas morreram, dos mais velhos, quando eu cheguei. Acho que quase tudo já morreram. Eles sofria muito! Morria gente, era tirado com dificuldade, porque não tinha carro, não tinha. Nem trator não existia por aqui, então eles... aí eles andava mais é a pé lá pelo rio,

que essa parte eu não cheguei a conhecer. Eles andavam no rio, eles levavam o morto em rede! Então era péssimo, nessa parte, era péssimo! Agora, já era melhor porque a gente podia ficar sossegado, não tinha perigo, não tinha. Já tamo correndo perigo aqui. Aqui tá muita misturança, já, né? De gente nova, né? Quando eu vim em 72, tudo aqui era mato. Eu matava raposa ainda, nessa beira de estrada, aqui. Naquela época tinha muita caça, agora não pode, naquela época podia matar. Não tinha esse negócio de florestal pra baixo e pra cima. Por isso que eu falo pra você que era bem tranquilo. A gente ia, saía aqui na estrada, podia andar tranquilo que não parecia uma viva alma, não tinha esse movimento que tem agora. Agora se você inventar de querer caçar por aqui só vai matar cachorro de vizinho. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Não tinha [estrada]. Caminhinho assim como caminho de roça. Não tinha nada de saída. Era só caminhozinho de ir pra roça. Era um caminhozinho. Agora no tempo da minha vida é tudo estrada. Mas não tinha nada aqui de estrada. Nem lá onde que eu morava. Lá eu andava por dentro do rio. De canoa, de *batêra*. Nós ia sim, de ano em ano, na cidade, pra fazer compra. É pra durar o ano tudo, querosene pra durar o ano tudo. Nossa compra que o meu pai fazia era isso. Aí com aquilo nós ficava até o outro ano, pra fazer outra compra. Dessa mesma compra. Só. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Segundo a história do povo mais antigo aí, há uns 150 anos atrás aí, que existia povoamento aqui, né. Existiu uma colônia de posseiro ali, que foram expulso por jagunço, né? Fazendeiro comprou um cantinho ali dum cidadão e o resto tomaram conta às custas de jagunço. À bala. Eu tinha uns colega de Registro que trabalhava num jagunço aqui, já tão tudo morto hoje, mas ele trabalhava no jagunço, eles chegava lá, nós entramos no barraco das pessoa e queimava os barraco dos posseiro lá e o cara corria por que não tinha nenhuma espingarda, era medo do cara. Tudo [terra] grilada. Mas era porque o povo era medroso na época que ele se achou, né? Falou assim: “Não, os cara lá são tudo medroso, vamos lá e vamos expulsar, chegar lá e pegar os cara na cidade lá”. Comprava os seus jagunço, os cara que trabalhou aqui na época: “Vamo lá e te dou uma garrafa de pinga pra vocês, chega lá, queima a casa daqueles ali”. Era assim que eles fazia. Pra muita gente ele fez isso, né? Tudo correram, mas só que chega uma hora que... Sei aí pelos pessoal mais velho, que contou as história pra nós aqui, pra mim. Teve uma epidemia de febre amarela aqui, diz que morria uma pessoa por dia aqui. Aí eles tinham que fazer o enterro de canoa pelo rio, não tinha estrada. Que levavam pelo rio. Enterrar. Quando chegava de volta, tinha outro pra fazer o guardamento ali. E naquela época não tinha estrada mesmo. Aí depois andaram abrindo um carreiro aí, sabe, uma trilha, aí passaram a andar de a cavalo. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Uma pessoa bem remunerada, um sitiante forte pagava o jagunço para expulsar determinada família ou colono, que eram sítiantes pequenos, no caso posseiros. Então, ele pegava, dez, quinze ou vinte pessoas e vinham todos com ele armados com revólver, *winchester*, carabina. O pessoal daqui era simplesinho, inocente, acanhado, tímidos e o pessoal vinham no rio, no braço do rio, faziam as pessoas ficarem despidas e a fim de que as mulheres, os maridos, os filhos ficassem envergonhadas a ponto de abandonar a propriedade para eles. Eles usavam essa tática criminoso com as pessoas aqui. Fiquei sabendo que o pessoal daqui criava porcos e galinhas e eles matavam a criação, aqueles capadões grandes e gordos. O pessoal daqui

costumava, também, fazer paiol, um abrigo para guardar arroz, casca, milho, para dar para os porcos e galinhas. Então, eles pegavam os capados e colocavam naquelas pilhas de sacas de arroz para apodrecer lá em cima para que não fosse possível aproveitar o arroz, o feijão. Você vê? É triste. Estratégias maquiavélicas. Coisa macabra. Eram estrategistas mesmo. Fazer o quê? Infelizmente acontece. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.1.2 “Quem bebe a água do Etá, quer ficar”

Fazer parte do bairro é ter uma história no bairro e é estabelecer relações de confiança com os moradores. Sendo assim, o tempo para ser considerado do bairro não depende de um tempo definido. O pertencimento também não depende, exclusivamente, da questão geográfica, pois constatamos que as fronteiras do bairro são indefinidas e, inclusive, são imaginadas como sendo aquelas que abrigam aqueles que se consideram como pertencentes ao bairro – “As pessoas já sabem quem é morador do bairro. Pelo jeito. Até mesmo o pessoal da cidade quando olha sabe que somos do sítio. Aí é preciso saber onde ele mora, se é para lá ou para cá da ponte” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016) e “Os daqui nós já conhecemos. Quando não é daqui nós sabemos” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016).

Antes eu era estranha, pra eles aqui eu era a pessoa que eles jamais... Queriam que me colocasse até embora daqui. Porque pra eles aqui, né, não pode mulher frequentar bar, como eu frequentava no começo, frequentava todo dia! Porque aí eu trabalhava, já passava por lá, né? E então aqui eles têm essa regra deles. Agora mudou, mudou bastante, mudou. Porque eles sabe que o comportamento meu, não era um comportamento de roubar, de quem vem de fora, pra eles, às vez tem medo né? Não conhece, não sabe quem que é aquela pessoa, mas com tempo agora, de um ano pra cá todos eles me conhece. Apesar de que eu diminuí bastante né? Porque através de um serviço como da escola tem que se respeitar mais né? E tem as criança também, né, as criança. [Passaram a me considerar como parte da comunidade] Quando eles começaram a vim trabalhar na banana. Eu de facão na cintura e trabalhar. “Ah, a mulher trabalha, né, num é só porque é da cidade”. Porque geralmente pra eles a pessoa da cidade não é muito de trabalhar, num é mesmo, né? Pra pegar pesado como que pega aqui. Eu falo lá em Registro que eu mato cobra, e falam: “Você é louca?”. Eles tão acostumando a me ver. A gente mata porque tem que matar, o certo não é matar, mas tem que matar. Todos daqui já conhece todos. Então quem vem de fora já sabe já que não é daqui, quem é vem da Formosa sabe que é da Formosa, quem vai da Formosa pra cá do começo. Ah, da Canela Parda já dá pra saber, já sei da Canela Parda pra cá. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Mas afinal quais os principais atrativos do bairro? O que trouxe e o que mantém as famílias no bairro? O que é mais valorizado e o que precisa ser mudado? A todo instante, nas conversas do dia-a-dia, os moradores estão tecendo comentários e fazendo avaliações sobre o

seu lugar de moradia e sobre as relações sociais que estabelecem. Da mesma forma, contribuem para formar essa “imagem” do bairro as experiências que as pessoas têm e tiveram fora dele.

A natureza, né? Acho que isso aí não tem coisa melhor que a natureza viva, né. Se fosse bem trabalhado dá até pra fazer um turismo bom, abrir portas de emprego pra gente, né. Essa parte de fazer trilha, que não tem pessoa equipada pra levar o pessoal ir um pouco mais além, sem ter medo de punição, né, de punir. Mas seria muito bom fazer um treinamento pro pessoal entrar e fazer outras coisas também, como tem aquela parte ali parada, converso sempre como isso prejudica, coitado. O pessoal num tá envolvido entre eles, né, e aquela parte do barracão ali, aquela parte que tem uma casinha que fica um curso de pedreiro, tá ali parada, eles podiam vir me arrumar isso aqui, né? E assim, de se ajudar, fazer um mutirão, fazer uma coisinha fechadinha pra gente vender, não precisa vender bebida alcoólica, eu vendo meu doce, vendo. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Porque agora tem como o povo sobreviver. É só ter vontade de trabalhar, de cultivar. É que nem eu tava falando da terra, você cultivando a terra, você tem, né? Aqui pra mim é o paraíso, é um paraíso. Você precisa ver como é gostoso isso aqui. Você levanta cedo, abre aí, você tá vendo mato, árvore. Eu só saio daqui quando eu morrer. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Hoje em dia precisamos ter cuidado e nós moramos aqui porque gostamos de sossego e tranquilidade. Eu mesmo poderia vender minha parte para um dos meus irmãos e ir para a cidade, mas não, de jeito algum. Não faço porque minha vida vai virar cento e noventa graus, vai sofrer uma mudança terrível e essa não é minha área. Minha área é aqui no sertão e no mato levando picada de inseto. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Vemos, pelos trechos acima, que a questão da proximidade com a natureza é um aspecto importante para os moradores. Em diversos momentos, falam com especial veemência da qualidade da água, para a qual, inclusive, há um ditado popular.

Ah, aqui é bom. Ganha-se pouco, mas não se gasta muito. “Quem bebe água do Etá, quer ficar”. Não tem atropelo de coisas, nem bandidos, tal como possuem as cidades, tornando-se impossível viver. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

A natureza também serve como possibilidade de lazer e como abrigo para os animais, sobre os quais existe bastante conhecimento. As épocas de acasalamento, os cantos, o sabor. Mas hoje não é mais permitido caçar e coletar palmito da floresta.

Agora a gente não pode procurar nada no mato, é proibido. Agora é proibido, o guarda não deixa. É isso que piorou, foi isso. Em primeiro não tinha proibição, mas também ninguém tirava. E hoje não. E hoje querem só

que venha de lá bonzinho pra comprar, limpinho, é, então, ninguém procura plantar também grande coisa. Aí vira só plantar pupunha. Plantar pupunha, essas coisa, banana. Agora eu quando trabalhava, ainda até agora que eu trabalhei, tudo a vida plantei meu arroz no meu pilão, sabe esse pilão aí? Sabe da onde que é? Vem lá do meu sogro, do tempo da posse. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Os aspectos que são considerados como as principais melhorias do bairro ao longo dos anos se referem à possibilidade de uma integração cada vez mais confortável com a cidade, ou seja, com a possibilidade de ir e vir quando se deseja e de poder usufruir das atividades e serviços que lá existem. Assim, aparecem muitas menções relacionadas às estradas, ao transporte público e à comercialização.

Mas você vê agora, o senhor acompanha, né, que já tem duas escola. Teve o postinho, o posto de saúde que o prefeito fechou. Nós tinha médico que vinha aqui! Exame, coleta de sangue, tudo era feito aqui! Colhia o sangue aqui, eu sei que levava pro laboratório, mas era colhido aqui! A gente não saía! Depois teve linha de ônibus, particular, que foi o primeiro, né, que entrou no chão de Eldorado, parece. Depois uma linha de ônibus aqui, então deu uma melhora. Pois a prefeitura, depois de pedir tanto, em pôr linha da prefeitura, agora tem também a companhia Caminho do Vale, mas foi melhorando. Tamos com a estrada péssima, mas de 72, que eu vim pra cá, teve uma melhora, né? (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Olha, que mudou mais foi aterramento que botou estrada dum tempo em diante, teve saída, acesso de saída e também não tinha, tem ônibus que também não tinha. Mudou isso aí de bom. É melhor do que era nos tempos antigo e melhorou porque tinha que tirar as coisa no cavalo. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Tem muita coisa que melhorou, o sistema de transporte, coleta de lixo, distribuição de água, energia elétrica, várias coisas, a gente esquece um ou outro, mas tem várias coisas boas. Para pior hoje a barigüi²⁶ a princípio. Depois vem outras coisas que conforme vem a população vem as boas e as ruins também, porque a gente não pode discriminar. Tivemos assentamentos que ajudou para dar o *start*, o desenvolvimento de Guapiruvu. O assentamento deu um *start*, principalmente no valor econômico. (Entrevista 13, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

²⁶ Referência ao mosquito-pólvora, provavelmente do gênero *Culicoides*.

5.1.3 “Antigamente, era muito pouca gente”

Ainda que existam muitos atrativos no bairro e ainda que a história pessoal e familiar evidencie a vontade de ficar, algumas forças – do mercado, do Estado, das próprias famílias – competem para trazer inquietações às mentes dos sujeitos entrevistados, fazendo-os questionar, em alguns momentos, sobre as escolhas realizadas e sobre o futuro.

Olha rapaz, aqui só piorou. Piorou. Pra mim melhorou, por que eu me aposentei, né? Se não fosse aposentado tinha que ir embora pra cidade, pra algum lugar, por que aqui o serviço é muito ruim, não tem mais ganho. Naquela época que nós viemos pra cá você se virava. Você cortava um palmito, você tirava uma madeira. Agora num pode mexer, num pode fazer mais nada disso. Hoje num tem serviço, a gente não pode fazer nada, não pode plantar nada. Aqui é uma área que não dá folha debaixo do mato, aí que tem as quantidade maior, tudo mentira. Aqui num dá! É uma área que chove muito, então o cara não pode arar, não pode plantar, não pode queimar. O meu menino queimou lá, plantou, derrubou o pedaço de lá, queimou, multou ele em seis mil e pouco. Acabei de pagar agora esse mês! (Entrevista 2, 12 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Mas a memória, enquanto recriação do passado, tem a capacidade de fomentar uma coesão entre as pessoas e o espaço e entre as pessoas que compartilham um mesmo espaço que é difícil de romper. Os sujeitos, sob adversidades, resistem e defendem seu modo de vida; parece que a vida, hoje, apesar dos pesares, é melhor, seja porque apresenta condições concretas para ser mais bem usufruída, seja porque as ameaças à reprodução social e àquilo que para eles mais importa – a terra, por exemplo – parecem menos prováveis.

Olha que a gente sofreu. Acho que foi uns oito anos, sete ou oito anos sem energia. Só com lampião, né, querosene? Era no lugar desta, era a outra casinha que tava. Ela só tinha um quarto pequenininho que só cabia a cama, não tinha nem guarda-roupa, era guardado feito varal, dependurado a roupa, jogado no varal, em caixa, as roupa melhor dobrava e punha em caixa. Aí quando era pra sair, que era muito difícil sair, eu só saía pra levar filho pro médico. Ou então saí quando fui ganhar. Aí passava ferro à brasa. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Quando eu cheguei aqui? Aqui era tudo mato! Tudo mato! Aqui num tinha nada. É bom. Então, isso aqui era tudo matão, rapaz. Aí pra cima era tudo mato. Tapetão. Aí é que foi, os familiares se juntando, fez uma casa ali, uma casa aqui, e ficou assim, né? Encheu de casa. Antigamente, era muito pouca gente. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Quando eu vim pra cá era mato, rapaz. Mato, passava por água, e era sofrimento, sabe? Essas crianças... Essa mais velha que tá aqui, que é do meio, o pai tinha que lançar ela nas costas aqui pra poder ir pro ginásio, pra escola. Que tinha que passar compra nas costa. Tinha vez que precisava ir buscar – sabe lá na entrada do Guapiruvu? O povo antigamente trazia as

compra nas costa. A pé. Mas aqui era muito sofrimento. A canoa vinha até ali. Não tem uma pedra grandona ali embaixo? No rio, aqui. Então, a canoa vinha até ali. Eu lembro. Meu pai remou muito de canoa aí. Na escola as crianças tinha que levar a roupa dentro de um saquinho de arroz. As crianças colocava roupa dentro de um saco de arroz e levava, pra chegar lá só com aquela roupinha ruinzinha, pra chegar lá e colocar a roupa melhor, pra entrar pra escola. É, pra estudar. E levava a comida numa marmitinha. Levavam arroz, feijão e carne, carne de galinha, carne de pato, essas coisas que tem na comida. Coisa que tinha aqui. Tinha muito porco, muita galinha. Tinha demais! Plantação aqui, só viviam de arroz, feijão e café torrado em casa. Milho tinha, que nós fazia curau de milho, cuscuz de milho, bolo de milho, tudo isso a gente fazia. Pra banana foi há pouco tempo. (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Que eu andei à beira também de acontecer um ato aqui, por causa disso aqui. Por causa dessa terra nossa aqui, andou à beira duns cara chegando aqui, querendo invadir aqui também, só que eu falei: “O negócio é o seguinte, eu já tô a mais tempo aqui, vocês fiquem na de vocês. Vocês compraram um cantinho e aqui é meu. E fim de conversa. Você quer ser meu vizinho, seja, se não quer ser, tome cuidado. Eu não tô aqui pra brincar, eu tô pra mim trabalhar, tô sozinho aqui. Só que é o seguinte, tem uma espingarda velha guardada num canto lá da casa não é pra enfeite, pra mim usar ela. Se precisar eu uso”. Aí, acabou em nada. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.1.4 “De lá pra cá é Guapiruvu”

Um aspecto interessante, já mencionado, é a questão de que os limites do bairro não são definidos e entre os moradores, mesmo os mais antigos, não há consenso. Assim, alguns evocam a história para dar suporte ao argumento de que o bairro começa em determinado lugar; outros, ponderam que o bairro começa onde o bairro vizinho termina, mas quando vamos ao bairro vizinho, o entendimento sobre começo e o fim do bairro é distinto; e assim por diante. Adota-se aqui a noção de que ao bairro pertencem aqueles que se sentem parte do bairro. Foi assim, por exemplo, que decidimos quem seria abordado na etapa de aplicação dos questionários. De qualquer forma, vale o registro das opiniões sobre os limites do bairro, que muito revelam sobre a organização de uma comunidade rural – “Daquele segundo sinal pra cá é o Guapiruvu. Não! Lá da ponte do cimento pra cá já é o bairro Guapiruvu” (Entrevista 2, 12 de julho de 2016); “A partir da Formosa, né. Canela Parda pra cá. Onde tem uma barraca de coisa de açai” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016); “O Guapiruvu começa naquela ponte de cimento lá em baixo, de lá para cá é Guapiruvu” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016); e “Para lá do bar do Edmilson, onde tem um sítio que tem uma plaquinha escrita “vende-se ovo”. De lá para cá é Guapiruvu. Passou da Canela Parda eu considero Guapiruvu” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Lá na primeira placa, primeira placa azul lá. Lá no palmital lá. Pra mim é de lá pra cá, porque o ônibus vira a curva ali naquela plaquinha pequeninha e ali tá escrito Cooperágua, né, já fala da Cooperágua, e Coperágua é Guapiruvu, e ali tem uma placa de madeira escrito Guapiruvu também, então se você parar pra pensar, tem uma placa lá, outra ali, outra aqui. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.2 O trabalho no bairro

Quando se trata de falar sobre trabalho, os ânimos se exaltam e, comumente, se torna o momento em que os entrevistados mais têm coisas a dizer. Sua rotina é totalmente marcada pelo trabalho e, ainda que predomine o entendimento sobre a autonomia na gestão do tempo, a verdade é que parece não sobrar tempo para muita coisa. Pode-se dizer que os entrevistados são pessoas bastante ocupadas, mesmo os aposentados que, ainda que estejam trabalhando menos do que trabalhavam antigamente, ainda realizam algumas tarefas e gostariam de poder realizar mais, não fossem as recomendações familiares e os desafios da idade. Todos, jovens, adultos e idosos tem algo a dizer sobre o passado: aquele que viveram ou aquele que ouviram contar seus pais, mães, avôs e avós.

Agora, igual naquela época, era difícil. A produção aqui, além de ser pouco, pegava diarista, né, ele nunca teve funcionário assim, fichado, não dava, tinha condições. Então era diarista, conforme apertava o serviço, ele arrumava um, dois, às vezes ali, e eu ajudava também assim pro meio. Então foi formado o bananal assim, porque quando eu vim pra cá era tudo capoeirão, só tinha um pedacinho de banana aqui que tinha plantado uns pé de arroz, mas ói, não tô me elogiando, que tem um lá em cima que é prova. Mas foi sofrido pra formar aqui. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016)

São recorrentes as histórias sobre a “formação” das áreas de plantio, principalmente por aqueles que estão no bairro há mais tempo, que não necessariamente são os entrevistados mais velhos. A banana, que muitos consideram que *sempre* houve, foi introduzida, assim como todos os plantios que vieram antes e depois dela, a custo de muito trabalho, para vencer o capoeirão, a mata. Talvez seja esse o primeiro registro de trabalho a ser anotado: a substituição da vegetação natural pela paisagem agrícola pelos primeiros ocupantes das áreas em que hoje se encontram os sítios. Obviamente, os primeiros ocupantes da área hoje designada como *bairro* chegaram bem antes do registro realizado junto aos entrevistados.

No que concerne ao trabalho *para outros*, em regimes distantes do assalariamento, ou seja, mais próximos da remuneração por empreita, os relatos reportam, com uma carga bastante negativa, a presença de produtores com grandes áreas, cuja presença no bairro será abordada em outra seção.

De serviço era... não era bom, na época. Era ruim, né. Bem ruim mesmo. Trabalhava. Lembro que trabalhei pra um tal, que dizia que queria ser dono das terras aqui, né. Trabalhava na terra arada. Antigamente, antigamente não tinha serviço mesmo e não tinha como melhorar. Aí trabalhava assim, algum, plantava uma coisinha, colhia, mas pouca coisa né. Não era bastante coisa. Cê ia trabalhar pra fora. Trabalhar para os outros pra fora. Trabalhando por dia. Agora, antigamente que o pessoal mora aí e ia fazer um baile, mas assim, baile de trabalhar né, fazer mutirão que falam. O mutirão... Faziam um baile que os cara trabalhavam de dia, quando era de tarde, de tarde não, de noite, faziam um baile, né? Pro pessoal divertir. Não precisava pagar o dia para ninguém né. Ia roçar, era mais roçar né, roçar, derrubar. Antigamente podia, hoje em dia não pode derrubar nada aí, né. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016)

É interessante a menção ao *mutirão*. Já amplamente documentado em diversas pesquisas, o mutirão se constituiu como uma forma de trabalho coletivo não remunerado, geralmente realizado por parentes e vizinhos conjuntamente, que consistia em garantir força de trabalho suficiente para realizar alguma atividade específica em determinada época do ano (geralmente o preparo da terra, o plantio ou a colheita), de forma a responder taticamente às determinações das condições climáticas. Ao trabalho efetivamente realizado, seguia-se uma festa, preparada pelo dono da terra em que se realizava a atividade, que deveria ser oferecida aos trabalhadores como forma de diversão e agradecimento. Esperava-se assim que, a cada mutirão, houvesse uma festa, ou *baile*, sob a responsabilidade daquele que chamava o mutirão, quase como um revezamento.

Tinha mutirão, daqui. Mutirão de colha, mutirão de roçada. Nessa época não tinha guarda pra impedir, tinha mutirão de derrubada. É, era mutirão. Fazia o mutirão de dia, fazia almoço, café, de tarde o forró. Nós que chamava as pessoa. Aí vinha 30, 40 homem. Numa roça só. Pra fazer o serviço no dia. Aí fazia aquele mutirão. Dava aquela dança naquele sábado, no sábado dava aquela dança, aí outro mutirão no outro sábado foi outra pessoa lá que ajudou nós. Era assim. Nós dava almoço. Nós dava almoço, dava janta, dava café, daí o forró. Aí de sete, oito horas o forró. Era tipo uma festa. Ah, nós fazia a comida, que nós fazia, pro povo comer. Era matado o porco. Era feito com batatinha, com carne de porco, mas era comida. Fazia coruja pra abertura do café, coruja. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016)

O mutirão aparece apenas no relatos dos mais idosos. Os mais novos, quando falam sobre formas coletivas e coordenadas de trabalho, usam a expressão *troca de dias* e não mencionam a oferta de comidas, bebidas e música ao final do dia. O mutirão assim, é o símbolo de um outro tempo, em que as relações comerciais e de trabalho eram menos monetarizadas, em que a oferta de trabalho *para outros* era menor e não oferecia, assim, uma alternativa ao trabalho em prol da comunidade. É difícil precisar em que momento o mutirão deixou de ser realizado, até mesmo porque, possivelmente, não foi deixado de lado por todos

ao mesmo tempo. Mas se fôssemos determinar o seu declínio com base nos relatos, diríamos que por volta dos anos 80 ele já não mais acontecia de forma abrangente.

Paralelo a isso, existiu a ocupação do bairro por grandes produtores, cuja história nos leva, em alguns casos, a processos de grilagem e conflito armado. No entanto, alguns advogam que, como posseiros, pertencem às famílias mais antigas da região e foram se apropriando das terras através do trabalho e pela necessidade de manter a família por perto. Comumente, são os que tem a possibilidade de oferecer mais postos de trabalho aos que não possuem terra ou a possuem em pequena quantidade, de forma que dela não conseguem tirar seu sustento.

Muitos trabalhavam de empregado, o que chamamos de “biqueira”. Trabalhavam cada dia para uma pessoa. Quando não tinha serviço ficava sem trabalhar. Hoje em dia já têm onde trabalhar e produzir de forma a progredir e vender sua mercadoria. Esse assentamento foi consolidado pelo Incra há oito anos atrás. Alguns já trabalhavam aqui, outros deixaram de trabalhar. Meu pai entrou nessa área, assim como outros, pela primeira vez, há vinte e quatro ou vinte cinco anos. Muitos que começaram estão aqui há dez ou doze anos, não viram o assentamento ser realizado, mas eram trabalhadores antigos e fazem parte da história, pois já trabalhavam. Nós fomos uns dos poucos que permaneceram. Houve briga judicial, nós ganhamos o direito de ficar lá na área trabalhando por algum tempo e outros que não aceitaram o acordo saíram. Nós já tínhamos muitas coisas plantadas, inclusive pupunha, que ainda temos e a temos há uns dezesseis anos. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Com a criação do assentamento, houve a possibilidade de muitos trabalhadores da *biqueira* ganharem uma terra e abandonarem a sujeição. Houve também, uma espécie de acerto de contas, pois alguns dos grandes produtores, que tinham terra na área da *posse* e que ali estavam a menos tempo que os posseiros mais antigos, foram preteridos em prol destes últimos. Outros, no entanto, conseguiram garantir judicialmente sua permanência.

A exploração da madeira e do palmito juçara são atividades antigas e estão presentes nos relatos dos moradores do bairro nas diversas épocas a que se referem, por experiência vivida ou ouvida dos parentes. Notadamente, porém, houve um período, inicial, em que tal exploração era pequena, para o uso nas propriedades, e um momento posterior, mais comercial, em que o volume de produto exportado das matas da região aumentou, gerando empregos e fazendo circular o dinheiro na comunidade.

Quem conheceu isso aqui, isso aqui era divertido, rapaz. Tinha dinheiro aqui, rapaz. Rolava dinheiro, só que era o seguinte, tinha, na época que eu vim pra cá, eu trabalhava muito, cara, tanto eu trabalhava no sítio pra formar o bananal, eu trabalhava nos mato aí. Tinha madeireira na época, os madeireiro vinha cerrando pra tirar madeira e não tinha gente que sabia

manejar a serra, a motosserra, né? Iam procurar eu aí. Tanto pra fazer mecânica na motosserra, quanto pra trabalhar com ela no mato. Tinha carvão. E tinha... davam... valorizavam o serviço da gente. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Dos trabalhos temporários associados a esse momento mais recente, o mais relevante é o serviço dos *palmiteiros*. Os palmiteiros são trabalhadores que se embrenham na mata por alguns ou muitos dias em busca do palmito *juçara* que cresce naturalmente na região. É um produto bastante valorizado justamente pela crescente raridade pois, além de suas características organolépticas e ao contrário de outros tipos comerciais de palmito, não rebrota quando cortado, o que demanda que sua busca seja cada vez difícil mata adentro. Não são raros os relatos de confrontos entre palmiteiros que se esbarram nas trilhas em busca da *juçara*. Com os elevados valores oferecidos pelas empresas processadoras, cada haste pode significar a garantia da manutenção de uma qualidade de vida para a família por período considerável. A competição trouxe *estranhos* ao bairro, que contribuiu para mudanças nas relações pessoais entre os moradores. Não é de se estranhar, portanto, o alívio relacionado à possibilidade de abandonar a atividade de *palmiteiro*, seja pelas condições de trabalho mas também pela possibilidade de restabelecimento da noção de bairro.

Rapaz, era horrível. Você já imaginou eu sair daqui de casa, debaixo de chuva, mato, morro. Já me cortei com facão. Uma vez me cortei aqui no joelho e tive que vir de bengala embora. Travou tudo. Cortou nervo. Dormindo na chuva, deixava o barraco de pé, muitas vezes madeira tinha caído em cima. Chuva. Fogo, pra acender fogo no mato com lenha verde, já imaginou? Coisa que eu não quero pra ninguém, nem pro meu pior inimigo não quero. Tem gente que ainda corta. Porque gosta de aventura ou porque não tem outra saída, porque eu mesmo, de boa vontade eu não ia. Há um [hoje] que é de fora. Mas se tiver uns cinco ou seis cortando palmito é muito. [Antes] Éramos todos. Era o palmito. Primeiro o gengibre, depois acabou o gengibre e entrou o palmito. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Outras culturas comerciais fizeram parte da história do bairro, antes, durante e depois do auge da busca pelo palmito *juçara*. É interessante notar, porém, como o trabalho como *palmiteiro* é um marco na vida das pessoas que a esta atividade se dedicaram e mesmo na dos que apenas observaram o desenrolar dessa atividade. Em verdade, todos se envolveram de alguma forma. Quando não trabalhando diretamente, se relacionando com os palmiteiros nos caminhos, nas casas e nos bares, tendo que lidar com as mulas largadas pelos *palmiteiros* nas estradas, que comiam as plantações etc.

É muito difícil se você quer saber. Boa parte acho que é falta de oportunidade, porque tem uns tem área limitada, aqui é área de preservação ambiental. Não tinha área para todo o pessoal do Guapiruvu. Tem uns que se

eles conseguissem uma área, eles poderiam até ser *palmiteiros*, só que bem menos. Inclusive o rapaz que sai daqui e trabalha comigo e um outro também eram todos *palmiteiros*. Esse nem pegou área, vai trabalhar comigo só lá no palmito. É uma vida muito dura, muito difícil. Rapaz do céu! (Entrevista13, 21 de julho de 2016)

A despeito de ainda haver moradores, poucos, que ainda são *palmiteiros*, permanecem as histórias associadas às dificuldades da atividade e da prosperidade alcançada por alguns, motivo de prestígio até os dias de hoje. “Ele tem experiência aqui. Faz tempo que mora aqui. Ele também mexeu com palmito por muito tempo” (Entrevista11, 20 de julho de 2016).

5.2.1 Rotina

Como já mencionado, a rotina de trabalho dos moradores no bairro, tanto os mais novos quanto os mais velhos, é forrada de atividades, para si mesmos e para os outros. Quem, aliás, são os *outros*? Ou seja, em que medida, trabalhar para outra pessoa deixa de ser encarado como um trabalho relacionado com o bem-estar próprio para ser encarado como algo que merece algum tipo de remuneração, sem em troca de dias, seja em dinheiro? É algo a ser analisado, levando em consideração a história das relações de trabalho que aparecem nos relatos. De toda forma, com tantas atividades a serem realizadas, existe uma organização do tempo e uma hierarquia de prioridades: “Durante o dia fica mais ao serviço, a escola, e as pessoas ficam mais no serviço delas, mais das suas terras, né” (Entrevista 1, 6 de julho de 2016).

Fazemos bastante coisa. Acordamos por volta das seis horas. A depender do serviço que deverá ser feito, como por exemplo o corte de banana e pupunha, precisamos sair mais cedo, pois são sete quilômetros até lá. Com esse trator demoramos meia hora, ele é lerdo. De carro ou bicicleta é mais rápido. Mas, eu trabalho com qualquer tipo de serviço, até de pedreiro. De vez em quando faço um frete com o trator, pois o trator é nosso e usamos o dinheiro para ajudar na manutenção dele. A cooperativa tem dois tratores, mas as vezes são insuficientes para a demanda do bairro. É muita gente para usar. Eu uso a carreta da cooperativa. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Trabalho para si mesmo e trabalho para os outros. Equipamentos próprios, equipamentos do vizinho e equipamentos da cooperativa. Todos estes elementos se combinam na realização das diversas atividades que precisam ser executadas por e para todos os moradores do bairro. São recursos – o trabalho e os equipamentos – escassos, então sua utilização precisa obedecer a uma eficiência que, à primeira vista, não sobressai.

Mexo com máquina, motosserra, mas é só para os colegas. Antes dos problemas da minha filha, acordávamos as seis horas da manhã, tomávamos

café, levávamos as crianças para a escola e depois íamos os dois para a roça, pois trabalhamos em agricultura familiar. Ela me ajuda demais e é um amor de pessoa. Depois ela chegava e ia lavar a louça e eu trabalhar com as máquinas. Os dois na agricultura e na casa é ela, porque mulher é melhor para fazer esse tipo de coisa. Eu sou muito estabonado e faço mal feito, então ela mesmo gosta de fazer tudo em casa. Além de ela cuidar de lá ela trabalha aqui. Quem tem as ideias sou eu, mas se ela não aprovar eu não faço. Somos casados e não nos contrariamos. Nós discutimos para chegar em uma conclusão. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Outro elemento a ser combinado na equação é a divisão interna dos trabalhos da família. Cabe às mulheres, de forma geral, o trabalho na casa – que inclui o cuidado com os filhos –, ainda que muitas delas invistam grande parte do seu tempo áreas de produção. Ao lado da constatação dessa dupla jornada de trabalho, há a naturalização dessa divisão, como se houvesse uma propensão genética que a justificasse. É a expressão de uma história e de uma cultura, está claro, mas ao mesmo tempo uma esquivia à noção mais moderna, consciente, de que algumas coisas poderiam mudar. Políticas públicas, como o Bolsa Família, e mesmo a mídia são responsáveis pelo contato com novos valores da sociedade em que a mulher tem os mesmos direitos que o homem, e isso poderia se aplicar à divisão do trabalho. Então ao mesmo tempo que há a exaltação da *agricultura familiar*, há a manutenção de valores que representam o passado.

Hoje em dia, se *ajuda* um vizinho e por ele é *ajudado*. A retribuição pode ser na forma de troca de dias ou remuneração em dinheiro.

Nos serviços da roça [recebemos ajuda de vizinhos], nas coisas que mais precisam ser feitas no momento. Pagamos em dinheiro. Falamos aqui na roça que o serviço nunca acaba. Quando se termina um serviço e se tem um ou dois dias sossegado é possível sair e ganhar um extra. Isso ajuda. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Nas roças o serviço nunca acaba. Assim, quando a *ajuda* permite a otimização do tempo do trabalho - “Tem o meu cunhado que as vezes vem nos ajudar e as vezes nós vamos ajuda-lo. É importante, pois rende mais o serviço. Trocamos dia de serviço” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016) – ela cria espaço primeiramente para a realização de mais trabalho e não de lazer. A possibilidade de realizar mais trabalho pode ser, inclusive, dar *ajuda* a alguém em troca de alguma retribuição. É um processo dinâmico, ditado pelas demandas do dia-a-dia – “De vez em quando trocamos dia. Corte de pupunha, corte de banana, calcário, como ontem mesmo” (Entrevista 11, 20 de julho de 2016) – que incluem diversos critérios, como a possibilidade de retribuir, a relação de parentesco e vizinhança, o atendimento aos mais necessitados, as imposições do clima e do mercado etc.

Um mês atrás eu pedi para um rapaz me ajudar a fazer aplicação de calcário, mas foi só. Às vezes, quando eu me aperto na colheita da banana eu peço a ajuda de alguma pessoa, mas isso é muito raro. É mais por empreita mesmo. Por diária. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016)

São ao menos três categorias de trabalho: o trabalho para si mesmo, no qual pode se incluir o trabalho para alguém muito próximo, como um familiar; o trabalho para um vizinho ou parente, que se considera como ajuda, mas que cria uma expectativa de retribuição, ainda que esta se dê em termos de fortalecimento dos laços sociais; e o trabalho efetivamente remunerado, geralmente feito a alguém que muito necessita, a alguém *distante* ou a um especialista, que, pela qualidade do trabalho, venha a valer o investimento. “Minha mãe contratou um pedreiro e ele levantou alicerce. O aterro eu mesmo estou fazendo. Antes de ontem, falei com um vizinho para me ajudar, devido ao tempo” (Entrevista 15, 22 de julho de 2016).

Se até agora falamos da infinidade de tarefas que agricultores e agricultoras executam em sua rotina e da organização que tal infinidade impõe para que todas sejam realizadas, qual será o tipo de juízo que os atores emitem sobre essa jornada?

Ah, nós continua porque nós tem as regalia, que aqui nós temos a água, boa, de qualidade, né? Nós num temo aluguel, nós pagamos os impostos, mas é suave, num te aflige nada, né, é tranquilo. E a liberdade que você tem, horário de trabalho, o dia tá quente cê vai trabalhar, o dia que esfria muito cê não vai, né? E você trabalha nos dia normal, a hora que cê quer ou faz o que cê bem quer, não precisa fica embaixo de encarregado, né, sendo subordinado. E é isso o que cativa à gente, porque assim, grandes, grandes lucro você não tem, você vive. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Os dois aspectos mais determinantes, nos diversos relatos, que justificam valer a pena enfrentar a puxada rotina de trabalho, da qual poucos conseguem antever o fim, são a qualidade de vida do bairro – que será abordada em outra seção – e, especialmente, a possibilidade de trabalhar sem ter que se sujeitar a outrem. É interessante observar que o discurso do *cativo* aparece aqui como um prolongamento da história da formação do campesinato no Brasil, e a possibilidade de evitar o cativo como a justificativa para o modo de vida, defendido ativamente através da criação de valores diversos, inclusive intelectuais.

[Vamos para a cidade] o dia que dá certo, que está mais tranquilo o serviço. Ainda hoje cedo estávamos conversando sobre a dificuldade daquele que trabalha registrado nas fazendas e que precisa levantar cedo para ir trabalhar mesmo no frio e muitas vezes morando longe, até esquentar o corpo. E nós não, nós podemos fazer nosso horário. Isso ajuda. Não precisamos nos matar

no serviço. Pensamos mais, descansamos mais. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Há, enfim, a hora de descansar, mais identificada com o final do dia de trabalho do que com um dia específico, afinal, pode acontecer de, por motivos diversos, ter que trabalhar no fim de semana e perder a missa.

Depois que chego em casa vou fazer minhas coisa. E depois a gente descansa, né? A gente descansa a máquina! Leitura, muita leitura. Gosto de ler e ver televisão. Inclusive, tenho um livro que eu vou começar a ler agora. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016)

5.2.2 A especificidade da empreita

A empreita, enquanto estratégia, é um recurso adotado por grande parte dos moradores do bairro, ainda que sua importância seja maior para uns do que para outros: “Os que não tem terra trabalha para os outros, para os fazendeiros. Fazem bico, trabalham por mês, alguns cortam palmito” (Entrevista 11, 20 de julho de 2016) e “Aqui faz de tudo: ensaca, joga veneno no mato. [É o pessoal] Do bairro mesmo, que não tem [lote]” (Entrevista 14, 22 de julho de 2016).

Qualquer tipo de serviço, dos mais simples ao mais elaborados, que sejam realizados num curto espaço de tempo, variável, e cuja remuneração tenha como critério a finalização do serviço é empreita. Além de auferir renda para as famílias que não têm a oportunidade de fazê-lo, em parte ou na totalidade, em suas próprias atividades – que é o caminho preferencial – a empreita expressa uma relação de poder e um modo de vida.

Está difícil, sempre pega uns aí, mas não dá certo e dispensa. Agora eu estou trabalhando com um espaço curto de tempo. Contrato por serviço. Eu tinha três fixos, um saiu, agora só dois fixos, mas tem bastante empreiteiros trabalhando. Tem uns caras que gostam de fazer empreita, mas não pode ser registrado, porque perde o assentamento, também tem esse lado. Então esses caras que trabalham de empreita, trabalham no assentamento também, em alguma folguinha eles vem e dão uma ajuda. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

No que concerne à relação de poder, a empreita evita o registro do trabalhador, que pode ser dispensado a qualquer momento. Não existe, assim, um investimento no trabalhador, em termos de aperfeiçoamento de suas funções, o que, por um lado, aumenta a competição entre os que dependem da empreita e, por outro, exacerba o caráter *solidário* do empreiteiro, que passa a ser visto como alguém *bom*. No que se refere ao modo de vida, a empreita é, talvez, a sujeição possível de ser aceita, justamente pelo curto período de *contrato* e pela

flexibilidade de horário. Não é de estranhar, portanto, a dificuldade do emissor do relato acima em encontrar trabalhadores que queiram ser fichados. Soma-se a isso o incentivo à empreita representado pelo assentamento, cujas regras proíbem que os beneficiários tenham carteira assinada.

Como possibilidade de aumentar a renda, a empreita é uma estratégia inclusive para aqueles que possuem um trabalho fixo, que abrem mão dos dias de descanso desses trabalhos, para prestarem serviços para outras pessoas.

Eu revezo também com a moça da perua, né, e quando tem serviço lá na pupunha, quando me chama eu vou, a diária é de cinquenta reais. É, bico. E também desbaste, né. Faz tempo que eu não faço, né, te falei da colheita fraca, fraca. Mas eu faço o que tiver porque que não dá! Não dá. Tem que ser ou sábado, se alguém me chamar. Agora já falei pra todo mundo, me chamar pra apanhar pupunha, tem que ser no sábado, aí pega sábado e domingo. Então se eu tiver trabalhando na escola, eu não vou ter folga, porque eu não vou desistir de apanhar pupunha pra ganhar dinheiro, nem que eu vá sábado e domingo. Aqui a maioria das pessoa também faz isso. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016)

Vemos que a empreita é um sistema informal no que tange à comunicação das vagas disponíveis. Claro que trabalhar na empreita para alguém, em determinado momento, pode significar o estreitamento de uma relação que levará à priorização desse contrato em oportunidades futuras. No entanto, a regra é saber que há a possibilidade de um trabalho na empreita muito em cima da hora, justificada pelos vários determinantes que o empreiteiro precisa avaliar para decidir contratar. Cabe ao trabalhador criar os seus critérios e avaliar sua adesão ao contrato conforme a conjuntura.

Trabalhava aqui, trabalhava lá, trabalhava ali, e não parava e procurava lugar que dava mais, né. Pra trabalhar que num sabe que a pessoa trabalha assim é mais barato, num é mais caro, né? E a família grandinha assim, cinco, seis pessoas. Então procurava o lugar melhor, o lugar que dava mais. Porque meu ramo de serviço era muito pouco, né. Não dava para sobreviver, né. Trabalhar só para mim não dava né, tava tudo muito caro e não dava um bom salário. Faz bico por aí, né. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016)

As estratégias de trabalho da família são redefinidas constantemente e o principal aspecto relatado para tanto é a família. O aumento da quantidade de membros traz implicações para a manutenção da qualidade de vida da família e a isso soma-se as diferentes necessidades de cada um, que, por sua vez, se relacionam com a educação e a cultura a que tem acesso. São comuns os registros de chefes de família que passaram a trabalhar para *outros*, como forma de complementação de renda, porque a família “cresceu”. Muitos dos filhos e filhas, quando atingem uma certa idade, decidem partir para assalariar-se. Esse

momento pode significar um rompimento das obrigações para com a renda da família, mas isso não é regra. Muitos jovens saíram pois se sentiam, dentro de casa, trabalhando para o *outro*, e sem salário. Muitos desses jovens voltaram a viver no bairro depois de um tempo.

A empreita é também uma forma de ajudar o próximo. Nesse caso, com remuneração baixa, é possível contribuir para o estreitamento de relações e para a manutenção de valores, no bairro, que são exaltados. Independentemente da qualidade do serviço, todos sabem da importância de poder contar com a empreita.

Tem um biqueiro, que é assentado e que vem ajudar ou por troca de dia ou por dinheiro. Ontem mesmo, assim que eu cheguei de Sete Barras e veio um coitado de um rapaz pedir serviço. Semana passada eu dei quatro dias para ele. Eles precisam voltar para Bahia, vieram fazer um passeio aqui e agora precisam voltar. Eu disse para ele ver com o japonês, porque comigo não dá. Se você for lá vai ver que está tudo limpinho e arrumadinho, mas com a mão dos outros também, porque somente nós não daríamos conta. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

5.2.3 Falta de trabalho

Parece contraditório constatar que, ao mesmo tempo em que há reclamações de falta de trabalho no bairro, o que seria um dos motivos urgentes para que os jovens, principalmente, busquem assalariar-se em outros bairros e até em outras cidades, a percepção geral é de que a oferta de trabalho no bairro aumentou: “Tem muito que sai pra trabalhar *fora*²⁷, né? Mas que melhorou bastante, melhorou” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016). Deduz-se daí que estão a tratar de trabalhos diferentes. Um é o trabalho para si mesmo, a possibilidade de realizar-se como trabalhador em atividades próprias e, preferencialmente, em terra própria. O outro é o trabalho para outrem, que representa uma sujeição, principalmente quando se aproxima de uma relação assalariada com jornada de trabalho definida. Exceção pode ser dada para a oportunidade de abandonar o trabalho de *palmitreiro*: “Agora também abriu bastante emprego, né, pros daqui que querem trabalhar, querem sair do palmito” (Entrevista 4, 13 de julho de 2016).

Os mais realizados são aqueles que conseguem um pedaço de terra, que parece ser o objetivo primordial de todos. Nesse sentido, a criação do assentamento representou uma oportunidade sem precedentes, que não se limita à garantia de um espaço para a moradia e a produção, mas representa a possibilidade de resistir à sujeição: “Melhorou muito a vida, né. O povo vivia muito apertado e agora tá falando grosso. Dono de carro. Compraram carro, né. Agora falam grosso, né” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016).

²⁷ O “fora” aqui refere-se ao fora do sítio da família e não do bairro.

Os que oferecem empregos no bairro (que são os que possuem as maiores propriedades), porém, justamente por essa condição, distanciam-se dessa oportunidade representada pelo acesso à terra e não compreendem imediatamente a recusa ao assalariamento.

Rapaz, emprego tem, porque a gente tem serviço e não encontra ninguém. Como é que os caras falam que não tem emprego? Tem serviço, nós estamos precisando de gente, a vizinha precisa de gente. A gente registra os caras, eles trabalham cinco, seis meses e já querem sair para receber seguro desemprego. É porque a localidade nossa aqui, tinha muita gente que mexia com extrato de palmito juçara, você sabe disso né? É aquela coisa, o cara não vai querer ralar o mês inteiro na roça para ganhar seus mil e cem reais, mil reais, sendo que ele vai no mato ali e um pote de palmito está trinta, quarenta conto. O cara traz dez potes e é quarenta, cinquenta por cento do salário mínimo. Os caras tem isso na mente. Fácil não é, mas eles julgam assim. Ficam dois, três dias lá e voltam com cinquenta por cento de um salário mínimo, sessenta por cento às vezes até. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

Mais do que uma recusa ao trabalho, simplesmente, o assalariamento representa uma sujeição que, provavelmente, poucos estão dispostos, devido a condições bastante concretas inclusive, a aceitar. Daí a alternativa da empreita.

Vale ressaltar, ainda, a importância dos benefícios sociais para aqueles que, por algum motivo, não podem mais trabalhar, seja devido a um acidente de trabalho, à necessidade de cuidar de um membro da família, à idade etc. A aposentadoria ganha destaque, tanto pela composição etária da população do bairro quanto pela sua abrangência enquanto política pública – ainda que abudem os relatos de dificuldades de acesso a ela. Num contexto em que o trabalho é tão valorizado e foi desempenhado durante a vida com tanto afinho, a aposentadoria representa, de um lado, um reconhecimento da trajetória do sujeito e, de outro, a possibilidade de ficar.

Pra mim melhorou, por que eu me aposentei, né? Se não fosse aposentado tinha que ir embora pra cidade, pra algum lugar, por que aqui o serviço é muito ruim, não tem mais ganho. Naquela época que nós viemos pra cá você se virava. Cê cortava um palmito, cê tirava uma madeira, é. Agora num pode mexer, num pode fazer mais nada disso. A pupunha, ela quase não dá muito serviço. Ela formada, ela dá muito pouco serviço. Não é que nem a banana, que dá mais serviço. E aí, como eu estava falando para você, eu tenho a minha roça e tenho a roça de um filho meu. Eu tô cuidando para ele. E eu cuido das duas sozinho. E eu não trabalho muito por lá, dou uma idazinha, roço um pouco, porque não tem mato, não tem muito para limpar. (Entrevista 2, 12 de julho de 2016)

5.2.4 O valor do trabalho

A rotina corrida e preenchida de atividades, sem muito tempo para descanso, não é uma avaliação apenas do observador externo. Os moradores do bairro enxergam que não é fácil viver da agricultura.

Fácil não é, é que nem eu tava falando pr'ocê, das dificuldade pra sobreviver da agricultura, ocê tem que ser artista. Ser artista. É diferente de você tá empregado lá, que seu salário vem integral todo mês ali, você trabalhe certo ou não trabalhe, mas tá ali, né? Aqui na agricultura você tá correndo risco. Não pode vacilar, você não pode dormir descalço, você tem que dormir de botina pra pular meia-noite, uma hora... a hora que tá, né, no jeito. Porque a agricultura, é como eu tava explicando pra você hoje. Ela tem seus altos e baixo. Eu meu sinto importante, porque eu não tô alimentando só meus filho, tô alimentando uma nação. Aqui eu tô dando sustento pruma nação. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Alguns aspectos poderiam ser levantados que explicariam a opção por esse modo de vida, alguns com mais outros com menos relevância. Dentre os que apresentam mais relevância, certamente poderíamos citar a tradição e a valorização do trabalho. Dessa forma, os agricultores e agricultoras trabalham muito porque estão submetidos a uma lógica de produção e reprodução do capital que os empurra para isso mas também porque valorizam o trabalho. Tal afirmação não tem um sentido raso; parte do entendimento de que o trabalho tem, para os sujeitos em questão, um valor específico, diferente do que vigora na sociedade englobante. Se, nas cidades, a competição, o lucro e a ênfase nos resultados é o que vigora, no bairro rural, o trabalho traz a possibilidade de transformação do meio (processo), de reprodução da vida e de socialização. A manutenção e a valorização do trabalho devido a esses aspectos significa a manutenção e a valorização do modo de vida. Nesse sentido, é interessante observar a preocupação que pais e mães têm em passar o valor do trabalho para seus filhos e filhas, ainda que resignados a aceitar as escolhas destes (como de, por exemplo, sair do bairro e assalariar-se).

Acho que o valor é demonstrar, trabalhar, né? Qualquer coisa sendo honesto... agora elas vê eu trabalhando na banana com dó no começo, fica com dó, né, porque a gente chega cheio de formiga mordendo a gente. A gente já chegava pra almoçar e ia correndo pro banheiro tomar banho, não aguentava aquelas formiguinha pequena, elas morde demais, né? Então, só que assim, elas vê que é bom trabalhar, isso é uma, né, é bom também plantar, sempre falo pra elas plantar. Mostro aqui atrás, pouquinho coisa. Mas nunca desisti também, continuar! Né? Mas o importante é terminar o estudo e o que elas quiserem seguir, né, mas nunca deixar o valor da terra. Se não fosse... porque eu falo pra elas, se não fosse produtoras agrícolas não tinha nada na mesa do rico, pode ser o maior fazendeiro como o pequeno

agricultor, né. Então isso é importante, sempre explicava pra elas. Trabalho é amor, você encontra a pessoa que quer te dá. Quem quer! Tem esse detalhe, quem quer! Tem que querer! Não é só falar “Não, vou lá...”. Muitos queriam vir pra cá pra trabalhar, mas como que eu já vi que a pessoa não ia querer trabalhar e ia ficar... não adianta, se a pessoa não tá querendo, você sabe pelo olho da pessoa se ela quer. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016)

Há um sentimento de incompreensão, de que a sociedade não valoriza o trabalho do homem e da mulher do campo como deveria. E isso se explica, em grande parte, para estes homens e mulheres, pela valorização do *tipo* de trabalho que efetuam, que em muito se distingue daquele executado por máquinas e comandado pela lógica da tecnologia, ou seja, o trabalho manual. A criação do assentamento, enquanto processo levado adiante pela organização dos moradores do bairro mas que representa, também, a atuação do Estado no local, foi uma forma de valorização do modo de vida tradicional, de forma geral, e do trabalho, em particular.

Apesar de ter nascido aqui e não conhecer outros bairros, eu gosto daqui por tudo, pelos amigos, pelo clima. Há bastante diversidade. Esse assentamento que aconteceu, melhorou muito nossa situação, que antes era de palmitreiro. Depois que saiu esse assentamento cada um tem o seu lotinho e trabalha. É preciso ter esse dia a dia para se entreter, porque trabalhar para os outros é cruel. Eles [as pessoas da cidade] valorizariam mais, viriam que é necessária por verem que o produto é fruto de suor e não há nada de mecanização, veriam que o produto vem do braço e da coragem. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

O trabalho para si mesmo aparece, por contraste a um passado de sujeição (ou mesmo à possibilidade de voltar a ter de se sujeitar) como necessário para o entretenimento, quase uma opção de lazer. O trabalhador se realiza plenamente no trabalho em um contexto em que as possibilidades de lazer são escassas, mas não qualquer trabalho. Mesmo entre aqueles que têm a possibilidade de se dedicar a um período maior de descanso, por terem os meios para trabalharem mais no gerenciamento das atividades do que na execução das mesmas efetivamente, persiste a vontade de se envolver na produção.

Porque para chegar é só se tiver muita produção. Eu sou o que ainda tem mais... É que quando eu falo que não tenho lazer, é porque não gosto de deixar meu serviço só os caras fazendo. Eu já faço todo meu serviço, eu só pago para eles cortar a pupunha. [E fico] administrando. Ficar na gerência só. Acho bom quando uma pessoa me pede um serviço, dá uma voltinha. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

Claro que está presente também a desconfiança com relação à qualidade do trabalho que será executado em seus domínios por outrem. Mas apenas isso não explica o

envolvimento do “administrador” nas atividades do trabalhador contratado, considerando que há um investimento em salário para que este se realize e considerando, também, que muitos dos contratos efetivados são entre pessoas que têm entre si uma relação de confiança. Portanto, trabalhar no bairro rural tem um valor que transcende a simples execução de uma tarefa. É parte intrínseca do modo de vida e é motor da rede de relações sociais que sustenta a organização do bairro. Aliado a isso: a quantidade de tarefas parece ser sempre bastante superior à possibilidade de finalizá-las.

Eu faço meu horário. Tem dia que eu trabalho mais que o funcionário, porque a vida inteira eu trabalhei e então eu aprendi a trabalhar. Às vezes eu estou no serviço e tem que olhar os outros, porque tem uma "molecadinha" nova trabalhando ai. Por isso tem dia que eu trabalho mais do que eles e tem dia que eu não trabalho, porque eu saio para cidade para ver as coisas, o que falta eu tenho que ir atrás. Tem semana que quase não trabalho, tem dia que o pessoal está no bananal e eu estou fazendo outra coisa, soldando uma carreta, faço de tudo. Que nem hoje mesmo, tava mexendo nesses negócios que está arrumado aqui e o pessoal está trabalhando. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016)

É normal que os moradores do bairro emitam juízos de valor sobre o trabalho alheio. Existem vários critérios sobre os quais esse juízo pode ser emitido como o gênero, o tempo de experiência na atividade, a velocidade da execução das tarefas, a postura, a relação com os outros trabalhadores etc. No entanto, de forma mais genérica, existe uma explicação bastante presente que justifica classificar um trabalhador ou trabalhadora como um *bom agricultor* ou uma *boa agricultora*: “Porque ele trabalha bastante” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016). Assim é que, no caso de moradores novos, uma medida que contribui para a aceitação dele ou dela no bairro é provar que sabe e gosta de trabalhar, o que fica evidente no tempo dedicado ao trabalho.

5.3 Produção e comercialização

5.3.1 História das culturas no bairro

Se considerarmos uma linha do tempo, a produção de pupunha é bastante mais recente que a produção de banana e de gengibre no bairro do Guapiruvu. Estas foram e são as principais culturas comerciais. Em verdade, quando do início realização da pesquisa de campo, quase não havia produção de gengibre, mas ao final, alguns agricultores já estavam se mobilizando para encontrarem mudas saudáveis para plantar, o que notadamente os anivama.

Aí os atravessador que tirava a banana, mas na hora de receber a gente sofria um pouco e eles também sofriam com essas estradas, né. Agora quem ajudou muito quando foi prefeito foi seu Jonas porque a estrada ele cuidava, ele tinha a fazendinha dele aí e mais teve, ah, o tempo da gengibre, né, a produção é de gengibre e a banana. E fomos, e agora a pupunha, mas o comércio tá ruim, da pupunha. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016)

São comuns os relatos que falam da banana como a primeira cultura comercial que tiveram. Muitos já a conheciam de antes de irem morar no bairro do Guapiruvu e, assim, já sabiam como trata-la. Outros, no entanto, foram se dedicar a ela, pela primeira vez, quando tiveram que abrir espaço para a construção de suas casas e a formação de suas roças.

Aí então a gente foi começando, né, a casinha também era fraca, a gente foi plantando uns pé de banana. Tinha um japonês na Formosa que comprava pra levar pra doce, pra Registro, essa banana, que banana também era fraca, e aí foi começando, a gente foi plantando arroz, milho pra gasto, a gente tinha de tudo. Então foi formado o bananal assim, porque quando eu vim pra cá era tudo capoeirão, só tinha um pedacinho de banana aqui que tinha plantado uns pé de arroz, mas ói, não tô me elogiando, que tem um lá em cima que é prova. Mas foi sofrido pra formar aqui. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016)

O gengibre, provavelmente porque era, e ainda é, uma cultura com uma característica de consumo mais específica que a banana, não foi cultivado por todos os agricultores, mas a menção a ele, pelos moradores do bairro, é relacionada a tempos tão antigos quanto a menção à banana. – “Agora de um tempo, menino, que apareceu pupunha. Não existia pupunha. Banana já tinha. Gengibre não. Também vim conhecer aqui” (Entrevista 5, 15 de julho de 2016). Vale, no entanto, esclarecer que o cultivo mais antigo da banana no bairro não era provavelmente para a comercialização, senão para o consumo, assim como outras culturas, como a mandioca, o arroz, o feijão e o milho.

A banana foi há pouco tempo... A gente tinha, mas era muito banana da terra... Você sabe qual é a banana da terra? É! Aquela longa de fritar. Agora pra fazer outras coisas não tinha muito não. Dessa aí pra vender, não tinha muito não. Depois que eu vim pra cá é que meu marido fez um bananal pra nós aqui. Aí então a gente vendia. Mas lá pra fora, não tem... Não tinha outra pessoa pra vender. (Entrevista 7, 21 de julho de 2016)

Como já foi mencionado, o início do plantio da pupunha se deu devido a um incentivo governamental, através da política de assistência técnica, com o objetivo de diversificação da renda dos agricultores e como alternativa à produção do palmito juçara, que era coletado nas matas da região.

A pupunha nós plantamos. A primeira leva tem uns 15 anos, que nos plantamos a primeira leva. É, por aí, 2000 pra cá começou a mudar mesmo de atividade. Então aqui pra nós mesmo na época que só tinha Pronaf, é, pra fazer o plantio de pupunha na época, né? Incentivo pra pupunha, é, um projeto que tinha na nossa região. Pra banana, pra outra coisa não tinha. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Atualmente, um aspecto que tomou grande importância no que concerne à definição das áreas de cultivo que serão destinadas à banana e à pupunha é a disposição em se contratar mão-de-obra, já que existe o entendimento de que a banana demanda uma série de tratamentos culturais que, juntamente com o tempo máximo que deve ser dispensado para cada trato, exige, quanto maior a área de produção, que muitos trabalhadores a ela se dediquem simultaneamente, o que certamente, ultrapassa a disponibilidade de algumas famílias do bairro.

É, na verdade se aumentar a produção vou ter que ir contratando gente. Esse ano que vem eu creio que tem que ser melhor que esse, porque o ano passado foi péssimo para mim. Esse ano agora está mais ou menos. Eu tinha banana aqui no fundo, mas desmanchei, porque estava muito feia a banana e por ter ficado muito tempo sem tratar. Desmanchei e plantei de novo. Lá embaixo eu também não estava produzindo, agora eu tiro banana de lá. O ano passado deu uma chuva de granizo e acabou com o corte de banana que estava bem formado. Isso quebrou minhas pernas. Até uma entrega que eu e minha irmã tínhamos, o cara não quis, porque a banana estava muito ruim. O granizo estragou todos os cachos gordos que estavam, um lado do cacho estragou tudo e esse tive que jogar fora. Depois passou uma semana e teve outro, aí tive que jogar tudo fora. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016)

5.3.2 Conhecimento sobre os tipos de banana existentes

Em vários aspectos pode-se dizer que a banana é a principal cultura agrícola do bairro, principalmente devido ao tempo em que ela é cultivada, ao conhecimento que existe sobre ela e também pelo retorno econômico que ela proporciona, para o qual contribui enormemente a atuação da Cooperagua, através da implementação do PAA e do PNAE. Os grandes produtores do bairro, ao contrário da maioria dos agricultores, costuma vender a maior parte de sua produção a empresas de comercialização ou a atravessadores.

Existem diversos “tipos” de banana e nem sempre um morador conhece todos: “Conheço a prata, a nanica, a banana-da-terra, a banana-pão, a banana-ouro, banana-maçã... Seis” (Entrevista 1, 6 de julho de 2016).

Banana-maçã, banana-abóbora, banana-velhaca, banana-maranhão, banana-zinco, banana-prata, banana-nanicão, banana-naniquinha. Não me lembro mais. [A velhaca] É grandona, uma espécie de banana-da-terra, mas é mais gostosa. (Entrevista 10, 8 de julho de 2016)

Prata, nanica, missoure, maçã, banana-da-terra, tem a tal da banana-velhaca, banana-zinco, banana-ouro. Tem bastante. A velhaca é uma comprida. É como a banana-da-terra mas é bem grande. A missoure é uma pequenininha, meio azedinha. E tem a banana branca que é natural aqui do sítio. E a caru é uma banana roxa. (Entrevista11, 20 de julho de 2016)

Os “tipos” poderiam ser separados em bananas comerciais, ou seja, aquelas que encontram espaço no mercado para serem vendidas, e as banana “do mato”, que são cultivadas pelos agricultores porque respondem a demandas mais específicas de apreciação e tem uso mais restrito.

De primeiro era banana-nanica, depois então veio a prata, mas agora nós temos que ter as bananas de... Tinha a banana-pacova, que é enorme da banana. Tudo dá comércio, olha, tudo que tem... Dá banana-ouro, né, e as bananas de raça, tem várias qualidades. Olha agora o pessoal tão à procura daquela banana que tem a casca roxa. É banana-são-tomé, né? Ela é roxa, e é cor-de-rosa por dentro. E eu plantei aqui uma muda que eu ganhei e só deu um cacho. Ela não foi pra frente. Ah tem a banana-maçã que também dá comércio. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016)

Ainda que as bananas comerciais, ou de raça, sejam largamente as mais cultivadas, justamente por seu aspecto econômico, é bastante comum que os moradores reservem sempre um espaço para a reprodução dos “tipos” menos produtivos. Na medida em que os nomes desses “tipos” se misturam, o jeito mais fácil de identificá-las é através das características visuais e gastronômicas.

Nós tinha duas variedade, prata e nanica, né? Tem a banana-ouro né? A banana-ouro, mas é um pezinho que a gente tem aqui. Só pra consumo, né? Eu tenho algumas poça aí de banana prata, é, ouro, algumas poça daquela banana-calu, aquela banana vinha, né? É vermelha. E aquela banana zinco, né, lá, cinza. É uma banana meio cinza. Poucas penca no cacho. É uma banana bonita! Pra fritar ela, é banana de comer frita. Eu tenho alguns pé dela, umas poça aí. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Os produtores que possuem maiores áreas de plantio têm acesso ao conhecimento científico relacionado ao desenvolvimento de variedades mais produtivas ou tolerantes/resistentes a pragas e doenças. Alguns se referem genericamente a essas variedades como bananas “de laboratório”, outros sabem dizer os seus nomes.

Há algumas bananas de laboratório que eu não sei o nome. Banana-nanica, naniquinha e a prata. E tem outras bananas. Banana-da-terra, tem várias. Ouro, maçã, maranhão, zinco. A zinco é uma banana muito gostosa de comer frita. É igual a banana-da-terra, mas ela é curtinha e bem grossa. Cada produtor planta duas ou três porque não vende. Tem a banana-prata que dava antigamente no mato. A banana-branca que se fala. É, banana-branca, mas a

fruta é a mesma dessas que apareceram e que são mais baixinhas, porém ela é mais alta. Ela é muito gostosa para comer. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Que tem comércio é só uma, que é a prata catarina, que mudaram pouquinha coisa a genética dela, mas ela não pega doença. Ela é tolerante, não é resistente. E tem variedade resistente que é a molde paraná, mas não tem comércio. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

Conheço a nanicão, existem várias nanicão, a de laboratório e, no caso, a cavendish, a nanicão congo que tem o pé é bem alto e o cacho fica bem lá em cima, a grand nine, que é a de laboratório. Nanica também. Depois tem a naniquinha que é uma banana-caturra, pequenininha e tem um cacho grande, tratando bem o cacho dela fica igual ao do nanicão. Existem vários tipos da espécie nanicão. Tem a prata. Aqui também tem uma banana-branca nativa e que nasce na beira do rio e o pé é bem alto. Dizem que no laboratório pegaram a banana branca e a naniquinha e deram origem a nanicão, não sei. Não, não foi, foi a banana-prata, né? Não, foi a branca com a naniquinha que originaram a prata, há uma mistura aí. É a mesma, mas a prata é maior. O cacho da prata é maior, até porque a banana-prata é tratada, acredito que se cultivar a banana-branca utilizando adubo químico, ou esterco, pulverizar óleo defensivo ela fica igual à prata. Tem a banana-maçã, a banana-são-tomé. É difícil alguém ter a banana-são-tomé, eu vi uma vez no sítio de um sitiante. É igual a nanica, mas o cacho é diferente, o talo da folha, a tora. Temos a banana-ouro, que o pessoal chama de banana-pêra. Temos uma banana escura que até hoje não sei o nome dela, alguns a chamam ela de banana-são-tomé, banana-vinho, banana-calu e banana-vinagre. Eu mesmo a chamo de banana-vinagre. Não sei se você já viu, uma banana escura e que quando ela está verde ela fica da cor de vinho e quando ela está madura ela fica rosa. Temos a banana-pão e alguns a chama de banana-zinco ou banana-ferro ou banana-cacau. É a mesma, ao menos aqui para nós. Temos a banana-abóbora, que alguns chamam de banana-óva, uma banana bem gostosa que quando está verde é amarela e depois de madura fica uma amarelo diferente, bem vivo, um amarelo ouro. As pessoas cultivam. A única que nasce porque é nativa são as bananas-branca e a flor. A banana-flor é uma banana que tem um cacho com umbigo para cima do fruto, ereto, tem muito no final do rio, nas margens do rio. Ela é cheia de semente. É bem docinha, mas não é comestível. É mais para enfeite. Plantamos para consumo de casa, porque gostamos. Para alimento, para mistura do café. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016)

Tabela 4 – Tipos de banana comercial e “do mato” encontradas no bairro do Guapiruvu, seus nomes e características marcantes, 2016.

Comercial / “do mato”	Nome mais comum	Outros nomes ou variedade	Característica marcante²⁸
Comercial	Banana-prata	Catarina; catarina molde paraná	
	Banana-nanica		
	Banana-naniquinha	Banana-caturra	Pequeninha; cacho grande
	Banana-nanicão	Cavendish; congo; grand nine	
	Banana-da-terra		
	Banana-pão		
	Banana-ouro	Banana-pêra	
	Banana-maçã		
	Banana-pacova		Enorme
“Do mato”	Banana-são-tomé	Banana-vinho; banana-calú; banana-vinagre; banana-caru	Casca roxa; cor-de-rosa por dentro; escura; vermelha
	Banana-zinco	Banana-pão; banana-ferro; banana-cacau	Cinza; poucas pencas no cacho; curtinha; bem grossa; de comer frita
	Banana-maranhão		
	Banana-branca		Parece com a prata, mas é mais alta; nasce na beira do rio; nativa
	Banana-abóbora	Banana-óva	Verde é amarela; madura é amarelo bem vivo, amarelo-ouro
	Banana-velhaca		Parece a banana-da-terra, mas é mais gostosa; comprida
	Banana-missoure		Pequena; azedinha
	Banana-flor		Nativa; cacho com umbigo para cima do fruto, ereto; tem muito no nas margens do rio; cheia de semente; docinha; não comestível; enfeite

5.3.3 Comércio de pupunha e banana

Em comparação à banana, a cultura da pupunha no bairro é mais recente e está relacionada à atuação do poder público que buscou formas de estimular o abandono da procura pelo palmito-juçara na mata nativa. De forma geral, os agricultores, alguns já na primeira hora e outros, mais reticentes, em momento posterior, acabaram por destinar uma parte de sua área de cultivo à pupunha. Se pela novidade do negócio as hastes da pupunha eram compradas por um preço que mantinha o estímulo ao seu plantio, tal situação não se sustentou e, hoje, os agricultores reclamam que o retorno está bastante abaixo daquilo que eles gostariam.

Aí, vieram esse negócio de pupunha, eu plantei, eu peguei 20 litros de... 20 quilos de pupunha, né? E agora vender o troço agora... Rebolar, porque a pupunha ruim, tá ruim mesmo de... Baixo o preço, ruim de vender, adubo caro. A sorte é que nós somos aposentado. Dá pra comer. (Entrevista 2, 12 de julho de 2016)

Antes da pupunha, a banana era vendida para atravessadores ou diretamente para empresas que acessavam mercados maiores. Com a criação da cooperativa e o acesso aos programas de compras públicas, a banana passou a ser escoada, majoritariamente, por essa via. A possibilidade de não mais ter de se relacionar com os atravessadores significou uma reorganização do planejamento da produção relacionado à banana no bairro: as quantidades não eram mais negociadas individualmente, a qualidade era padronizada, o preço era definido de antemão. São aspectos que certamente trouxeram mais benefícios que problemas, tanto que a maior parte dos agricultores aderiu aos programas, com exceção dos maiores produtores, cuja escala de produção parece ainda justificar a venda *à moda antiga*. No entanto, o mercado das compras públicas, que animou a participação e a produção, tem também a sua instabilidade, pois depende da aprovação de novos projetos, o que nem sempre acontece. Assim é que a quantidade demandada de cada agricultor cooperado pode diminuir e a banana que fora plantada pode não ter para onde ser escoada.

Então, nós plantemo banana ali. Nós tinha uma época, tinha uma firma que pegava direto o nosso aí, né. Aí depois trabalhamos um ano fechado [com a empresa], aí depois parou de vim aí, porque parou a exportação, né. Aí nós começamo a entregar, uma firma lá de Registro, japonês, lá. Ele entregava pra São Paulo, Ceasa. Nós vendia direto. Sempre vendendo pros atravessador. Hoje eu vendo pra cooperativa. Pra cooperativa eu mudei, acho que tem o quê, uns três, quatro anos por aí. Porque diminui a quantidade da banana aqui no sítio e o preço é um pouquinho mais de alta, né? Porque o atravessador hoje, vim pegar uma banana aqui, não vai pagar aqui pra você

4, 5 reais uma caixa, né? Não tinha como escoar, a gente agendava a banana, mandava cortar, passava dois, três mês sem cortar, perdia no mato aí. Outra vez você agendava umas 50 caixa, eles mandava cortava 20, 10, e o resto eu perdi, no mato. E este ano tá saindo, porque não tem banana. Tá faltando, né, porque o frio apertou. O que já vinha apertando, de abril pra cá já vinha apertando, deu pra nós sentir, o frio não acaba, não tem produção mais. Então, por isso que está sendo escoado mais, nos ano outro, anterior a esse, só perdeu banana. A intenção nossa é essa, se eles [a cooperativa] conseguirem fechar esse projeto e escoar a mercadoria do povo, eu tenho áreas boa ainda pra produzir, tem condições de produzir mais, porquê, quer dizer, os filho tão tudo empregado, porque o sítio não tem renda suficiente pra manter eles aqui no sítio, né? A renda que eu tenho das pupunha aí, fica praticamente só pra mim e pra mulher. A filha tem a rocinha dela, que era pra... na época que nós tinha bananal, nós tava todo aqui, nós comia tudo esse bananal. Só que chegou um tempo, nós não tinha mais condições de a gente sobreviver, que não tinha preço a banana, não conseguia vender, aí o sítio foi... saindo, né? Casando, arrumando as família deles. Agora não tem como, não tem como ficar no sítio com pouca renda, não tem como. Na verdade, se não der certo cooperativa, mexer com banana vai ser o último, vai ser a última intenção minha. Se a pupunha não der certo, mexer com outra atividade ou se eu me aposentar, encurvar o braço, começar a usar a aposentadoria, né? E é a alternativa, né? Você entrar com pouca mercadoria em mercado, você não consegue, sozinho. Você tem que cair na mão do atravessador. Atravessador é que nem eu falei pra você, hoje, se virem com um caminhão batendo pra pegar 100 caixa de banana, vão pagar 3 reais na caixa da banana. Se você tem um trato dum mercado lá pra entregar 500 caixas de banana, todas as quarta-feira, eles não quer saber se deu uma enchente que apanhou tudo o Vale do Ribeira aqui o fundo, você quebrou o caminhão, ou se não tem banana, o oleado caiu, caiu pedra, não quer nem saber, cê tem que tá lá. É 6 horas da manhã, o caminhão tem que tá aqui desamarrando a carga. Mas cê tem que tá lá. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Por causa da pupunha, muitos agricultores deixaram de plantar banana ou reduziram muito a área de cultivo a ela destinada.

Eu escolhi a prata, porque na verdade, a nanica está ruim no comércio, aí mudei para pupunha e só deixei agora com a prata. Como ficou pouco, só a cooperativa vence a demanda da produção que eu tenho. É pouco. Maior parte é pupunha. Mais renda é a pupunha. A pupunha na verdade eu vendo para um companheiro aqui do bairro mesmo. Acho que é uns dois ou três que estão mexendo com prata aqui só. A prata costuma ser a melhor, não posso falar que é perda. Na verdade está até faltando hoje. Dependendo da quantia, às vezes não tem a quantia. O que a gente questionava na reunião era ter o comércio garantido, pois assim teria mais garantia para produzir. E aí sim, eu falaria que a cooperativa seria o ideal. Mas eles não conseguiam absorver minha produção, foi aí que eu mudei para a pupunha e estou me dando bem, graças a Deus. Mas mesmo com o preço baixo para o pequeno produtor, está sendo melhor com banana. Porque a banana a gente tinha muito problema de sobrar, ficava inviável. Acabei então mudando para pupunha. A princípio eu acho que [o problema] é o sistema, porque se tiver em crise muitas pessoas deixam de comprar banana e vai comprar uma carne. Segundo que banana só se dá bem quem tiver quantidade muito

grande, não é igual a pupunha que está começando agora e está há pouco tempo no Vale. Se você tem pouco você consegue vender aqui no bairro mesmo, esse é um conceito meu, não sei. Porque banana tem o pessoal com as fazendas aqui e não perde tanto, eles tem várias entregas e se um não pega os outros pegam. Então sempre soube isso. Eu melhorei depois que eu mudei de agricultura. Graças a Deus eu atingi um patamar que para mim não é ruim. To ampliando mais minhas áreas. Falando em complementação de renda, nós temos a juçara e fizemos parcerias com produtores grandes também para poupar para nós. (Entrevista13, 21 de julho de 2016)

No momento em que o preço da pupunha cai, esses agricultores se agarram à flexibilidade do manejo, que não exige que se corte a haste *no melhor momento*, e à esperança de que o preço vai subir. Por fim, muitas vezes, não conseguem negociar um contrato que lhes seja adequado e acabam vendendo as hastes a um preço baixo, afinal as contas precisam ser pagas. A banana, por sua vez, é comercializada através da cooperativa, que pratica preços mais estáveis.

Agora vem um projeto que tem a pupunha pras mulheres fazerem pupunha. Mas tem muita coisa boa, sabe, mas o pessoal desanima por causa do comércio. Começamos vendendo umas bananinha aí, aí formamos mais banana e tinha atravessador que era certinho ali, sabe? Bom pra negociar com eles. E aí depois quando nós fundamos a associação, começou a sair pela a associação as banana. Olha, nós temos que manter a associação também, né, então aí o atravessador, tem uns que são bom, tudo correto, certinho. Mas tem uns aí que deu uns cano em nós, mas num é só nós aqui, no pessoal e então fomos tocando assim. Olha, a pupunha tem os comprador, mas eles paga muito barato, muito baratinho. E agora o pessoal, tem muitos que tão deixando de cultivar a nanica. Não pode, não pode. A nanica tem que continuar cultivando. Por causa da prata, da prata. Agora tem a pupunha. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016)

A avaliação geral sobre o comércio da banana via cooperativa é bastante positivo. As críticas, no entanto, existem e se concentram nos aspectos que remetem às limitações dos programas de compras públicas, o PAA e o Pnae. Na época das férias escolares, por exemplo, a compra da bana diminui ou deixa de acontecer, o que, apesar de já ser esperado, causa um impacto negativo no planejamento dos agricultores. Além disso, a quantidade de banana produzida por cada um não é compatível com a quantidade que a cooperativa consegue comercializar, que tem a ver com a quantidade de projetos aprovados, o que, aliado à ausência de outros canais de comercialização do produto, como atravessadores, por exemplo, seja pela falta de contato, seja pela pelo tamanho da carga ou seja por lembranças ruins sobre isso de transação, acarreta em perda de banana, que, não colhida, acaba apodrecendo no campo.

Aí ele já avisou que tem projeto só pra este ano, pra ano que vem não tem. Então ele já tá correndo atrás pra arrumar venda de banana verde, assim, sem

climatizar, porquê parece que já tá até no meio da certeza de cortar a merenda, porque a cooperativa tira pra merenda. Agora, no nosso tempo havia... a gente vendia banana que tinha pra atravessador. Quantas banana, quantas carga nós não tirou? Naquela época, a banana saía banana boa, que o trato era mais... o insumo, o adubo, o óleo, era mais barato, então dava pra tratar melhor. E agora não, esse adubo tá muito caro, então só pros grande, que o pequeno vai meio se arrastando. Por isso que tão tirando, porque a merenda escolar não é muito exigido o tamanho da fruta, só ela tando bonitinha, verde, sai, né. Mas não tem muita exigência. Mas se fosse a exigência mesmo, os produtor maior aqui, que tá tratando bem. E agora naquela época a gente vendia pra atravessador, tinha que ir em Sete Barras, arrumar corte, aí vinha, *judiavam* da banana, estragava, pra receber tinha que correr atrás, era difícil! Pra tirar a produção da gente, milho, feijão, arroz, essas coisa, a gente plantava só pra gasto! Teve um ano que nós plantamos, que toda vida eu ajudei lá na roça, nós plantamos e deu na faixa de cinco saca, me lembro como hoje, de feijão, e aí pra gente é muita coisa, né? Eu creio que mudou. Mudou porque a venda da banana, é que nem eu sempre falo, tem que trazer a cooperativa assim em reunião acompanhando, ninguém vai em reunião, acho que é só dois, três que aparece em reunião, porque, ah, e eu falo na igreja! Ai de vocês sem a cooperativa, vocês só vão lá pra agendar aquela banana, vende quando chega o corte que toda semana tem. Nós nunca pegamos comprador bom que tratasse certo, que viesse ver a banana e viesse tal dia, eu tô com dinheiro, pode ir lá em casa, ou então eu vinha trazer. Atravessador é o pior sufoco que existe, pior sufoco! E agora tá cada vez pior, né. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016)

Dos entrevistados que tiveram a experiência de comercializar a banana via atravessador, apenas um teve avaliação efetivamente positiva: “Ah, vendia para várias pessoas, né. Muita gente que comprava, né. Em Sete Barra. Então era isso, né, atravessador. Tudo que eu vendi, eu recebi” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016). No geral, porém, a experiência com os atravessadores num passado não tão distante não deixou muitas saudades, assim como a venda para os supermercados:

Difícil. Você faz um trato, você entra lá, você vai com o contrato já, depois pra sair, você tem que pagar multa. Que nem no caso, eu levei, pra mim sair do mercado que eu tinha, entreguei 3 carga de banana, e uma eles ficaram, já pra cobrar a multa. Uma carga eu não recebi, recebi só duas. Se a mercadoria é sua tudo bem. Se a mercadoria é de outro, tem que arrancar do bolso pra pagar? Aí você entra com a reposição, nessa reposição, eles fazem promoção, uma vez por semana ou por mês. Duas vezes por mês faz uma promoção: tal mercadoria, promoção de banana, tantos quilo de banana por tantos reais. De quem que saiu essa banana pra fazer essa promoção? De onde que saiu? De você. Você não tem a mercadoria suficiente, calha certinho com aquele dia que vão fazer a promoção lá, você entrega a carga de banana, eles vão fazer a promoção de uma carga de banana, de 500 caixa de banana, você pegou de outro produtor pra por aqui. “Ó, pegando a banana em tanto lá em São Paulo no mercado, vamos pagar tanto pra você”. Eles vão pôr abaixo do que você vai pagar pro outro produtor, você senta na graxa. A pupunha tá meio paradinha, né? Meio devagarzão, então não tem outro projeto. Se tivesse o Pronaf agora pra mandioca, ou batata doce, no caso aí, então. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

As lembranças desse período são sempre evocadas para ajudar a caracterizar a dificuldade daquela situação e, em comparação, a valorizar o presente, ainda que existam ainda muitos problemas a serem superados.

E outra, que o pessoal de fora para vir comprar carga de banana incluem o problema da estrada e por isso torna o preço dos produtos mais baixo, é o que acontece com a pupunha, por exemplo, e isso *judia* muito de nós. Devido a estrada deteriorar os caminhões dos compradores eles já computam e dano e desvaloriza os produtos. É aquilo que eu estava falando para você, até há pouco tempo nós não tínhamos acesso à estrada até o final do assentamento, até o meu lote. Tínhamos uma área de quase dois quilômetros de trilha. Banana, por ser um produto sensível nós nem plantávamos, pois não teríamos como trazer de lá até aqui porque ela chegaria amassada. Há dois anos abriram uma estrada boa e facilitou para nós. Na época haviam poucas pessoas que produziam banana e a demanda estava boa, por isso decidimos produzir. Desde que comecei a entregar estou sempre entregando. Na verdade, nós perdemos um pouco de banana porque os projetos de merenda param nas férias escolares. Quando conseguimos alguma carguinha fora nós aproveitamos, mas de novembro até janeiro acabamos perdendo um pouco e a melhor época de banana. Esse ano que passou não tivemos muitos problemas, mas ano retrasado perdeu-se muita banana. Alguns perderam cerca de duas mil caixas. É necessário procurar novas entregas. Melhorou a renda. Antes trabalhávamos somente com pupunha²⁹. A banana agregou. Pretendo continuar participando e plantar mais uma área de banana. Está indo bem, para melhorar é preciso projeto. Agora, acho que temos quinze dias de férias e fica parado. Ainda tivemos os problemas com a troca de governo, não sei se isso está afetando ou se é só por causa do recesso escolar. Estamos no caminho. Falta um pouco mais de recurso. Assim como meu pai estava falando agora pouco, se nós tirássemos uma produção melhor, rendesse um pouquinho melhor, se o preço fosse um pouquinho melhor, renderia mais. Hoje, a pupunha, por exemplo, está muito barata, as fábricas que compram estão jogando o preço muito lá em baixo. Dizem eles que é por causa da crise, mas eu não acho que seja só a crise, eles estão querendo engordar o bolso deles, pois o preço no mercado os preços estão iguais ao de antes da crise e só na fábrica que cai o preço. O salário não aumenta, então eles não gastam com funcionários mais do que gastam hoje e só não pagam para a nossa produção. Há dois anos atrás nós tirávamos a pupunha em média três e três e cinquenta. Chegamos a tirar quatro reais a unidade. Hoje está saindo a um e oitenta o mesmo produto e a mesma qualidade. Eles dizem que é a crise, mas no mercado o preço é o mesmo e até mais. Só na fábrica não tem valor. Se houvesse uma empresa que pagasse um pouquinho melhor, que rendesse um pouquinho melhor, nós poderíamos aumentar a produção e a renda. Tudo está subindo, insumo, mão de obra e o valor da produção da gente, ao invés de subir, cai, inviabilizando nosso trabalho. Antes vendíamos uma carga de pupunha, comprávamos o adubo e ainda sobrava, hoje não mais. Se comprar o adubo falta para outras coisas básicas. A cooperativa, nas primeiras vezes que pegaram pupunha, saiu um preço bom, não sei se o custo de produção deles pesou, pois eles estavam diminuindo, mas o preço estava razoável. O problema é falta de projeto. Se houvesse o mesmo projeto da banana para a pupunha seria melhor. Até

29 Está falando apenas da família, não do bairro.

pouco tempo a banana era pior, mas está sendo melhor que a pupunha. Setenta caixas de banana rendem quase mil reais. Setecentas hastes de pupunha rendem mil reais. Está bem abaixo da banana. No início foi muito bom, deu para ganhar dinheiro, hoje “está mal dando para o gasto”. Vende-se para atravessadores por aí que dizem pagar corretamente, mas se não assinam papel, depois não há como cobrar. Quem tem grande produção faz contrato e há como cobrar. Nós da agricultura familiar, para tiráramos uma carga de banana precisamos juntar cinco ou seis ou mais produtores. Hoje a cooperativa está pagando treze e cinquenta o produto da banana. Chega um atravessador oferece a banana a quinze, leva a banana e não paga. Se nós plantamos um pouco a mais e os projetos da cooperativa são poucos, na época de setembro a março, por exemplo, em que se tem em média de mil a mil e oitocentas caixas de banana agendadas, e sai projeto de quatrocentas caixas por semana, a maioria acaba perdendo, porque se ele tem para tirar a cinquenta caixas, por exemplo, e marca cinquenta na cooperativa, cada um fica com vinte e as trinta se perdem na roça. Deveriam aumentar os projetos na prefeitura. Para tirar para outros de fora da cooperativa é preciso ter grande quantidade e nós temos pouco, por isso não compensa. As pessoas vêm de fora e querem pagar mixaria, fazem igual com a pupunha. A pupunha na fábrica eles fazem dois e vinte aqui eles querem pagar um e cinquenta porque computam os gastos com danos no caminhão devido à má condição da estrada. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

De um lado, as fábricas de processamento da pupunha que baixaram os preços pagos por haste. De outro, a cooperativa, que recolhe uma quantidade limitada de caixas de banana dos produtores, geralmente bem menos de tudo aquilo que é produzido, devido à quantidade de projetos aprovados, que não é suficiente. A percepção é de que, no passado, em termos de comercialização, a situação era mais complicada, inclusive, por exemplo, no que se refere às estradas, mas, no presente, os agricultores ainda se sentem com poucas alternativas. A menção à quantidade produzida pelos donos das maiores propriedades é constante, no sentido de permitir a eles a venda aos atravessadores, que, apesar de não desejada, representa uma alternativa passível de ser considerada ao menos.

É porque, assim, na verdade, a minha entrega é noventa e nove por cento fora da cooperativa. É noventa e nove por cento, quando eles precisam, eu vou lá e socorro eles para tirar produto, entendeu? Mas não que trabalhe exclusivamente assim com eles, não. Sou cooperado, ajudo, estou sempre lá ajudando no que precisa. A minha mercadoria é mercado convencional mesmo. É depósito mesmo. Tem Ceasa, também. Feirante e mercado. Faz 12 anos que eu trabalho com ele. Como lá é baseado em oferta, demanda, então tem época do ano que está bom, tem época do ano que está ruim, né? Tem que ter quantidade senão não adianta. Ainda falei que se meu DAP pudesse vender o ano inteiro para o governo eu "metia o pé na bunda do cara" e tirava ano inteiro para o governo. Eu trabalho com meu irmão, nós tivemos que derrubar uns trinta, quarenta por cento da nanica e colocar prata, porque tem hora que enche o saco a falta de prata. Tem hora que eu ligo para o cara do caminhão de nanica e ele me pergunta se tem prata, se eu falo que não tem ele fala para eu plantar porque nanica é "foda". E tem época que o cara me fala só mandar nanica e evitar a prata que ele agradece, porque ele tá

lotado de prata. Então mercado é variável demais. A banana a gente tem muito custo em agosto, novembro, fevereiro e março que são os três meses que tem que adubar com gosto, meter óleo com gosto, então essa época fica mais sossegado de custo entre aspas. Última atualização eu fiz agora mês passado, dia dez de julho e eu vou parar, porque tem perda da geada. Eu vou voltar só em setembro agora a pulverizar, então eu tenho julho, agosto, setembro e outubro. Acho que só vou voltar a pulverizar em outubro, vou ficar quatro meses sem pulverizar. A banana o custo dela para produzir está em torno de oito reais a caixa, meu custo mais ou menos. Varia muito da época do mercado. Hoje eu não posso reclamar. Hoje está vinte oito, trinta uma caixa de banana. Não posso reclamar, estou tendo vinte e dois de lucro, mas só que em comparação, a minha produção é cinquenta por cento menor no que no verão. No verão não, no verão eu carrego duas caixas por semana, duas mil e duzentas, duas mil caixas por semana. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

Na medida em que não há perspectivas da cooperativa ser capaz de escoar uma quantidade maior de produto daqueles que não contam com a alternativa do mercado convencional, cabe a cada morador elaborar sua estratégia.

Ontem mesmo cortei para doce, porque a geada afetou o bananal e eu precisei cortar para doce. Mas é raro acontecer isso. No mais eu escoo para a cooperativa mesmo. Na verdade essa banana é pra Registro, acho que uma fábrica que tem em Registro. Só não sei se é Registro ou se é Jacupiranga. Não tem outra cidade para comprar. A maioria mesmo é cooperativa e o resto que sobra da cooperativa perde. Derrete no pé. A pupunha eu consigo vender. O preço é justo. Para que ele precisa ganhar também, acho que o preço é justo. É pertinho, cortou ali, põe no trator, levou lá e não tem dor de cabeça mais. Porque lá ele descasca, ele deixa tudo pronto e leva. No caso fica mais difícil para ele que precisa escoar, porque o dano ficará no caminhão dele. Agora para a gente não, porque é só entregar direto pra ele³⁰. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Nessa direção, encontram-se aqueles, poucos ainda, que passam a apostar no sistema orgânico ou agroflorestal. A motivação para o redesenho do sistema de produção é diversa: o desencanto com o mercado convencional, a possibilidade de acessar um mercado específico que garante agregação de valor ao produto, a questão da saúde dos familiares e a questão ambiental.

Em termos de cuidado, quando eu vendia para atravessador, para esses compradores que vendem para o mercado, eu tinha um produto melhor. Com o sistema de agrofloresta eu dei uma relaxada e o produto caiu. Mas agora que estamos entrando no sistema orgânico, estamos fazendo um curso fazendo um curso para entrar no sistema orgânico. Se eu não me engano o curso que estamos fazendo, com o senhor Mário, de Registro, acabará em outubro. Então pretendemos entrar no sistema orgânico, que será melhor ainda. Porque não utilizaremos agrotóxico no sistema orgânico e sairá mais

30 Está se referindo à fábrica de processamento de pupunha que fica no bairro, cujo dono mora na comunidade.

barato. Hoje em dia o defensivo está muito caro. Estamos pagando caro para nos matarmos e agredir o meio ambiente. O consumidor acaba pegando carona nessa ideia. Tudo bem que os insumos do orgânico não são baratos, mas o valor agregado é melhor. Compensa. O pedido é bem maior. Há mais pedidos e mais procuras. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016)

A entrada no mercado de compras públicas significou também para os agricultores o contato com uma lógica de produção e comercialização que extrapolou a elaboração individual de suas estratégias. O padrão do produto, ainda que não seja o mais alto, estipulou um acordo entre os produtores cooperados, na medida em que, na hora da entrega, há a comparação dos produtos. Esse momento pode ser entendido também como um espaço de troca de experiências, no qual aqueles que não dominam as técnicas que permitem alcançar o padrão podem descobrir formas de fazê-lo, ainda que isto lhes custe uma reorganização do seu tempo e do seu investimento na produção.

O que importa para mim e, no caso, pra minha produção é manter o padrão. Não interessa se eu vou meio dia ou um dia inteiro, se eu vou das sete às quatro, se eu vou meio dia. O importante é eu estar com o padrão da banana e manter o bananal limpo. Porque não tem como você vender uma porcaria de uma banana, coitada das crianças que comem lá, não são animais para comer qualquer coisa. Então tem que ter um padrãozinho mais ou menos né para não estragar o mercado e pra sempre o pessoal comprar. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

5.3.4 Produção e o manejo da banana e da pupunha

O conhecimento envolvido na produção da banana e da pupunha varia bastante, justamente por conta do tempo com o qual os agricultores se dedicam a essas culturas. De forma geral, conhecem mais a produção da banana – “Ah sim, meu deus, desde que eu me conheço por gente, meu pai já era bananicultor” (Entrevista 15, 22 de julho de 2016) –, seus diferentes tipos, a época de plantio e de colheita, o manejo, os insumos que podem ou devem ser utilizados, as pragas e doenças, o melhor terreno etc. No entanto, isso não impede que muitos prefiram plantar a pupunha, em grande parte pelo retorno econômico, mas também pelas diferenças inerentes à produção. Diz-se que a banana dá mais trabalho. Além disso, a área ocupada com pupunha pode abrigar outras roças no mesmo espaço.

Tem que ter terra mesmo. Agora o que vai ali com a pupunha vai qualquer tipo de verdura. Vai o jiló vai bem, o quiabo vai bem. Agora, a mandioca como é raiz grande, então já tem que ser sozinha, né. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016)

Um fator que influenciou a mudança dos sistemas de produção comercial de um que contivesse exclusivamente banana para um que contivesse parcelas de produção de pupunha foi, além dos já mencionados incentivos governamentais e das promessas do novo mercado, o valor dos insumos utilizados na banana, então em alta. Assim, um dos impedimentos atuais, num momento de crise do preço da pupunha, para que haja um aumento da produção de banana é justamente o valor dos insumos.

Aqui, primeira etapa que eu tive aqui, plantei arroz. Plantei tudo essas baixada que cê vê aí vazio aí, era tudo roça de arroz. Colhi o primeiro ano, né, aí vi que não era viável, que a minha intenção quando viemos morar aqui era mexer com agricultura, é, cereais, né? Mas eu vi que a região aqui, não é não era adequado pra mexer com cereais. Aí plantei banana. Plantei tudo em banana, as área que tá em aberto aí e consegui formar mais 25 mil pés de banana aí. De lá e a gente foi mudando devagar, uma coisinha hoje, uma amanhã, até que nós chegamos na pupunha, né? Quando a banana começou a negar, é, o valor, no caso aí, a negar o valor, mudou a atividade, então nós mudamos pra pupunha, então, até hoje na pupunha. Se existir um projeto maior, porque o meu projeto que, né, minha DAP é pra quase 40 mil, 38 e uns quebrado aí, se eles conseguirem colher, é, recolher essa quantidade que eu tenho, aí eu tenho vontade de aumentar a área de banana outra vez, né? Porque eu tenho essa área aqui preservada, pra plantar banana, pra reformar outra área aqui embaixo, tô pensando em reformar. E bananal é o seguinte, a cada 7 ano a banana nanica no caso, ele já não dá aquela produção, de cada 7 ano renovando o bananal, você sempre tem que banana boa, de qualidade. Pra, mexendo com a terra, calcariando melhor, né? Por quê passa o trator mas se eles não escoarem mais do que tão escoando, [o que] está sendo escoado não compensa. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Para aqueles que não tinham ainda se dedicado à produção da banana e foram incentivados a fazê-lo pelo incentivo representado pelas políticas públicas e pela cooperativa, houve um momento de aprendizado sobre os insumos a serem utilizados, quando era possível compra-los.

Na verdade, eu nunca tinha produzido banana e por isso eu precisei aprender todo o processo, sobre os insumos e as coisas que se usavam, na verdade, quando ainda era possível usar, sobre o manejo, sempre aprendemos alguma coisa. E hoje não, porque é preciso aplicar alguns produtos, óleo, clarear as frutas. Tem um padrão. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

No bojo da discussão sobre a necessidade do uso de insumos e da inviabilidade de adquiri-los por grande parte dos produtores, pelo menos nas quantidades *indicadas*, os incentivos para a produção orgânica ou o redesenho dos sistemas de produção no sentido de uma produção mais ecológica, como no caso dos sistemas agroflorestais, não encontra, ainda, grande repercussão. Existem relatos de cursos que foram ministrados sobre esses temas e há a vanguarda representada por alguns moradores que, de fato, empreenderam a reconversão, mas

as informações que circulam não são condizentes com os verdadeiros significados da agroecologia. Obviamente, as noções que foram expressadas encontram ressonância no *desempenho* que os agricultores ecológicos encontraram, mas não contribuem para um conhecimento mais ampliado acerca dos modos de produção.

A necessidade da gente é produzir, evoluir. E o orgânico, pelo que eu entendo, não tenho conhecimento também, é mais para a sobrevivência em casa e para não faltar o que comer, porque para vender fora eu não tenho conhecimento. O sistema florestal, por exemplo, é um negócio que você não tem retorno. Se tem um padrão de vida melhor porque se come coisa natural, mas viabilidade econômica não tem nada. Eu tinha prata, mas morreu tudo, pegou doença. A nanica é melhor. Nanica não tem doença. Qualquer limpadinha, qualquer adubinho ela já produz bem. Agora a prata não, a prata exige muito trato. Muito mais difícil de produzir. Ela dá doença. Ela precisa de muito trato. Ih, é complicado. Se ficar muito na caixa não consegue vender porque escurece demais. Quem produz mais prata é o pessoal que tá na região do morro, que não dá tanta doença. A prata da várzea, meu deus do céu. Acho que aquela doença é um fungo que dá na prata né, que morre tudo. Como que se batesse um raio, amarela tudo. Acho que é *Fusarium*, sigatoka, que é na folha. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Em contrapartida, o modelo convencional de produção é bastante difundido no que diz respeito à produção de banana e nas diferenças de manejo entre a banana-nanica e a banana-prata, que são as duas variedades que ocupam maior área no bairro.

Rapaz, se não fosse a doença, a prata é melhor. Por causa do preço, é uma banana mais resistente para frio, mais resistente para vento, sofre menos ataque de broca, mas tem o fusário. Só que hoje tem muitas variedades novas. Os meninos vão até derrubar bastante talhões de nanica nossa, aqueles talhões que não vão bem. Nanica pode plantar com a prata que vai que é uma beleza. Hoje é difícil quem perde a banana para doença, dá um pézinho lá, mas tem muito adubo bom hoje para prata, que é específico para a prata. Antigamente jogava muito adubo a base de ureia e a ureia é crucial para a prata. Se jogou, matou. Não pode jogar ureia "nem a pau". Hoje é tudo a base de nitrato já, tem uns nitratos protegidos, de liberação lenta. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

Outro fator de produção que implica em mudanças no sistema de produção é o trabalho. Na medida em que o manejo implica a aplicação de insumos em tempos determinados do desenvolvimento das culturas, o não atendimento a essas demandas pode condenar a produção e, conseqüentemente, todo o investimento realizado. Por isso, em um contexto de alta dos preços dos insumos, os agricultores precisam testar os limites dos períodos de correção do solo, adubação e aplicação de agrotóxicos, a fim de espaçar os períodos de contratação de mão-de-obra.

Eu nunca fiz esse cálculo, mas que nem o rapaz que é dono desse sítio aqui, ele sempre fazia essa contabilidade e fica e torno de sete a oito reais a prata para ser tratada bem. Tem que começar a tratar, senão... A banana mesmo, se eu plantar, é só jogar veneno por causa do fungo. O terreno não precisa cuidar, nem calcário, nem nada. Primeiro sai bonito, mas depois de um ano já começa a acabar. Eu já mexi muito com banana, já faz muito tempo que eu mexo só com banana e eu já sei mais ou menos. Às vezes acontece também de conversar com um produtor de banana e ver o que o cara faz, ver o bananal do cara também dá uma noção. É que nem a adubação da banana, se eu conseguir jogar cem gramas de adubo por mês, seria bom. Só que o problema é o serviço. Esse é o melhor tipo de adubação. Todo o mês cem gramas. Porque o certo da banana é ter um quilo e duzentos por mês que é uma adubação boa. Qualquer produtor grande que aduba bem vai ter isso. Só que o pessoal joga de três em três meses, outro joga de quatro em quatro meses, mas joga trezentos gramas. Eles dosam durante o ano para chegar nesse um quilo e duzentos. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016)

Existem muitas diferenças entre os tratos culturais e o conhecimento sobre a banana e a pupunha. Os moradores mais antigos do bairro e seus descendentes usam saber mais sobre a banana, sempre, ainda que muitos prefiram, atualmente, o cultivo da pupunha.

O que produz mais rápido é a banana. Mas o que eu gosto mais é a pupunha. Porque não dá trabalho. Com a força da terra ela cresce, vez ou outras se joga um adubo. Banana não, pois precisa jogar óleo, terra, furadan, veneno no cacho, desbastar, cortar toco. É um serviço que se analisar não compensa. Muito mais trabalho. Entendo dos dois. Mas o que eu gosto mais é pupunha. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Moradores novos, porém, podem ter entrado em contato com a produção de banana apenas mais recentemente, enquanto que eram familiarizados com a pupunha, por algum tipo de relacionamento estabelecido em outras paragens.

Mais que banana, banana agora eu conheci, pupunha eu já conheci faz tempo já, tem um bom tempo, antes de eu vir pra cá. A banana, banana, banana você sabe, banana eu não sei mexer com ela assim, cortar, carregar, essas coisa assim é fácil, mas o que vai nela, assim, o tipo de produto que vai, entendeu? Mexer assim, como mexer, esses cara têm que ter dinheiro pra mandar pulverizar. Porque a banana em si, orgânica, demora muito pra sair. Vale mais, mas demora muito pra sair e muita praga ataca, muita praga ataca. Então assim menos, menos, menos coisa a pupunha. Ela dá pra você tratar dela orgânico. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016)

É possível entender o motivo da adoção em tão larga escala no bairro, e a conseqüente diminuição das áreas de cultivo de banana, quando se analisam as falas dos agricultores quando comparam os dois sistemas: “A pupunha, ela quase não dá muito serviço. Ela formada, ela dá muito pouco serviço. Não é que nem a banana, que dá mais serviço” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016) e “Dependendo não tem como produzir, porque não paga a

despesa. O bananal tem despesa e é preciso tratar dele. Bananal dá mais mão de obra que a pupunha” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016).

5.3.5 Mandioca

Apesar de ser uma cultura cultivada há bastante tempo no bairro, a mandioca nunca atingiu um *status* comercial semelhante à banana, motivo pelo, qual, provavelmente, as diferentes variedades à disposição nas roças dos agricultores sejam prioritariamente identificadas pela cor e não por nome específicos: “Conheço a amarela, a roxa e a branca” (Entrevista 1, 6 de julho de 2016) e “Mandioca tem bastante, mas o nome eu não sei. Tem amarelinha, branca, roxinha” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016).

Tenho uma branca, da madeira alta, que é muito boa e que rende muito, plantando em terra boa e depois de um ano e meio ou dois anos produz até trinta quilos de mandioca. Tem várias variedades. No caminho da posse mesmo, há varias variedades pela estrada. Plantamos só um pouquinho, até porque não está tendo comércio de mandioca. A cooperativa já chegou a encomendar, mas é pouco, cerca de dez ou quinze caixa, mas ninguém tem. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

5.3.5.1 Farinha

O aspecto mais importante relacionado à mandioca atualmente no bairro é a produção da farinha. Pode-se fazer esta afirmação por conta do tempo despendido por algumas famílias na produção desse item, ainda que não seja, segundo os relatos, uma atividade tão corriqueira quanto era antigamente. Poucos são os que mantêm o conjunto de equipamentos necessários para o processamento da mandioca e a fabricação da farinha e que é chamado de tráfico.

Nós tinha tráfico e tudo. O ralador não. Era manual. Aquela roda. Manual. Tinha o forno. Tacho de cobre grandão. E era manual, a roda, duro, igual aquele de pedra. Fazia a farinha. Nessa época não fazia sozinha porque tinha tudo as irmãs que ajudava. E hoje não. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016)

A produção da farinha de mandioca é uma atividade que se faz em conjunto – “Eu faço! Quando a mulher era viva eu fazia pouca sim. Pra vender não, né. Só pro uso” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016). São muitos processos para serem realizados e quanto mais pessoas ajudando, mais rápido. Ainda assim, alguns tempos precisam ser respeitados, como o da prensagem da mandioca ralada, fazendo com que o processo, no geral, seja bastante demorado. Vários outros aspectos podem influenciar no tempo de preparo do produto, como a própria qualidade da mandioca, que, dependendo da época em que é colhida, pode ter mais

água ou menos água em sua composição. Tendo em conta que a fabricação da farinha visa, entre outras coisas, justamente secar a massa que fora ralada e peneirada, compreende-se que uma pequena mudança na quantidade de água das raízes que serão utilizadas no preparo pode acumular um tempo extra de trabalho.

Sempre a gente fazia farinha, né? Na época que tinha farinha, na época tinha uns porco aí, engordava os porco com ele, era só pra isso. E a farinha d'água eles fazem, farinha manema, já ouviu falar? A farinha manema é feito com a massa curtida também. Empelota, empelota, ela fica um pouco com aquelas pelotinha. Eu quero distância de farinha. Quarenta quilo é um saco de farinha, cê veja, pra vender a quanto, 7, 5, 6? Então, dá quanto um saco de farinha, farinha de 5 quilo? Aí tem a mão de obra de cada um, que uma diária hoje aqui as pessoa tão queimando 70, 80 reais cada diária. Ainda tem mais a mandioca. E além de quê, se você for usar o tráfico...³¹ É o tal negócio, lucro que é só pra tigelinha. E tem outra, cê compra aí uma vez por mês 5 quilo de farinha, aqui em casa 5 quilo de farinha aguenta uns 3 mês. Não consome. A gente num pode ficar sem ela, só que não consome tanto. Ah, é, dura muito, é. Dura muito. Então o cara aí compra 5 quilo o mês, aí o fabricante vai ficar o mês que vem sem poder vender. Aí depois você vai levar na cidade, já tem o frete. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Vê-se que o investimento necessário para a produção da farinha de mandioca é bastante alto, não apenas em tempo de trabalho, mas também em recursos financeiros, e o retorno que os agricultores experimentam, quando decidem vender uma parte da produção, não é recompensador. Assim, a explicação para a manutenção da fabricação da farinha de mandioca no bairro se explica pela apreciação que todos têm por ela. Justifica-se assim alguns dias de empenho para garantir que ela não faltará à mesa, principalmente porque cada um tem um jeito de produzir a farinha de acordo com o seu agrado, que pode ser de massa crua ou curtida, mais grossa ou mais fina, mais ou menos torrada etc. Apesar de todas essas variações aceitáveis, a farinha de mandioca que é vendida nos supermercados não passa no teste de qualidade: os moradores a reprovam. A farinha valorizada é aquela feita pelas mãos de quem realmente sabe.

Porque farinha tem uma manha, né? Farinha tem uma manha ainda. Tem farinha que ocê chegar lá, se começa chegar muita gente, especular ali, cê coloca uma fornada, eles fica o dia inteiro com aquilo ali, véio. Num seca nunca. Vira um melado ali que você fica ali batendo ali. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

³¹ Com relação à mandioca, está se referindo à mão-de-obra para o plantio e a colheita. Com relação ao tráfico, está se referindo ao aluguel que é pago para poder usar o tráfico de um vizinho, que pode ser feito em dinheiro ou, o que é bastante comum, em uma porcentagem do produto.

A produção da farinha de mandioca permite a separação da goma, que é utilizada, assim como a própria farinha, na preparação de algumas receitas locais. O caldo da mandioca, já sem a goma, não costuma ser usado para nenhum fim específico.

Se eu não me engano, chamamos aqui esse caldo de mandiquera. Tínhamos os apetrechos e eu sempre fiz farinha em uma casa de farinha que fica no final dessa variante, inclusive o senhor que tomava conta morava aqui, nessa casa. A última vez que eu fiz essa farinha de mandioca foi há uns dez anos e foi na casa de farinha do tio do meu sogro. Como a gente foca mais na banana e na lavoura não sobra tempo, porque fazer farinha demanda muito trabalho. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016)

Figura 16 - A produção de farinha de mandioca no bairro do Guapiruvu, 2016³².



Fonte: Arquivo do autor.

³² A) O tacho de cobre, as pás para mexer a massa de mandioca e as latas onde a farinha pronta é armazenada; B) A prensa com o burro, o capacete e as pedras; C) O ralador; D) A massa da mandioca sendo prensada; E) A massa da mandioca já prensada sendo peneirada; F) A secagem da farinha no tacho de cobre utilizando a pá mais longa; e G) A secagem da farinha no tacho de cobre utilizando a pá mais curta.

5.3.5.2 Usos da mandioca

Alimento por excelência produzido para o consumo da família - “Mandioca, essas coisa tudo a gente só plantava pra gasto, até hoje mermo” (Entrevista 4, 13 de julho de 2016) –, a mandioca continua sendo produzida nos quintais e nas roças e é bastante apreciada. É comum que ao se visitar uma casa do bairro, haja mandioca cozida ou frita para comer, sem falar nos biscoitos e bolos.

Só faz mesmo pro gasto aqui, né. Um pouquinho pro gasto do mês. Porque pra vender, ninguém... ninguém procura quase mais né. É muito trabalho. Muito trabalho, e... não é bem pago, né. Para vender no mercado, o mercado quer vender por um preço que é de graça né. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016)

Bolo de roda é goma com maço de milho. Põe ovos, banha. Aí amassa bem ele, bem amassadinho. Bem roda mesmo. E faz uma roda assim, uma rodona assim. Aí tem uma fornalha que agora não tem mais. Só tem aquele dali. Mas faz a fornalha e assa ali. Assa na fornalha. Mas fica a coisa mais boa do mundo. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016)

São muitos os usos, com nomes que, pelos relatos, remontam às gerações mais antigas que ocupavam o bairro. Bolo de roda, coruja, língua de vaca, biscoito de dedo, biju.

Mandioca já tive também. Tenho algumas poça também. Só pro gasto, é. Você conhece o tapioca, o biju? Então, na hora que a gente tá processando a farinha, para pra fazer o biju, é muito bom. [Língua de vaca] Eu já comi, é gostoso demais! É com amendoim e é assado. E assado na fornalha mesmo, não é no fornêl de barro não. Cês pega uns 4 ou 5 quilo de massa e cê faz umas 10, 15 coruja aí. É tipo um pão assim, tipo um pão média, aí cê pega a mistura, a massa crua da mandioca, né, antes de passar no forno, mistura ela com ovo, sal a gosto, banha de porco ou óleo vegetal ou um óleo de soja, tanto faz, mistura ali uma quantidade, enrola ela bem certinha e deixa ela modelar tipo um pãozinho média, enrola numa folha de banana e põe pra assar. Num forno de gás não é tão bom! Forno de lenha, forno de lenha. É, aí fica campeão cara. É depois que ela é assada, se você quiser fritar ela pra ficar mais crocante, pode fritar ela. E tem dois sistema de fazer, cê faz ela com a massa crua, aquela massa, é, da farinha, ou a massa curtida. Cê joga num tanque desses de criar peixe e deixa três dia e a massa fica molinha. Um cheiro fica assim meio, é, de fermentado, cheiro de fermento. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

O conhecimento acerca do preparo da farinha de mandioca parece se concentrar mais na mente dos mais velhos, sendo *necessária* a sua presença em alguns momentos do processo de produção para que o produto final seja bom. Assim é que não há problema que um jovem vá colher a mandioca no campo, mas os olhos dos mais velhos precisam supervisionar o trabalho do ralador e a prensagem, a passagem da massa, já bastante desidratada, na peneira, a

secagem no tacho – o que inclui um manejo minucioso do fogo e das ferramentas de misturar e aerar a farinha – e a torrefação final, que garante o aroma adocicado da farinha, que é justamente o que não está presente nas farinhas mais comerciais.

O pessoal mais antigo que gostava de trabalhar com mandioca, eu não lavoro, planto um pouco para consumo próprio, tenho um engenhozinho para fazer farinha, tudo bem arrumadinho. Mas a maioria dessa molecada nova não quer nem saber disso, de jeito algum, não sabem nada sobre mandioca. Às vezes para alguma pessoa que quer fazer farinha e não tem, eu vendo uma ou duas ou três caixas. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

5.3.5.3 Relato pessoal de um dia na produção da farinha de mandioca

Era dia 14 de julho de 2016. Chegamos na casa de R. (atrás da EMEF Baixo Guapiruvu) por volta das 5h30 da manhã. V. disse que não acreditava que eu viria mesmo. Perguntou que horas eu saí de Registro e eu disse 4h30; N. disse que foi a hora que eles acordaram.

A primeira coisa que eles fizeram, ao entrar na casa de farinha, foi tirar a massa já prensada de J. e E. – que haviam utilizado o espaço anteriormente – do saco de prensar, para que eles pudessem usar o mesmo saco. Despejaram essa massa ainda úmida numa espécie de cocho e N. lavou o saco, que na verdade são três sacos – do tipo saco de cebola³³ –, um dentro do outro, e já o deixou pronto para receber a massa que V. iria ralar. Eles já tinham separado uma caixa de mandioca arrancada e ralada na tarde da véspera pelo filho de V. N. e V. lavaram a mandioca na noite anterior. V. começou a ralar a mandioca num ralador elétrico, feito de cobre. Rapidamente ela deu conta da caixa toda. A massa ralada vai caindo embaixo, numa bacia de alumínio. Terminado esse processo, a massa é colocada no saco para ser prensada. O saco é colocado em cima de uma peça de madeira chamada *virgem*, que tem uma espécie de canaleta em forma circular que é por onde o caldo vai escorrer e cair num balde. Em cima do saco vai uma peça redonda de madeira que parece um escudo e é chamada de *capacete*. Por cima do *capacete* pode-se colocar um calço para encaixar a alavanca que vai prensar a massa e que se chama de *burro*. Na ponta do *burro* se pendura, com cabos de ferro, uma tábua comprida de madeira sobre a qual serão colocadas pedras para fazer o peso necessário para prensar a massa de mandioca. Ao conjunto de ralador, prensa (que pode ser do tipo *burro* ou do tipo *macaco* ou outros), e tacho se dá o nome de *tráfico*. À exceção do *burro*,

³³ Segundo me explicaram, tem gente que usa o tipiti, que é mais resistente que os sacos sintéticos, mas é preciso que alguém saiba fazê-los. No Guapiruvu, parece que poucos sabem. Pode-se usar também saco de milho, mas N. disse que ele segura mais água, porque é mais “fechado”, e a massa fica mais úmida, o que demanda mais tempo de tacho pra secar a farinha.

que foi feito de *goiabinha*³⁴, as outras peças da prensa foram feitas com *canela*³⁵. É comum as pessoas falarem sobre quem tem o *tráfico*. No Guapiruvu, além de R., E., Z. e D. tem *tráfico*. M. tem o forno, mas não tem o *tráfico* (equipamento completo). D. tem o forno, mas está desmontado.

Aos poucos, N. vai colocando as pedras para prensar a massa. Segundo ele, não se pode colocar todas as pedras de uma só vez porque a água não sai da massa de forma adequada e ela não seca como deveria. Às vezes, se faz necessário tirar as pedras e mexer no saco em que está a massa para colocá-la em outra posição, pois isso dispõe a massa de outra forma e sai mais água. E. disse que é porque a massa que fica mais no interior do saco seca mais do que a massa que fica por fora, então se ela é mexida, a parte que está mais por fora vai pra dentro e se consegue tirar a água dela com mais uma prensada. N. acabou fazendo esse processo três vezes até que se deu por satisfeito; já era aproximadamente 7h30. Agora, segundo N., a massa precisa ficar prensando até umas 10h30-11h00. Mas até lá, J. e E. ainda não vão ter acabado de usar o tacho para fazer a farinha para a R., então eles vão acabar deixando a massa um pouco mais de tempo na prensa. Enquanto N. e V. faziam todo esse processo de preparar a massa para prensar, durante o início da manhã, J. foi peneirando³⁶ a massa já prensada na véspera e a E. acendeu o fogo e começou a secar a farinha no tacho. Ela disse que a primeira leva demora mais porque precisa esquentar todo o forno. A partir da segunda é mais rápido. Em vários momentos, J. e E. pegavam na massa prensada e reclamavam que estava muito molhada. Isso pode se dar por alguns motivos, como, por exemplo, uma prensada não muito bem feita (por falta de mexer no saco, por uma amarração mais frouxa do saco, por peso insuficiente no burro – no caso delas, foi porque o burro encostou no chão e não fez a pressão suficiente na massa) ou mesmo a qualidade da mandioca – J. disse que a mandioca branca chega a espirrar água quando ralada. A massa muito molhada vai acabar demorando mais tempo no tacho para chegar no ponto de farinha pronta.

E. ia mexendo a farinha e orientando sobre a qualidade do fogo que alimentava o tacho. Fogo muito fraco demora muito pra secar a farinha, fogo muito forte empelota ou embola, faz biju. Dessa forma, a hora de secar envolve uma ciência em que se administra o

³⁴ Um tipo de madeira.

³⁵ Outro tipo de madeira, bastante resistente.

³⁶ Antes de começar a peneirar, houve uma discussão sobre qual peneira usar. Ali à disposição havia uma de metal que, segundo todos os presentes, era muito grossa. E. disse que ela deixava passar os fiapos da mandioca e isso não era do seu gosto. N. foi ver com R. se achava uma mais fina, que todos diziam que sempre houve por ali, mas ela não foi achada. Ele trouxe da casa de R. uma peneira feita de taquara, mas J. disse que como a massa estava muito molhada, ela nem passaria nesse tipo de peneira. Massa mais molhada é mais chata de peneirar. Acabaram usando a peneira mais grossa mesmo.

fogo, as mexidas na massa³⁷ e o tempo entre as mexidas, para se chegar ao tipo de farinha desejada (mais ou menos fina – o que tem a ver com o ralador e a peneira, mas muito mais, segundo J., com a forma como se seca³⁸ – e mais ou menos úmida).

São impressionantes os conhecimentos envolvidos na produção rústica de farinha de mandioca: a umidade adequada tanto da massa quanto na farinha pronta; a quantidade e o tipo da lenha necessária para secar a massa que se tem e a hora de se dispor de cada pedaço; os diferentes formatos de pedra, a ordem em que elas são colocadas na tábua e o tempo entre uma e outra; os tipos de saco e como ele deve ser mexido e amarrado para uma boa prensada; os tipos de peneira; a qualidade do fogo; a quantidade de massa que vai para o tacho, em cada turno, para virar farinha. Em determinado momento, E. disse “agora está gostoso de mexer”, porque vai entrando ar na massa, ela vai secando e desliza melhor no tacho. Ela usou três tipos de pá para mexer, todas de madeira. Uma parecida com um rodo de pia, que é a que possibilita mexer melhor, só que com ela fica-se muito próximo do tacho, que é bastante quente, e com o corpo inclinado de tal forma que cansa mais. As outras duas possuem cabos que possibilitam ficar um pouco mais distante e um pouco menos curvado, mas não se mexe tão bem. Então a arte também envolve revezar entre os tipos de pá. E. e J. revezavam na função do tacho, pois além do calor, cansa bastante.

V. disse que se poderia viver, no Guapiruvu, da fabricação de farinha de mandioca, mas o problema é que cansa muito e também a mandioca “está ruim”, ou seja, tem poucas pessoas plantando. Como é preciso dar conta de todas as outras atividades do sítio, não dá para se dedicar mais à farinha, que é um processo trabalhoso e envolve mais de uma pessoa.

Interessante que nesse ambiente da casa de farinha de R. se encontraram, nesse turno em que estive presente, J. e E., que usaram a peneira e o tacho, N. e V., que usaram o ralador e a prensa, e R. e sua sobrinha, D., que moram por ali. É um ambiente de conversas e de troca de experiências. O tempo todo V. ficou de olho na farinha que E. estava preparando. Todos ali trocavam opiniões e expunham suas preferências sobre cada etapa do processo. Em determinado momento, já com a massa descansando sob a prensa, N. me chamou pra colher cará roxo que ele plantou no quintal de R. Arrancamos alguns tubérculos, ele lavou e pôs para cozinhar. Não demorou muito e a mesa do café estava posta, com o cará cozido, pão e café

³⁷ As mexidas são feitas de variadas formas: misturando como se faz com massa de bolo, raspando contra o fundo do tacho para “desempelotar”, jogando pro alto pra aerar etc. Vez ou outra, E. pegava um punhado na mão para sentir como estava.

³⁸ J. explicou que a farinha fica fina quando se mexe bastante a massa no tacho no início da secagem, sob fogo moderado. Se não fizer isso, empelota e aí há duas opções: deixar algumas pelotas na farinha, o que denota má qualidade da mesma, segundo elas, ainda que algumas pessoas apreciem, ou peneirar essa farinha empelotada e separar os grumos.

coado doce. Todos se serviram. Saímos de lá por volta das 8h15. Por volta da hora do almoço, N. e a V. voltam para ver se J. e a E. já terminaram de usar o tacho, assim eles podem preparar a farinha deles.

Entre 12h30 e 13h00, voltamos à casa de farinha: J. e E. já terminaram o preparo de sua leva e o tacho está liberado para N. e V., que imediatamente retiram a massa da prensa e começam o processo de secagem, que se dá de forma bastante semelhante ao que já foi descrito anteriormente. No final, pude acompanhar com mais detalhes a etapa de torrefação da farinha, que é diferente da secagem que é feita primeiro. Esta consiste em tirar a água da massa prensada. Aquela é o arremate da qualidade: a massa já seca volta ao tacho para dourar ou, se poderia dizer, caramelizar, pois adquire um aspecto mais adocicado e bastante apreciado. Esse é um momento delicado da fabricação, diz-se que quem não tem a prática pode acabar queimando a farinha e condenando todo o trabalho efetuado até então.

Ao final do dia, ganhei de presente, de R. – que recebera pelo aluguel do seu *tráfico* uma parcela da produção de J. e E. – um pacote da farinha recém-produzida e um copo de leite morno, ao qual fui aconselhado a misturar duas colheres de farinha, o que obviamente fiz.

5.3.6 Gengibre

Por conta das incertezas associadas ao mercado da banana, devido ao fim dos projetos relacionados ao PAA e ao PNAE e a não garantia de suas respectivas renovações, e da pupunha, devido à baixa no preço pago pelas fábricas processadoras para as hastes colhidas pelos agricultores, existe um movimento, natural, de busca por alternativas.

Praga e porque os compradores levavam os produtos e não pagavam. Mas, o motivo principal foram as pragas. Mas o cultivo está voltando, o rapaz japonês tem uma lavoura de gengibre no fundo. Se Deus quiser, não sei esse ano, mas ano que vem verei de plantar um pouquinho também. É valorizado. Mas quando há falta do produto no mercado o produto sobe. Eu ouvi dizer que o plantio de gengibre teve uma queda, porque tem muitos plantando. Por isso eu digo para você que o pequeno produtor precisa ter várias culturas no sítio, sem exagerar e dando o passo conforme a perna alcança. Não pode ter de tudo e deixar virar um emaranhado. Mas se você só tem banana e chega a crise da banana, e aí? (Entrevista 15, 22 de julho de 2016)

Uma delas, bastante emblemática, é a cultura do gengibre, que já fora plantada no bairro em outras épocas e faz parte do arcabouço técnico dos moradores. Um dos fatores que contribuiu para a “volta” do gengibre foi a criação do assentamento – “Aqui dentro do assentamento tem gengibre plantado” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016) – já que houve, por

esse motivo, um aumento das áreas de cultivo para os moradores (se comparado ao período anterior, em que a área estava grilada).

O que nós estávamos pensando em plantar de novo, para o caso de dar certo, seria o gengibre. Nós já ganhamos dinheiro com gengibre aqui, há uns vinte anos atrás. Acabou a plantação, os plantadores sumiram todos. Por uns quatro anos produziu-se gengibre aqui e foi um movimento muito grande. Está voltando. Depois que saiu esse assentamento todos estão trabalhando bem. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Com a adesão de muitos agricultores ao cultivo do gengibre, porém, é provável que nem todos consigam se beneficiar da comercialização. Além da questão do preço, que é fortemente influenciada pela oferta, existem agricultores que tem acesso a mudas de qualidade superior, além de terem a possibilidade de oferecer melhores tratamentos culturais, o somado a um bom contato na hora da venda, os coloca na frente daqueles que, talvez, tenham sido protagonistas desse movimento de retorno do gengibre ao bairro. Além disso, as pragas, que assolaram a cultura no passado, sempre ameaçam voltar.

No assentamento está tudo formado. Lá tem banana e uma roça gengibre, que eu não sei se eu vou vender, mas tenho. Está maduro já. Esse ano eu fui aqui em Tapiraí, comprei a muda, plantei porque estava bom de preço. Mas agora não está muito legal não. De agora em diante o primeiro que eu ver que dá para tirar eu vou tirar. Eu acho que antes de setembro ele não brota, depois começa a nascer. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016)

5.4 Cotidiano: “Pra sobreviver da agricultura, ocê tem que ser artista”

Como já comentado, a rotina dos moradores do bairro é cheia de atividades. Ainda que a definição do próprio horário de trabalho seja algo comemorado, o agricultor tem que estar sempre à disposição para trabalhar em períodos diferentes do dia, conforme a urgência da atividade.

Não, fácil não é, é que nem eu tava falando pr'ocê, das dificuldade. Pra sobreviver da agricultura, ocê tem que ser artista. Ser artista. É diferente de você tá empregado lá, que seu salário vem integral todo mês ali, você trabalhe certo ou não trabalhe, mas tá ali, né? Aqui na agricultura você tá correndo risco. Não pode vacilar, você não pode dormir descalço, você tem que dormir de botina pra pular meia-noite, uma hora, a hora que tá, né, no jeito. Porque a agricultura, é como eu tava explicando pra você hoje. Ah, nós continua porque nós tem as regalia, que aqui nós temo a água, boa, de qualidade, né? Nós num temos aluguel, nós pagamos os impostos, mas é... suave, num te aflige nada, né, é tranquilo. E a liberdade que você tem, horário de trabalho, o dia tá quente cê vai trabalhar, o dia que esfria muito cê não vai, né? E você trabalha nos dia normal, a hora que cê quer ou faz o que cê bem quer, não precisa fica embaixo de encarregado, né, sendo subordinado. E é isso o que cativa à gente, porque assim, grandes, grandes lucro você não tem, você vive. Ah, eu meu sinto importante, porque eu não

tô alimentando só meus filho, tô alimentando uma nação. Aqui eu tô dando sustento pruma nação. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Para aqueles que não possuem grande quantidade de terra ou não comercializam produção própria, os “serviços” e os “bicos” demandam grande organização do tempo, que é determinado por quem paga, e muita dedicação, para não perder sua fonte de renda.

A escola começa sete hora, sete e quinze por aí, aí eu tenho que ficar até mais tempo porque a menina sai antes, então fico até duas horas , porque eu tenho que limpar a sala depois que os alunos sai, então o último aluno que sai é uma e quarenta, a última kombi que passa é uma e quarenta, então eu limpo lá, aí fico aqui umas duas. E depende também, né, do dia que tá tendo aula, se a kombi vem mais rápido, se num tiver chovendo, aí eu venho pra cá, venho, faço o que eu tiver que fazer, as meninas chega da escola, eu vejo o caderno delas, da mais nova, porque a mais velha vai depois do almoço, aí eu tenho que fazer coisa por fora, mexer com a horta, se tiver algum serviço pra fazer cá fora não dá, porque é muito... De duas e meia, eu sem trabalhar, não vai render. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016)

Apesar das dificuldades, porém, a vida no bairro proporciona benefícios que tornam a rotina menos desgastante. São justamente os benefícios apreciados pelos moradores e que estão relacionados, em grande medida, com a natureza, a possibilidade de ter acesso à água de qualidade e à paisagem: “Ah não, aqui pra mim é o paraíso. É um paraíso, você precisa ver como é gostoso isso aqui, você levanta cedo, abre aí, você tá vendo mato, árvore e, ah, eu não saio, eu só saio daqui quando eu morrer” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016). Relatos como esse são recorrentes, muito mais pela vontade de permanecer no bairro por toda a vida do que por falta de oportunidade de sair. Muitos dos que já saíram voltaram e entre os que nunca saíram existe a desconfiança de que os benefícios que existem no bairro não serão encontrados em outro lugar.

Fazemos bastante coisa. Acordamos por volta das seis horas. A depender do serviço que deverá ser feito, como por exemplo o corte de banana e pupunha, precisamos sair mais cedo, pois são sete quilômetros até lá. Com esse trator demoramos meia hora, ele é lerdo. De carro ou bicicleta é mais rápido. Mas, eu trabalho com qualquer tipo de serviço, até de pedreiro. Estando aqui nós sentamos à frente da televisão, o que muitas vezes não temos tempo para fazer, assistimos as notícias, pois muitas vezes saímos de madrugada e chegamos a noite. O corte de pupunha, por exemplo, tem uma rotina puxada. O serviço é pesado, estamos em pouca gente, dependemos da hora que chega o caminhão e muitas vezes ele chega tarde e até terminar de carrega-lo já é noite. [Colhemos] Uma média de trezentas [hastes de pupunha]. [Em] Quatro pessoas. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Com as dificuldades inerentes ao trabalho e a quantidade de atividades a serem realizadas, vão se somando os dias do agricultor, um após o outro, sem muito espaço para

algo que não seja relacionado ao trabalho. Mesmo os curtos espaços de lazer que são encontrados no meio da rotina tem a ver com o trabalho, como as conversas de bar, por exemplo, que servem, entre outras coisas, para organizar a rotina de trabalho do dia seguinte.

Primeiro lugar sempre melhoria da vida, para ter lazer, porque hoje pelo menos não dá tempo para ter. Falta de tempo até. A gente passa o dia na roça, a tarde no mangue, vai no bar e não dá nem para ficar até tarde porque no dia seguinte tem que começar cedo para trabalhar ou indicar o serviço. (Entrevista13, 21 de julho de 2016)

5.5 Lazer: “(...) precisava ter um negócio para o pessoal se reunir mais, conversar mais”

Os mais velhos lembram-se do tempo do mutirão. Muitos não o relacionam com lazer, provavelmente porque o baile que o sucedia se justificava justamente pelo trabalho realizado, o trabalho coletivo que, no final do dia, era celebrado.

Mas também era só Festa de Primavera, que tinha aqui, mas de uns tempos para cá, né. Mas bem nos começo, quando nós chegamos, não tinha nada. Baile, festa mesmo de bebida né, bebida, refrigerante para tomar. Era o pessoal que resolvia fazer a festa e não tinha motivo nenhum, né. Aí o povo comprava as coisas e fazia a festa. Era o dono da festa né, quem deu, o festeiro, né. O festeiro que comprava. Quem fazia a festa. Agora, antigamente, antigamente que o pessoal mora aí e ia fazer um baile, mas assim, baile de trabalhar né, fazer mutirão que falam. O mutirão. Faziam um baile que os cara trabalhavam de dia, quando era de tarde, de tarde não, de noite, faziam um baile, né? Pro pessoal divertir. Não precisava pagar o dia para ninguém né. Ia roçar, era mais roçar né, roçar, derrubar. Antigamente podia, hoje em dia não pode derrubar nada aí, né. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016)

À época dos mutirões e dos bailes, seguiu-se um período em que a organização social dos moradores estava se desenvolvendo e havia a realização de festas, como a Festa da Primavera, por exemplo, que juntavam as pessoas nos espaços comunitários, como a associação, a igreja, a escola.

Olha, tinha o forró lá, festinha pra dançar, tinha salgadinho, né? O pessoal fazia salgadinho, frango assado e era gostoso, né? Às vezes, tinha, na época da política assim, tinha bastante serviço e os aniversário da associação, né, e então sempre tava fazendo. Então nós fizemos o curso do folclore junto com a Turismo, né, e a dança típica daqui, antiga, os costume, era o São Gonçalo. Porque tem esse pessoal antigo que conhece e que gosta daquilo e que gostavam. E acabou isso tudo aí. Podia voltar novamente. Então, as pessoas que dançavam, né, já tão tudo idosa, né. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016)

Os motivos eram diversos para a realização de festas, mas principalmente a comemoração dos dias santos. Assim, o lazer, como lembrado pelos moradores, estava

bastante relacionado com a religiosidade dos moradores. Na medida em que as igrejas se multiplicam no bairro e as diferenças entre elas aparecem, é possível que algumas atividades de lazer passem a ser desencorajadas pelas lideranças religiosas, fazendo com que a adesão caia – “Fazer festa assim, a gente beber uma cerveja ou acompanhar um companheiro não tem graça, né? Aí foi mudando, mudando, mudando, aí a mulher virou evangélica também... parou tudo. Mudou o bairro” (Entrevista 8, 15 de julho de 2016).

Tal hipótese, aliada com outros movimentos que ocorreram no bairro, como, por exemplo, a divisão em Alto e Baixo Guapiruvu, devido à criação das duas escolas municipais, devem ter contribuído para a diminuição das festas enquanto espaço de encontro dos moradores.

Mais era Santo. Era dia de São Pedro, São João, Santo Antônio. Esses um assim que a gente fazia festa, muita festa. Então, se fosse aqui na minha casa, era na minha casa, se fosse na casa dos meus filho, era na casa dos meus filho. Não tinha, que nem eu falei pra ocê naquele dia, e ocê falou naquele dia, num tinha esse negócio de repartição da região. É, a gente fica muito aborrecido, sabe? Porque o próprio parente que discrimina, sabe? Eles acha que é aquele ali é só seu. É deles, é deles, num pode se misturar pra lá, num pode se misturar pra cá. Mas se Deus deixou nós tudo igual. Porque nós somo diferente? O mundo é um só. A gente pensa que é esse tipo de negócio assim, né? Que hoje é muito complicado. Hoje você tem lugar que você não pode nem abrir a boca. Falar que você é católico, você tem que engolir. Se falar que tem outra religião, mata a gente. É muito complicado. (Entrevista 7, 21 de julho de 2016)

Na época que nós iniciamo aqui era loucura! Eu mesmo fiz muita festa aqui. Eu tinha futebol, tinha meu time aqui de futebol, E. tinha um time dele, tinha o pequeno ali da cooperativa ali, na época não era uma cooperativa, era uma associação antiga ali, tinha um timezinho ali. Tinha festa na escola, na quadra lá. Festa da Primavera e festa do São João, que era junina, festa junina. É, confraternização de fim de ano, e sempre tinha, a gente se juntava ali, era muito gostoso aqui, agora na época o povo era bem mais unido do que agora, parece, né? Vinha, vinha cantor de fora, vinha tudo. Agora o povo era bem mais unido do que agora, parece. Aí quando eu chegava de lá, que dava na ocasião no aniversário de um, fim de ano, a época junina, eu fazia uma festinha aqui, convidava o pessoal aí. Que enchia aqui, cara! Deve de ter vez de ter cem pessoa aqui. Aí o fandango rolava a noite toda aí. Amanhecia e o sol tava posto, a cara de fora, e a gente tava aqui no fandango. E carne tava assando aí pro pessoal comer. Tinha uma nascente de água ali em cima que era uma geladeira, agora não, agora mudou tudo, mas na época, cê colocava lá, deixava uma hora, uma hora e pouco e você pegava gelada a cerveja. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Hoje em dia, o diagnóstico é de menos atividades de lazer, menos festas e bailes. Das opções ainda existentes, muitos não aproveitam por considerarem ambiente propício para o surgimento de desavenças.

Pior que tinha, rapaz, pior que tinha. Não era essa “brigaiada”. Não era essas “bebedarada”. Não era essas “drogarada”. Hoje, você não pode nem ir a uma festa porque é droga demais. Eu mesmo, vou falar a verdade, porque daqui a pouco começam a brigar. Eu não vou. Não, antigamente, não. A gente fazia uma fogueira assim. Você podia amanhecer o dia ali, bebendo um quentãozinho assim, bebia um quentãozinho, mas era uma carne assada, só um negócio pra se divertir com ele. Hoje não, tá louco? (Entrevista 7, 21 de julho de 2016)

Mas é preciso considerar que além dos aspectos relacionados à relação entre os moradores, houve uma série de mudanças sociais e estruturais que podem ter contribuído para uma diminuição da iniciativa de organização de festas e outros espaços de lazer. Como exemplo, podemos citar a questão do transporte público que, ainda que se encontre precarizado, permite a locomoção dos moradores do bairro, que podem participar de atividades em outros lugares; a melhoria da estrada mesmo permite que as pessoas se movimentem em seus próprios automóveis. E não podemos esquecer que, diferentemente da cidade, a televisão chegou nas paragens do bairro rural muitos anos depois.

Era mais organizado as coisas, era bem mais organizado. Eu não sei também, porque pode ser que nessa época que davam festa e tudo mais, não tinha televisão, porque eu lembro. Isso foi em oitenta dois, oitenta seis, nessa época que eu era criança. Aqui na escola eu cheguei a ver umas festas bonitas ainda e essas coisas. Aquela quadra na época foi feita de terra, nunca vi um campeonato bom igual teve lá. Agora acabou, porque foi espalhando, um vai mexer com isso, outro com aquilo. O negócio de lazer acabou por isso também. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016)

O que resta, por enquanto, é o lamento daqueles que vivenciaram uma época, seja como crianças ou como adultos, em que as pessoas se encontravam para celebrar o dia de trabalho ou o santo conjuntamente, sem grandes desavenças. Tal desmotivação para o encontro talvez justifique que mesmo as crianças não se encontrem mais para brincar como faziam antigamente.

Tinha um campo lindo aqui. Isso foi em noventa e sete ou noventa e oito que acabou esse campo. Era ali perto da fazenda do... Tinha quadra, aqui em baixo onde todo mundo brincava, hoje em dia você não vê ninguém brincando mais de bola. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Seria bom um campo, para as crianças se divertirem. (Entrevista 10, 8 de julho de 2016)

Por conta da memória do que já houve no bairro, em termos de lazer, a noção de que, atualmente, não exista muita coisa é reforçada. As pessoas ainda se encontram em alguns espaços, as crianças brincam – “Agora, precisava ter mais distração pra eles, né, que nem

sábado agora teve, né, a quadrilha. Agora em Setembro parece que vai ter Festa da Primavera, né, e é muito bom” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016) –, mas a sensação é de mais coisas poderiam acontecer – “Só o rio. O rio e andar de bicicleta, né. Aqui só na escola festa pras criança, pra gente. Só na escola e diversão pra adulto é só bar. E sempre dá briga, sempre dá alguma confusão” (Entrevista 1, 6 de julho de 2016). Os mais novo sentem falta de um campo para hogar futebol.

Primeiro lugar para melhorar aqui não tem para onde correr, é melhorar a estrada mesmo. Segundo lugar, o que não tem no Guapiruvu é uma quadra para brincar de bola, porque eu era fominha para jogar bola. Aquela quadra lá debaixo não dá mais. Ali o pessoal não usa muito. Essas coisas de lazer aqui tem muito pouco. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016)

A natureza, que não precisa efetivamente ser *organizada* permanece à disposição para a realização de atividades de lazer, em que tem destaque o banho de rio, a pesca e o *boia cross*. Muitas vezes, no entanto, quando perguntados sobre espaços de descontração, os entrevistados sugeriram que há tanto trabalho a fazer, que a diversão fica para um segundo plano.

É que quando eu falo que não tenho lazer, é porque não gosto de deixar meu serviço só os caras fazendo. Eu já faço todo meu serviço, eu só pago para eles cortar a pupunha. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016)

Aqui, é a fartura, a água, o rio bom de nadar, a terra é boa para tudo que plantamos. O rio na época do verão, para quem gosta de jogar bola tem um campinho aí em cima. Estando aqui, nós sentamos à frente da televisão, o que muitas vezes não temos tempo para fazer, assistimos as notícias, pois muitas vezes saímos de madrugada e chegamos a noite. O corte de pupunha, por exemplo, tem uma rotina puxada. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016)

Na parte de lazer está fraco. O melhor mesmo é a cooperativa que compra nossos produtos. Tinha que ter mais lugares para o pessoal se divertir. Um salão, alguma coisa para o pessoal ficar de final de semana e reunir os amigos. Um campo pro pessoal jogar bola. Tem boia *cross* que o pessoal faz sempre. Falei sempre, mas é uma vez ou outra, não é toda semana, por exemplo, de ano em ano, seis em seis meses. Então, precisava ter um negócio para o pessoal se reunir mais, conversar mais. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Em busca de alternativas, os moradores que sentem falta de uma distração frequentam cursos em outros bairros rurais ou na cidade. Além disso, continuam frequentando suas igrejas e acreditando que quando estiverem mais organizados poderão voltar a promover festas de santo.

Todos os cursos que tem em Sete Barras pode bater naquela folha que eu tô lá. Eu faço pra refrescar a cabeça, né, refrescar a cabeça. Senão, não dá. Você fica dentro de casa, fica pensando só em que? Não tem como sair, não tem como vender, não tem como fazer nada. Tem na nossa igreja, mas nós estamos sem fazer porque nós tá sem aquele barracão ali, mas se Deus permitir, que Ele vai permitir mesmo, que apareça um servo de Deus que dá uma mão aí pra nós também, nós vamos continuar, nós vamos continuar. Porque nós fomos no Taguá, rapaz, até foi dançada a música de São Gonçalo lá, mas foi muito bonito, muito bonito! (Entrevista 7, 21 de julho de 2016)

5.6 Artesanato: “Conhecimento é o dia-a-dia”

São poucos os moradores que se dedicam, atualmente, a atividades de artesanato. Talvez sejam muitos ainda os que têm conhecimento sobre o processo de fabricação de peneiras, apás, cestos, vassouras, esteiras etc, que são os objetos produzidos localmente e que são encontrados nas casas e até mesmo à venda, mas os que os produzem, de fato, são conhecidos dos vizinhos e são sempre os mesmos.

Os materiais utilizados na produção dos objetos de artesanato são encontrados nas matas do bairro e consistem basicamente de palhas, cipós e madeiras. O domínio das características de cada material e o correto preparo de cada um para a manipulação visando a elaboração dos objetivos, assim como o conhecimento sobre o local em que podem ser encontrados, é digno de nota – “Isso é um caetezão, que tem aqui na beira do rio de baixo, dá cana assim, grossa, né” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016) e “Essa taquara de lixa aí ela é ruim de mexer com ele, é bom com taquara ouro, aquele taquara que dá um gomo bem grande assim, bem lisinho” (Entrevista 8, 15 de julho de 2016).

Segue, como exemplo, a descrição do processo de fabricação de vassoura:

Cê tem que cortar tudo num padrão. Cê vai, cê pega, se você quiser fazer uma vassoura pra cê limpar um terreiro, cê corta, cê parte ela em quatro, um gominho daquele do último pé. Se você quiser fazer só pra limpar dentro de casa você parte um lado e vai desfiando. Tem que “ponhar” tudo, como é que fica, tipo três quina. Aí cê vai, meu Senhor, você pega, junta ele, mede o tamanho dela, amarra bem no meio, bem amarrada no meio ali, você dobra ela, enfia um pau no meio dela ali e dobra ela e prensa ela e vai fazendo a costura. A parte da costura é o pior, desfia tudo. O correto, o certo é fazer três coisa, três amarradinha, aí, meu Senhor do céu, é bom demais. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

Mais uma vez, a rotina de trabalho não permite que os moradores se dediquem ao artesanato tanto quanto gostariam. Ao menos é o que se depreende de suas falas sobre os objetos produzidos localmente: são bastante valorizados e aqueles que sabem produzi-los, ainda que não o estejam fazendo, sentem prazer em demonstrar o seu conhecimento. São

processos demorados e que exigem grande destreza, o que explica que estejam nas mãos principalmente das pessoas mais velhas, que tentam passar adiante seu conhecimento, mas não encontram grande adesão entre os jovens.

A peneira qualquer um que se olhar faz, agora a apă... Não adianta o cara bater no peito, que é difícil quem consegue fazer. Agora esse balainho que faz isso daqui, que faz esse funilzinho que depois recorta, esse também é outro tranqueira. Quando vai tirar, vai tirando, vai fazendo, tirando, deixando n'água. Senão, não guenta. Senão hora que cê embolar ele, "pá pou!", ele quebra, que ele é molinho, ele tem que fica n'água pra ficar flexível. Vai tirando as palha, que se achegar e se bancar o apressado... Pode fazer na hora que ele coisar, ele quebra tudo. Tem que deixar n'água. Três dia n'água. Deixa três dia n'água, depois tá bom demais, se deixo n'água ali. Uma beleza trabalhar com aquilo, que nem borracha, vai pra lá e pra cá. Aí cê faz, aí ele seca, coisa mais linda. Só que dá trabalho, né? Ninguém gosta. Deixa de molho, senão não dá, quando cê for fazer, quando cê pegar pra fazer você tem que fazer tudo de uma vez, não pode pegar e cê fazer um pouco, largar aí e outro dia cê pegar de novo, entende moço? Se for fazer tem que, quando a hora que você pegar, você tem que fazer tudo jeito. Quem aprendeu mais ou menos fazer alguma coisinha, balaio e tipiti, pra tudo, trança pra dentro, tudo pra dentro, pra se usar na imprensa ou pra fora, ou fazer alça pra carregar as coisa, faz tudo. Mas, rede, essa rede de... só que é difícil também, ô coisa que dá trabalho, meu Deus. Depois, que nem eu via a turma lá fazendo essa esteira, essa esteira é a coisa mais fácil que tem de fazer. É, eu não falei nada pra ela que eu sabia fazer, porque num tava na lua certa de tirar. Eu fiz uma, duas, uma de solteiro e uma de casal, que levaram pra São Paulo e fiz uma de casal pra mim. Mas olha, como aturou essa esteira. E é gostoso, é bem gostosinho. Fica bem macio, de taboa. Fibra de banana também dá. Que essa banana, banana calu que falei pra você. Aquela que dá uma fibra boa pra fazer essas coisa. Ela tem um caule bem grande. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016)

O conhecimento sobre o artesanato é valorizado e pode ser reapropriado pelos mais jovens, é preciso que haja espaço para isso. No entanto, é compreensível que numa trajetória de mudanças da relação com a natureza e com o mercado, alguns objetos caíam em desuso ou sejam menos requisitados. Agora, outros objetos podem passar a ser produzidos ou então comprados.

Eu consigo fazer covo, para pegar peixe. Covo é feito de bambu que o peixe entra e não sai. Coronha de espingarda as pessoas sempre me pedem para fazer. De madeira. Bicicleta, todas essas coisas eu mexo. Conhecimento é o dia-a-dia. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

Figura 17 – Artesanato do bairro do Guapiruvu, 2016³⁹.



Fonte: Arquivo do autor.

³⁹ A) Apá (esquerda) e peneira (direita); B) Cesto; C) Pilão; D) Cuscuzeira; E) Balaios.

5.7 Família: “(...) é uma fiúza que a gente tem”

A família é um arranjo social importante para o campesinato. Nos estudos sobre os camponeses, nos mais variados lugares do mundo, a família, em suas diversas configurações, aparece como referência para a definição das estratégias de reprodução social e, por isso, a família define diversos aspectos da vida nas comunidades, como o tamanho das casas, o desenho dos sistemas produtivos, o sistema de trabalho e de ajuda mútua, a promoção e a participação nas atividades religiosas e culturais etc.

Eu acho importante [os membros da família ficarem por perto], a família que dá apoio pra gente, eu acho importante, porquê é uma fiúza que a gente tem, né? Porque quando tão doente, a família socorre. É isso que é, que a gente acha importante. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Em comunidades tradicionais, é comum que as famílias mais antigas gozem de um prestígio advindo do tempo, sem que isso tenha, necessariamente, a ver com o papel que desempenham atualmente. Ou seja, os membros de mais prestígio de um bairro, por exemplo, nem sempre são aqueles que mais ajudam, ou que são considerados mais sábios e assim por diante. O tempo de existência de determinada família num bairro confere uma certa importância às pessoas daquela família, principalmente, e isso sim é mais óbvio, aos mais velhos – “Eu e meu pai acordamos. Mas, a palavra final até hoje é dele. Ah, com certeza, ele é quem tem mais experiência de vida” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP). E as famílias que residem há mais tempo tiveram a oportunidade de se unirem através dos laços de matrimônio e compadrio, o que as torna cúmplices diante do desconhecido – “Bairro inteiro é parente” (Entrevista 13, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)).

Talvez isso não chame muito a atenção quando estamos em meio a famílias antigas do local. Mas quando passamos a conviver com as pessoas que chegaram ao bairro em tempos mais recentes, a questão do prestígio e do sentimento de pertencimento fica mais evidente. Famílias recém-chegadas enfrentam, a princípio, dificuldades de se relacionar socialmente, de conseguir trabalho, de criar afetos. Com o tempo, no entanto, essa situação pode mudar.

A gente vai, né [na reunião da cooperativa]. Mas eles não dão a palavra pra gente, do que eles faz. A gente fala, entra aqui e sai por aqui. Porque eu não tenho casa, e ali são tudo família, né. Tudo família, pode ver que tem tudo uma ligação, sempre tem uma ligação, e eu como cheguei agora, só se... Minha filha agora tá namorando, né. Essa aqui também um dia casa com um

daqui, é mais provável que... Aí sim vai ter essa família, mas por enquanto...
(Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Ter uma família é ter uma base e é ter um rumo. Muito da reprodução social dos camponeses se apoia na organização das famílias. No entanto, é preciso não tornar invisíveis aqueles que vivem “sozinhos” e que, de alguma forma, encontram o sentido da família na vizinhança ou nos companheiros de trabalho. Por isso, na medida em que se sentem parte de um grupo social ampliado, aflora nos sujeitos uma noção de responsabilidade, da necessidade de contribuir para o bem comum.

É, eu pensava, sabe no quê que é? Enquanto você é sozinho, se você tiver empregado, o que você ganhar tá bom... Mas você tendo família, começou a aparecer um, dois, três, que nem no meu caso aqui, quatro filho, já comecei a pensar, pô, olhando lá pro passado do meu pai, que ele tinha seis filho qual, nós, né, no caso, o que ele passou, hoje ali, amanhã aqui, sem uma moradia certa, né? Sem pode abastecer a casa direito com alimentação. E eu olhando aquela crise cada dia crescendo no nosso país, eu falei assim “Eu vou pensar nos filho, né?”. Você, puxa vida, amanhã ou depois, eles não vão ter onde tá morando também, né? Eles não vão ter onde morar, então eu tratar de arrumar um lugar, uma localidade onde dê pra eles fazer pelo menos um rancho lá de pau-a-pique pra eles morarem um dia, né? Que seja deles. E foi o que eu me agarrei, mesmo, onde eu me agarrei, mesmo com o sofrimento me agarrei aqui, né? (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Existem pessoas que nascem, os pais cuidam, mas depois elas somem. Estando perto a gente consegue ter mais afeto, ter mais carinho. Nós precisamos ter contato com a família, fazer um jantar de final de semana, ir para o rio, temos sim que estarmos próximos. Por isso que nós já deixamos as coisas engatilhadas, gostaria que eles continuassem. Sim, [a terra] é pelos filhos. Aqueles que nascem e não têm terra no assentamento, não vão conseguir. Terão que estudar e ir para fora. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Na medida em que há êxito na criação de um espaço para o bem-estar da família, e que muitas vezes passa pela luta pela terra, os sujeitos buscam garantir que as gerações futuras não abdicuem dessa conquista e assumam e a mesma responsabilidade, ou pelo menos uma parte considerável dela – “Ao menos se eles [os filhos] aprenderem fazer uma casa e eu indo embora eu já sei que eles não ficarão no tempo” (Entrevista 11, 20 de julho de 2016).

Eu tô dividindo [o sítio]. Já fiz uma demarcação esses dia, uma medição, e vou balizar certinho, vou lá e aqui, que nem a ela já tá construindo no setor que ela escolheu pra ela ali, e cada um vai construir no lugar dele, vai puxar a água que ele quer, a energia do jeito que ele quer, vai construir a casa do jeito que ele quer, né? E fica no bolo assim, aí um faz a casa em cima dum terreno que é produtivo e já pega o quintal, já toma um *trechão* de área. Planejei a casa num local aqui, que você vê, num tomou área produtiva

nenhuma, é local pra moradia mesmo, né? Então eu já tô planejando aí e já vou deixar discriminado pra eles “Olha, vocês olhem bem onde vão construir, pra num tomar terreno produtivo”. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.7.1 “Olha, eu tô contando que minha vida foi isso”

Todos os entrevistados possuem um histórico familiar com experiência na agricultura: “Então, eu fui criada assim, em fazenda, né? Ah, participando de tudo nas fazenda lá, meu pai, ah, fazia as colheitas, né, acompanhava, ele era fiscal geral da fazenda, então ele comandava lá o movimento tudo. A fazenda de exportação de café” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016); “Sim, todos [os parentes] sempre trabalharam na roça. Todos daqui dessa região de Sete Barras” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016); “Na verdade, eu era moleque né e minha mãe plantava ramo de mandioca, feijão, milho, essas coisas” (Entrevista 11, 20 de julho de 2016); e “Meu avô era agrimensor, a família da minha avó era de toda a vida do campo” (Entrevista 12, 21 de julho de 2016); inclusive aqueles que tiveram uma passagem considerável de sua trajetória como moradores de grandes cidades e trabalhando em ocupações tipicamente urbanas.

Eu colhia café. O único serviço que eu... De agricultura que eu num fiz, foi cortar cana. Quebrar milho, né, então, todos esses serviços assim eu fazia. Aí depois eu casei com um paulista, né? Ah, ele era bancário, me conheceu, veio pra São Paulo, né? E aí ele me conheceu, aí meu filho, daí ele foi me pedir em casamento lá pro meu pai, meu pai não queria, eu já tava com dezenove anos. E aí casei, me casei lá, vim pra São Paulo. Depois de toda aquela liberdade, de fazenda, fui morar em apartamento. E aí fomos vivendo, né, aí tive 2 filhos, né, os 2 filhos, mas depois ele ficou doente, né, ele faleceu e eu continuei, aí mudei pra Santos, né. (Entrevista 3, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Aí, nós se instalamos aqui. Venceu o meu contrato, entreguei o sítio pro cara. Na verdade, nem venceu o contrato, o cara vendeu o sítio antes de vencer o contrato, tivemos um desacerto com ele lá quase que fomo pra justiça, aí entreguei o sítio pra ele. Resolvemos as pendenga lá e entreguei o sítio pra ele lá, aí voltamos pra Registro. Voltei pra Registro, aí continuei trabalhando no meu setor de obra. E construí uma casinha aqui pra nós. Aí nós ficamos ali dois anos, trabalhando ali. Ai formei uns bananal, uns 30 pé de bananal, mais ou menos, formei. Estrada num tinha, desse trecho aqui nosso, era praticamente uma trilha sabe, um caminho assim. Nós fizemos todo à braço, esse acesso aqui. Tudo no braço. É, nesse sítio. Mas aí quando eu peguei esse aqui, eu peguei tudo em mata virgem. Porque isso aí, às vezes falo do meu avô, meu avô caçava, ele era caçador, ele mexia com roça, mexia com madeira. E nós vivia de... Minha família praticamente somos no berço, de pessoas do ramo de obra, de carpintaria, né? Nós já viemos das descendência de mexer só com construção, com madeira, é uma descendência já antiga. Ele sempre caçou, sempre caçava, o povo, o povoado

onde ele tava era caçador e nunca tinha devastamento, nem animais que nem tem hoje, nem de madeira, que nem tem hoje. Que o devastamento hoje é... Naquela época tinha limites! (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Aqueles que não têm origem nas famílias pioneiras do bairro vieram para o Guapiruvu em busca de um pedaço de chão num bairro *rural*, dando eco, pois, às vozes de sua ancestralidade – “E aí você vê, aquele tempo, nós era pra ser dono de tudo esse terreno aí, fomo tomando o que tem de morro aqui, nós fomo brigar muito pra ganhar um pedacinho de terra” (Entrevista 2, 12 de julho de 2016).

Abriu estrada lá, ajudou a japonesada, lá, e trabalhava com arroz *moti*. Então a gente começou a trabalhar pra ele, conseguiu morar na terra, começou a plantar banana, mandioca. Nós vínhamos numa família de catorze irmãos. Então tinha que ter pelo menos um sítio pra plantar as coisa pra poder ajudar, porque só com o dinheiro do salário não dá pra sustentar tudo, né? (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

As histórias da ocupação do bairro, seja por aqueles que viveram esse momento como por aqueles que tiveram contato com a memória dos mais velhos, revela também a própria história da agricultura no bairro, que, por sua vez, está em consonância com a história da agricultura na região. Arroz, feijão, milho, mandioca, banana, gengibre, os palmitos da floresta, a caça e o transporte das mercadorias em canoas, são os principais elementos que compuseram os processos de desbravamento do território.

Quando eu vim, era rico. Hoje não tem nada! Hoje acabou! Mas era. Só que naquela época eu não tinha não, num era rico de dinheiro, né, era rico de mercadoria. O pessoal daqui mais vivia de barganha, aí barganhava as coisas na cidade e trazia aqui, aí criava um porco, plantava um arroz, plantava milho. Feijão aqui nunca foi o forte, aqui nunca foi muito de feijão. Plantavam assim, mas era só pra comer, pra vender, não. Fazia canoa, canoa de madeira roliço, pequeno. Naquele tempo, baldeava as coisa mais em canoa, porque não tinha estrada, né? Era mais em canoa, canoa de madeira mesmo. Não assim feito de tábuas. Madeira, madeira daqui do bairro mermo. Canela, as madeira pra canoa. Eu herdei um pouquinho da agricultura porque eu sei fazer canoa, eu sei fazer pilão, eu sei fazer arte, sei fazer peneira, sei fazer balaio, sei fazer, essas coisas aí eu aprendi tudo. Hoje ninguém sabe nada, nem meus filhos sabe nada. Plantava, criava porco, plantava milho, criava porco. O velho, que é dono daquele... Do supermercado lá. Então o pai dele, o nome do pai dele era “quebra-linha”. O “quebra-linha” que comprava pra nós tudo. Mas ele barganhava, ele vinha aqui, o cara ia tirava a canoa, falava a medida pra ele, da boca, largura da boca, largura do comprimento, da madeira. Falava pra vê se não interessava, aí ele barganhava com as coisas. Você não vê mais o pessoal comprar. Não é que nem hoje, que o cara compra gás, papel higiênico, compra um monte de coisa, naquele tempo ninguém comprava essas coisa, gás, papel higiênico, nem nada, era só querosene e sal, o óleo, as coisa de porco, que fazia a

banha, muita banha. (Entrevista 2, 12 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

[Vim] Porque casei e meu marido, o pai dele, era morador antigo daqui. Daqui do assentamento. Aí eu me casei com ele e vim embora pra cá. [Tinha] Plantio. Arroz, feijão, criava porco. Café. Tinha pasto aí quando eles morava. Era pasto. Tinha cavalo. Os pai dele, os antigo, era assim. Tudo eles plantavam café, até viviam disso! Vendiam sabe de *batêra*. Tiravam tudo de *batêra*. Pra vender pra se manter com dinheiro, arroz, porco. Era tudo assim. Milho. Tudo de *batêra*. Feijão. Nós trabalhamos, nós criamos com essas coisa. Tudo da roça. Foi família de gente que trabalhou só na roça pra nós sustentar, pra nós criar. Nós era em 5, em 10! Cinco homens e cinco mulheres em casa. Tudo na roça. Eu vim de Lavra, que nós morava na Lavra. Nós plantava arroz. Aí nós num deixava arroz pra comer, deixava mais ou menos um saco, dois, o mais vendia tudo, pra se manter com o dinheiro. Aí com aquele dinheiro daquele arroz, nós comprava, que não tinha energia, nós comprava lata de groselha de 20 litros, um saco de sal, um saco grande, sabe, de sal. Era com isso a nossa compra... Pra durar o ano inteiro. Alcançar outra coisa. Era assim a nossa vida. Que nós, que não tinha guarda então nós comia, nós tiravam nós matava tatu, nós tinha muito peixe, meu pai matava muito peixe, era nossa vida assim. Comprava carne assim, mas muito pouco. Não tinha impedição de nada. Não tinha impedição de derrubada, num tinha impedição de procurar as coisa pra comer, num tinha. De um tempo pra cá é que num pode. É difícil, a gente tirava e só se tivesse muita vontade de comer. Tudo ano meu pai matava um porco, aquela lata ali, todo ano tinha 3, 4 lata daquela ali, duas era cheia de banha de porco pro gasto e duas era cheia de carne de porco frito. Frito já dentro da lata. No meio da banha. Conserva. E outra, o resto nós defumava. Pano de toucinho defumagem no fogo. Aquele ali, aquele fogão de lenha ali, deixa secando. Mas ô coisa gostoso demais! Nós fritava, tirava a banha e comia torresmo com farinha, torresmo com farinha, com café. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Foi o seguinte, meu pai plantou por trinta anos gengibre. Nos últimos cinco anos, o gengibre foi sofrendo uma decadência muito grande, por causa de praga, fungo. Só foi deteriorando no último ano e só dava prejuízo. Você sabe a questão do fusário⁴⁰, fusário é triste. O gengibre pega fusário e a terra fica contaminada uns trinta anos sossegado. Meu pai viu que começou a fracassar e começou a plantar prata nos terrenos dele e nossos terrenos eram todos grandes. Começou a plantar prata e a prata deu um problema por causa do desgraçado do fusário também. Aí foi plantando em tudo, lá em cima, lá para baixo, veio plantando para cá. Por uns quatro, cinco anos produziu muito bem a prata [banana], mas depois de cinco, seis anos foi pegando doença também na prata. Em dois mil deu a crise total na prata, não tinha preço também antigamente e o gengibre parado de tudo. Foi onde eu falei que ia para o Japão e fiquei quatro anos lá. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

⁴⁰ Denominação popular para o fungo *Fusarium oxysporum* f. sp. *cubense* causador do mal-do-Panamá, que é uma doença disseminada em todas as regiões produtoras de banana do mundo. Segundo a Agência de Informação da Embrapa (http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia40/AG01/arvore/AG01_44_41020068055.html) este fungo pode sobreviver no solo ou em outros hospedeiros intermediários por mais de 20 anos.

Quando eu era moleque, até os meus quinze anos, nós cultivávamos muito arroz e feijão. Depois veio a lavoura do gengibre. Antes era nanição, no tempo da lavoura da banana nanição, tínhamos gengibre, outras plantações, como a mandioca. Depois de terminado o período do gengibre, começamos com a banana prata e meu pai expandiu a produção de banana prata, com essa expansão as outras culturas ficaram para trás. Não fizemos mais farinha. Fazíamos também coruja, um derivado da mandioca. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

É importante também destacar nos relatos os episódios relacionados à luta pela terra em que houve o uso da violência por parte dos grileiros e seus jagunços, pois tais situações ficaram inscritas na memória e no corpo das pessoas e aparece sempre como um elemento a mais de valorização de sua situação atual, em que há mais tranquilidade para viver e criar a família – “Os caras vieram aí e queimaram tudo que o povo tinha aí, queimaram tudo, era arroz, era feijão, era porco. Mataram tudo. Os caras acabaram com tudo” (Entrevista 7, 21 de julho de 2016).

Então, ali nós morava ali. Aí mudamos de lá, mudamos de lá pra cá. Lá tinha um *pelário*, dos posse lá, por que pareceu o dono, despachou nós. Despejou tudo mundo, todo mundo saiu de lá. Dava um tempo voltavam lá de novo, nas casa. Aí teve uma época que num, que não deu pra voltar mais. Aí eles queimaram as casa lá, eles contaram isso? Soube disso? Então, queimaram as casa tudo lá, o bosque, queimaram a minha, queimaram a de tudo, do marido de Dona Rosa, queimaram tudo das casa, aí num pudemos mais voltar. Perdemos porco, perdemos galinha, perdemos tudo, planta, perdemos tudo, aí saímos de vez. Aí peguemos um lugar lá embaixo, um terreno lá embaixo, que tavam loteando, aí nós peguemos. Fiquemos lá. Fiquemos lá, nós tinha 10 alqueire lá, embaixo. Aí num deu certo, nós vendemos lá e saímos pra cá, aí ficamos aqui. Aí veio o Incra desapropriar, aí pra passar pros posseiro, que somo nós. É assim que deu. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.7.2 “Nós somo índio!”

Conforme já relatado pela literatura, os camponeses que formaram comunidades tradicionais no Vale do Ribeira paulista podem ser relacionados à cultura caipira, cuja formação se deve ao encontro de europeus, especialmente da península ibérica – “Eu vim do Paraná, nasci no Paraná, né? Eu nasci numas fazenda lá. Porque meu pai era imigrante espanhol, e ele veio pra formar fazendas de café. Trabalhou com os fazendeiros” (Entrevista 3, 13 de julho de 2016) e “Aí ele [o sogro] contou que os três mais velho tem o sobrenome, que quando ele veio de Portugal, ele veio com vinte e cinco ano” (Entrevista 4, 13 de julho de 2016) –, negros e indígenas. Nos relatos orais dos entrevistados e entrevistadas há menções à proveniência dos parentes mais velhos e a mistura dos povos aparece bastante evidente.

Já veio dele, de família, meu pai era de família alemã, lá do Rio Grande do Sul, né? Então meu pai e meu avô já eram dono de fazenda. Inclusive minha mãe era empregada dos pais do meu pai. Meu pai foi deserdado, né, por causa da minha mãe, porque minha mãe era negra, né, filha de negro africano e índio. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Nós somo índio! Nós somos de família índio. Da Cananéia! E papai era a descendência de italiano. Aqueles homem bem branco, barbudo. Nós já temo pouca barba. E papai, papai era barbudo, o cabelo dele bem, bem branco. Papai tinha o cabelo solto, bem liso, a pele dele era de gente branca. A pele bem branca, italiano. Agora mamãe era índia. Mamãe era mais morena. (Entrevista 2, 12 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Ao contarem as histórias de seus ancestrais e as relações que estabeleciam com eles, surge a vivência mais antiga que tiveram com a terra e a origem do sentimento de pertencimento e apreço que cultivam até os dias atuais.

Nem quando eu era pequena ele não deixava eu ir pra roça, só tratava das coisas que ele trazia, que era bater arroz, feijão em casa né, ele trazia uns sacos, de vez em quando ia pro engenho com ele, quando tinha uns seis, sete anos, né, pra ajudar a ele e porque ele ia de bicicleta, então não tinha quem ficar segurando o saco atrás, então eu ia com ele, então isso já vem já de gostar, de gostar da terra, de gostar de plantar, né. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

As práticas eram outras e a convivência entre as pessoas e entre essas e o meio também. Se há nostalgia, por um lado, há também um apreço pela trajetória e pelas mudanças, pela experiência e pelos ensinamentos que podem ser passados aos outros. Não se vive de passado. Se a memória é sempre evocada, não é devido à uma inadequação ao tempo presente, mas uma busca, ativa, de compreensão do tempo presente; é um exercício que serve para determinar as melhores escolhas a se fazer.

A gente tava acostumado, nós gostava daqui. Nós gostava porque nós era uma vida muito bom, quando nós era tudo moço em casa, cinco moça e cinco rapaz, aí nós fazia roça longe assim, aí nós num ia de casa lá na roça que era ruim, nós fazia um barraco lá na beirada da roça, coberto com palha de juçara, cercado, e nós íamos mora pra lá. Lá pro fundo ainda. Lá nós ficava fazendo arroz até terminar a roça, ficava dois meses morando lá. Dois mês, três mês, daí nós voltava pra cá. (Entrevista 5, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Eu vou te falar uma coisa pra você. As coisa que Deus dá pra gente, é que nem a terra prometida você viu que na novela que tá passando, não sei se assiste, na Record. Então, essa foi uma dádiva que Deus deu pra mim e Deus, de criança eu pedía, dobrei os joelho muitas vez, falando assim: “Um dia eu vou ter minha propriedade pra mim criar meus filho dentro dela e eu tenho a certeza que eu vou conseguir”. Fiquei 20 ano perambulando assim, de véu em véu, porque meu pai me deu uns *capenha*, ele, ele nunca teve uma

propriedade dele mesmo assim, cuidou, construiu uma casa pra ele, ele vivia hoje aqui, amanhã lá trabalhando pra um, pra outro, meio cativo dos outro, né? De eu, sempre com esse pensamento. Aí até que chegou esse dia, que eu consegui. Né? Então eu pensei bem, puxa vida, eu consegui isso aqui, tenho que agradecer a Deus, agradecer muito a Deus porque ele me deu isso aqui pra mim. E hoje, eu praticamente sou rico aqui. Tenho água boa, tenho comida na minha casa, tenho meus filho, tenho uma casinha pra mim morar, tenho energia, né? Consegui ter uma estrada, tenho meu carrinho hoje pra mim andar, leva o que eu quero, é meio velho, apertado... (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.7.3 “O pessoal que está aqui é daqui”

Vizinhança não tem a ver com proximidade. Alguns vizinhos podem estar bastante próximos, é verdade, mas alguns podem estar distantes. Todos compartilham do *status* de fazerem parte do mesmo bairro, mas a vizinhança se relaciona efetivamente com a rotina que envolve as pessoas, os encontros, a ajuda mútua, a reciprocidade. É bastante comum que os vizinhos sejam também parentes - “Aqui tem casado até primo com primo! Tem. Então é assim que nós vai vivendo nossa vida” (Entrevista 5, 15 de julho de 2016) e “Bairro inteiro é parente” (Entrevista 12, 21 de julho de 2016).

Bom, pra mim eu acho que todo mundo é amigo meu. É tudo uma coisa só. Não têm divisórias. Tem um pessoal lá em cima que fica do outro lado do rio e o pessoal fala: “Aquele pessoal lá é do outro lado do rio”. Mas todos são parente pra lá e pro lado de cá. Tudo a mesma coisa. Aqui todos são parentes e quando não é parente o filho casa com parente e assim vai emendando e todos se tornam parentes. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Um aspecto interessante é que para ser vizinho, não basta *estar*. É preciso *tempo*. Assim, as famílias que chegaram mais recentemente ao bairro demoram mais para serem consideradas do lugar e, conseqüentemente, vizinhas. Vizinho só quem é *daqui*, o que não significa apenas os nascidos *aqui*, mas aqueles que aqui estão por tempo *suficiente* para serem considerados vizinhos. Ser considerado *daqui* traz uma série de vantagens e é um dos aspectos positivos levantados pelos moradores, de que no Guapiruvu existem poucas pessoas que não são *daqui* – “A vantagem daqui é que o pessoal que está aqui é daqui mesmo. Criou-se aqui no bairro. Não se vê gente falando que roubaram tal coisa ou que mexeram em tal coisa” (Entrevista 14, 22 de julho de 2016).

A vizinhança representa um apoio para o bem-estar de todos na comunidade. Ela é um conforto no que se refere ao sentimento de pertencimento – “Só que a gente não precisa sair de casa pra saber das coisa, né? Visita, rapaz. Vizinho faz falta pra gente, porque aqui é um

lugar abençoado, porque não falta visita aqui em casa. Sempre não falta” (Entrevista 8, 15 de julho de 2016) –, mas também fundamental para a resolução de situações bastante concretas e urgentes que possam surgir.

Às vezes você não tem uma roupa pra vestir, né, passar frio, já passei frio. Já passei frio, já passei fome, então agora tem fartura, tem bastante banana. Eu só falo em banana e pupunha. Mas tem, assim, tem as coisas, dá pra ir levando. Quando falta, se eu chegar ali e pedir no mercado e pago depois, vendem. Então o bom daqui é isso, se você ver que você tá faltando, se você pedir pra pessoa que vê que você tá necessitando, eles vão estender a mão. Aqui, principalmente aqui. Só que não as pessoas de religião, os povo de religião eles gosta de... Sou sincera de chegar e falar disso aí. Então isso aí é assustador, que eu nunca tive isso! No começo eu falei “Não, o que que tá acontecendo com você?”. Então quando chegar aqui com um pão, da cidade, não deixa de trazer um pão pras menina, né. Então, assim, pra mim no começo foi difícil eu entender as coisa daqui. Principalmente com eles, né, que tem um coração bom. “Não acredito, será que é verdade? Tô sonhando!”. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Eu empresto trator para o pessoal direto. Agendamento só com o pessoal da cooperativa que também tem dois tratores. Comigo a pessoa vem e pega na hora ou depois. E não tem esse negócio de ter que pagar, porque na cooperativa tem que pagar. Comigo dá para negociar e não tenho reclamação do pessoal. (Entrevista 13, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Minha mãe contratou um pedreiro e ele levantou alicerce. O aterro eu mesmo estou fazendo. Antes de ontem, falei com um vizinho para me ajudar, devido ao tempo. O rapaz que irá trazer a terra ficou de vir ontem, mas não veio por causa da chuva, por isso arrumei essa pessoa para adiantar o serviço para tirar aquela terra para ser possível trazer mais três carradas e terminar, pois a terra que tem ali não será suficiente. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Compreende-se, pois, que a defesa do modo de vida, que se expressa, entre outras coisas, na luta pela terra, tem como fim, também, garantir a manutenção da rede de relações que se estabelece no bairro rural, em especial as relações de vizinhança. Na medida em que destacam a importância das relações de vizinhança, os entrevistados estão dizendo que não encontraram situações semelhantes fora dali – quando já tiveram a oportunidade de viver em outro lugar – ou não imaginam que a configuração das relações de vizinhança dali seja encontrada em qualquer lugar – “Tem o meu cunhado que às vezes vem nos ajudar e as vezes nós vamos ajudá-lo. É importante, pois rende mais o serviço. Trocamos dia de serviço” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016) e “De vez em quando trocamos dia. Corte de pupunha, corte de banana, calcário, como ontem mesmo” (Entrevista 11, 20 de julho de 2016).

Por isso que eu me enrolo, me enrolo demais. Eu empresto dinheiro se tiver, eu tiro a roupa do meu corpo! Isso eu já nasci com isso, né, uma pessoa fala: “Ah, cê é muito boazinha demais. Cê dá tudo!”. As pessoa falam: “Para com isso!”. Eu me sinto feliz fazendo isso, né, porque pra mim nunca vai faltar se eu fizer isso aí. Porque eu não vou fazer pra nunca faltar, vou fazer porque tem, né, tem bastante, então. Os meninos passa aqui de tarde, falam: “Lembramos de você porque você gosta de peixe”. Mata lá um boi, lá e manda uma barrigada. “Ah, tem uma pessoa que gosta de tripa!”, eu vou lá levar. Aí não vai faltar, não falta, nunca faltou. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.7.4 “Os que faziam, já foi embora tudo”

No que concerne à cultura, muito do que existe hoje no bairro se deve à herança dos antepassados; o resto é memória. Festas, danças, comidas, artesanato, o mutirão. Ainda que o resquício do que já houve e não existe mais faça parte da lembrança das pessoas, nem sempre alguma manifestação cultural é mantida na comunidade. No cerne do processo de definição do que fica e o que vai estão as diferenças intergeracionais; está o grau e o tipo de integração com a cidade e com outras culturas; está o Estado e o mercado; está a mudança do ambiente e da paisagem; enfim, está o tempo – “Meu pai fazia no pilão fazia, fazia tudo aqueles coisa, pilão, que ele fazia, minha mãe saía, fazia apá⁴¹, aí minha mãe fazia deste aqui, quer ver? Ela fazia, eu sei fazer. Minha nora sabe fazer. O meu filho que morreu sabia fazer” (Entrevista 5, 15 de julho de 2016).

Com relação ao equipamento utilizado para fazer farinha de mandioca, por exemplo:

Esse aí é para ficar girando, é mais fácil né. Porque ele estraga e depois não tem como arrumar mais, né? O outro quebrava e não tinha ninguém que faça né. O povo que fazia num existe mais, né? O fuso, a prensa, tudo. Não tem mais quem faça. Os que faziam, já foi embora tudo. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Sobre como a falta de disponibilidade de uma planta que existia outrora em abundância pode afetar a produção do artesanato local: “Taquara só existe nessa serrania, esse mundo fora aí. Por aqui não tem. Aqui nós faz [artesanato] mais é de caeté-banana. Banana dura igual a de taquara, isso é taquara, isso dura mesmo” (Entrevista 5, 15 de julho de 2016) e “Olha, hoje em dia num faço [artesanato] porque num tem taquara, é difícil. É difícil taquara, mas se tiver eu faço” (Entrevista 5, 15 de julho de 2016).

Festas existiam principalmente aquelas relacionadas à comemoração da chegada da primavera – “Festa aqui era só de... É, primavera, isso, mas também era só Festa de

⁴¹ Tipo de peneira sem furos utilizada para abanar ou retirar impurezas dos cereais.

Primavera, que tinha aqui, mas de uns tempos para cá, né. Mas bem nos começo, quando nós chegamos, não tinha nada” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016) –, que marca o início do período de cultivo de algumas culturas importantes, e aos dias santos, dentre eles, por exemplo, mas não só, as festas juninas, que marcam o fechamento do ano agrícola. Há também menção aos bailes relacionados ao mutirão.

Baile, festa mesmo de bebida né, bebida, refrigerante para tomar. Era o pessoal que resolvia fazer a festa e não tinha motivo nenhum, né. Aí o povo comprava as coisas e fazia a festa. Era o dono da festa né, quem deu, o festeiro, né. O festeiro que comprava. Agora, antigamente que o pessoal mora aí e ia fazer um baile, mas assim, baile de trabalhar, né, fazer mutirão que falam. O mutirão. Faziam um baile que os cara trabalhavam de dia, quando era de tarde, de tarde não, de noite, faziam um baile, né? Pro pessoal divertir. Não precisava pagar o dia para ninguém né. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Tem da nossa igreja, na nossa igreja, mas nós tamo sem fazer porque nós tá sem aquele barracão ali, mas se Deus permitir, que Ele vai permitir mesmo, que apareça um servo de Deus que dá uma mão aí pra nós também, nós vamos continuar. Porque nós fomos no Itaguá, rapaz, até foi dançada a música de São Gonçalo lá, mas foi muito bonito, muito bonito! Chegaram lá, eles fizeram uma *comidaria*, sabe, um caldo, um caldo de mocotó pra nós comer, mais muito bom demais! Aí o povo lá dançava o São Gonçalo. Era uma dança que tinha antigamente aqui. Só que o homem só pode pegar no braço da dama quando vai, mas quando vem não vai por lá, vem por cá. Então, todo ano ela faz. Então, esse ano ela fez porque a mãe tinha morrido e deixou escrito num papel pra ela que não era pra ela deixar esse negócio, que era pra ela continuar. (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Na época que nós iniciamos aqui era loucura! Eu mesmo fiz muita festa aqui. Eu tinha futebol, tinha meu time aqui de futebol, tinha o pequeno ali da cooperativa ali, na época não era uma cooperativa, era uma associação antiga ali, tinha um timezinho ali. Tinha festa na escola, na quadra lá. Festa da Primavera e festa do São João, que era junina, festa junina. Confraternização de fim de ano. Sempre tinha, a gente se juntava ali, era muito gostoso aqui, agora na época o povo era bem mais unido do que agora, parece, né? Vinha cantor de fora, vinha tudo. Agora o povo era bem mais unido do que agora, parece. Aí quando eu chegava de lá, que dava na ocasião no aniversário de um, fim de ano, a época junina, eu fazia uma festinha aqui, convidava o pessoal aí. Que enchia aqui, cara! Deve de ter vez de ter cem pessoa aqui! Aí o fandango rolava a noite toda aí. Amanhecia e o sol tava posto, a cara de fora, e a gente tava aqui no fandango. E carne tava assando aí pro pessoal comer. Tinha uma nascente de água ali em cima que era uma geladeira, agora não, agora mudou tudo, mas na época, você colocava lá, deixava uma hora, uma hora e pouco e você pegava gelada a cerveja. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Muitos pratos que são preparados tradicionalmente no bairro resistiram através dos tempos. Todos os relatos de receitas antigas preparados principalmente com a massa da

mandioca, por exemplo, ainda são feitas pelas famílias e foram por nós experimentadas, como o biscoito de dedo, a coruja, o bolo de roda, a língua de vaca etc. O que muda, às vezes, é o equipamento utilizado para a produção dos pratos, como no caso da substituição do forno de barro pelo forno a gás, o que acarreta mudanças dignas de nota por parte dos entrevistados.

Você conhece o tapioca, o biju? Então, na hora que a gente tá processando a farinha, para pra fazer o biju, é muito bom. Eu já comi [língua de vaca], é gostoso demais! É com amendoim e é assado. E assado na fornalha mesmo, não é no *fornel* de barro não. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Vocês pega uns 4 ou 5 quilo de massa e você faz umas 10, 15 coruja aí. É tipo, você já comeu ela, não? É tipo um pão, assim, tipo um pão média, aí você pega a mistura, a massa crua da mandioca, né, antes de passar no forno, mistura ela com ovo, sal a gosto, banha de porco ou óleo vegetal ou um óleo de soja, tanto faz. Mistura ali uma quantidade, enrola ela bem certinha e deixa ela modelar tipo um pãozinho média, enrola numa folha de banana e põe pra assar. Forno de lenha, forno de lenha. E depois que ela é assada, se você quiser fritar ela pra ficar mais crocante, pode fritar ela. E tem dois sistema de fazer, você faz ela com a massa crua ou a massa curtida. Você joga num tanque desses de criar peixe e deixa três dia e a massa fica molinha. Um cheiro fica assim meio, um cheiro mais de fermentado, cheiro de fermento. (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Figura 18 - Esquema n.1 das relações de parentesco do bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP (caderno de campo).

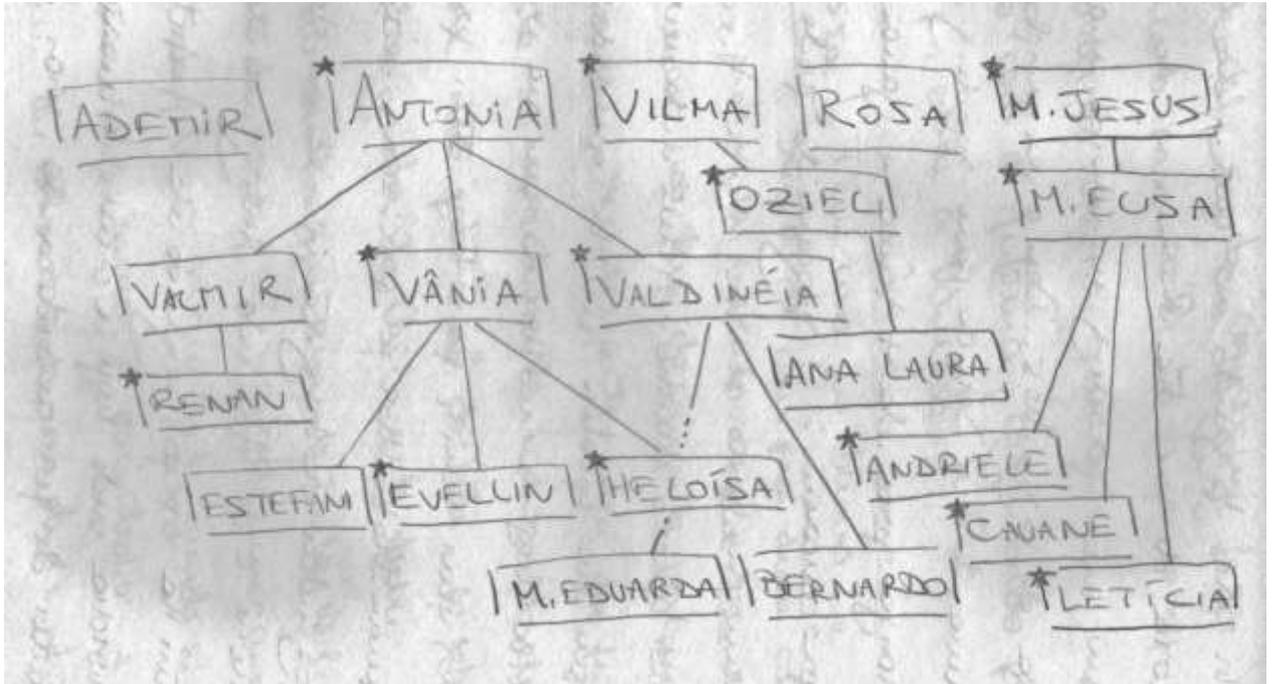
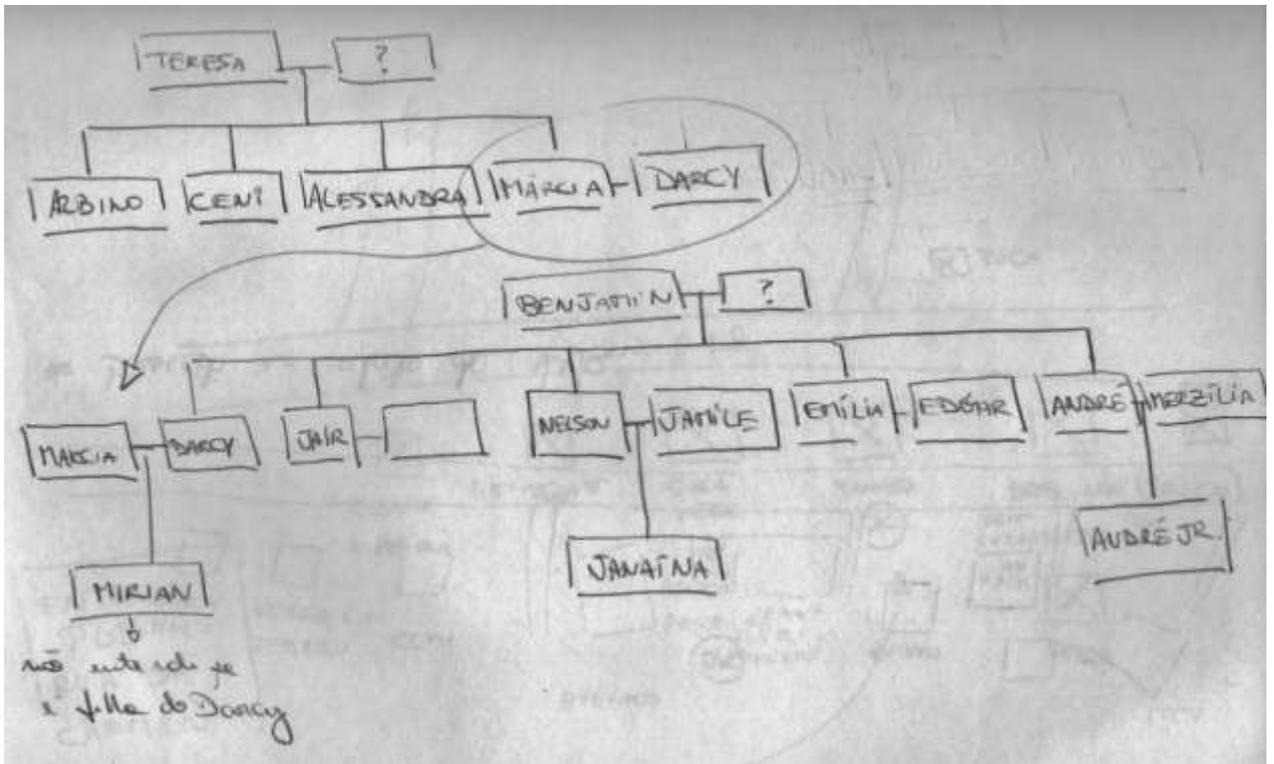


Figura 19 - Esquema n.2 das relações de parentesco do bairro do Guapiruvu, Sete Barras/SP (caderno de campo).



5.8 Autonomia: “Era sofrido e não era, porque a gente tinha saúde”

A abordagem da questão da autonomia junto aos sujeitos pesquisados carrega em si um desafio metodológico que se refere ao cuidado em não delimitar, e assim impor, um entendimento sobre autonomia, o que, no contexto da pesquisa de campo, além de se constituir em um colonialismo acadêmico, traria sérios problemas para o alcance dos objetivos propostos.

Dessa forma, buscou-se alcançar a questão da autonomia na fala dos sujeitos entrevistados através da abordagem de diversos outros temas que viriam, por fim, compor, através da análise, o que se entendeu como a noção de autonomia dos agricultores e agricultoras do bairro do Guapiruvu.

Um dos tópicos mais importantes nesse sentido é a abordagem histórica, tanto do contexto do bairro, quanto do contexto familiar e mesmo pessoal. Ao abordar o passado e o futuro, respeitando as noções de estratégia e de projetos, os sujeitos foram capazes de elaborar um discurso bastante claro com relação ao seu entendimento sobre a autonomia.

Especificamente com relação ao passado, coexistem, num mesmo discurso, avaliações positivas e negativas, em relação ao presente. Tal relativização expressa um juízo de valor em relação aos aspectos que compõem o dia-a-dia e que não podem ser sintetizados em fórmulas simplificadas. No fragmento de entrevista transcrito a seguir observa-se a quantidade e complexidade de assuntos trazidos pela entrevistada na sequência de um único raciocínio permeado por uma contundente reflexão acerca do cotidiano passado e presente.

Em parte melhorou, né, porque é claro que a gente não pode ficar vivendo do passado! Passado é museu, passado diz que é museu, nós quem que é? Essa daqui fala muito: “Mãe, isso é de uma era antiga!”, porque às vezes, eu fico nervosa. Mas era bem melhor a gente comer coisa pura, né? Tá quietinho no nosso canto, sossegadinho sem infernação. Mas agora já tá melhor, porque a gente já tem energia, é só aperta e vê, a luz acende, você quer assistir um qualquer coisa, aperta lá, tem televisão, você quer uma água gelada vai até a geladeira, né, que lá na época tinha que cozinha feijão todo dia, agora não. Pode deixar na geladeira. Congela! Aqui congela, cozinha uma vez por semana! Aí nós põe no potinho, congela, só vai descongelando, porque agora é só um casal. Então você vê, a carne, se tem a carinha fresca todo dia e de primeira na loja, só tinha que fritar. Nós matava porco, toda vida nós criamos. Pode perguntar o que tem pra comer, graças a Deus, eu vendia frango pra eles aqui. Quero que Deus me cegue se eu tiver falando mentira pra você, nós vendia frango, os comerciante queriam que eu assasse o frango, veja só! Queria que vendesse já pronto. Entregasse pronto! E aí, encomenda tinha um, dois, três no máximo, então não compensava também pra esquentar, fazer um forno à lenha e assar dois frango, três frango, e aí essas coisa tem que fazer e já vender, né, não podem ficar guardando. E então, agora, tá melhor por causa disso, do progresso, melhorou, né? Tudo

tem sua geladeira, aqui tudo tem sua geladeira, sua televisão e de primeiro ninguém tinha! Nem móveis dentro de casa. Eu morei em casinha de barro, de chão, não sei se você conhece casa de aterro, conhece? Então, era o aterro lisinho, era bem batido, bem arrumadinho, parece cimento. Era bem, bem arrumadinho, mas era aterro. Casa de tábuas, esteira de juçara! Esses pau de juçara, que era o esteio da casa. Porque ainda era sozinho e não esquentava muito a cabeça. Aí depois que nós casamos, aí eu ajudei, com ajuda dele também, tudo bem, que foi um homem trabalhador, nessa parte tenho falar tem que falar a verdade, mas lutamos pra ter. Às vezes eu cobro os filhos: “Pelo amor de Deus, não deixa a peteca cair, porque esse barracão ali tá precisando de reforma!”. Chuveiro, é só ligar o chuveiro quente lá e pronto. O fogão, é só acender o fogo e pronto, à lenha não tem, porque tá soprando, e a catinga da fumaça, o cabelo da gente ficava amarelo, de preto ficava amarelo! Era amarelo por causa da fumaça, andava fedendo a fumaça! Mas era gostoso, então era sofrido e não era, porque a gente tinha saúde. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Na avaliação que se faz do passado sempre aparece alguma consideração sobre a agricultura praticada, a relação com os compradores e sobre os hábitos alimentares. São situações que marcam a vida dos sujeitos do campo e seguem como balizas que ajudam a delimitar as escolhas que se fazem e que vão compor as estratégias adotadas.

Antigamente era melhor, né. Porque a pessoa já colhia a lavoura, punhava dentro de casa e ia gastando. Agora a pessoa não pode colher, pois não tem lugar onde gastar mais. É, é. Porque lavoura nenhuma tem valor aqui no sítio, tem valor depois que tá na mão deles, dos comprador, que compra lá, né. Mas aqui mesmo não tem valor quase nenhum. O arroz no preço que está agora está um absurdo, mas vai vender safra de arroz! Safra de arroz não tem preço. Né? Então esse daí é o negócio. Feijão tá um absurdo. E vou dizer uma coisa para você, hoje em dia não dá para mais nada, muito pouco, muito pouco, produção que dá na roça. A pessoa planta a coisa e não dá mais o que dava né. Arroz nem se fala, pois nem lugar pra arroz num tem mais. Arroz tem que ser na várzea, né. No morro não dá para plantar, morro só pra mandioca que é bom. Cana, essas coisa. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Antigamente, o que se plantava tinha valor, por estar relacionado mais diretamente à reprodução do modo de vida. Hoje, tal conexão é um pouco difusa, o que os leva a questionar justamente o valor dos produtos que são demandados pelo mercado e aos quais eles investem suas horas de trabalho todos os dias.

Assim é que quase tudo precisa ser comprado, enquanto que em outros tempos, raras eram as vezes em que se ia à cidade para adquirir algum produto essencial à vida da família.

Não vendia nada rapaz, só pro gasto, só pro gasto. O sal? O sal tinha que trabalhar por tempo algum aí pra ter dinheiro pra ganhar pra comprar o sal! Porque a gente fazia café de garrafa de cana. Fazia! Fazia café de garrafa de cana. Era tudo que a gente tinha aqui pra viver. Não comprava nada! Só comprava roupinha mesmo e só. Era muito difícil, aqui de ano em ano que ia

na cidade pra comprar o sal. Porque arroz a gente tinha com abundância, feijão com abundância, milho tinha com abundância, farinha de mandioca tinha com abundância. Porque toda vida a gente aprendeu a fazer, desde criança, então. Carne tinha. Porque a gente matava um porco, secava uma quantidade, porque num tinha geladeira na época, secava tudo e guardava naquele cestão. Com banha dentro. A gente forrava bem forradinho, colocava ali dentro e ficava sequinho igual que a panela inox. (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Enquanto que, apesar das dificuldades, podia se viver, antigamente, em meio à fartura, hoje, com todas as facilidades disponíveis, não sobra, muitas vezes, tempo e recurso, para usufruir de tais facilidades. De formas diferentes, parece sempre emergir um questionamento em meio às falas, principalmente dos mais velhos, que são as testemunhas das mudanças mais radicais trazidas pelo tempo, e que tem a ver com as vantagens efetivas da modernidade.

Mas, então, aqui antigamente era difícil. Era melhor por causa da comida, porque se chegasse uma gente, uma pessoa em casa, podia ir ficar um mês ou dois meses parado que num ia faltar nada. Agora não, agora todo mundo trabalha, trabalha, trabalha, os coitado trabalha, trabalha, trabalha, se matam de trabalhar e se parar ainda falta. Isso na cidade é essa *corriola*, né? (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Entre os mais jovens, há mais otimismo. Ainda que enfrentem diversos tipos de constrangimentos, no que se refere à sua reprodução social enquanto camponeses, enxergam mais mudanças positivas advindas da maior integração do bairro com a sociedade englobante.

Minha qualidade de vida melhorou, porque para ser bem realista eu nunca morei em uma casa de bloco. Estudei até a oitava série, fui cortar palmito e com o recurso do palmito eu construí aquela casa lá em cima, fui eu quem dei para a minha mãe aquela casa. Consegui construir essa aqui, estou melhorando ela. Acho que minha qualidade de vida melhorou bastante. Melhorou por causa da casa, bicicleta dava trabalho para comprar e hoje comprei uma moto que está documentada, arrumei meus dentes. Tenho a terra, então melhorou muito. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.8.1 E se falta alguma coisa? “Compra na cidade”

A avaliação de que os dias de hoje são melhores que os de ontem passam bastante pela possibilidade de interagir, não de forma esporádica, mas ao contrário, na medida em que haja a necessidade e a vontade, com as cidades: “[Hoje é] Mais fácil, pelo menos no jeito de viver. Da pessoa sair e comprar coisas, né. De mantimentos que a gente compra mesmo, né. Eu gosto de comprar” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP). Mas, ao contrário de antes, há a premência do emprego para a realização do modo de vida.

Agora tá tão difícil. Porque agora não tem emprego. Você vê, hoje todo mundo tem estudo, mas ninguém tem emprego! Não tem emprego, ninguém tem dinheiro. Ficou pior! Porque hoje você não pode prantar um pé de arroz, você não pode prantar um pé de feijão, porque se você derrubar, o guarda vem em cima e multa tudo. Você vê, eu tenho esse terreno aqui, mas você vê o que é prantado? Juçara! E meu filho que tem pupunha aí. Esses dias a gente vive bem, vive bem graças a Deus, glória a Deus, porque eles moram na cidade e me ajudam, né? Porque se não, ia passar o que? (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Esse sistema em que há a necessidade de se fazer uma espécie de concessão – o emprego – para que seja possível acessar um modo de vida que traz vantagens, ao mesmo tempo em que resiste a referência da tradição, que traz à memória a organização da sociedade em outros moldes, da mesma forma que os sujeitos mais idosos também fazem dentro das famílias e na vizinhança, segue como o campo em que é possível trafegar, no qual se acredita ser possível fazer escolhas.

O agricultor deve ser independente. O agricultor tem que ser criativo, aprender coisas novas. Nós aqui, pequenos produtores, às vezes boqueamos isso, porque não trocamos ideias com o vizinho. É bom, também, sabermos o que é que está acontecendo para fora, temos que ter cuidado em trazer coisas de fora, mas muitas coisas podem dar certo. Evolução, transformação, novidade. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.8.2 “Era posse; agora é posse e é dele”

A conquista da terra no bairro, com a regularização fundiária na área conhecida como posse e a criação do assentamento é, para os moradores do Guapiruvu, um dos principais símbolos de que é possível fazer escolhas que os levem a uma situação de maior autonomia. Afinal, segundo os entrevistados, a reforma agrária aconteceu devido à organização dos moradores e da pressão exercida junto aos órgãos do poder executivo federal. Assim é que “Melhorou muito a vida, né. O povo vivia muito apertado e agora tá falando grosso. Dono de carro. Compraram carro, né. Agora falam grosso, né” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Foi um avanço importante. Além de garantir a continuidade das famílias na terra em que estavam já acostumadas – “Costume né. Aqui custou muito, né? A gente se acostuma. Porque lugar bom demais você acostuma, né? Aqui acostuma demais” (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP) –, e aqui *costume* carrega um sentido mais amplo do que a mera facilidade de lidar com algo, se refere ao lugar em que existe *sentido* viver, a conquista do assentamento afastou do imaginário de muitos a proximidade da

sujeição ao assalariamento – “O melhor é que [a terra] seja nossa. Se é dos outros não podemos morar e na nossa podemos morar mais tranquilos” (Entrevista 10, 8 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP) e “Ele fez proposta para eu ficar lá tomando conta, mas não é igual ser seu, porque sendo nosso a gente pode fazer o que quer. Dos outros não temos privacidade, tem que ser algo seu, garantido. Queria que fosse meu” (Entrevista 12, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Todos que tem uma família precisa de um espaço de terra para trabalhar e viver dela, no meu caso, e no caso de várias outras pessoas, nós gostamos dessa liberdade para trabalhar que o assentamento nos proporcionou. É importante demais que cada um tenha seu espaço. No meu caso eu gosto de plantar uma planta, vê-la crescer, ter para quem vender. Eu me sinto bem em saber que não estou fazendo nada de errado, em saber que estou bem. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016)

5.8.3 “As pessoas vêm de fora e querem pagar mixaria”

No que se refere à análise da autonomia que está relacionada às atividades de comercialização, são constantes às referências ao papel do atravessador nos circuitos comerciais: “Se fosse algo mais simples para nós industrializarmos e comercializar seria mais fácil, pois nós agregaríamos valor e não dependeríamos de atravessador. As fábricas não passam de atravessador. Entrou terceiro, dividimos em três” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Os atravessadores conhecem os pequenos produtores apenas quando se está faltando banana, quando está em crise. Quando está sobrando eles vão atrás de grandes produtores, que possuem qualidade. Quando tem muito produto e encontramos com o comprador na rua da cidade ele desvia o olhar, desvia o caminho. E quando acontece de ele dar uma colheita para o pequeno produtor, o momento do pagamento é uma novela para receber. Precisamos ir na residência dele duas ou três vezes por semana, perdemos viagens. Ele combina um preço e paga outro. É terrível. Fica amarrado, seguro. Infelizmente é assim. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

O papel da cooperativa aparece, portanto, como definidor de uma estratégia de comercialização dos produtos que minimize a atuação dos atravessadores “que dizem pagar corretamente, mas se não assinam papel, depois não há como cobrarmos” (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP).

Quem tem grande produção faz contrato e há como cobrar. Nós da agricultura familiar, para tirarmos uma carga de banana precisamos juntar cinco ou seis ou mais produtores. Hoje a cooperativa está pagando treze e

cinquenta o produto da banana. Chega um atravessador oferece a banana a quinze, leva a banana e não paga. Se nós plantamos um pouco a mais e os projetos da cooperativa são poucos, na época de setembro a março, por exemplo, em que se tem em média de mil a mil e oitocentas caixas de banana agendadas, e sai projeto de quatrocentas caixas por semana a maioria acaba perdendo, porque se ele tem para tirar a cinquenta caixas, por exemplo, e marca cinquenta na cooperativa, cada um fica com vinte e as trinta se perdem na roça. Deveriam aumentar os projetos na prefeitura. Isso, não produzíamos por falta de venda, porque o preço não era suficiente e porque não havia acesso pela estrada. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Para tirar para outros de fora da cooperativa é preciso ter grande quantidade e nós temos pouco, por isso não compensa. Frete. As pessoas vêm de fora e querem pagar mixaria, fazem igual com a pupunha. A pupunha na fábrica eles fazem dois e vinte aqui eles querem pagar um e cinquenta porque computam os gastos com danos no caminhão devido à má condição da estrada. Dependendo não tem como produzir, porque não paga a despesa. O bananal tem despesa e é preciso tratar dele. Bananal dá mais mão de obra que a pupunha. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Os grandes produtores do bairro, muitos também cooperados, estabelecem outro tipo de relação com os atravessadores e mesmo com a cooperativa. A escala de sua produção possibilita que tenham um traquejo maior nas negociações com o mercado e suas estratégias de comercialização parecem, para si e para os outros, facilitada, se comparada às dificuldades enfrentadas pela maioria dos produtores, que possuem áreas bem mais modestas.

Cada um tem uma maneira de pensar diferente. No meu caso que já tenho mais área, eu tenho mais área para plantar ainda, sabe? E eu precisava de mais um cliente, entendeu? Eu preciso aumentar. O que eu tenho é para ele, mas precisava aumentar mais um pouquinho para eu dobrar o que eu tenho, para não ficar na mão só de um. É complicado ficar na mão só de um, porque se tem dois já dá para cotar o preço. Se um me fala que está vinte e cinco, mas o cliente do outro lado me paga trinta, eu falaria para ele pagar vinte se sete e cinquenta então. Ficar na mão só de um é complicado. Ele faz o preço. Graças a Deus financeiramente eu nunca tive problema com ele. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.8.4 “Pensamos mais, descansamos mais”

É interessante observar, no contexto de sujeições a que estão submetidos os camponeses, a defesa que fazem do seu modo de vida. As trajetórias de vida estão repletas de situações em que foi necessário resistir diante de investidas que ameaçavam acabar com a posse da terra, através da grilagem e da violência.

Lembro que trabalhei pra um tal que dizia que queria ser dono das terras aqui, né. Trabalhava na terra arada. Aí limpavam com ele, né? Alguém

limpou ele. Sumiram. Pois se ele ficasse por aí, se ficasse vivo por aí, ninguém podia tocar mais nada por mim. Queria ser dono aí. Mandava aí, mandava gente, mandou a gente tomar conta das terras aí e judiava das pessoas, né. Esse aí não durou nada. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Da mesma forma, são constantes as menções à necessidade de, em determinados momentos, buscar o assalariamento, na medida em que algumas demandas das famílias são mais facilmente atendidas quando, através de um ou mais membros, a renda, ainda que não necessariamente elevada, se torna um pouco mais garantida.

Para os outros trabalhei três anos só. Trabalhava aqui, trabalhava lá, trabalhava ali, e não parava e procurava lugar que dava mais, né. Que num sabe que a pessoa trabalha assim é mais barato, num é mais caro, né? E a família grandinha assim, cinco, seis pessoas. Então procurava o lugar melhor, o lugar que dava mais. Então tive que trabalhar para ele, para poder ganhar dinheiro e fazer compras, né. Pra ele. Trabalhar só para mim não dava né, tava tudo muito caro e não dava um bom salário. (Entrevista 6, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Ainda assim, a busca pelo assalariamento geralmente aparece como um momento específico e, se possível, transitório dentro das trajetórias. Não houve menções que considerassem o assalariamento como uma estratégia muito apreciada, por diversos motivos.

Ainda hoje cedo estávamos conversando sobre a dificuldade daquele que trabalha registrado nas fazendas e que precisa levantar cedo para ir trabalhar mesmo no frio e muitas vezes morando longe, até esquentar o corpo... E nós não, nós podemos fazer nosso horário. Isso ajuda. Não precisamos nos matar no serviço. Pensamos mais, descansamos mais. (Entrevista 9, 7 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Já no ano dois mil eu trabalhei seis meses. Ah não dá cara. Esse negócio de horário e de cumprir horário é complicado e é sofrido né. A chuva rapaz, trabalhar morto de frio ou senão calor *fodido*. Deus me livre!. E trabalhar pra gente não, pra gente a gente vai a hora que quer, a gente sabe o que precisa fazer, não precisa se matar. Isso que eu acho legal. Nos dias em que se faz o que se gosta, passa-se até do horário. Há dias em que não é necessário trabalhar o dia inteiro, faz-se um pouco e se volta para casa descansar. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Por trás do discurso de que há dificuldade de conseguir emprego – o que não foi possível avaliar se procede –, há também uma recusa em aceitar qualquer tipo de emprego, mesmo que este apresente a facilidade de estar disponível no próprio bairro. O relato de um grande produtor – e cooperado – do bairro explicita uma situação corriqueira.

Emprego tem, porque a gente tem serviço e não encontra ninguém. Como é que os caras falam que não tem emprego? Tem serviço, nós estamos

precisando de gente, a vizinha precisa de gente. A gente registra os caras, eles trabalham cinco, seis meses e já querem sair para receber seguro desemprego. É porque a localidade nossa aqui, tinha muita gente que mexia com extrato de palmito juçara, você sabe disso né? É aquela coisa, o cara não vai querer ralar o mês inteiro na roça para ganhar seus mil e cem reais, mil reais, sendo que ele vai no mato ali e um pote de palmito está trinta, quarenta conto. O cara traz dez potes e é quarenta, cinquenta por cento do salário mínimo. Os caras tem isso na mente. Ficam dois, três dias lá e voltam com cinquenta por cento de um salário mínimo, sessenta por cento às vezes até. Está difícil, sempre pega uns aí, mas não dá certo e dispensa. Agora eu estou trabalhando com um espaço curto de tempo. Contrato por serviço. Eu tinha três fixos, um saiu, agora só dois fixos, mas tem bastante empreiteiros trabalhando. Tem uns caras que gostam de fazer empreita, mas não pode ser registrado, porque perde o assentamento, também tem esse lado. Então esses caras que trabalham de empreita, trabalham no assentamento também, em alguma folguinha eles vem e dão uma ajuda. (Entrevista 12, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Tem dia que eu trabalho mais que o funcionário, porque a vida inteira eu trabalhei e então eu aprendi a trabalhar. As vezes eu estou no serviço e tem que olhar os outros, porque tem uma *molecadinha* nova trabalhando aí. Por isso tem dia que eu trabalho mais do que eles e tem dia que eu não trabalho, porque eu saio para cidade para ver as coisas, o que falta eu tenho que ir atrás. Tem semana que quase não trabalho, tem dia que o pessoal está no bananal e eu estou fazendo outra coisa, soldando uma carreta, faço de tudo. Que nem hoje mesmo, tava mexendo nesses negócios que está arrumado aqui e o pessoal está trabalhando. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Quando há emprego, muitos não o aceitam sob as condições ofertadas e os que aceitam não permanecem por muito tempo. Na recusa à sujeição, desenvolvem a defesa de seu modo de vida e criam situações de trabalho que em outros espaços poderiam ser considerados como depreciativos, como é o caso dos *bicos*, mas que não necessariamente o são para esses sujeitos.

É a vida mais difícil que tem, mas você é obrigado. Agricultor não tem garantia de nada, não é igual o cargo de empregado que tem garantia, seguro disso, seguro daquilo, seguro desemprego. Não temos nada garantido. Eu não ligo, porque não tenho opções, tem que ter estudo. Não posso ser empregado, por que eu não tenho estudo a princípio. (Entrevista 22, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Faço um bico. Acho bom quando uma pessoa me pede um serviço, dar uma voltinha. (Entrevista 22, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.8.5 “Para ser agricultor é preciso ter dom, ter o passado”

À valorização do modo de vida está relacionada a autoestima que remete à forma como enxergam seu papel na sociedade.

Para ser agricultor é preciso ter dom, ter o passado e estar ciente do que virá pela frente. Se torna fácil quando a pessoa tem consciência do que vai fazer, do que está fazendo e do que já fez. Temos que ter um paradigma, estando ciente do que vai fazer e do que se quer fazer. Se a pessoa escolher esse ramo de vida para ganhar dinheiro, ter ambição, entrará em um barco furado. O agricultor para ser feliz precisa estar contente com o que ele está fazendo e com o que ele é. Acreditar que ficará rico ao entrar em uma terra, acho que haverá decepção. Eu adoro, gosto muito. Acho que ser agricultor é ser uma espécie de arquiteto, porque se está sempre inventando coisas, descobrindo. O agricultor está em contato com o dia a dia e cada dia é diferente. Hoje eu capino, amanhã eu pulverizo, ou faço uma vala para drenar o sítio, ou vou até a floresta ver os passarinhos, ou vou até o rio que passa no fundo da minha casa. Por isso, a melhor coisa que existe, para mim, é a roça, ser agricultor e ser agricultor familiar, por não ter aquela ambição e aquela preocupação de ir para os afazeres da cidade preocupado com o trabalho de funcionários. Sendo agricultor familiar eu não preciso ficar mandando ou esperando, pois eu mesmo faço acontecer. Meu paradigma aqui é que eu consiga sustentar a mim e sustentar minha família, ter um carro bom e novo para usar na estrada. E isso já está acontecendo, pois desde dois mil e nove eu comprei uma camionete nova, vendi ela, porque para uso da família ela não estava servindo, pois só cabe uma pessoa, e, então, comprei um carro popular novo, um Fiat Uno. Pretendo trocar de carro daqui um ano e meio e comprar um Palio Way, porque ele é alto assim como o Uno. Para aguentar essa estrada que temos aqui o melhor é camionete. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Os sujeitos pesquisados enxergam que, apesar da importância do seu trabalho, existe uma série de constrangimentos ou processos que não favorecem sua valorização. Tal compreensão expressa uma postura política mas, sobretudo, revela o projeto de um futuro em que agricultores e agricultoras familiares tenham um lugar de maior destaque na sociedade, principalmente por serem incumbidos da produção de alimentos.

Falta divulgação. Eles valorizariam mais, viriam que essa valorização é necessária por verem que o produto é fruto de suor e não há nada de mecanização, veriam que o produto vem do braço e da coragem. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Eu acho que valorizado como devia ser não [somos], porque o cara que produz devia ter mais regalia. É mais *desprezadão*, mas é assim mesmo. Desde de quem produz até o consumidor, o que toma mais prejuízo é o produtor. O maior sempre tem mais vantagem. É que nem você ir registrar funcionário, se você registra um é um valor e se você registrar dez é a mesma coisa, vai pagar a mesma coisa. O que o pessoal cobra de escritório é isso. Quem tem mais ajuda mais, mas tem mais vantagem também. (Entrevista 14, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Hoje isso está mudando e o agricultor, o produtor rural pequeno está voltando a ser visto com outros olhos pela sociedade, mas ainda há muito a ser melhorado. O agricultor, principalmente o pequeno agricultor, é desvalorizado, em alguns casos, por ter mão calejada, por não ter sabedoria

para falar e falar palavras erradas. Nesses casos, pessoas da cidade que possuem um certo estudo tratam o pequeno agricultor com preconceito, denominando-o de roceiro, quadrado, e nós percebemos. Mas o roceiro não é burro não, é matuto, tem uma visão diferente. A pessoa da cidade que cai aqui fica perdida. O caboclo, o roceiro tem uma perspectiva diferente, o horizonte dele é outro. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.9 Sujeição: “Nunca será o verdadeiro suor de quem trabalha”

Ainda que exista uma boa relação entre patrões e empregados, o que de fato parece ocorrer no bairro e aparece nos relatos, há a noção bastante concreta de que uma situação em que o assalariamento não seja imprescindível é efetivamente mais vantajosa, principalmente no que se refere à valorização justa do trabalho que é executado e à tomada de decisões.

É do patrão [a casa]. Porque eu trabalhava, mas agora como o serviço tá fraco, né, da banana, então ele me deixou morar na casa. É tipo dum lugar pra eu ficar, né? Não pago. No começo quando eu trabalhava pra eles, eu pagava luz, né, mas como ficou fraco, né, por causa do frio, que a banana não vai pra frente, num madura, num engorda, né, então, eles optaram que eu ficasse na casa. Tranquilo, nunca tive confusão nenhuma. Ah, eu preferia não ter, preferia trabalhar pra mim mesmo, né. Principalmente com padaria ou com uma horta ou plantio de pupunha, um plantio de uma mandioca. Ah, porque você sabe o trabalho que você faz, né. Você sabe o valor que tem o teu trabalho, na verdade, né, o patrão nunca ele sabe, a não ser que ele *ponhar* a mão na massa, mas nunca será o verdadeiro suor de quem trabalha, o risco que você tá correndo. Então é assim, e quanto mais ele tem, menos valor ele te dá. Isso eu sei porque avalei por mim própria. Tirei porque trabalhei com pessoas que tem, paga menos e não dá valor. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

A terra aparece como o principal instrumento que possibilita desgarrar-se da lógica do emprego e do salário. A partir dela, cria-se a possibilidade da produção própria, da casa própria, das próprias regras – “Os que não tem terra trabalha para os outros, para os fazendeiros” (Entrevista 11, 20 de julho e 2016).

5.9.1 “Você está sofrendo, você está agradecendo”

A relação com os empregadores das grandes fazendas que vivem próximos ao bairro acaba por revelar também a tensão que existe no que se refere ao acesso à terra e à ameaça que existe à reprodução social dos camponeses.

Eles mesmo [os assalariados] não gostam e eles põem veneno cima! Olha, a gente fica numa situação que você num sabe nem o que diz. Porque pra eles, eles tão colocado, né? E se eles começarem a falar qualquer coisa, o patrão manda embora! Quanta gente pedindo serviço? Tem bastante gente pedindo

serviço. Então, é aquele negócio, você está sofrendo, você está agradecendo. Tá sofrendo, tá *camelando* e ele não dá nem um pedacinho de terra pra plantar um pé de mandioca? Ele não autoriza, não! Então você vê, ele podia dar um pedaço. Que ele tem tanta terra. Mas não. Olha, o quê que a gente vai fazer? Então é a hora que eu falo pra você, eu tenho saudade dos 72 até os 86, por aí, tenho saudade, falo sinceramente. Por mais que fosse sofrido, nós não tinha carro na época, nós tinha que depender de carona. Eu tenho saudade porque a gente tinha coisa pura! Hoje não temo coisa pura mais, até o que a gente planta tem veneno! (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

O mesmo se aplica com relação aos atravessadores e ao mercado convencional. Ainda que imponham uma forma de tratamento das mercadorias que vai de encontro à crença de muitos produtores e produtoras, são, muitas vezes, a única e, em determinado contexto, a melhor opção de comercialização dos produtos.

Você entrar com pouca mercadoria em mercado, você não consegue, sozinho. Você tem que cair na mão do atravessador. Atravessador é que nem eu falei pra você, hoje, se virem com um caminhão batendo pra pegar 100 caixa de banana, vão pagar 3 reais na caixa da banana. Não compensa, pra produzir banana pra mercado. Pra merenda não, pra merenda é diferente, pra merenda você consegue, a cooperativa leva. Agora pra mercado... (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Se você tem um trato dum mercado lá pra entregar 500 caixas de banana, todas as quarta-feira, eles não quer saber se deu uma enchente que apanhou tudo o Vale do Ribeira aqui o fundo, você quebrou o caminhão, ou se não tem banana, caiu pedra, não quer nem saber, você tem que tá lá. É 6 horas da manhã, o caminhão tem que tá aqui desamarrando a carga. Mas você tem que tá lá. Difícil. Você faz um trato, você entra lá, você vai com o contrato já, depois pra sair, você tem que pagar multa. Que nem no caso, eu levei, pra mim sair do mercado que eu tinha, entreguei 3 carga de banana, e uma eles ficaram, já pra cobrar a multa. Uma carga eu não recebi, recebi só duas. Se a mercadoria é sua tudo bem, se a mercadoria é de outro? Tem que arrancar do bolso pra pagar? (Entrevista 8, 15 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.10 Futuro: “O que eu quero não é impossível”

Todos os entrevistados e entrevistadas fazem planos para o futuro. Como já discutido anteriormente, os *projetos* dizem respeito àquilo que se espera do futuro, dentro de um horizonte avaliado como *possível* que é construído a partir da experiência do sujeito. Nesse sentido, os projetos se relacionam com a noção de *estratégia*. Alguns relatos externam ações concretas e metas para um período próximo, outros desejos que gostariam de poder garantir mas que acreditam que não estarão presentes para ver acontecer. De um modo como de outro, chama a atenção a diversidade de situações *possíveis*, como se não houvesse grandes constrangimentos à realização de qualquer projeto – “Não estou distante. Preciso arregaçar as

mangas e Deus me dando saúde o que eu quero não é impossível” (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Queria ter alguma coisa. Que na verdade mesmo aqui não tem é lugar de vender pão, né, e tinha um forminho ali, mas só que tá quebrado. Então ficou tudo parado. Porque eu faria ou uma padaria, começando com a padaria tava bom demais, que eu gosto de fazer pizza! Poder fazer pãozinho caseiro, o pãozinho ia aumentando. Um pouquinho de dinheiro, aumentando, aumentando. E com dinheiro, eu queria montar uma ONG. Pra ajudar mulheres vítima de violência, para elas terem um lugar, para não continuar com os maridos. Que eu passei por isso. Então não tem, aqui mesmo em Registro não tem, Sete Barra não tem. Então as mulheres apanham e tem que voltar pra casa, aí acorda morta outro dia, nem precisa outro dia, mas não tem a pessoa pra ajudar, ter confiança de falar que elas consegue sair. Que eu fiquei, eu fui casada dezesseis anos, dez anos foi tudo bem, né. Dez ano não, seis ano foi tudo bem. Deu dez anos, foi só tortura, então eu não acreditava que podia ter força e sair daquela situação e cuidar da minha filha. Eu achava, “Eu nunca vou conseguir, eu sempre vou aceitar”. Porque o próprio homem, que é o violento, ele consegue dominar você. Então a mulher precisa de um psicólogo, sair de uma situação dessa. Denunciar, precisa de um psicólogo, precisa duma forma dela conseguir viver, se sustentar sozinha, sem precisar daquele parceiro, né. (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

A maior parte dos projetos se relaciona ao levantamento ou manutenção de uma casa no bairro e à mudanças na lavoura, no sentido de se adequarem ao desenho imaginado por seus proprietários e que nem sempre é possível de ser realizado num espaço curto de tempo ou porque sofreram alterações.

Eu tenho plano de ter uma casa mais ou menos para morar, comer, beber e pagar minhas contas. Já estou no caminho. Mas tem essas coisas que perturbam. Mas surge outro problema que eu tento resolver numa boa. Meu sonho é esse, ter uma casinha para as crianças brincarem, televisão para as crianças assistirem. (Entrevista 11, 20 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Se eu começar bem e se eu tiver um produto orgânico, com certificado, eu estou tranquilo. Sei que haverá mais uns dois ou três para parceria nesse processo de orgânico. Minha meta é focar no orgânico ou no convencional com qualidade para vender banana para os atravessadores, mas isso é plano B. O primeiro plano é ter orgânico porque eu sei que tem mercado. Quem coloca os ovos em uma cesta só acaba, né? Então vai que, né? Nós temos que ter dois planos. Acho que futuramente o que será melhor é o orgânico. Se acontecer algo capaz de travar a cooperativa e eu tiver banana e pupunha orgânicos eu estalo os dedos e tenho comprador. Essa é uma novidade que o mercado está exigindo. Começar, focar, organizar e fazer curso, o que já estou fazendo, para saber o que fazer e não entrar no escuro e se perder. Até porque tenho dois alqueires arrendados, outra parte está no sistema agroflorestal e uma outra parte com banana nanica convencional, onde eu não conseguirei orgânico, porque meu vizinho, que arrendou a parte do meu

irmão, trabalha com convencional e pulverização aérea. (Entrevista 15, 22 de Julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Os projetos, ainda que mais imediatamente pessoais e familiares, se relacionam, em alguma medida, como visto acima, com uma esfera mais ampla de relações sociais, como a vizinhança. Nesse sentido, os projetos se mostram *inclusivos* e conectados com o modo de vida tradicional, ainda que, em sua expressão, soem diversos e apontem para direções várias.

Estou esperando terminar o contrato em oito de outubro de dois mil e dezoito e pretendo tocar essa bananal aqui e fazer algumas mudanças. Tudo é banana e isso não é interessante. Para mim, o interessante é o pequeno agricultor ter de tudo um pouquinho. Por isso irei desmanchar uma parte do talhão daqui ou do de lá e pretendo: plantar uns cinco mil pés de pupunha; criar porcos, fazendo um mangueirão com cerca eletrificada e tendo em média umas quatro matrizes de leitoa e, também, ter cachaço; criar galinha para ter carne de galinha caipira e ovos, pois eu parei de criar porque fui para a casa da minha mãe e desde quando voltei ainda não fiz o galinheiro; fazer uma estufa para ter hortaliças; fazer um tanque para criar pato. Eu pensava em criar peixe, mas desisti, a não ser que seja em algum sistema diferente que não haja necessidade de comprar ração. Assim como o frango de granja demanda ração, isso não é legal, porque na ração tem hormônio, por isso o pato no tanque já dá para criar, mas eu preciso fazer um tanque e conseguirei fazer porque já tenho água canalizada que vem da serra. Pretendo também: criar abelha nas proximidades da mata; tirar, igual já tirei, uma parte do sítio para plantar mandioca, arroz, inhame, milho para a criação. De cem por cento de banana eu vou deixar uns quarenta por cento, o resto dividirei entre criação, lavoura branca, pupunha e orgânico. Na parte em que eu tenho a agroflorestal que, na verdade, é *agrorelaxo*, farei um barracão. Desmancharei esse barracão que o arrendatário fez de qualquer jeito porque precisava fazer rápido e por isso já está caindo, já comprei e paguei os materiais que estão na casa de construção em Sete Barras, só falta trazer e chamar o pedreiro para fazer o barracão. Pretendo, futuramente, comprar um trator. Nós tínhamos um trator, mas meu pai vendeu para pagar uma dívida que meu irmão contraiu. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.10.1 “Eu não quero que estranho entre aqui”

No que se refere à terra, ela representou o ponto de partida para muitos dos projetos relatados pelos entrevistados e entrevistadas, principalmente a partir da criação do assentamento no bairro. Mesmo antes disso, o acesso à terra representou um marco na vida das famílias, de modo que a esse momento se remetem a todo instante. Por isso, então, criam mecanismos de manutenção e ampliação de suas terras, o que demanda negociações dentro das famílias mesmo.

Eu não quero fazer inventário, eles tão me apertando mas não quero fazer inventário. Se você faz inventário, que eles vão pegar a escritura deles, se

eles quiser vender eles vende e você não pode falar nada e aí os seu furo onde que foi? Porque a gente morre, acabou-se! Desse mundo, acabou! Pra que querer ficar tomando conta? Porque eu não quero que estranho entre aqui. De qualquer maneira vai entrar estranho... Vai casar, um dia ela vai casar. Será que ela vai casar com moço daqui? Que tenha interesse pela terra? Porque de fora não quer. Agora eu não sei, porque aqui foi tão sofrido, eu não me apego com as coisa, juro pra você que eu não me apego, mas usar qualquer um pode usar, não me apego em dinheiro, não me apego aos bens materiais nenhum, mas eu queria que eles zelasse porque foi muito sofrido pra adquirir isso aqui, só eu e Deus sei. Tem muita história, boa e ruim também. (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

Num vendeu por causa da família, né? Porque depois vai dá enguiço, né. Porque depois é perigoso enguiçar, né? Porque você num sabe quem que você vai tá do seu lado. Aí quando vem a família que tá lá na cidade, aí quer vir passear lá, aí de repente tá uma pessoa lá, um é de uma igreja outro é doutro, aí não vai querer que ligue um aparelho de som, num quer faça uma fogueira, num quer que faça nada. É só pra dar enguiço, né? Por isso, que a gente num quis. Num sabe quem a gente vai pôr do lado. Porque a gente num sabe o coração de ninguém, então. A família aqui, graças ao bom Pai, que a minha família, tudo se dão. Você põe uma pessoa, às vezes, pra dar dor de cabeça, chega uma pessoa que bebe, que quer bagunçar, que vai fazer uma confusão, o que nunca aconteceu aqui. (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

A terra, ainda, se apresenta como ponto de partida para os projetos em elaboração, ou seja, representa a primeira conquista que possibilitará todas as outras.

A minha vontade mesmo era arrumar um terreno lá pelo Incra, né, mas aí agora o terreno é tudo lá longe. O problema pra mim ir, eu tinha que ir pra ir trabalhar só, e tenho que ficar pra cá, porque as meninas, que são acostumadas comigo a usar o celular, essas coisa, carregar direto... Mesmo assim eu ia, se eu conseguisse eu ia, nem que eu arrumasse um bicicleta eu ia porque a minha vontade é plantar mandioca, né, se eu não conseguisse fazer esse negócio aí da padaria. É que minha família quer destinar 25 mil, sabe, pra mim. Então já pensei num terreno, num jeito de montar uma coisinha devagarzinho, eu sei que não vai ser fácil. Muita gente aí, como eu sei da história, começou plantando banana, depois começava a pupunha, hoje em dia já tem sua casa pra cá. Se eu tirar o meu sustento já do que eu plantasse, podia guardar um dinheiro, podia ter um crédito, né. E podia montar alguma coisa. São várias hipótese, como também tem a do pedaço de terra próprio meu, né? E ir plantando, podendo ter crédito pra mim poder cuidar da plantação, né? (Entrevista 1, 6 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

5.10.2 “O tempo nosso era diferente, agora mudou”

Os membros mais velhos das famílias apresentam preocupações sobre o futuro de suas propriedades e, obviamente, quais caminhos serão escolhidos pelos membros mais jovens, ainda que entendam, em alguns casos, que os tempos são outros: “O tempo nosso era

diferente, agora mudou, a gente tem que ver e não pode ficar só no passado” (Entrevista 4, 13 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP). Em outros, fala mais alto a voz da tradição: “Eles aqui nasceram e vão ficar até num sei quando, rapaz. Herança, né? Herança num tem jeito, tem que ficar” (Entrevista 7, 21 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP). Reforça essa preocupação a lembrança das dificuldades enfrentadas no passado e a importância que o acesso à terra representou em suas vidas.

Todos os mecanismos, discursivos e palpáveis, criados para a manutenção da terra e para que a família possa e queira continuar ocupando esse chão, estão relacionados, afinal, com a defesa de um modo de vida que, a todo momento, resiste e enfrenta as forças de uma sociedade englobante que dele se beneficia e, apesar disso, não se cansa de cercar.

Para ser agricultor é preciso ter dom, ter o passado e estar ciente do que virá pela frente. Se torna fácil quando a pessoa tem consciência do que vai fazer, do que está fazendo e do que já fez. Temos que ter um paradigma, estando ciente do que vai fazer e do que se quer fazer. Se a pessoa escolher esse ramo de vida para ganhar dinheiro, ter ambição, entrará em um barco furado. O agricultor para ser feliz precisa estar contente com o que ele está fazendo e com o que ele é. Acreditar que ficará rico ao entrar em uma terra, acho que haverá decepção. (Entrevista 15, 22 de julho de 2016, Bairro Guapiruvu, Sete Barras/SP)

* * *

No que se refere à importância da terra para a discussão sobre a autonomia dos agricultores e agricultoras do Guapiruvu, é importante dizer que ainda que haja uma diferenciação entre os moradores do bairro – sendo possível identificar, por exemplo, os que têm mais e os que têm menos recursos, os que trabalham apenas para si e aqueles que vendem sua força de trabalho etc – o tempo de ocupação da terra é fator que agrupa as pessoas num conjunto social que apresenta bastante relevância, tanto é que os moradores mais recentes sentem que não fazem parte do bairro tanto quanto os outros, mesmo que apresentem condições socioeconômicas semelhantes.

Por trás do afeto pela terra, para utilizar expressão colhida por Brandão (1999) junto aos camponeses do município Jarinu, existe a valorização da convivência com a terra, que determina a qualidade da avaliação do potencial que a terra apresenta em termos de produção; “A terra real sobre a qual se trabalha; a terra em que se planta” (BRANDÃO, 1999:63). Ter a propriedade da terra dá ao camponês a oportunidade de estreitar um conjunto de conhecimentos que são valorizados socialmente e que tem relação com a natureza. Ter a

propriedade da terra dota também o camponês da possibilidade de ter maior domínio sobre o próprio tempo; dessa forma, se mora na terra de outrem por *necessidade*.

Entende-se, a partir disso, a importância da criação do assentamento no bairro do Guapiruvu, pois possibilitou o acesso à terra à muitos que dela antes não dispunham. Tal aumento de patrimônio tem mais relevância quando consideramos que se deu sem a necessidade de diminuição do capital que já possuíam anteriormente, como aconteceria caso necessitassem *comprar* a um pedaço de terra, dispondo, para isso, dos ganhos obtidos em suas produções ou com a venda de sua força de trabalho.

O controle da terra, segundo Garcia Júnior (1989), é elemento que vai determinar, mais do que a campesinidade – lembrando aqui de conceito trabalhado por Woortmann (1987) –, a situação objetiva enfrentada pelos camponeses no sentido da satisfação de suas necessidades imediatas. Assim, para os que apresentam uma situação mais desfavorável, para o que compete, mas não determina, a falta de uma terra própria, há a maior predisposição para a venda da força de trabalho. Outros elementos que vão contribuir para tal predisposição têm a ver com a disponibilidade de terras, o balanço entre o número de trabalhadores e de consumidores na família (CHAYANOV, 1966), o grau de integração com o mercado e o volume e preço dos produtos cultivados e também as vantagens representadas pelo assalariamento.

Um constrangimento bastante concreto é ter a propriedade da terra mas não as condições objetivas para dela usufruir com qualidade, pois isso poderia determinar não apenas a necessidade da venda temporária da força de trabalho temporária, no sentido de aumento da renda, por exemplo, o que já acarretaria uma concessão importante em termos da gestão do tempo de trabalho, mas uma necessidade de dispor de muito tempo de trabalho para os outros, diminuindo as chances de exploração da terra própria, com todas consequências advindas disso.

Entendemos dessa forma a importância da terra na determinação da autonomia dos sujeitos: como espaço de promoção da gestão do próprio tempo de trabalho e como espaço de reconexão dos camponeses com a substância responsável pela sua idiossincrasia, que é a natureza.

Há um prazer fecundante que torna parceiros de uma relação amorosa o lavrador e a terra. Eu reconheço que neste enlace de afeto está o desejo de tornar “culturalmente” culto o inculto, civilizado o selvagem, socializado e útil aquilo que, dado pela natureza ao homem, somente parece completar o ciclo de seu valor quando transformado de floresta em campo, de campo em terra de lavoura, de terra de lavoura em lavoura plantada e colhida. (...) Há

um rústico desejo narcisista de entrever-se e dar-se ao outro como uma indiscutível manifestação de poder de fertilidade. De saber e fazer com que a vida se regenere do que é em si mesma viva, mas apenas possível de recriação através da persistente dobra da natureza não só ao trabalho, mas ao arbítrio da vontade do homem (BRANDÃO, 1999:64-81)

Nesse sentido, é uma limitação não possuir terra própria e, em alguma medida, possuí-la sem ter as condições objetivas para dela usufruir; por usufruir entende-se mais do que a produção agropecuária: a possibilidade de estabelecer com a terra (natureza) as condições para a produção dos meios de vida, no sentido coevolutivo trabalhado por Van de Ploeg (2008).

O *negócio* ou o *emprego* quebram no homem do campo, sujeito do trabalho e ator de um modo de vida ancestralmente exemplar, uma identidade de nobreza épica, mesmo quando realizada na pessoa de “um pobre”, mas devolvem, como uma evidente compensação, algo que o aproxima a ser como “a gente da cidade”. (BRANDÃO, 1999:35)

Dessa forma, é preciso haver a criação de condições objetivas para a manutenção do modo de vida do homem do campo. Como alertava Woortmann (1987), não há uma definição *a priori* de que o camponês não vá proletarizar-se apenas por ser camponês. Entendendo como uma das principais condições objetivas para a manutenção do modo de vida do camponês a criação ou o alargamento do espaço de elaboração de estratégias, ou seja, a sua autonomia, e que esta passa necessariamente pelo tempo disponível para tal, entendemos a relação que existe entre autonomia e trabalho.

É necessário também alargar o sentido de *trabalho* para compreender que aquilo que é fundamental ao camponês não é aquilo que se encontra numa típica relação capitalista de produção. A propriedade dos meios de produção, ou seja, a terra e os instrumentos de trabalho, possibilita ao camponês realizar o trabalho naquilo que ele tem de mais importante, que é a transformação da natureza. Não agir para essa transformação é aproximar-se do selvagem. Não dispor da capacidade de decisão sobre a transformação, é aproximar-se do sujeito que vive na cidade. O que permite aos moradores do Guapiruvu garantirem sua reprodução social é, portanto, ao lado da terra de cultivo e da água disponível, a possibilidade do trabalho cotidiano.

Nesse sentido, a existência da forma *salário* no bairro não quer dizer, necessariamente, um aumento do trabalho assalariado (GARCIA, 1989), que poderia ter um impacto negativo na autonomia dos sujeitos. Mais importante para entender a autonomia do que a presença ou não de salários na comunidade é justamente a possibilidade, mesmo entre os que recebem os

salários, de disporem do seu tempo. Campesinato, aqui, não pressupõe a ausência da forma *salário*, quando este serve justamente para evitar uma situação de sujeição maior, que pode incluir o assalariamento integral e a migração. Por sujeição entendemos não a disposição parcial do tempo em troca de remuneração, mas a disponibilidade permanente a outrem, que muito tem a ver com a questão da terra. Nos relatos dos moradores do Guapiruvu, é comum a menção ao passado de trabalho assalariado nas fazendas da região como o tempo em que se era cativo.

E o *trabalho alugado* existe, ao menos como virtualidade para todas as categorias, como forma de obter renda monetária que dê acesso à subsistência familiar, quando se está diante de uma situação particularmente difícil.(...) Há aqui uma diferença importante entre *trabalhar alugado*, que designa virtualidade de sua ocorrência, e *viver do alugado*, quando a venda da força de trabalho é que propicia a feira semanal necessária ao consumo da unidade doméstica. (GARCIA, p.54)

É interessante retomar aqui o relato dos grandes produtores de banana do bairro do Guapiruvu quando afirmam encontrar dificuldade de contratar empregados para sua produção e identificando que tal dificuldade se deve à não aceitação, por parte dos potenciais empregados, das condições de trabalho. Ora, parece lógico, a partir do entendimento de autonomia aqui defendido, que o camponês, ainda que necessite do trabalho e da remuneração a ele dependente, não aceitará qualquer tipo de trabalho e mais: pode optar por trocar o tempo de trabalho para outra pessoa por tempo de buscar alternativas ao assalariamento. Parece existir uma escala de prioridades que não leva a supervalorizar a possibilidade de acesso imediato aos recursos financeiros disponíveis.

Como explica Garcia (1989:165), “o resultado de *trabalho* se materializa na *agricultura*, resultado visível para todo o grupo social, que pode acompanhar todos os seus momentos e percalços. Qualquer um saber quem é *trabalhador*. É só olhar para seu *sítio e roçado*”. E isso é mais valorizado do que o resultado obtido através do que o autor chama de *negócio*, que em última instância é visível apenas para aquele que faz parte do *negócio*.

Assim, compreendemos que o trabalho se relaciona à questão da autonomia na medida em que é através dele que se realiza a transformação da natureza, que, por sua vez, cria o meio de vida de que o camponês necessita para sua reprodução; além disso, é pelo trabalho que se tem acesso aos bens materiais e imateriais que permitem transitar com mais autonomia pelo sistema capitalista; por fim, o trabalho pode garantir a remuneração necessária para mais e melhor acesso à terra.

A integração do campesinato com o mercado possibilita a contratação de mão-de-obra assalariada que, por sua vez, possibilita a dispensa dos braços da família de uma parte do trabalho da unidade doméstica. Tal oportunidade tem importância quando analisamos a limitação representada pelo estoque de terras disponíveis que poderiam ser ocupadas pelas gerações vindouras tanto na mesma propriedade – após partilha – quanto na mesma comunidade –, entendendo que há o compromisso tácito de se manter por perto. Ou seja, na medida em que não há terra disponível para todos e, através dela, é que se faz possível, pelo menos mais objetivamente, promover a autonomia, é necessário liberar os membros da família para criarem suas próprias trajetórias autônomas quando ainda possuem a alternativa de contarem com a casa dos pais.

Os mais velhos agem no sentido de, primeiramente, garantir a propriedade da terra, pois é onde se dá a autonomia das decisões – “Mesmo deste ponto de vista, o terreno de cultivo não é tão essencial quanto o *chão de casa*, pois o terreno em que reside é que garante uma certa autonomia à esfera doméstica, mais do que aquele em que materializa o uso de sua força de trabalho” (GARCIA, 1989:52). Moura (1988), ao discutir a polêmica sobre o “legalismo camponês”, que se expressaria, segundo alguns, na tenacidade com que os camponeses buscam garantir a propriedade legal da terra, esclarece que isso não se relaciona com uma mentalidade capitalista, no sentido de uma busca de uma acumulação de bens que se daria a partir do acesso e da garantia à terra. Antes, a autora defende o ponto-de-vista, já aqui abordado, do valor da autonomia para o campesinato e da terra como meio de alcançar essa autonomia; sem esquecer, o que seria um disparate, de que os camponeses se encontram no sistema capitalista de produção e com ele estabelecem relações de integração e de resistência o tempo todo. Ao participar desse jogo, buscam não a posição de detentores do lucro agrícola mas de detentores da renda da terra (GARCIA, 1989:213) e por isso não se percebem como tendo menos autonomia.

No caso do bairro rural do Guapiruvu, a integração com o mercado se dá especialmente através da Cooperagua, pela qual é comercializada grande parte da produção de banana dos agricultores e agricultoras. É de se questionar por qual motivo prioriza-se a produção de banana em sistema de monocultivo, sem que haja, praticamente, destinação de área suficiente nas propriedades ao cultivo de gêneros alimentícios para abastecimento das famílias. Possivelmente, a opção pela destinação de grande parte da área de produção do bairro para culturas comerciais – incluindo a produção de palmito pupunha – se dá justamente por uma avaliação consciente das opções disponíveis, em que se considera vantajosa uma maior integração com o mercado e o acesso aos alimentos através da compra. Assim, ainda

que os preços praticados pelo mercado institucional – através do PAA e do Pnae – e a regularidade dos pagamentos não sejam *ideais*, ainda são considerados satisfatórios frente às outras possibilidades disponíveis e às lembranças de situações concretas do passado.

Há que se complementar que os cultivos comerciais do Guapiruvu – a banana, a pupunha e o gengibre – não possuem o princípio da *alternatividade* (GARCIA, 1989), ou seja, foram plantados para servirem como culturas comerciais e, em caso de oscilação do mercado, por exemplo, não satisfazem o abastecimento das famílias; ao contrário da mandioca que serve para o comércio e também como item de composição básica da dieta. Assim, a produtividade-valor do trabalho na lavoura comercial é superior à da lavoura para o consumo doméstico no contexto considerado. Concorre para isso, por exemplo, o histórico de ocupação das terras na região, as possibilidades de cultivos, tendo em vista a proximidade de áreas de proteção ambiental, os desafios à logística, o acesso aos mercados, a configuração do serviço de assistência técnica, o desenho dos programas de compras públicas etc. No tocante a esse último aspecto, vale lembrar que faz parte dos planos da Cooperagua a diversificação de produtos a serem destinados ao PAA e ao Pnae, a partir do que concluímos que não existe um constrangimento, por parte dos programas, no sentido da especialização. Por outro lado, porém, é notório que os programas, por seu próprio desenho e pela forma como foram operacionalizados, causaram um certo tipo de dependência, pois não foram capazes de estimular a integração com o mercado convencional, que já houvera, em moldes mais qualificados. Tendo em vista que não existe garantia de continuidade dos programas, é de se imaginar qual será o caminho adotado pelos produtores no que tange à produção comercial e, a partir disso, qual a configuração social e econômica que o bairro adquirirá.

Se por um lado a integração com o mercado e as estradas aproximam o campo da cidade e trazem o *progresso*, o que obviamente representa o acesso às vantagens dos dois mundos, como considerado por Wanderley (2004), por outro expõe o bairro à chegada de pessoas desconhecidas, cria a desconfiança, diminui a sensação de segurança. Passa então pela noção de autonomia dos moradores do bairro do Guapiruvu a possibilidade de acesso aos mercados e à cidade, que representam a multiplicação das possibilidades de melhoria da qualidade de vida, mas de forma desigual, ou seja, não se deseja que a cidade possua a mesma facilidade de acesso ao bairro rural. Alguns relatos mencionam que o acesso de pessoas de fora poderia possibilitar a geração de renda no bairro, mas ainda são manifestações minoritárias.

Sendo o *progresso* o sinal da presença de um estilo forâneo de urbano de vida, ele não transforma de uma maneira favorável a vida nos sítios, e ameaça trazer “de fora” agentes de mudança cuja presença poderosa poderia alterar um estilo de vida cuja experiência ancestral, realizada fora da linha de frente do *progresso*, é, em boa medida, a sua condição.” (BRANDÃO, 1999, p.22)

Provavelmente no Guapiruvu não resiste uma oposição entre os residentes e os “de fora” muito radical, afinal já existe há algum tempo diferentes iniciativas que levam ao bairro pesquisadores, agentes públicos, turistas etc. Ainda assim, de forma geral, persiste a vontade de manter o bairro com as qualidades que o tornam diferente e que tem a ver com o isolamento.

As políticas públicas de comercialização (PAA e Pnae) e de fomento à produção, nesse sentido, representam uma força que contribui para o aumento da autonomia na medida em que criam a possibilidade de uma atividade econômica que está voltada para fora, ou seja, que estimula que os moradores envolvidos com os programas saiam *do* bairro em busca de mercados, não significando, em contrapartida, o acesso de pessoas *ao* bairro. Além disso, as políticas representam, em alguma medida, a possibilidade de afastar a ameaça da subordinação.

No isolamento garante-se também a manutenção de um conjunto de relações entre as pessoas e entre essas e o meio, através da agricultura, da pesca, da caça etc, que muito tem a ver com a tradição. Ou seja, mesmo bastante dentro de uma lógica de produção para o mercado, pode ser possível identificar sequências de ações que estão mais relacionadas com outros elementos pré-estabelecidos e que são relacionados à cultura. A diminuição do isolamento poderia significar, assim, uma ameaça às manifestações culturais que se quer preservar.

Como esconder que entre os velhos homens do campo a terra é amada? Como não dizer que eles dizem isto, e subordinam as respostas às perguntas mais operativamente práticas e consensuais a este estofo interno; a esta face nunca facilmente confessável do lado inferior das lógicas e das éticas do mundo rural? Somente entre os produtores já muito modernizados, já bastante separados de um corporal e rusticamente ritualizado entre a pessoa do produtor agropastoril e a terra, e a água, e as pedras, ventos e árvores, entre ele próprio e os “seus bichos”, uma carga de sentimentos para além da utilidade e interesse começa a ser, também ela, pragmaticamente relativizada e substituída por um sistema de valores regido por uma lógica que retira da natureza para o mercado e das trocas entre os homens e seus seres para os homens e as suas coisas, a tessitura dos afetos, o poderoso mistério das lembranças e a força dos sentidos das virtudes rústicas que costumam

compor a épica da cultura e a lírica da vida do campesinato.” (BRANDÃO, 1999:66)

Comprova-se a resistência do afeto pela terra no bairro rural do Guapiruvu quando testemunhamos que, apesar de não se sentirem valorizados perante a sociedade enquanto agricultores, como revelam os relatos, persiste a certeza de que o trabalho por eles realizado tem uma importância sublime e inquestionável. Tal constatação é, primeiro, uma afirmação da sabedoria do camponês, inclusive diante de quem desdenha o seu modo de vida e suas condições de trabalho; segundo, revela uma outra face da tenacidade com que defendem seu modo de vida; e, terceiro, enriquece a noção de autonomia – ou seja, autonomia também é poder continuar contribuindo como esse processo de produção de bens e sentidos.

Ainda que outros trabalhadores desfrutem do trabalho na terra, o trabalho do camponês estabelece suas trocas com o mundo natural em bases de tempo diferentes, pois tomam decisões sobre todas as etapas necessárias à produção e à reprodução dos itens que compõem seus sistemas de produção e o entorno com o qual se relacionam, diferentemente de trabalhadores temporários, que acessam os sistemas de produção em momentos específicos, ou de trabalhadores que vivem apenas em condição de assalariamento na terra alheia. Isso não significa, porém, uma alienação. Como agentes ativos, se relacionam com a sociedade englobante buscando que seu modo de vida possa servir às forças dominantes de forma que não seja comprometido eticamente. O comprometimento dessa ética afeta a capacidade de elaboração dos *projetos* (VELHO, 1994) dos camponeses e, com isso, sua autonomia. A autonomia se relaciona, portanto, com a liberdade representada pela falta de controle do que está por vir e a possibilidade de tomar decisões na medida em que a vida acontece; liberdade que não faz parte do rol de privilégios de um sujeito que trabalha sob uma condição de subordinação.

No Guapiruvu, a autonomia dos agricultores e agricultoras se relaciona bastante com o acesso à terra representado pela criação do assentamento. Ainda que muitos fossem detentores de terra antes da criação do PDS, a limitação do tamanho das propriedades implicava a necessidade de se disporem a trabalhar, ainda que temporariamente, para os outros. Assim, o aumento do tamanho da terra implica um aumento da autonomia pela demanda de trabalho que exige.

Uma das contribuições importantes do PAA e do Pnae no bairro é que alargaram, assim como a luta pela terra em um momento anterior, a percepção das relações sociais a que estão submetidos. Na medida em que fica mais clara a divergência de concepção entre a

sociedade englobante e suas próprias concepções de vida, são capazes de elaborar *projetos* em busca de uma maior autonomia. Ou seja, existe diferença entre estar numa relação de exploração e se perceber numa relação de exploração. Porque às vezes uma relação de exploração permite que haja, para o explorado, a reprodução do seu modo de vida, no nível em que ele se satisfaz.

Entendemos que a autonomia, então, apresenta um aspecto social, de grupo, mas relaciona-se intimamente com a capacidade individual do sujeito de fazer escolhas. Assim, não se pode confundir autonomia com estratégia; antes, a autonomia é o espaço que permite aos sujeitos elaborarem suas estratégias de produção e reprodução, mesmo dentro do sistema capitalista de produção que os subordina, pois esse possibilita, em sua proposta de dominação, a elaboração de múltiplas estratégias que podem satisfazer a noção de autonomia dos sujeitos. Isso considerando que não está no horizonte desses sujeitos a superação do sistema capitalista de produção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia dos agricultores familiares se cria e recria em cada momento da história. Cada gota de chuva, cada seca, cada árvore que é derrubada e cada árvore que é plantada, cada animal que visita a casa ou canta ao longe, cada nascimento e cada morte, todas as relações que se produzem, todas as crenças compartilhadas, as definições de perto e longe, a opressão e a liberdade, as tecnologias, enfim, todos os elementos da vida dos agricultores e agricultoras contribuí de forma direta ou indireta para a formação da noção de autonomia. Não é diferente no bairro rural do Guapiruvu.

Autonomia, assim, não se refere apenas aos aspectos econômicos, sociais e políticos, como muitas vezes nos faz crer a literatura, muito menos considerados separadamente. Antes, caracteriza-se por um emaranhado de valores que se criam e se reforçam com o tempo e que, por sua força, é capaz de dar estrutura às ações dos sujeitos, mesmo em situações de grandes dificuldades, mais ou menos como a rede de neurônios que habita nossas cabeças.

Existe um caráter de impenetrabilidade na noção de autonomia, seja por sua labiríntica composição, seja pela sua dinamicidade, e esse é um valor importante – a grande capacidade de adaptação dos agricultores familiares às diferentes conjunturas certamente deve muito a isso. Nesse movimento se mantém a constância da autonomia como rumo.

Por isso, na busca pela compreensão da noção de autonomia de um grupo social é importante refletir acerca da aproximação que se pretende fazer. Obviamente, o aspecto metodológico de qualquer pesquisa é essencial, mas a aproximação – talvez seja esse o termo mais correto – que se pretende fazer para abordar um tema carregado de subjetividades precisa levar em conta não apenas os instrumentos, mas o próprio olhar do pesquisador.

Antes de ir a campo, foi necessário mergulhar em leituras que fossem capazes de deslocar o campo de visão para o desconhecido, e não apenas ampliá-lo. O estranhamento da experiência resultou na capacidade de enxergar o mundo de outra forma – de outras formas – como se através de lentes nunca antes utilizadas, nem sequer conhecidas. As idas ao bairro, “para conhecer”, também foram fundamentais, pois os agricultores, depois de algum tempo, me emprestaram algumas de suas lentes.

Sem sombra de dúvidas, o pesquisador mudou. Um importante critério de avaliação dessa jornada é a relação com o tempo. A pesquisa de campo *precisou* ser “demorada” e o pesquisador *precisou* se relacionar bem com essa ideia. Em verdade, precisou se acostumar a essa ideia, pois ela surgiu, foi aprimorada e se efetivou na vivência que houve no bairro nos últimos quatro anos. Nos últimos dias de coleta de dados, o sentimento era bastante diferente

daquele dos primeiros dias; a ansiedade em relação ao desconhecido se transformou numa sensação de arrebatamento diante da responsabilidade de ser um eterno aprendiz.

Nesse sentido, essa pesquisa não pode ser resumida à definição dos objetivos e da metodologia, à criação dos instrumentos e à análise dos dados, à redação dos artigos e do texto da tese. Essa pesquisa está impregnada de cheiros, de gostos, de olhares, de histórias, de expectativas, de lama das estradas, de picadas de mosquito, de escorregões e tropeços, de trabalho, de sonhos e de afeto.

Tudo o que foi observado e vivenciado interfere na autonomia. Os sistemas de produção, que, comercialmente, são representados pela banana e pela pupunha, são organizados de tal forma que relacionam constrangimentos impostos pelo contato com sujeitos de dentro e de fora do bairro, mas também determinações elaboradas pelos sujeitos trabalhadores, múltiplas, mas que guardam semelhanças entre si, expressando estratégias relacionadas à autonomia.

As relações sociais, que mudaram muito ao longo da história do bairro, revelam todo o diálogo que existe entre a vida dos moradores e as mudanças que acontecem no mundo, e que são sentidas de um modo particular, ainda que haja diversas e recíprocas influências. A estrada, por exemplo, é um dos símbolos da dinâmica em que se inserem as relações sociais, pois de um tempo em que ela não existia, passou-se a uma via de trânsito constante, por carros particulares, ônibus, caminhões que escoam a produção, veículos que entregam mercadorias, a polícia e outros representantes do Estado e assim por diante. Esse elemento – a estrada – permitiu uma série de mudanças que afetou objetivamente e subjetivamente a vida do bairro e as pessoas que ali residem.

Com relação ao aspecto econômico, há que se destacar a transformação que houve com a implementação do projeto modernizador, que se refere à industrialização dos modos de produção e à monetarização dos serviços. Obviamente, tal transformação não é apenas local, mas se refere a um projeto desenvolvido em todo o território nacional que não chega a todos os lugares ao mesmo tempo. Assim é que o bairro relatado pelos mais velhos parece, às vezes, pertencer a um tempo muito distante – tal é a experiência do pesquisador – com muitas diferenças em relação àquilo que se enxerga nos dias atuais. Mas muitas das pessoas são as mesmas e aí reside uma das descobertas mais interessantes: sua participação ativa na construção desse novo mundo.

As relações com o Estado é repleta de grandes contradições. Ao mesmo tempo em que é almejada, causa repulsa, na medida em que se percebe e, com o tempo, se avalia de forma bastante elaborada, como nessa relação está embutida, por parte dos agentes do Estado, uma

noção empobrecida, preconceituosa e subestimada do que é ser agricultor familiar no Brasil. É cotidiano o sentimento de incapacidade e de inferioridade diante de tal situação. Assim, são desmoralizantes e antidemocráticas tais relações. As políticas públicas – de comercialização, de crédito, de reforma agrária, de infraestrutura, as políticas sociais – vêm com essa carga e parecem, sempre, que podiam ser muito melhores do que são. E não são justamente porque é como se os sujeitos cujas políticas visam atingir não se importassem ou não merecessem a qualidade que o investimento público requer ao ser implementado.

Se fosse possível fazer uma avaliação esquemática da autonomia dos agricultores face à adesão às políticas públicas, poder-se-ia dizer que se houve um ganho de autonomia foi, provavelmente, pela apropriação que os sujeitos fizeram das políticas, muito mais do que pelos desenhos e pela forma de implementação da política em si. A política de reforma agrária, cujo principal resultado foi a criação do assentamento, trouxe melhorias à qualidade de vida das pessoas, mas permanece carente de finalização. Depois de mais de dez anos, ainda não há energia instalada, algumas estradas permanecem pouco trafegáveis, as pontes não estão em bom estado de conservação – e são constantemente reformadas pelos próprios assentados – e a questão ambiental ainda é um tabu: há lotes com pouca área agricultável, por exemplo.

Com relação às políticas sociais, estas são conquistadas a duras penas pelos moradores; todos os relatos referem-se a uma jornada extensa e cansativa rumo à garantia de direitos. Isso sem levar em consideração os direitos que não são conhecidos e que, por isso, não são buscados, o que, em si, já é uma violação de direitos. Pela importância, não apenas no bairro, e pelo número de beneficiários, a aposentadoria é caracterizada, pelos moradores, como um desafio quase inalcançável e uma verdadeira incógnita. Não conseguem entender, efetivamente, o que é preciso fazer para acessá-la e tampouco quem pode acessá-la. Os que conseguem são considerados verdadeiros heróis – que tiveram que investir recurso considerável na contratação de um advogado.

Quanto às políticas de comercialização, cuja gestão local compete à Cooperagua, estas foram e são de extrema importância para o desenvolvimento do bairro, sendo responsáveis pela inclusão produtiva de diversos agricultores e agricultoras que antes se viam impossibilitados de *participar*, seja pela qualidade do seu produto, seja pelo volume. Esse aspecto já é digno de grande comemoração. Ainda assim, alguns detalhes relacionados à implementação são tratados como *externalidades* e seus custos recaem sobre os beneficiários. Poderíamos dar como exemplo a questão da logística, a capacidade técnica da cooperativa para lidar com a gestão dos programas, que, no caso do Guapiruvu, ainda que careça de

melhorias, é bastante superior a de outros bairros, e a assistência técnica para adequação da produção às exigências do mercado, que são muitas. Assim é que os programas acabam criando uma dependência, pois não capacitam para o conhecimento e o acesso a outros tipos de mercado que não o de compras públicas. Poucos são os agricultores que se aventuram, com os produtos que são requeridos pelos programas, em outros canais de escoamento.

A trajetória de vida dos agricultores precisa ser conhecida se se deseja criar políticas públicas que os terão como alvo. A multiplicidade de experiências e a extensão do território nacional certamente são fatores que trazem desafios incalculáveis para o desenho de políticas públicas e sua implementação, mas que precisam ser encarados, se há a vontade efetiva de promoção da democracia através do estímulo à participação e pelo investimento responsável do recurso público.

O tema da autonomia deve, assim, servir de estímulo a uma aproximação da vida dos agricultores e agricultoras, a fim de conhecê-los e poder, enfim, incluí-los nos projetos de desenvolvimento. A autonomia, provavelmente, não deve ser um objetivo das políticas, mas deve ser o mote do diálogo entre o Estado e a sociedade civil na elaboração de caminhos que respeitem os valores, a memória e os anseios dos sujeitos. Todos os sujeitos podem contribuir com a definição das regras que vão nortear a elaboração dos seus projetos de futuro. É preciso aprender a ouvi-los.

Parece que a agricultura familiar, enquanto conceito bastante moderno, criou possibilidades de participação e de garantia de direitos que foram importante para uma parcela considerável da população. Por outro lado, o espraiamento veloz dessa noção, corroborado pela aceitação dos movimentos sociais – que enxergaram os benefícios daí decorrentes – e pelos acadêmicos – que aí viram uma valorização de suas linhas de pesquisa –, pode ter colaborado para borrar as especificidades dos diversos grupos sociais que compõem essa categoria. Ainda que se deem nomes para esses grupos, ou seja, que haja um tipo de reconhecimento de sua existência e particularidades, é preciso que se formalize a valorização dessa diversidade em termos de políticas públicas. Houve avanços, mas é preciso fazer mais, muito mais.

Espera-se que a presente pesquisa tenha contribuído para o avanço no que se refere à importância das questões metodológicas quando da abordagem dos sujeitos do campo, no campo. O deslocamento do olhar do pesquisador e a relação com o tempo são dois aspectos que expressam bem a necessidade de um cuidado com a preparação e o andamento da pesquisa. Existem, por exemplo, diferentes noções sobre o tempo e, em última instância, sobre a vida. É fundamental estar atento a isso.

A autonomia se relaciona intimamente como a capacidade individual do sujeito de fazer escolhas; quanto mais clara a divergência de concepção entre os seus projetos e os da sociedade, mais evidente a noção de autonomia. O tema da autonomia serve como um estímulo a uma aproximação da vida dos agricultores e das agricultoras e pode ser o mote de um diálogo que respeite os valores, a memória e os anseios dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPTO, J.P.; BORSATTO, R.S.; ESQUERDO, V.F.S.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estão de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, 2012.

ALMEIDA, L.M.M.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. *In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Porto Alegre, 2009. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 2009.

ALVES, H.P.F. **Análise dos fatores associados às mudanças na cobertura da terra no Vale do Ribeira através da integração de dados censitários e de sensoriamento remoto**. 337p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *In: História*, São Paulo, n. 14, pp. 125-136, 1995.

ANDRADE, F.R.P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Sete Barras, SP**. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sete-barras_sp> Acessado em 13/10/2016.

BECKER, O.M.S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. CASTRO IE et al. **Explorações geográficas**. Percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

BELLINI, J.H., MARINHO, M.A. Economia solidária e agroecologia no bairro do Guapiruvu, Vale do Ribeira, SP. *In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009. **Anais...** pp. 1-13, 2009.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Editora Brasiliense, 1987.

BERNINI, Carina Inserra. **De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 1987.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974, 361p.

BOURDIEU, P. (Org.). Da regra às estratégias. BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp.77-95.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes no bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, 195p.

BRASIL. **Decreto 37.106**, de 31 de Março de 1955. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 01/06/2017.

BRASIL. **Lei 10.696**, de 2 de julho de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em 01/06/2017.

BRASIL. **Lei 11.326**, de 24 de julho de 2006 Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em 25/08/2014.

BRASIL. **Lei 11.947**, de 16 de Junho de 2009. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em 01/06/2017.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001, 376p (Coleção Espírito Crítico)

CARNIELLO, M.F.; VALNIER, A.; RICCI, F. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar de Rondônia. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007.

CHABARIBERY, D., ROMÃO, D.A., BURNIER, D.M.F., PEREIRA, L.B., MATSUMOTO, M., CARVALHO, M., ROTH, M. Desenvolvimento sustentável da bacia do Ribeira de Iguape: diagnóstico socioeconômico e tipificação dos municípios. **Informações Econômicas**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v. 34, n.9, 2004.

CHAUÍ, M.S. Os trabalhos da memória. BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 1987.

CHAYANOV, A.V. **On the theory of peasant society**. Illinois, 1966.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA (CN-RBMA). **Plano de ação para a Mata Atlântica**: Cadernos no. 4. São Paulo: Cetesb, 1996.

DELGADO, G.C. *et al.* **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**. Texto para discussão 1145. Brasília: Ipea, 2005.

DIEGUES, A.C. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo**: meio-ambiente, história e população. São Paulo: CENPEC, 2007.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007.

DUVAL, H.C. **Bens materiais e simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2015.

FERREIRA, A.D.D. Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos. **Reforma Agrária**, v.25, n.2-3. Campinas, pp.86-113, 1995.

GARCIA JÚNIOR, A.R. **O Sul**: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989, 285pp (Coleção Pensamento Antropológico)

GOOGLE MAPS. **Estrada do Guapiruvu**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Estrada+de+Guapiruvu,+Sete+Barras+-+SP,+11910-000/@-24.3039491,-48.0848228,13.25z/data=!4m5!3m4!1s0x94c4e01d4f7df145:0xe652693fd01ef356!8m2!3d-24.2970831!4d-48.0640148>>. Acesso em 25/08/2017.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L.F.; MALUF, R.S.; LEITE, S.P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOGAN, D. J.; CARMO, R.L.; RODRIGUES, I. A.; ALVES, H.P.F. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (São Paulo): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 2, n.3-4, p. 151-175, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acessado em 13/10/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355180&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acessado em 13/10/2016.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, 336p.

LOPES, D.L.; LIMA, H.S.; COSTA, S.A.; RIBEIRO, V. O diário de campo e a memória do pesquisador. WHITAKER, D.C.A. **Sociologia rural questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002, 256p.

MARINHO, M.M.; FIALHO, M.A.V. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e a ampliação de mercados regionais: o caso da Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. – COPERTERRA – RS. In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Vitória, 2012. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 2012.

MARTINELLO, A.S.; SCHNEIDER, S. Paralelos entre Antonio Candido e Alexandre Chayanov: economia fechada, equilíbrio mínimo e rusticidade. CARVALHO HM (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 304p., 2014.

MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007.

MATTEI, L.F. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), Londrina, 2007. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 2007.

MATTEI, L.F. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007.

MORUZZI MARQUES, P.E.; LE MOAL, M.F.; ANDRADE, A.G.F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **Ruris**, v. 8, n. 1, 2014.

MOURA, M.M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1988. (Coleção Princípios)

MÜLLER, Nice Lecocq. **Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, 1951, 217p.

NOGUEIRA, E.A., MELLO, N.T.C. Um caso bem-sucedido: a produção familiar de gengibre em Tapiraí, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.31, n.10, 2001.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura Brasileira: transformações recentes. ROSS JL (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, pp. 465-549, 2011.

PAOLIELLO, R. **Conflitos fundiários na Baixada do Ribeira**: a posse como direito e estratégia de apropriação. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, pp. 3-15.

QUEIROZ, M.I.P. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural – cidade. Livraria Duas Cidades, 1973, 157p.

QUEIROZ, M.I.P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. VON SIMON, O.M. (Org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, R.C. **Atores e retores na Juréia**: ideias e práticas do ecologismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1992.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999, 334p.

ROCHA, A.G.P.; CERQUEIRA, P.S.; COELHO, V.P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.1, n.1, 2007.

RODRIGUES, M.M.A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

RODRIGUES, A.S.; DURIGAN, M.E. **O agronegócio do palmito no Brasil**. Londrina: IAPAR, 2007, 131p. (Circular Técnica 130)

SALGADO, R.J.S.F.; DIAS, M.M.; REIS, D.I. Caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Viçosa/MG: percepção dos gestores e organizações locais envolvidas em sua implementação. In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Vitória, 2012. **Anais...** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 2012

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOURA, A.M.M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). SAMBUICHI, R.H.R. *et al* (org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014.

SAMPAIO, L.C., OLIVEIRA NETO, S.N.O., LELES, P.S.S., SILVA, J.A., VILLA, E.B. Análise técnica e econômica da produção de palmito de pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth.) e de palmeira-real (*Archontophoenix alexandrae* Wendl. & Drude). **Floresta e Ambiente**, v.14, n.1, p. 14 - 24, 2007

SANT'ANA, A.L. Estratégias dos agricultores familiares: entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, 2011.

SANT'ANA, A.L.; COSTA, V.M.H.M. Produtores Familiares e Estratégias Ligadas à Terra. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, out-dez, pp. 663-683, 2004.

SANTOS, H.R.; SUZUKI, J.C. Regionalização da saúde no Vale do Ribeira paulista. In: VI Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais, Presidente Prudente: Unesp, 2011. **Anais...** Unesp, 2011.

SARON, F.A.; HESPANHOL, A.N. Estratégias de reprodução social dos produtores rurais familiares no município de Urânia-SP: a questão da permanência da população e da sucessão nas propriedades rurais. In: I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro, Rio Claro, 2010. **Anais...** Unesp, 2010.

SCHATTAN, S., KOTONA, A.P.L. Vale do Ribeira: o rei dos palmitos. Uma solução ecológica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n.9, 2004.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília - DF, v. An.XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 404p, 1979

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n. 7 (jul-dez), pp. 1-21, 2005.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, 2011.

SOUSA, R.P.; VAITSMAN, J. (org.) **Cadernos de estudos: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**. Brasília: MDS, 2007, 132p.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Vale do Ribeira (São Paulo)**. Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acessado em 01/08/2017.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 385p.

TRICHES, R.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, 2010.

VAN DER PLOEG, J.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, O.G. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 145p. Coleção Agricultura e Sociedade, 1982.

VELHO, O.G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: um estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Manaus: UEA Edições, 3ª edição, 2013.

VILLA REAL, L.C.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. **Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

VILLANUEVA, L.F.A. Estudio introductorio. VILLANUEVA, L.F.A. (edición) **El estudio de las Políticas Públicas**. México: Miguel Ángel Porrúa Grupo Editorial. 2003. 281p.

VITAE CIVILIS; AGUA. **Agenda 21 do Bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira, SP)**. Sete Barras: Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento do Meio Ambiente e Paz e Associação dos Amigos e Moradores do Bairro do Guapiruvu, 1998.

VITAE CIVILIS. “**Da Mata à casa**”: conservação e desenvolvimento sustentado na Mata Atlântica, Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. São Pulo: Vitae Civilis, 1997. (Relatório de Projeto)

WANDERLEY, M.N.B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a A.V. Chayanov. FERREIRA ADD, BRANDEMBURG A (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1ª edição, pp.29-49, 1998.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v.21, pp.42-61, 2004.

WANDERLEY, M.N.B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 151p, 2011.

WHITAKER, D.C.A.; DANTAS, A.; ANDRADE, E.A.; FIAMENGUE, E.C.; ARAÚJO, R.A.; MACHADO, V. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? WHITAKER, D.C.A. **Sociologia rural questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002, 256p.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WOORTMANN, K.A.A.W. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, v.87, pp.11-73, 1987.